

Assistência Técnica
à Sociedade Civil



Financiado pela União Europeia



MAPEAMENTO DA SOCIEDADE CIVIL CABO-VERDIANA



Assistência Técnica
à Sociedade Civil



Financiado pela União Europeia



MAPEAMENTO DA SOCIEDADE CIVIL CABO-VERDIANA

Ficha Técnica

Título: Mapeamento da Sociedade Civil Cabo-verdiana

Propriedade: União Europeia - Assistência técnica e Capacitação das Organizações da Sociedade Civil e Autoridades Locais

Autoras/es:

Anna Topliyski, *Chefe da equipa*

Isis Labrunie, *Perita de género*

Deborah Cristina Vera Cruz, *Perita de comunicação*

Nardi Sousa, *Sociólogo*

Eveline Nair Tavares, *Assistente*

Estatísticas

Patrícia Dantas dos Reis

Revisão

Catarina Cardoso

Designer e paginação

Jaime Silva

Editora

Artemedia Produções

Fotografia

Arquivo da Delegação da União Europeia em Cabo Verde

Tiragem

200 exemplares

Impressão

Tipografia Santos

Setembro 2020.

O estudo foi produzido com o apoio da União Europeia. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade do projeto de «Assistência técnica e Capacitação das Organizações da Sociedade Civil e Autoridades Locais em Cabo Verde na gestão de projetos de desenvolvimento» (AT) e não reflete necessariamente os pontos de vista da União Europeia.

ÍNDICE

1. CONTEXTUALIZAÇÃO E O OBJETIVO DO MAPEAMENTO	13
2. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS DINÂMICAS DA SOCIEDADE CIVIL	19
3. METODOLOGIA	21

PARTE I OS RESULTADOS DO INQUÉRITO - CONTEXTO, QUADRO LEGAL E CAPACIDADES DAS OSC/AL

4. PERFIL DAS OSC E AL PARTICIPANTES	31
5. ENQUADRAMENTO SOCIOPOLÍTICO E HISTÓRICO	39
6. AMBIENTE INSTITUCIONAL E LEGAL DA SOCIEDADE CIVIL NA ATUALIDADE	47
6.1. As tipologias das OSC e o Quadro legal	47
6.1.1. Avaliação geral do Quadro legal no âmbito do Inquérito	53
6.2. Perceções da sociedade civil sobre o ambiente legal e institucional	54
6.2.1. A liberdade de expressão/imprensa	54
6.2.2. O (bi)partidarismo, como principal obstáculo identificado pelas OSC no ambiente legal e institucional	55
6.2.3. O limitado recurso à informação como constrangimento	57
6.2.4. Falta de coordenação entre as instituições	59
6.2.5. Melhorias e retrocessos no ambiente legal atual, segundo o Inquérito	61
RECOMENDAÇÕES	62
7. AS CAPACIDADES ATUAIS DAS OSC	63
7.1. Capacidades materiais - Instalações/equipamentos sociais	64
7.2. Capacidades financeiras	64
7.3. Recursos humanos - O voluntariado como principal fonte de sustentabilidade das OSC	72
7.4. Capacidades e eficácia na gestão, planeamento e prestação de contas	79
7.5. Capacidades para a intervenção em políticas públicas	88
7.5.1. Capacidades de <i>advocacy</i>	88
7.5.2. Capacidades para a elaboração de relatórios sombra	90
7.6. Necessidades de reforço técnico	92
7.7. As capacidades das Autoridades locais	93
RECOMENDAÇÕES	96

PARTE II
AS DINÂMICAS E REDES DA SOCIEDADE CIVIL

8. DINÂMICAS E RELACIONAMENTO ENTRE A SOCIEDADE CIVIL E O ESTADO	101
8.1. A necessidade de criar novos mecanismos e espaços de articulação	101
8.2. Plataformas existentes	105
8.3. Os principais programas/fundos do Governo indicados pelas OSC no âmbito do Inquérito ..	107
8.4. Tendências e paradigmas atuais	109
8.5. Políticas e relações a nível descentralizado - AL e OSC	121
RECOMENDAÇÕES	127
9. DINÂMICAS E REDES DA SOCIEDADE CIVIL	129
9.1. Relações entre as OSC	129
9.2. Um registo de boas práticas e dinâmicas a nível da sociedade civil em Cabo Verde	131
9.3. A inexistência de uma agenda não governamental comum	136
RECOMENDAÇÕES	138
10. RELAÇÕES ENTRE A UNIÃO EUROPEIA, ATORES DE COOPERAÇÃO	
INTERNACIONAL E A SOCIEDADE CIVIL CABO-VERDIANA	140
10.1. O compromisso da UE com a sociedade civil e as suas linhas de financiamento	140
10.2. A avaliação das relações da sociedade civil cabo-verdiana com a UE, Estados Membros e ONGs europeias	149
10.3. As OSC com financiamento da UE em curso - Os seus desafios e opinião sobre o desempenho da UE	150
10.4. Os programas de financiamento para AL e os desafios na sua implementação	152
10.5. Relação com outros parceiros internacionais	155
RECOMENDAÇÕES	158
CONCLUSÕES GERAIS	160
ANEXOS	
I. Bibliografia	162
II. Lista de entrevistas realizadas	167
III. Questionários aplicados no âmbito do Inquérito	168
IV. Projetos da sociedade civil em curso financiados pela UE	189
V. Programas de financiamento à sociedade civil em Cabo Verde	191
VI. Principais redes e plataformas da sociedade civil em Cabo Verde	192

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AAN - Associação Cabo-verdiana dos Amigos da Natureza
ACD - Associação Comunitária de Desenvolvimento
ACDI/VOCA - ONG Estado-unidense de Desenvolvimento do Crescimento económico e da Agricultura
ACLCVBG - Associação Cabo-verdiana de Luta Contra a Violência Baseada no Género
ADA - ONG luxemburguesa que tem como objetivo o apoio ao desenvolvimento autónomo/microfinanças em países terceiros
ADEGA - Empresa de Comércio Geral, S.A.
ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola
ADIRV - Associação de Desenvolvimento Integral de Rui Vaz
AECID - Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
AGECABO - Agência cabo-verdiana de Promoção do Emprego e Desenvolvimento Local
AJOC - Associação sindical dos Jornalistas cabo-verdianos
ANAS - Agência Nacional de Água e Saneamento
ANMCV - Associação Nacional dos Municípios em Cabo Verde
AO - Apoio Orçamental
APIMF - Associação Profissional das Instituições de Microfinanças em Cabo Verde
ARC - Autoridade Reguladora para a Comunicação Social
ASA - Aeroportos e Segurança Aérea
ASDIS - Associação para a Solidariedade e Desenvolvimento Comunitário da Ilha de Santiago
AT - Assistência técnica
BAD - Banco Africano de Desenvolvimento
BCA - Banco Comercial do Atlântico
BCV - Banco de Cabo Verde
BM - Banco Mundial
CCS - Conselho de Concertação Social
CCSL - Confederação Cabo-verdiana dos Sindicatos Livres
CEDAW - Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres
CEDEAO - Comunidade dos Estados de África Ocidental
CERAI - ONG espanhola - Centro de Estudios Rurales/Agricultura internacional
CERMI - Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial, Entidade Pública Empresarial
CESA - Conselho Económico, Social e Ambiental
Citi-Habitat - Centro de Investigação Intermediária Organizações não Governamentais
CNDHC - Comissão Nacional de Direitos Humanos e da Cidadania
CNEST - Conselho Nacional Estatístico
CoM SSA - Pacto de Autarcas na África Subsariana, iniciativa financiada pela UE
COSPE - ONG italiana - Cooperação para o Desenvolvimento de Países Emergentes
CRP - Comissão Regional de Parceiros
CVE - Escudos de Cabo Verde
CVED-LUX - ONG luxemburguesa Cap Vert Espoir et Développement
DUE - Delegação da União Europeia
DECRP - Documento de Estratégia para o Crescimento e Redução da Pobreza
DRI - ONG alemã que promove a participação política e democracia (Democracy Reporting International)
EM - Estados Membros
ENACOL - Empresa Nacional de Combustíveis, SA.
ENAPOR - Empresa Nacional dos Portos

ERT - Equal Rights Trust

ESDIME - ONG portuguesa - Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste

ESS - Economia Social e Solidária

EUR - Euro

FAC - Fundo de Apoio às Cooperativas

FADEP - Federação das Associações para o Desenvolvimento Comunitário de Porto Novo

FADOC - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento das Organizações Comunitárias

FAIMO - Frente de Alta Intensidade de Mão-de-Obra

FAMI-Picos - Associação de Apoio às Iniciativas de Autopromoção Familiar

FECAD - Federação Cabo Verdiana das Associações de Pessoas com Deficiência

FED - Fundo Europeu de Desenvolvimento

FG Turismo - Associação de Turismo da ilha do Fogo

FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

FOFA - Forças/ Oportunidades/ Fraquezas/ Ameaças

FPEF - Fundo de Emprego e Formação Profissional

FRESCOMAR - Indústria Transformadora de Pesca e da Aquacultura

GAP - Gabinetes de Apoio Permanente

GAO - Grupo de Apoio Orçamental

GARANTIA - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A

GEP - Gabinete de Estudos e Planeamento

ICCA - Instituto Cabo-Verdiano da Criança e do Adolescente

ICIEG - Instituto Cabo-Verdiano para a Igualdade e Equidade de Género

IDRF - Inquérito às Despesas e Receitas Familiares

IEC - Informação, Educação e Comunicação

IEDDH - Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos humanos

IMF - Instituições de Microfinanças

ÍMPAR - Companhia cabo-verdiana de Seguros

IMVF - Instituto Marquês Valle Flor

INC - Instituto Nacional das Cooperativas

INE - Instituto Nacional de Estatísticas

INPS - Instituto Nacional de Previdência Social

JAAC - Juventude Africana Amílcar Cabral

LBGTI - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans- e Intersexuais

MOAVE - Moagem de Cabo Verde, AS

MORABI - Associação de Apoio à Auto-Promoção da Mulher no Desenvolvimento

MPD - Movimento para a Democracia

NOAA - Instituto Governamental de Meteorologia e Oceanografia dos Estados Unidos

OADISA - Organização de Associações de Desenvolvimento Comunitário da Ilha de Santo Antão

OAF - Organização das Associações do Fogo

OASIS - Organização Associativa dos Agricultores e Silvicultores de Santiago

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODS - Objetivos Desenvolvimento Sustentável

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMCV - Organização das Mulheres de Cabo Verde

ONG - Organização Não Governamental

ONGD - Organização Não Governamental de Desenvolvimento

ONG PSF - ONG Farmacêuticos sem fronteiras

ONU - Organização das Nações Unidas

OPAD - Organização dos Pioneiros Abel Djassy

ORAC-SN - Organização das Associações Comunitária de São Nicolau

OSC - Organização da Sociedade Civil

OSC/AL - Organizações da Sociedade Civil/Autoridades locais

OSCD - Organizações da Sociedade Civil de Desenvolvimento

PADFI-CV - Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Finança Inclusiva em Cabo Verde

PAICV - Partido Africano para Independência de Cabo Verde

PAIGC - Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PAR - Programa de Assistência Rural

PDSS - Programa de Desenvolvimento do Setor Social

PEDS - Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável

PEMDS - Plano Estratégico Municipal de Desenvolvimento Sustentável

PIB - Produto Interno Bruto

PIDCP - Pacto Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos

PIDESC - Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais

PLPR - Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural

PNLP - Programa Nacional de Luta contra a Pobreza

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POSER - Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómicas Rurais

PRAG - Guia dos Procedimentos contratuais da União Europeia para a ajuda externa

PRRA - Programa de Requalificação, Reabilitação e acessibilidade

Projeto FATA - Projeto Ecoturismo Fogo, Água, Terra, Ar

Pro-PALOP TL ISC - Projeto para o reforço das competências técnicas e funcionais das Instituições Superiores de Controlo (ISC), parlamentos nacionais e sociedade civil para o controlo das finanças públicas nos PALOP e em Timor-Leste

PSGD - Promoção socioeconómica de grupos em desvantagem

RASSOL CV - Rede Animação Social e Solidária de Cabo Verde

Red' ANIMAR - Rede das Organizações Promotoras do Desenvolvimento Participativo

Rede TAOLA - Rede Nacional de Proteção das Tartarugas Marinhas

REPAL SV - Rede de Abastecimento Local de Cantinas Escolares de São Vicente

RH - Recursos Humanos

RTC - Rádio televisão cabo-verdiana

SE4ALL - Iniciativa Energia sustentável para todos

SEACAP - Plano de Ação para o Acesso a Energia sustentável e o Clima

SPG + - Sistema de Preferências Generalizado

SITA - Sociedade Industrial de Tintas, SA

SNRPC - Sistema Nacional de Registo das Pessoas Coletivas

TdR - Termos de Referência

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

TCV - Televisão de Cabo Verde

UA - União Africana

UCP - Unidade Coordenadora do POSER

UE - União Europeia

UNITEL T+ - Empresa de Telecomunicações cabo-verdiana

UNTC-CS - União Nacional dos Trabalhadores Cabo-verdianos - Central Sindical

USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

VBG - Violência Baseada no Género

VIH/SIDA - Vírus de Imunodeficiência Humana/Síndrome da imunodeficiência adquirida

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

- Gráfico 1:** Desembolso da Comissão Europeia em Cabo Verde, entre 2007 e 2019
- Gráfico 2:** Desembolso da Comissão Europeia em Cabo Verde por ano
- Gráfico 3:** Tipo de OSC conforme o seu estatuto
- Gráfico 4:** Áreas geográficas de atuação por município
- Gráfico 5:** OSC inquiridas que implementaram projetos da UE em 2019
- Gráfico 6:** As áreas de atuação mais escolhidas pelas OSC
- Gráfico 7:** Principais grupos-alvo e pessoas beneficiárias das OSC
- Gráfico 8:** Grau de satisfação das OSC com a legislação referente à sociedade civil e a sua aplicação a nível local e nacional
- Gráfico 9:** Nível de satisfação das OSC com a liberdade de expressão, reunião e associação em Cabo Verde
- Gráfico 10:** Principais dificuldades identificadas pelas OSC em relação ao ambiente legal e institucional
- Gráfico 11:** Nível de satisfação das OSC relativamente ao acesso à informação facultado pelo Estado por áreas
- Gráfico 12:** Como avalia o ambiente institucional e legal para a sociedade civil em Cabo Verde desde 2016?
- Gráfico 13:** Distribuição do orçamento das OSC por classes
- Gráfico 14:** Meios de intervenção das OSC por classe do orçamento
- Gráfico 15:** Principais fontes de financiamento das OSC para a implementação de projetos e ações
- Gráfico 16:** Principais fontes de financiamento das OSC para o seu funcionamento
- Gráfico 17:** OSC que realizam alguma atividade geradora de rendimento
- Gráfico 18:** Tipos de atividades geradoras de rendimento apontadas pelas OSC
- Gráfico 19:** OSC que receberam financiamento de um parceiro internacional
- Gráfico 20:** OSC que receberam apoio (financeiro/técnico/material) por parte de uma empresa nacional
- Gráfico 21:** Maior obstáculo identificado pelas OSC para obter financiamentos
- Gráfico 22:** Maior obstáculo identificado pelas OSC para obter financiamentos por classe de orçamento
- Gráfico 23:** Distribuição do trabalho voluntário e remunerado das OSC
- Gráfico 24:** Distribuição dos recursos humanos das OSC por cargo
- Gráfico 25:** Distribuição dos recursos humanos das OSC por cargo e remuneração
- Gráfico 26:** Distribuição dos recursos humanos das OSC por sexo (recursos humanos remunerados e voluntários)
- Gráfico 27:** Distribuição dos recursos humanos das OSC por tipo de cargo e sexo
- Gráfico 28:** Avaliação da eficácia pelas OSC em diferentes áreas
- Gráfico 29:** A OSC tem as capacidades técnicas necessárias para o seu funcionamento?
- Gráfico 30:** A OSC tem recursos financeiros suficientes para sustentar recursos humanos especializados?
- Gráfico 31:** A OSC tem uma administração financeira com quadros técnicos e sistemas adequados?
- Gráfico 32:** % das OSC que tem um plano estratégico, de ação ou de atividades atualizado e em vigor
- Gráfico 33:** Instrumentos utilizados pelas OSC durante a implementação e monitorização de projetos
- Gráfico 34:** % das OSC que integram uma abordagem participativa e inclusiva com os/as beneficiários/as na definição, execução e avaliação das suas ações
- Gráfico 35:** A OSC considera o impacto meio-ambiental da sua atividade em cada projeto?
- Gráfico 36:** A OSC aplica uma abordagem de género durante a elaboração e gestão de projetos/ações?
- Gráfico 37:** Seguimento de uma abordagem inclusiva das OSC por âmbitos ou beneficiários/as
- Gráfico 38:** A OSC realiza estudos e diagnósticos antes de começar um projeto ou ação?
- Gráfico 39:** Ferramentas utilizadas na recolha de dados pelas OSC para a elaboração de ações e projetos
- Gráfico 40:** OSC engajadas em ações de advocacy em relação ao âmbito e impacto de intervenção
- Gráfico 41:** Participação da OSC na elaboração de algum relatório sombra
- Gráfico 42:** As áreas que precisam de reforço técnico (OSC)
- Gráfico 43:** As áreas que precisam de reforço técnico (AL)
- Gráfico 44:** Autoavaliação da eficácia da Câmara Municipal nas áreas indicadas
- Gráfico 45:** Capacidades internas da Câmara Municipal nas áreas indicadas
- Gráfico 46:** Na experiência da sua organização, as instituições e autoridades cabo-verdianas estão abertas a envolver a sociedade civil na elaboração de políticas?
- Gráfico 47:** Alguma vez a sua organização já foi convidada para participar num diálogo (formal ou informal) com o Governo em relação à identificação, preparação, revisão, monitoria e/ou avaliação de uma política?
- Gráfico 48:** Na sua experiência, existe atualmente algum fórum ou espaço de diálogo permanente entre o Estado e as OSC que tenha um impacto real nas políticas públicas? (segundo as OSC)
- Gráfico 49:** Na sua experiência, existe atualmente algum fórum ou espaço de diálogo permanente entre o Estado e as OSC que tenha um impacto real nas políticas públicas? (segundo as AL)
- Gráfico 50:** De acordo com a experiência da sua organização, como avaliaria a sua relação com o Governo (local e nacional)?
- Gráfico 51:** A sua organização já recebeu apoio financeiro do Estado?
- Gráfico 52:** Os ODS prioritários segundo as OSC
- Gráfico 53:** Os ODS prioritários segundo as autoridades locais
- Gráfico 54:** Áreas onde as Câmaras Municipais consideram ter obtido resultados com impacto real na vida dos munícipes
- Gráfico 55:** Existe um programa de financiamento para organizações da sociedade civil no município? (segundo as AL)
- Gráfico 56:** Os projetos e ações da OSC contam com o apoio (não só financeiro) das autoridades locais?
- Gráfico 57:** Avaliação do grau de participação das organizações da sociedade civil na definição das prioridades dos programas do município (segundo as AL)
- Gráfico 58:** De acordo com a experiência da Câmara, como avaliaria a sua relação com as OSC?
- Gráfico 59:** Enquanto OSC, como avaliaria a sua relação com outras OSC?
- Gráfico 60:** Grau de satisfação das OSC com a articulação existente entre elas nas áreas indicadas
- Gráfico 61:** A avaliação das relações da sociedade civil cabo-verdiana com a UE, Estados Membros e ONGs europeias
- Gráfico 62:** Avaliação do desempenho da UE por parte de OSC que implementaram em 2019 projetos financiados pela UE
- Gráfico 63:** Avaliação da sua relação com os parceiros indicados (segundo as OSC)
- Gráfico 64:** Avaliação da sua relação com os parceiros indicados (segundo as AL)

01

CONTEXTUALIZAÇÃO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO E OBJETIVO DO MAPEAMENTO

Cabo Verde é um pequeno Estado insular com uma localização geoestratégica, formando uma ponte entre os 3 continentes - África, Europa e América. Após a obtenção da independência de Portugal, em 1975, consolidou-se como democracia em 1991 e é hoje uma referência a nível africano, tendo atingido o **estatuto de país de rendimento médio** com um PIB *per capita* de cerca de 3500 dólares anuais e um índice elevado de desenvolvimento humano, com **destaque para a educação, saúde e democracia** (Índice Mo Ibrahim 2019). Não obstante, persistem grandes vulnerabilidades a nível económico e ambiental, refletidas por um índice de **pobreza e desemprego** juvenil crescente, assim como uma **vulnerabilidade ambiental** devido às condições climáticas da região, com períodos cíclicos de secas e inundações, e com a agravante de vir a sofrer consequências das alterações climáticas.

Com o reconhecimento do estatuto de país de rendimento médio, a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento foi reduzida de forma considerável, implementando-se novas modalidades de cooperação com o arquipélago. Neste sentido, a **UE reconhece a importância de Cabo Verde enquanto parceiro estratégico** e celebra com o país desde 2007, uma Parceria Especial, baseada numa relação de parceiros e apoiada pela modalidade financeira de **Apoio Orçamental (AO)**.

A **Parceria Especial é única no continente africano** e destina-se a reforçar a concertação e a convergência das políticas em matéria de desenvolvimento e segurança entre a UE e Cabo Verde permitindo acrescentar um quadro de interesses comuns, ultrapassando a relação tradicional de doador-beneficiário. A Parceria

Especial inscreve-se no contexto da aplicação do Acordo de Cotonu e está baseada em valores e princípios comuns relativos à democracia, à boa governação, ao respeito pelos direitos humanos e ao Estado de Direito, que representam os alicerces para um maior desenvolvimento das relações entre a UE e Cabo Verde. Neste sentido, a Parceria Especial (2007) e o Acordo de Cotonu (2000) promovem a participação ativa da sociedade civil quando evocam, entre os seus objetivos:

«Será dedicada especial atenção à consolidação e ao aprofundamento da democracia, do Estado de Direito e da participação da sociedade civil na vida política do país, bem como ao reforço do diálogo político e da cooperação, em especial em matéria de democracia e de direitos humanos.» (Parceria Especial, 2007)¹

«Fortalecer a capacidade dos atores no desenvolvimento e melhorar o quadro institucional para garantir a coesão social, o funcionamento de uma sociedade democrática, uma economia de mercado, assim como o surgimento de uma sociedade civil ativa e organizada é parte integrante da abordagem desta parceria» (artigo 1.º do Acordo de Cotonu, 2000)²

Por meio do **11.º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED)**, e de um montante equivalente a **74 milhões de Euros (8.159.610.000,00 CVE)** para o período **2016-2020**, a UE apoia o Governo cabo-verdiano em duas áreas principais de intervenção:

¹ Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu (24 de outubro, 2007). *Sobre o futuro das relações entre a União Europeia e a República de Cabo Verde*. [SEC(2007) 1415]. Bruxelas, p. 4.

² Acordo Cotonou (2010). *Acordo entre os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) e a Comunidade Europeia e os seus Estados membros*. Ouagadougou. Artigo 1.º - Objetivos da Parceria, p. 16 (traduzido pelos autores do Mapeamento).

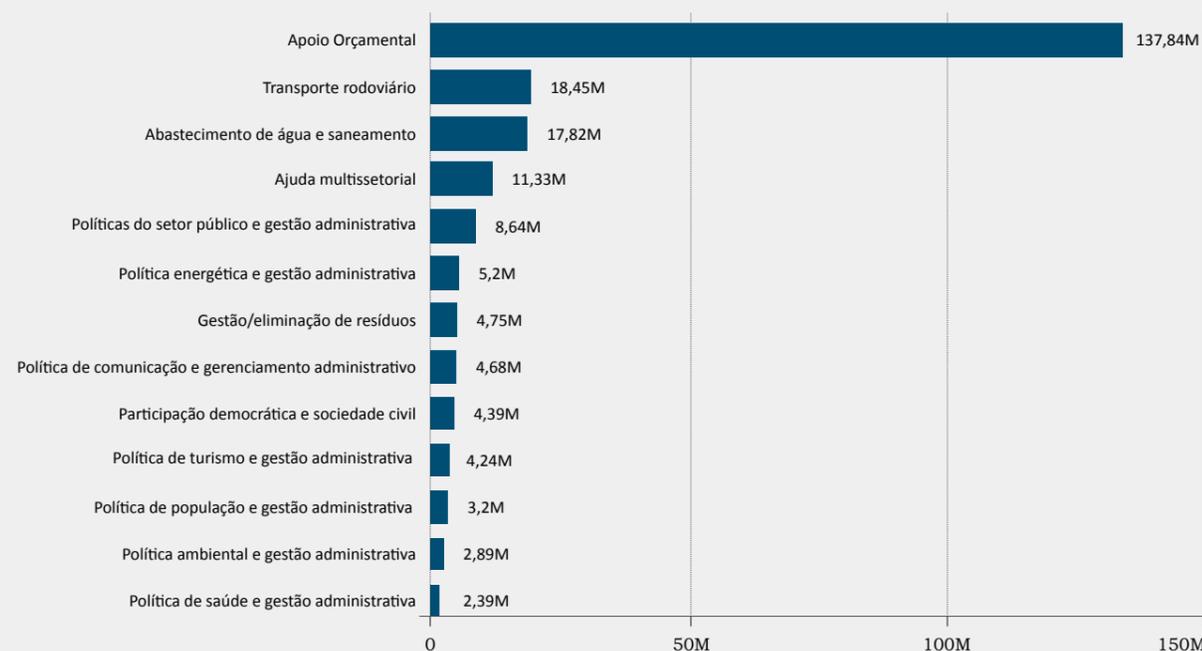
- Apoio ao desenvolvimento e luta contra a pobreza;
- Reforço da Parceria Especial entre a UE e Cabo Verde.

Os objetivos do 11.º FED vão ao encontro das metas estabelecidas pelo Governo de Cabo Verde no seu Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) 2017-21, assim como da Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que se projetam no horizonte de 2030.

Incluindo o Apoio orçamental, a **Comissão Europeia investiu em Cabo Verde, entre 2007 e 2020 um total de 240 de milhões de EUR** (26.463.600.000 CVE) apoiando, entre outras, principalmente as áreas seguintes (ver gráfico 1):



Gráfico 1: Desembolso da Comissão Europeia em Cabo Verde, entre 2007 e 2019

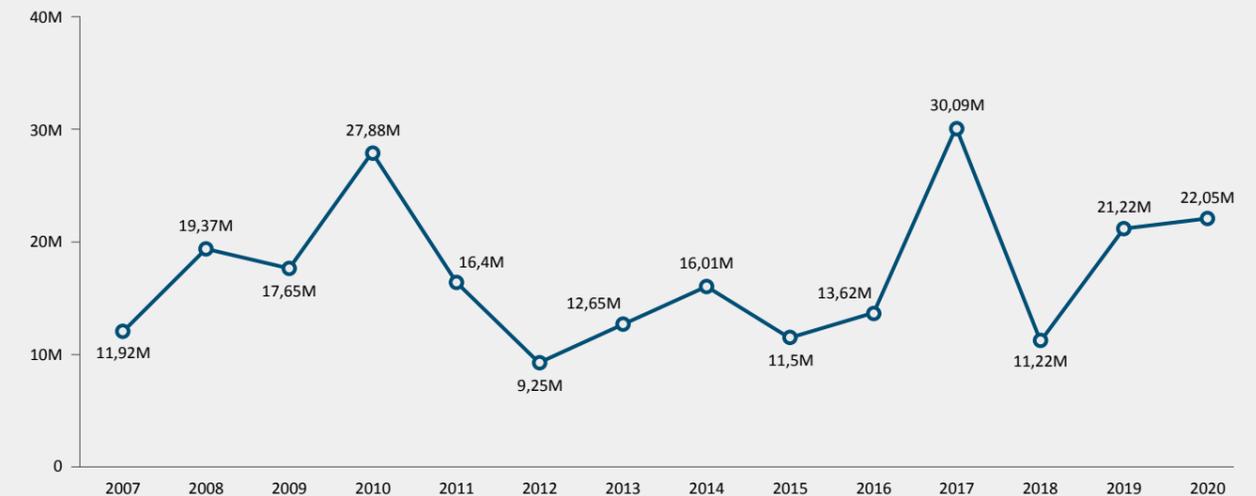


Fonte: EU Aid Explorer (2020)³

³ Comissão Europeia, EU Aid Explorer. Consultado no dia 21 de agosto 2020 (screenshot). URL: https://euidexplorer.ec.europa.eu/content/explore/recipients_en

O montante total desembolsado foi repartido da seguinte forma - de acordo com o gráfico 2:

Gráfico 2: Desembolso da Comissão Europeia em Cabo Verde por ano



Fonte: EU Aid Explorer (2020)⁴ - Os valores em 2020 representam uma estimativa/previsão.

A partir de vários programas temáticos, nomeadamente o **Programa temático para as Organizações da Sociedade Civil e Autoridades Locais e o Programa SPG +** (Sistema de Preferências Generalizado), a UE apoia igualmente atores da sociedade civil e a Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde (ANMCV) na implementação de projetos de desenvolvimento.

O presente **Mapeamento** foi elaborado e financiado no âmbito do Programa temático das Organizações da Sociedade Civil e Autoridades Locais e faz parte do esforço da UE para conhecer o panorama atual da sociedade civil a fim de desenvolver ações específicas no quadro de um Plano de Ação (Roteiro) para o período de 2020 a 2025 que promova um maior compromisso com os atores da sociedade civil. O Roteiro tem como propósito ativar e garantir um diálogo estruturado e uma cooperação estratégica com a sociedade civil, aumentando a consistência e o impacto das ações da UE.

Em Cabo Verde, o exercício de Mapeamento da sociedade civil é o primeiro a ser realizado e responde à preocupação e recomendação do Roteiro 2014-17 que indica que: «(...) *não existe um mapeamento com informações mais detalhadas sobre os desenvolvimentos recentes na sociedade civil cabo-verdiana, pelo que a elaboração de um mapeamento seria extremamente útil para o país, bem como para os parceiros e a sociedade civil.*»⁵

⁵ Delegação da União Europeia em Cabo Verde (2017). *Roteiro da UE para um compromisso com a Sociedade civil 2014-2017*. Cabo Verde, p. 2. https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/20150106-roiteiro-da-ue-para-um-compromisso-com-a-sociedade-civil-2014-2017-cabo-verde_pt.pdf

⁴ Idem.



Os Mapeamentos e os Roteiros da UE têm a sua origem na Comunicação da Comissão (2012) «*As raízes da democracia e do desenvolvimento sustentável: o compromisso da Europa com a sociedade civil no domínio das relações externas*». A comunicação apresenta **três prioridades** que devem orientar o apoio da UE à sociedade civil de países parceiros e que foram consideradas como pilares durante o exercício de Mapeamento⁶:

1. Aumentar os esforços para **promover um ambiente propício para as Organizações da Sociedade Civil (OSC)** nos países parceiros.
2. Promover uma **participação significativa e estruturada das OSC nas políticas domésticas dos países parceiros, no ciclo de programação da UE e nos processos internacionais.**
3. Aumentar a **capacidade das OSC locais de desempenhar as suas funções** como atores **independentes** de desenvolvimento de maneira **mais eficaz.**

⁶ Comunicação da Comissão (2012) ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. *As raízes da democracia e do desenvolvimento sustentável: o compromisso da Europa com a sociedade civil no domínio das relações externas*. [COM/2012/0492 final]. Bruxelas. Consultado o 10 agosto 2020. URL: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52012DC0492>, p. 4.

A UE apoia a aplicação destas prioridades através de programas de financiamento e do diálogo político com o Governo cabo-verdiano.

Na perspetiva da Comissão Europeia,⁷ as **OSC (Organizações da Sociedade Civil)** são entidades baseadas na adesão, na defesa de uma causa ou na prestação de um serviço, entre as quais se incluem: as organizações não governamentais (ONGs), as organizações locais, as organizações religiosas, as fundações, os centros de investigação, as organizações de defesa da igualdade de género e de defesa dos direitos LGBTI, as cooperativas, as associações profissionais e comerciais e os meios da comunicação social **sem fins lucrativos**. Os sindicatos e as organizações patronais (parceiros sociais) constituem uma categoria específica de OSC. Este Mapeamento incluiu a categoria específica dos sindicatos, assim como as instituições de microfinanças, tendo em conta que várias OSC em Cabo Verde e especialmente as ONGs têm um forte pendore de atuação na área das microfinanças.

⁷ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. COM(2012) 492 final. Bruxelas.

A fim de responder e analisar os objetivos mencionados, o presente Mapeamento foca-se na análise das **dinâmicas principais** da sociedade civil cabo-verdiana (Capítulo 2), a partir de uma **metodologia quali-quantitativa** (Capítulo 3) aplicada à atores da sociedade civil e autoridades locais (Capítulo 4). Neste sentido, o Mapeamento procura estudar a **contextualização sociopolítica e histórica** da sociedade civil (Capítulo 5); o seu **ambiente institucional/legal** (Capítulo 6); as suas **capacidades** financeiras, de gestão e de governança (Capítulo 7), assim como as suas **dinâmicas internas** (Capítulo 9); e **relações com o Estado** cabo-verdiano a nível nacional e local e com os atores de desenvolvimento presentes no país, em particular a UE (Capítulo 8 e 10).

O estudo foi produzido com o apoio da União Europeia. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade do projeto de «Assistência técnica e Capacitação das Organizações da Sociedade Civil e Autoridades Locais em Cabo Verde na gestão de projetos de desenvolvimento» (AT) e não reflete necessariamente os pontos de vista da União Europeia.

O mesmo tomou como amostra 189 OSC e 17 Câmaras Municipais que atuam no território cabo-verdiano e que se disponibilizaram em participar num inquérito geral sobre a sociedade civil cabo-verdiana para partilhar informações sobre as suas capacidades e necessidades atuais. Procurou-se dar um espaço para a visão e perceção da sociedade civil sobre diferentes temáticas pertinentes, a fim de apoiar a elaboração participativa do «Roteiro para um maior compromisso da UE com a sociedade civil em Cabo Verde». A equipa da AT selecionou variáveis das perguntas que achou pertinentes, baseando-as nos 3 objetivos principais do Mapeamento visando a formulação de um Plano de Ação. As informações foram completadas por várias outras ferramentas qualitativas, tais como entrevistas e mesas de diálogo. O projeto optou pelo anonimato dos/as participantes das mesas de diálogo a fim de garantir a livre expressão de cada um/a.

Agradecemos a todas e todos pela sua disponibilidade, tempo e dedicação para tornar este estudo possível.

O estudo tomou como amostra 189 OSC e 17 Câmaras Municipais que atuam no território cabo-verdiano.



02

SUMÁRIO

2. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS DINÂMICAS DA SOCIEDADE CIVIL

O estudo do Mapeamento tem como objetivo analisar as dinâmicas inerentes da sociedade civil cabo-verdiana a fim de contribuir para um Plano de ação/Roteiro pertinente e participativo da UE, visando um maior compromisso com a sociedade civil. A partir de uma metodologia de análise quali-quantitativa, aplicada por meio de dados recolhidos em inquéritos, mesas de diálogo e entrevistas, o estudo expõe o contexto e o desempenho em termos de capacidades das organizações da sociedade civil.

No âmbito do enquadramento sociopolítico e histórico das recentes dinâmicas (Capítulo 5) constata-se que o **contexto colonial e de partido único** do país condiciona até à atualidade a iniciativa das cabo-verdianas e dos cabo-verdianos, relativamente à participação em associações e espaços de tomada de decisões. Assim, a praxis em termos de política e de intervenção dos atores nacionais e internacionais de desenvolvimento persiste num modelo de

assistencialismo e redistribuição de recursos, sem a consolidação de uma prática de *advocacy* profissionalizada.

Verifica-se uma **fraca cultura de parceria entre os atores da sociedade civil**, inclusive de algumas organizações chapéu, e a inatividade dos principais fóruns e plataformas para este efeito, o que pode explicar a pouca capacidade de influência da sociedade civil nas políticas públicas à data atual. Estas condições têm conduzido a um cenário de empobrecimento do diálogo entre a sociedade civil e o Governo, no quadro da definição de políticas públicas - a partir de consultas públicas regulares - segundo a lei. Os dados do estudo realizado demonstram que o (bi)**partidarismo** é o problema principal identificado pelas OSC quanto ao ambiente institucional, o que dificulta o surgimento de uma sociedade civil autónoma e dinâmica a longo prazo.

Em geral, os dados do Mapeamento indicam uma **fraca profissionalização das OSC** existentes em Cabo Verde. Com poucas exceções, a maioria das OSC demonstram:

- Mecanismos de prestação de contas fracos e/ou inexistentes, assim como um conceito de prestação de contas, conforme é entendido pelas OSC, diferente do requerido pelos financiadores;
- Uma fraca capacidade financeira e de recursos humanos, que dificulta o seu funcionamento e sustentabilidade quotidianamente: 45,7% das OSC que participaram no Inquérito tem um orçamento anual inferior a 1,1 milhões de CVE (10 000 EUR);

Os dados do Mapeamento indicam uma fraca profissionalização das OSC existentes em Cabo Verde.

- Um regime de trabalho baseado no **voluntariado**, sendo esta a principal forma de sustentabilidade e sobrevivência das associações participantes: 49,2% das OSC inquiridas não têm nenhuma pessoa remunerada na sua equipa;
- Uma **feminização** das suas equipas, com exceção dos cargos diretivos;
- Uma tendência para a **personificação**, sem a existência de um corpo técnico e profissional sustentado. Assim, 34,6% do pessoal que trabalha nas OSC está na direção (presidente e órgãos sociais) e 84,7% das OSC não possui recursos financeiros para sustentar recursos humanos especializados.

Embora Cabo Verde tenha atingido em 2008 o estatuto de país de rendimento médio, fundamentado em progressos feitos na redução da pobreza e na melhoria de indicadores na área de educação (aumento da taxa de alfabetização) e de saúde (diminuição da taxa de mortalidade e melhoria da saúde materna), o estudo demonstra que a sociedade civil percebe

a pobreza, a saúde e a educação como as áreas principais em que o Governo deveria priorizar as suas políticas públicas (ODS prioritários). No âmbito da graduação como país de rendimento médio, existe o risco dos ganhos obtidos não serem fortalecidos. A sociedade civil será a primeira a sentir retrocessos, caso não exista uma estratégia específica para o seu empoderamento, que assegure o seu reforço institucional. Atualmente, assiste-se a uma política de **reestruturação no âmbito dos programas de luta contra a pobreza no meio rural** a favor de uma abordagem que favoreça a inclusão das OSC numa lógica produtiva: a economia social e solidária. Nesta conjuntura, um grande número das OSC não tem as capacidades suficientes para se adaptar às novas condições. Nesse sentido, uma política institucional baseada num diálogo a nível central e local com a sociedade civil, assim como uma linha de financiamento previsível e que garanta o reforço institucional da sociedade civil cabo-verdiana é fundamental para assegurar a sobrevivência e a profissionalização das OSC, e nomeadamente das OSC mais frágeis - as associações comunitárias.



03

METODOLOGIA



3. METODOLOGIA

Análise prévia da bibliografia e abordagem geral

O presente estudo iniciou-se com a realização de uma análise prévia da bibliografia publicada durante os últimos anos sobre a sociedade civil em Cabo Verde. Neste contexto, foram analisados dados recentes do Mapeamento (versão 0) efetuado no quadro do projeto Pro-PALOP TL ISC (2017), assim como do último estudo diagnóstico realizado pela Plataforma das ONGs (2015). Foram igualmente analisadas as avaliações e estudos existentes em relação ao Programa Nacional de Luta contra a Pobreza e o programa POSER, assim como estudos sobre dinâmicas recentes, nomeadamente na área da economia social e solidária e o surgimento das Organizações da Sociedade Civil de Desenvolvimento.

Paralelamente, foram estudados mapeamentos de delegações europeias noutros países dos PALOP, tais como Moçambique e Angola, para elaborar uma estrutura e posteriormente um modelo de questionário pertinente.

Relativamente ao enquadramento histórico e sociopolítico (Capítulo 5), foi feita uma extensa pesquisa bibliográfica que incluiu obras, artigos científicos, relatórios sobre a realidade sociopolítica e económica de Cabo Verde, desde o período anterior à independência até à atualidade, de modo a compreender as dinâmicas inerentes à sociedade civil cabo-verdiana. No que concerne à análise do contexto legal e institucional (Capítulo 6), foram examinados documentos do ordenamento jurídico cabo-verdiano, mormente decretos, leis, i.e. os regimes jurídicos relativos às



associações/entidades de fim não lucrativo em Cabo Verde. Foram também consultados livros recentes e ainda, durante o percurso da elaboração do estudo, com o estabelecimento de contatos personalizados, acedeu-se a estudos e avaliações, muitas vezes internos e/ou pouco/não divulgados (estudos em versão 0). Neste sentido, foi criada uma biblioteca virtual no Google Drive, tendo em conta a inacessibilidade da Biblioteca e do Portal em linha da Plataforma das ONGs durante o período de investigação e elaboração deste estudo. Cabe destacar que a falta de acesso a informações públicas e a dispersão do Quadro legal revelaram-se bastante desafiantes durante a análise prévia ao estudo.

Após a revisão documental inicial, foram desenhadas as ferramentas para a realização do levantamento de dados precedente ao Mapeamento. Neste processo, tendo em conta a complexidade e a dimensão do diagnóstico a ser efetuado, a **metodologia** adotada foi de caráter **quali-quantitativo**, com o objetivo de dar lugar a um estudo descritivo e interpretativo

A metodologia adotada foi de caráter quali-quantitativo, com o objetivo de dar lugar a um estudo descritivo e interpretativo.

que buscava analisar a frequência de todas as variáveis do ponto de vista estatístico, estabelecendo um diálogo com os dados qualitativos, para outorgar maior profundidade analítica e interpretativa.

Igualmente, primou-se por uma abordagem qualitativa, participativa e inclusiva que levou ao desenho de ferramentas - e à contínua adaptação e flexibilidade das mesmas - com vista a garantir a intervenção direta de múltiplos agentes. Pretendia-se, assim, representar a pluralidade das organizações da sociedade civil e das autoridades cabo-verdianas, numa aposta por uma gestão democrática do poder de decisão. Aliás, o diagnóstico debruçou-se sobre questões fulcrais no tocante à igualdade de género, ao incluir, por exemplo, considerações vinculadas ao uso dessa abordagem por parte das OSC, assim como uma análise da distribuição por sexo dos cargos profissionais dentro das mesmas. Similarmente, foi contemplado o trabalho realizado pela sociedade civil em matéria de inclusão social e responsabilidade ambiental.

As **ferramentas quantitativas** - ponto I, II e III - consistiram em três questionários, aplicados às OSC e autoridades locais e, em menor escala, a algumas instituições nacionais. Para a aplicação das mesmas, a equipa da AT deu apoio permanente por via telefónica às organizações inquiridas durante o período de 25 de junho a 6 de setembro de 2019. Os dados procedentes dos questionários foram tratados com recurso ao programa estatístico SPSS versão 22 (Statistic Package for Social Science), que permitiu fazer a análise da consistência estatística dos dados recolhidos, como também o cruzamento das variáveis descritivas e analíticas mais relevantes para o estudo, imprescindíveis para os objetivos preconizados.

No entanto, como se verá a seguir, determinados constrangimentos exigiram alterar a metodologia de implementação dos questionários para garantir o carácter abrangente e participativo do estudo. Outrossim, devido à falta de registo das OSC e/ou à elevada quantidade de trabalho que é realizado de forma voluntária pelas mesmas, algumas respostas abertas e informações preenchidas nos questionários revelaram-se incompletas e/ou contraditórias - em muitos casos por falta de conhecimento das pessoas inquiridas - implicando um desafio para a interpretação dos dados.

Cabe reforçar que durante a aplicação dos inquéritos e a realização das mesas de diálogo, participaram maioritariamente os/as presidentes das OSC, ainda que no caso das ONGs de maior dimensão, se tenha observado uma maior participação dos quadros técnicos.

As **ferramentas qualitativas** aplicadas são resumidas no ponto IV - mesas de diálogo - e V - entrevistas.

I. a. Aplicação de questionários para as OSC

Primeiramente, foi **atualizada**, por via telefónica, a lista de contactos do **Guia das ONGs (2015)**, identificando-se os dados básicos de mais de 850 organizações (endereço, nome da pessoa responsável, área de intervenção, telefone e correio electrónico). Graças à amplitude deste levantamento inicial, participaram neste Mapeamento - agrupadas sob a denominação «OSC» - todos os tipos de organizações de carácter social, como ONGs, associações de desenvolvimento comunitário, associações juvenis e desportivas, fundações, organizações religiosas, cooperativas, organizações de carácter sindical e da área de microfinanças.

Em simultâneo, com os contactos iniciais, foi desenhada uma primeira versão do questionário

para o Inquérito em linha, através da ferramenta SurveyMonkey; o mesmo foi enviado numa **fase de teste para um total de 10 OSC participantes** - com o objetivo de excluir problemas técnicos no momento do preenchimento. A primeira versão de teste foi baseada num modelo de questionário distribuído durante os meses de novembro e dezembro de 2018, no quadro de sessões de consulta à sociedade civil. Tratava-se de um questionário curto que incluía questões abertas sobre temáticas pertinentes alinhadas com os objetivos do Mapeamento. A partir deste questionário preliminar visou-se conhecer, e posteriormente definir, as opções de resposta de escolha para o questionário final em linha.

Terminada a fase de teste e realizadas as correções necessárias, enviou-se o questionário a um total de 600 OSC (aquelas com suposto acesso a correio electrónico). Destas somente 459 receberam os e-mails com o questionário em linha.

Ilhas	E-mails entregues	E-mails devolvidos	OSC sem e-mails
Maio	22	2	21
Boavista	17	3	4
Brava	13	4	6
Fogo	51	20	39
Sal	25	17	7
São Nicolau	26	4	24
Santo. Antão	43	10	89
São Vicente	53	11	43
Praia – Santiago	115	22	56
Outros municípios na ilha de Santiago	94	31	71
Total	459	143	341

O questionário incluía 40 perguntas e 10 campos adicionais para a identificação das OSC (ver informação recolhida no Capítulo 4),



subdivididas em 4 áreas principais, refletindo assim os 3 principais objetivos do Mapeamento (ver p. 16):

- 1) Identificação da OSC;
- 2) Contexto da sociedade civil em Cabo Verde;
- 3) Capacidades existentes;
- 4) Parcerias, colaboração e articulação.

I) b. Aplicação presencial de questionários para as OSC

Ao longo da implementação do Inquérito *online* constataram-se fatores que limitavam a aplicação do questionário tais como a falta de conhecimentos informáticos das pessoas inquiridas, o desconhecimento de alguns termos técnicos usados no questionário, ex: *abordagem inclusiva, advocacy, relatório sombra*, etc. - assim como a falta de acesso a internet/

equipamentos informáticos e dificuldades linguísticas no domínio do português por parte das OSC (sendo o crioulo a língua materna cabo-verdiana).

Para remediar os fatores limitadores e permitir um acesso igualitário de participação de todas as OSC, foram organizadas 5 sessões presenciais para a aplicação dos questionários nas ilhas de Maio, Brava, Fogo e duas sessões na cidade da Praia. Assim, as OSC tiveram a oportunidade de preencher os inquéritos em **salas com equipamentos informáticos e com apoio e esclarecimentos por parte da equipa da AT**. Foi permitido, em alguns casos, a aplicação dos questionários em papel - quando a pessoa não tinha experiência com computadores - e nesses casos a equipa transferiu a informação para o sistema informático do SurveyMonkey.

Encontros realizados para a aplicação dos inquéritos

	Conselho da Praia (UniCV) 22 e 24 de Julho 2019	Santa Catarina 22 de Agosto 2019	Santa Cruz 13 de Agosto 2019	Ribeira Grande de Santiago 6 de Setembro 2019	Total
Nº Participantes e OSC	14	14	14	5	47
Homens	10	12	12	1	35
Mulheres	4	2	2	4	12

A pesquisa recolheu 189 questionários preenchidos de forma completa pelas OSC, que compõem a amostra das organizações da sociedade civil do presente estudo.

II) Questionário em linha para as autoridades locais

Um segundo Inquérito de 29 perguntas foi partilhado com todas as **Câmaras Municipais** dos 22 municípios, com o desígnio de se conhecer as suas relações com a sociedade civil. As 4 áreas e grande parte das perguntas eram iguais às do questionário aplicado à sociedade civil. Neste Inquérito, 17 das 22 Câmaras Municipais do país participaram, compondo a amostra de autoridades locais do presente estudo.

Paralelamente à aplicação dos questionários foram organizadas, entre os meses de junho de 2019 e novembro de 2019, mesas de diálogo na maioria das ilhas.

III) Questionário em linha simplificado para os ministérios

Adicionalmente, no âmbito institucional, foram contactadas as instâncias dos seguintes ministérios:

- Ministério das Finanças;
- Ministério da Agricultura e o Ambiente;
- Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas;
- Ministério de Educação/ Família e Inclusão Social;
- Ministério do Turismo.

Para este efeito, foi desenvolvido um questionário simples de 6 perguntas que procurava conhecer os programas de financiamento existentes, as OSC financiadas entre 2016 e 2019, assim como as dinâmicas de relacionamento com a sociedade civil e as boas práticas institucionais. O objetivo era cruzar as informações recolhidas pelos atores da sociedade civil com as das instituições públicas.

IV) Mesas de diálogo

Paralelamente à aplicação dos questionários foram organizadas, entre os meses de junho de 2019 e novembro de 2019, **mesas de diálogo** na maioria das ilhas sobre as temáticas principais dos inquéritos. As mesas contaram com a participação de um total de 93 OSC e tinham como objetivo aplicar questionários no terreno, confirmar conceitos e informações recolhidas no âmbito dos inquéritos e/ou difundir resultados preliminares dos questionários, dependendo do momento em que foram realizadas as mesas. Com a aprovação de todos/as os/as participantes, foram realizados registos audiovisuais e transcrições das mesas para que se pudessem refletir e citar as opiniões dos/as participantes posteriormente.

Mesas de diálogo realizadas nas ilhas

	Maio	Fogo	Brava	São Vicente	Santo Antão		Total
					Porto Novo	Ribeira Grande	
Data	25.06.2019	02.07.2019	03.07.2019	12.11.2019	14.11.2019	15.11.2019	
Nº OSC	12	21	13	19	16	12	93
Nº Participantes	13	21	13	19	16	12	94
Homens	10	16	7	6	8	8	55
Mulheres	3	5	6	13	8	4	39

No caso das ilhas de Sal, Boavista e São Nicolau, as mesas de diálogo, previstas para serem realizadas em abril de 2020, foram canceladas. Devido à situação da pandemia mundial provocada pelo novo Coronavirus COVID-19 e atendendo às orientações das autoridades nacionais para o isolamento social, definiu-se a realização de encontros via Skype ou telefone. Neste contexto, foram contactadas um total de 6 OSC.

Para a dinamização das mesas de diálogo, a AT apresentou alguns dos dados obtidos através dos questionários e dinamizou debates em torno dos mesmos com os/as participantes, mediante «seed questions» - perguntas abertas iniciais, que promoviam a participação de todos/as os/as presentes. Os dados apresentados e a moderação do discurso foram realizados dependendo de onde tinha lugar a mesa de diálogo e das OSC participantes, atendendo a características como urbano-rural, âmbito de trabalho, tipos de financiamentos a que já tiveram acesso, entre outras questões.

Relativamente a algumas temáticas pertinentes, foram realizados pequenos

encontros e mesas de diálogo para a discussão de temas específicos. Assim, foi realizada uma mesa de diálogo com a participação de 5 OSC na cidade de Praia que indicaram no questionário terem participado na elaboração de relatórios sombra no passado.

V) Entrevistas

A fim de reforçar e confirmar informações recolhidas pelos questionários durante a fase de análise estatística, foram realizadas cerca de 15 entrevistas com coordenadores/as de programas e organizações/instituições fundamentais. As pessoas entrevistadas incluem representantes de CRPs, de ONGs financiadas pela UE, de redes importantes, associações de desenvolvimento comunitário, sindicatos, instituições de microfinanças e programas de financiamento à sociedade civil mencionadas repetidamente nos questionários tal como o Programa das Plataformas ODS, o Programa POSER e o Fundo de Ambiente. Adicionalmente foram contactados e consultados os Estados membros da UE (ver a lista de entrevistas - anexo III).

A fim de confirmar informações recolhidas pelos questionários, foram realizadas entrevistas.



PARTE

I

OS RESULTADOS DO INQUÉRITO
- CONTEXTO, QUADRO LEGAL
E AS CAPACIDADES DAS OSC/AL

4. PERFIL DAS OSC E AL PARTICIPANTES

04

PERFIL

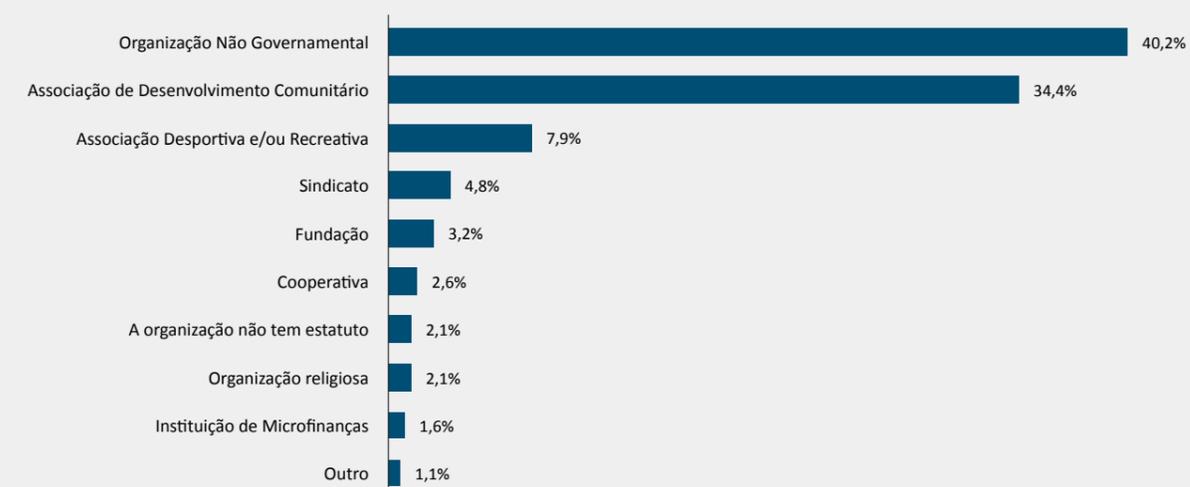
No Inquérito efetuado entre junho e setembro de 2019, participaram um total de 189 organizações da sociedade civil (OSC). Destas, 4 OSC (2,1%) indicaram não estar registadas oficialmente.

Relativamente ao tipo de organização e estatutos, a grande maioria das OSC participantes está constituída como Organização Não Governamental (ONG) (40,2%) e Associação de Desenvolvimento Comunitário (ADC) (34,4%), o que corresponde a 74,6% das OSC. As restantes OSC (25,4%) dividem-se entre associações recreativas e/ou desportivas, que têm o seu próprio Quadro legal e estatuto, (7,9%); Sindicatos (4,8%), Fundações (3,2%), Cooperativas (2,6%), Organizações religiosas (2,1%), Instituições de microfinanças (1,6%), OSC sem estatuto legal (2,1%) e OSC que colocaram «Outros» (1,1%) (ver gráfico 3).

Torna-se importante destacar que o Inquérito não pretende representar as percentagens reais da repartição entre ADC, ONGs e outras OSC no território nacional - sendo que a tipificação utilizada neste Mapeamento parte do próprio critério das organizações inquiridas. Um estudo diagnóstico por parte da Plataforma das ONGs realizado em 2015, demonstra que das 724 organizações cadastradas em todo o país, a maioria não é ONG (19,8%), mas sim associação de desenvolvimento comunitário (cerca de 73,5%).⁸

⁸ Plataforma das ONGs de Cabo Verde (2015). *Estudo diagnóstico das ONG em Cabo Verde*. Praia, p. 9.

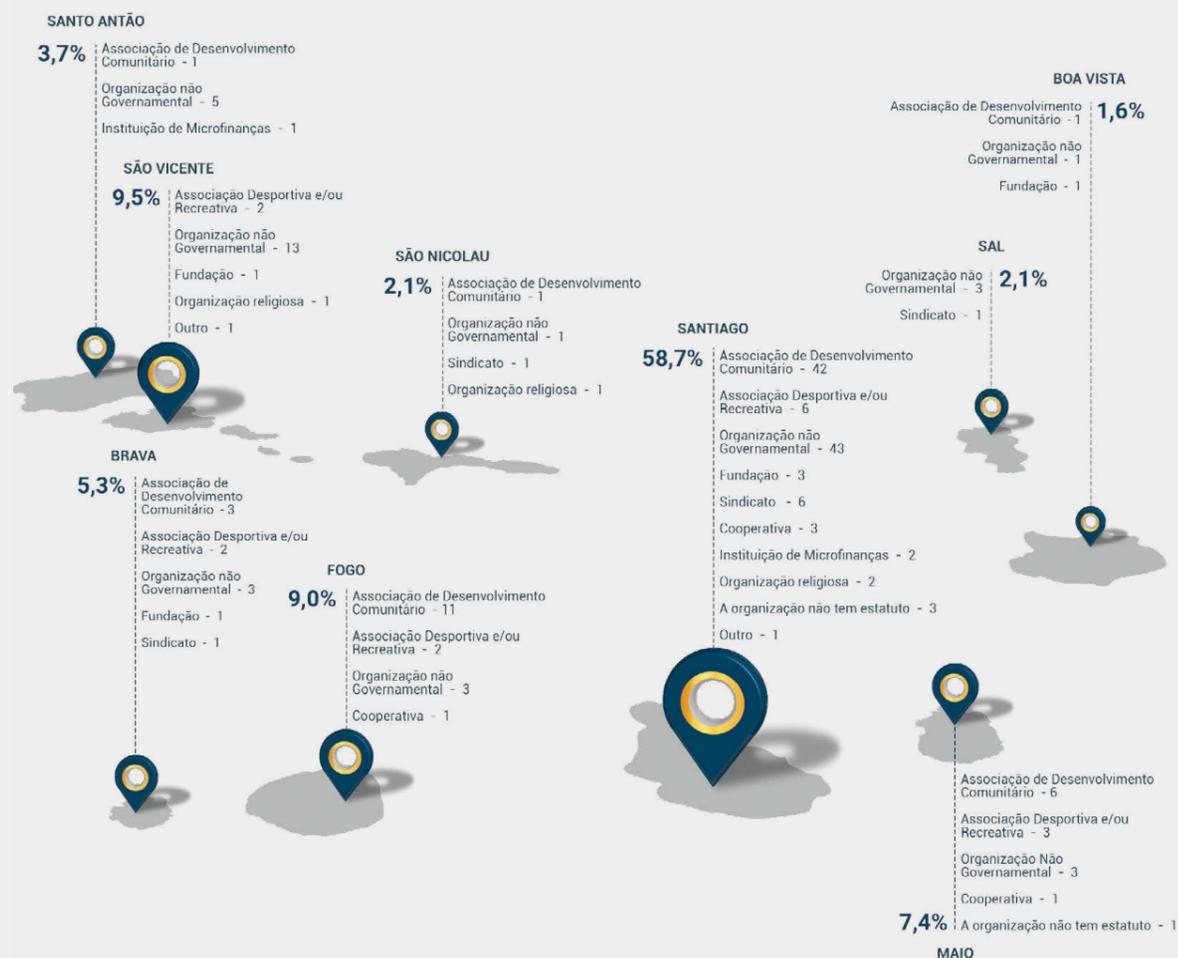
Gráfico 3: Tipo de OSC participante conforme o seu estatuto



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

No mapa seguinte pode-se verificar as OSC que participaram no estudo - considerando a ilha onde se encontra a sua sede principal.

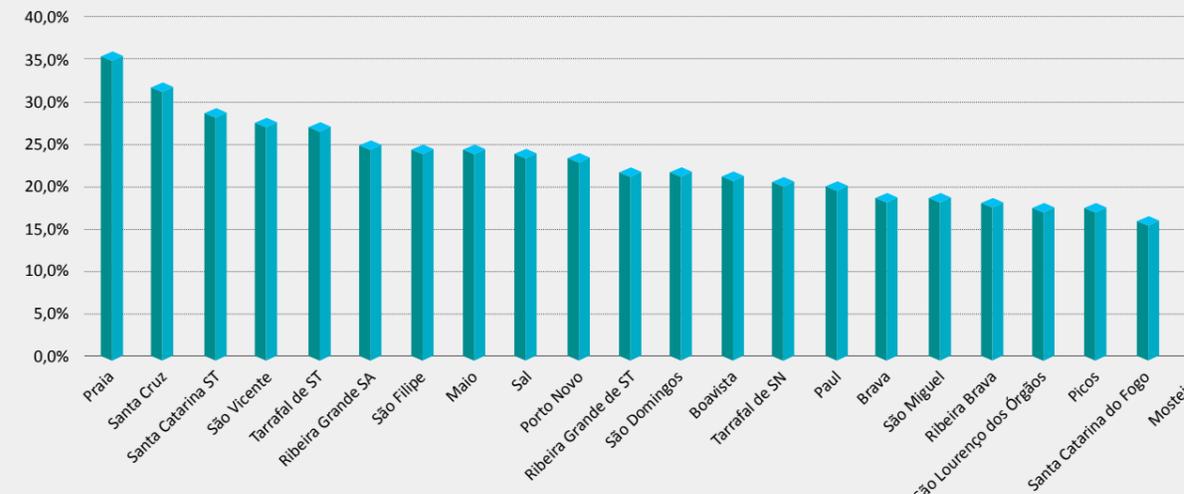
DISTRIBUIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL QUE PARTICIPARAM DO INQUÉRITO, POR ILHA E POR TIPO



Quando observamos as áreas geográficas de atuação das OSC, por município (gráfico 4), os resultados revelam uma maior dinâmica interventiva das OSC nos municípios das ilhas mais centrais (Santiago e São Vicente), i.e.: Praia (35,5%), Santa Cruz (31,8%), Santa Catarina de Santiago (28,6%), São Vicente

(27,5%) e Tarrafal de Santiago (27%). Nota-se, por outro lado, que os municípios mais pequenos têm menos intervenção, i.e.: Mosteiros (15,3%), Santa Catarina do Fogo (15,9%), Picos (17,5%), São Lourenço dos Órgãos (17,5%), Ribeira Brava (18%), Brava (18,5%) e São Miguel (18,5%).

Gráfico 4: Áreas geográficas de atuação por município

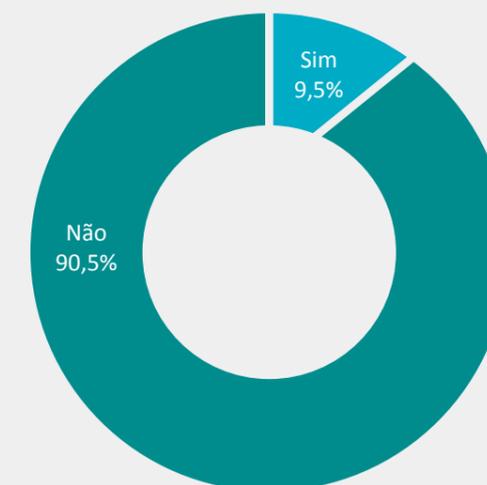


Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Existem assimetrias regionais fortes em Cabo Verde, sobretudo quanto ao acesso a informações e a recursos financeiros. A ilha de Santiago encontra-se numa situação paradoxal, visto que é a ilha com mais habitantes, onde está o centro administrativo e financeiro do país, mas simultaneamente a que apresenta os municípios mais pobres e com menor índice de desenvolvimento humano. Um dos fenómenos decorrentes desta situação tem sido a elevada migração rural, fenómeno que faz com que pessoas deixem as zonas do interior para procurarem melhores condições socioeconómicas nos centros urbanos da Praia.

Das OSC participantes 9,5% (18 OSC) são organizações que implementaram em 2019 um projeto financiado pela UE em Cabo Verde, seja de forma direta como requerente/corequerente ou de forma indireta enquanto associado a alguma atividade específica de um projeto com fundos europeus (gráfico 5).

Gráfico 5: OSC inquiridas que implementaram projetos da UE em 2019

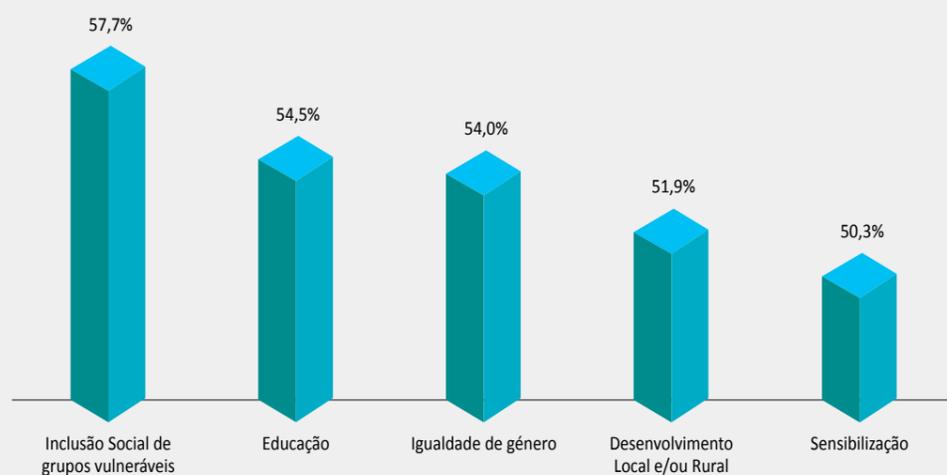


Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

As **áreas principais de intervenção** das 189 OSC participantes (gráfico 6) incluem:

- 1) A inclusão social de grupos vulneráveis, com 57,7% das OSC a trabalhar nesta área;
- 2) A educação com 54,5%;
- 3) A igualdade de género com 54%;
- 4) O desenvolvimento local e/ou rural com 51,9%;
- 5) A sensibilização com 50,3%.

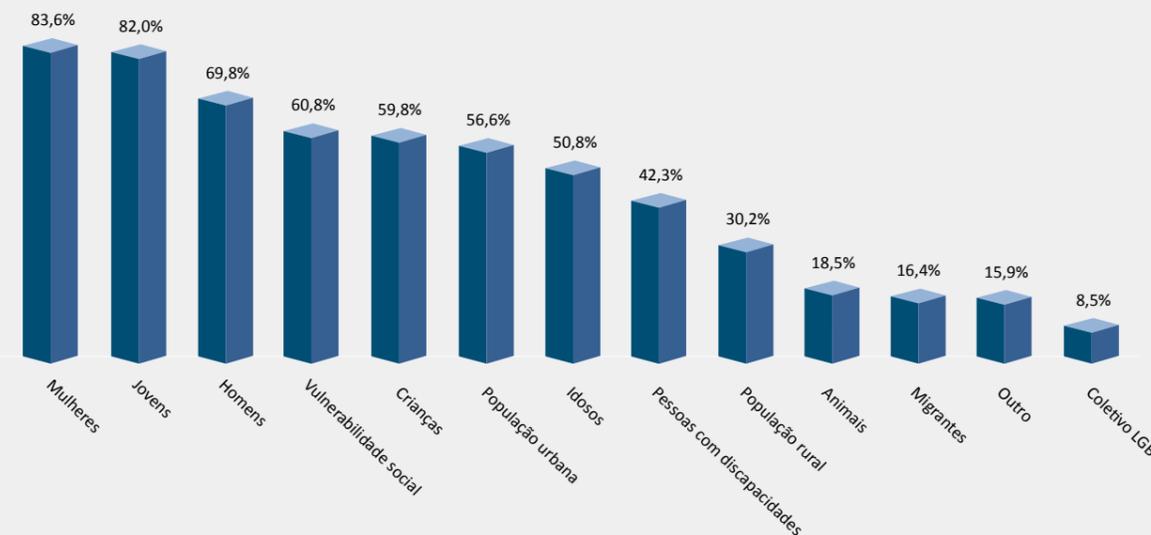
Gráfico 6: As áreas de atuação mais escolhidas pelas OSC



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Quanto aos principais **grupos-alvo e beneficiários** das ações desenvolvidas pelas OSC inquiridas (gráfico 7), nota-se que as mulheres (83,6%), os jovens (82%), as pessoas em situação de vulnerabilidade (60,8%), as crianças (59,8%), a população rural (56,6%) e os idosos (50,8%) constituem os objetivos prioritários. É interessante observar que a defesa dos direitos dos animais (18,5%) começa a constituir-se como um alvo de intervenção cada vez mais importante, estando mesmo à frente do grupo-alvo migrante (16,4%). Verifica-se também a preocupação com os direitos e a inclusão social do coletivo LGBTI (8,5%).

Gráfico 7: Principais grupos-alvo e pessoas beneficiárias das OSC



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE



PERFIL DAS AUTORIDADES LOCAIS PARTICIPANTES



Participaram um total de 17 Câmaras Municipais (CM) no quadro do Inquérito. As suas informações foram cedidas na sua maioria pelos Diretores e Assessores dos Gabinetes dos Presidentes das Câmaras Municipais e 3 foram preenchidos pelos Gabinetes de Estudos e Planeamento (GEP).

Das 17 CM, 7 implementaram em 2019 um projeto financiado pela UE em Cabo Verde, seja de forma direta como corequerente com fundos próprios (10 a 20%) ou de forma indireta associados a alguma atividade específica de um projeto com fundos europeus tal como o projeto «Cidades seguras e sustentáveis» da Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde (ANMCV).



5. ENQUADRAMENTO SOCIOPOLÍTICO E HISTÓRICO

Uma sociedade civil incipiente

Cabo Verde, até 1975, era uma **colónia portuguesa**. Enquanto colónia, o regime do Estado Novo não reconhecia a liberdade de associação, nem de expressão. A existente política de assimilação, através das restrições legais, condicionou a livre iniciativa dos cabo-verdianos em termos de participação em associações e espaços de tomada de decisões, limitando a sua soberania. As associações que manifestassem algum descontentamento e reivindicações contra o Governo poderiam ser sancionadas e repelidas, tanto em Portugal, como nas colónias.⁹

Durante esse período, desenvolveram-se as **práticas solidárias** que marcam ainda hoje o panorama da sociedade civil em Cabo Verde: *djuda* e *djunta-mo*. Podem ser consideradas formas informais de cooperação espontânea para resolver situações concretas e pontuais, deixando de existir logo que a situação acabe *sem prestar contas a ninguém*. «*Djuda*» significa, segundo Varela (1991)¹⁰ «*apoiar alguém para resolver um problema ou exercer uma atividade, sem esperar nada em troca*». «*Djunta-mo*» «*é uma espécie de compra e venda de força de trabalho, onde o dinheiro não entra. Só entra a força de trabalho*.» Ainda para além do *djuda* e *djunta-mo*, existiam, antes da independência, grupos de *tabanka* (organização coletiva de livre associativismo e interajuda de carácter cultural e religioso), de *funaná*, de *batuko* - grupos socioculturais, e também religiosos, que tecem formas específicas de sociabilidade.¹¹

Surgem também as primeiras associações funerárias, enquanto mecanismo de proteção social e que asseguram a realização comum das despesas ligadas aos funerais. Hoje em dia ainda existem, sobretudo na ilha de Santiago, associações funerárias e «*os grupos de interesses comuns - o miting, o boto, as tabancas, o toto-caixa, para além de várias organizações de base comunitária (...). que têm servido para proteger as camadas mais desfavorecidas, que se encontram insuficientemente cobertas ou não cobertas por outros sistemas de proteção social*»¹²

Essas formas de solidariedade típicas da sociedade cabo-verdiana podem ser vistas como fatores de sobrevivência socioeconómica de um certo cooperativismo inventado pelos/as cabo-verdianos/as na sua luta pela resistência e sobrevivência e que persiste na atualidade.¹³

O surgimento dos primeiros programas de assistencialismo no mundo rural

Enquanto país arquipelágico vulnerável com um clima semiárido, Cabo Verde sofreu ciclos de seca, ligados a períodos de fome, onde milhares de habitantes morriam, especialmente na década de 40 do século passado.

As fomes e as secas obrigaram, desde o período colonial, o Governo a assumir, gradativamente, um *carácter assistencialista* que se traduziu na adoção de uma política social direcionada para a criação de emprego

⁹ Segundo o Boletim Oficial de Cabo Verde nº 28 de 10 junho 1954.

¹⁰ Varela da Silva, Tomé (1991). *Djuda y Djunta Mo, Formas Informal (Marjinal?) di Koperativismu*. Encontro de Reflexão Sobre o Movimento Cooperativo cabo-verdiano. 1 a 3 de julho de 1991, Praia. p. 52-59. p.53.

¹¹ Teixeira, Ricardino J. D. (2016). *Estado e Sociedade civil em Cabo Verde e Guiné-Bissau: Djuntamon para novas relações*. Cadernos de Estudos Africanos [Online] 31. Posto online no dia 29 setembro 2016. Consultado o 30 abril 2020. URL: <http://journals.openedition.org/cea/2043>.

¹² Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade, Direção Geral da Solidariedade Social (2008). *Estratégia para o Desenvolvimento da proteção social de Cabo Verde*. Consultado o 15 julho 2020. URL: <https://www.mindbank.info/item/3612>, p.24.

¹³ Varela da Silva, Tomé (1991). *Djuda y Djunta Mo, Formas Informal (Marjinal?) di Koperativismu*. Encontro de Reflexão Sobre o Movimento Cooperativo cabo-verdiano. 1 a 3 de julho de 1991, Praia. p. 52-59. p.53.

05

ENQUADRAMENTO

05



público e renda sazonais para socorrer as populações mais pobres e rurais do país. Foi através do programa de «Apoio às vítimas sinistradas pela seca», de finais de 1960 a 1974, que se implementou um amplo programa de obras públicas, nomeadamente, construção de estradas, com recurso ao trabalho intensivo, visando prover a população camponesa atingida pela seca, de meios de subsistência.¹⁴

Após a independência, o Governo de Cabo Verde, com recurso ao Fundo de Contrapartida da Ajuda Alimentar e também através do próprio Orçamento do Estado, instituiu um **Programa de emergência para as populações rurais** mais afetadas pelo mau ano agrícola, disponibilizando-lhes meios alternativos de sobrevivência de emprego e renda. Este programa foi implementado através das **FAIMO** (Frentes de Alta Intensidade de Mão de Obra), geridas e executadas numa parceria entre o Governo, as Câmaras Municipais e as associações comunitárias. Os trabalhos concentraram-

¹⁴ Coelho de Carvalho, J. M. (2012). *Os liames de Solidariedade entre o Estado e as Organizações de Economia Solidária na Luta Contra pobreza nas comunidades rurais em Cabo Verde*. Tese de Doutoramento. Brasília. Consultado o 16 julho de 2020. URL: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922013000100013 p.161.

se, principalmente, nas obras de conservação de solos e água no âmbito da luta contra a desertificação, na construção e reabilitação de estradas, caminhos vicinais, infraestruturas comunitárias e habitações sociais.¹⁵

As ONGs no período do partido único

Com o início da 1ª República (1975 a 1991), o partido PAIGC (Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde)¹⁶ assumiu toda a organização da vida económica, política e cultural. No sentido de gerir o processo de desenvolvimento, o Estado de partido único procurava suprimir a autonomia da sociedade civil, promovendo organizações da sociedade civil de massas que eram subvencionadas pelo Orçamento do Estado e institucionalizadas pela Constituição (1980, artigo 7.º). Assumindo para si as ações de luta contra a pobreza, as organizações não partidárias da sociedade civil foram desincentivadas em favor das organizações de

¹⁵ Idem. p.163.

¹⁶ Convém salientar que o PAIGC governou Cabo Verde e Guiné-Bissau de 1975 a 1980. Com o golpe de Estado na Guiné-Bissau em novembro de 1980, Cabo Verde passou a ser governado pelo PAICV e Guiné-Bissau por PAIGC, dando a ruptura histórica do partido.

massas, tais como a Organização dos Pioneiros Abel Djassy (OPAD), a Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC), a Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV), os Sindicatos (UNTC-CS) e o Instituto Nacional das Cooperativas (INC). Até 1988 só as organizações de massa eram reconhecidas como ONGs a nível nacional.¹⁷

O documento «*Analyse Sommaire de la Situation Demographique du Cap-Vert (1995)*» enfatiza que as atividades das ONGs internacionais em Cabo Verde começaram, em 1975, com a independência nacional. Os domínios tradicionais das intervenções dessas organizações estavam enquadrados nos objetivos gerais das políticas nacionais das populações, designadamente o desenvolvimento do associativismo, alfabetização, proteção materno-infantil e planificação familiar, cuidados primários de saúde, etc. Até 1987 existiam no país pelo menos 40 ONGs estrangeiras, trabalhando em regime mais ou menos permanente.¹⁸ Nesse período, o Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade centralizava as relações com as ONGs estrangeiras enquanto parceiras do Estado.

¹⁷ Cardoso, Humberto (2016). *O partido único em Cabo Verde, um Assalto à Esperança*, Pedro Cardoso Livraria. Praia, p.190.

¹⁸ Biaye, Mady (1995). *Analyse Sommaire de la Situation Démographique du Cap-Vert*. Unidade de Recursos Humanos, Direção Geral do Planeamento. Ministério Cabo-verdiano da Coordenação Económica. Praia, p.66.

A experiência das cooperativas em Cabo Verde

Sob a tutela do partido único, começou a promover-se o **cooperativismo** como organização socioeconómica instituída com base em valores de solidariedade social para a resolução de problemas comuns. O movimento de cooperativismo não era novo: Nos últimos anos da Administração Colonial, de 1897 a 1975, foram criadas as primeiras cooperativas de funcionários públicos e cooperativas agrícolas nas ilhas de Santo Antão e Fogo.¹⁹

Neste cenário foram concebidas as bases necessárias: Em 1975 foi criada a Central das Cooperativas de Cabo Verde que se converteu em 1978 no Instituto Nacional das Cooperativas (INC) e em 1979 foi publicada, mesmo antes da Lei sobre associações sem fins lucrativos (1987), a Lei de Bases Gerais das Cooperativas. Para financiar as cooperativas, foi concebido em 1981 o Fundo de Apoio às Cooperativas (FAC), organismo público dotado de autonomia financeira e administrativa, e responsável pela coordenação das ajudas externas ao setor e pelo surgimento de centenas de unidades cooperativas.²⁰

¹⁹ OIT (1981). *Relatório de Missão ao Governo da República de Cabo Verde Sobre a Apoio ao Instituto Nacional das Cooperativas e Formação e Educação Cooperativa*. Genebra. p. 23.

²⁰ Fórum Cooperativo (2001). *Diagnóstico Estratégico da Animação Rural e Promoção Cooperativa*. Praia. p-1-7, p.1.



Em 1980, existiam em Cabo Verde 10 organizações com personalidade jurídica de cooperativa, sendo que destas, 6 eram de consumo. A maior percentagem das cooperativas (90%) localizava-se na ilha de Santiago e 72% do total das organizações (cooperativas e pré-cooperativas) encontravam-se nesta ilha.²¹

No *Encontro de Reflexão Sobre o Movimento Cooperativo Cabo-verdiano*, de 1991, criticou-se o enquadramento do movimento cooperativo cabo-verdiano pós-independente. A intervenção excessiva do Estado foi considerada como uma das causas do fracasso das cooperativas. Com o processo de liberalização iniciada por Cabo Verde nessa altura iniciou-se a diminuição da influência das autoridades públicas nas estruturas cooperativas.²²

A fase do liberalismo (1991-2001) – O florescimento das ONGs e o início do fim do cooperativismo

Com a abertura política e as eleições legislativas em 1991, pôs-se fim ao regime político de partido único e introduziu-se o pluralismo. Nasceu um novo modelo baseado nos direitos humanos, na cidadania e na descentralização, ligado ao surgimento das ONGs que defendiam estes valores. O setor que conheceu uma maior expansão na luta pela efetivação de direitos de cidadania e descentralização foi o das ONGs e das associações comunitárias. Até 1990, apenas 11 ONGs estavam recenseadas.²³

Este modelo de Estado mais liberal, apostou numa economia de mercado, começando a desinteressar-se pelo movimento cooperativo. Assim, a partir daí o cooperativismo começou a entrar em decadência. Em março de 1999, a Lei



sobre as cooperativas ficou inserida no Código das empresas comerciais. No início do ano 2001, das cerca de 287 cooperativas legalizadas em Cabo Verde, repartidas em 22 ramos de atividades, apenas 85 estavam a funcionar.²⁴

Em junho de 1991, realizou-se o primeiro encontro das ONGs e em 1992 já existiam 22 ONGs e várias outras associações em Cabo Verde. Em abril de 1993, a Cidade de Praia acolheu o segundo encontro no quadro de um projeto do PNUD de apoio às ONGs. A assembleia constituinte das ONGs de Cabo Verde foi realizada no período de 15 a 16 de junho de 1996, no âmbito da qual foi criada a Plataforma das ONGs de Cabo Verde. Em 2002, contavam-se cerca de 100 ONGs, muitas das quais criadas nos anos 80 por iniciativa autónoma da sociedade civil, sendo a maioria filiada numa entidade única, a Plataforma das ONGs.²⁵

No início do ano 2000, muitas ONGs, em cooperação com as nacionais ou estrangeiras, (OMCV, MORABI e a Citi-Habitat, por exemplo), concentraram as suas ações nos seguintes domínios: *Ensino e formação profissional, proteção da família (da mulher e da criança) com base na saúde integral da mulher e saúde materno-infantil, planeamento familiar e saúde reprodutiva, desenvolvimento comunitário, promoção empresarial, ambiente, infraestruturas e saneamento básico, pobreza e satisfação das necessidades básicas*.²⁶

O Programa PL 480 - Abordagem Descentralizada e Participativa das Associações Comunitárias

Na década de 1990, o Governo de Cabo Verde teve a iniciativa de continuar a reproduzir as experiências das FAIMO e contou neste caminho com a importante parceria do **Programa Cape Verde PL 480**, um Programa de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Agrícola, implementado pela ONG americana ACDI/VOCA com o financiamento da USAID.

No âmbito do programa PL 480, fomentou-se a criação de **associações comunitárias** nas ilhas com mais tradição agrícola (Santo Antão, São Nicolau, Santiago e Fogo). As associações e comunidades agrícolas identificavam as obras de conservação do solo necessárias, com o apoio técnico do PAR (Programa de Assistência Rural) que trabalhava em articulação com o Ministério de Agricultura e recebiam formação e assistência técnica em engenharia rural e contabilidade para execução das obras. Adicionalmente promoviam-se atividades geradoras de rendimento, diversificando os meios de subsistência da população. Em 1996, com a assistência da ACDI/VOCA, as associações criaram a Organização das Associações de Agricultores, Pecuários e Avicultores da ilha de Santiago.²⁷

AACDI/VOCA trabalhou em Cabo Verde de 1992 a 2007. Foi esta organização que introduziu o sistema de **microcrédito moderno** em Cabo Verde. Durante o período em que esteve em Cabo Verde foram concedidos mais de 33 000 microcréditos e foi introduzida uma *abordagem descentralizada e participativa* que resultou na elevação da autoestima dos trabalhadores motivando-os à auto-organização, a produzir com qualidade e a responsabilizarem-se pela manutenção das infraestruturas.²⁸

A estratégia de responsabilizar a comunidade pela identificação dos projetos, definição das prioridades, execução dos trabalhos e ainda pela gestão e manutenção dos mesmos tornou-se um modelo de atuação que foi adotado por outros parceiros internacionais com presença em Cabo Verde e, no ano 2000, pelo Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (PNLR).

PNLP – O Programa Nacional de Luta contra a Pobreza

O Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP) foi lançado em 1997 como resposta do Governo aos compromissos do país na Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social (Copenhaga, 1995) com o objetivo de reduzir a pobreza de maneira sustentável, promover a coesão social e aumentar a participação dos cidadãos. Com efeito, o PNLP surge em substituição às FAIMO e ao projeto PL 480 enquanto estrutura institucional que

²¹ Emmanuel Kandem (1991). *L' O.I.T et les Cooperatives en Afrique*, in *Encontro de Reflexão Sobre o Movimento Cooperativo cabo-verdiano*. Praia. 1 a 3 de Julho de 1991, p.63.

²² Idem, p.32.

²³ Teixeira, Ricardino J. D. (2016). *Estado e Sociedade civil em Cabo Verde e Guiné-Bissau: Djuntamon para novas relações*. Cadernos de Estudos Africanos [Online] 31. Posto online no dia 29 setembro 2016. Consultado o 30 abril 2020. URL: <http://journals.openedition.org/cea/2043>, p. 121.

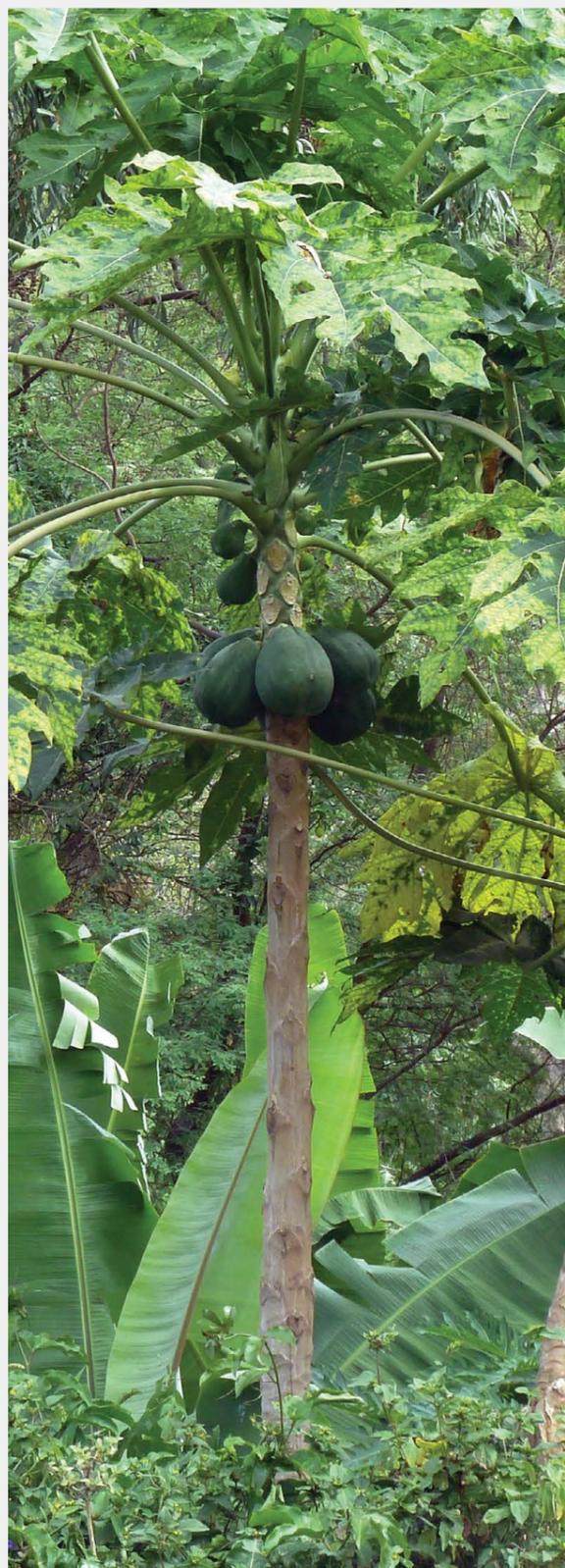
²⁴ Fórum Cooperativo (2001). *Diagnóstico Estratégico da Animação Rural e Promoção Cooperativa*. Praia. p-1-7, p 3.

²⁵ Ferreira Couto, C. (2002). *Antropologia do Desenvolvimento: Santiago de Cabo Verde, um estudo de caso*. Cadernos de Estudos Africanos [Online], 3. Posto online no dia 16 outubro 2013, consultado o 17 agosto 2020. URL: <http://journals.openedition.org/cea/1092>.

²⁶ Idem.

²⁷ Coelho de Carvalho, J. M. (2012). *Os liames de Solidariedade entre o Estado e as Organizações de Economia Solidária na Luta Contra pobreza nas comunidades rurais em Cabo Verde*. Tese de Doutorado. Brasília. Consultado o 15 julho de 2020. URL: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922013000100013 p.161.

²⁸ Documentário: *ACDI/VOCA's work in Cape Verde 1992-2007*. Consultado o dia 20 de Julho 2020 URL: https://www.youtube.com/watch?v=UUw7kXn7_vg



visa administrar iniciativas de redução de pobreza. Neste sentido, em 2002, foi elaborado no quadro do PNPL o *Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP)*, principal instrumento de planeamento do Orçamento do Estado até ao ano 2016.²⁹

Em parceria com as associações comunitárias, a metodologia usada pelo Programa era assente na perspetiva *bottom-up*, visto que o processo de tomada de decisões partia dos sujeitos a nível das comunidades.³⁰

O Programa Nacional de Luta contra a Pobreza dividia-se em três componentes:

- Projeto A: Desenvolvimento do Setor Social (PDSS);
- Projeto B: Luta contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR);
- Projeto C: Promoção Socioeconómica de Grupos em Desvantagem (PSGD).

O Projeto B: **Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR)**, lançado em 2000, foi a vertente mais importante do Programa PNLP, tendo como objetivo «*reduzir a pobreza rural através do desenvolvimento do capital social dos pobres, assente na mobilização das potencialidades existentes no domínio de iniciativas económicas e sociais a nível das comunidades locais.*»³¹ Funcionou durante 12 anos, até 2012 (em diferentes fases). A partir de 2013, este programa passou a ter a designação de Programa de Oportunidades Económicas Rurais (POSER).

Desde o seu início, em 2000, o programa funcionou em duas fases - a fase I que decorreu entre 2000 e 2008, e a fase II que abrangeu 2009 a 2012. O financiador do programa era e continua

²⁹ OIT (2012). *A Proteção Social em Cabo Verde: Situação e Desafios*. CIF OIT. Turim, p. 160.

³⁰ Pires, Ana Rita (2007). *Associativismo e Desenvolvimento Local em Cabo Verde: Notas sobre alguns percursos de revitalização rural*. Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER). Faro. Universidade do Algarve. Consultado o dia 15 de julho 2020. URL: <http://hdl.handle.net/10961/3812>, p. 6.

³¹ Idem.

a ser o FIDA (Fundo de Desenvolvimento Agrícola), fruto de um acordo de empréstimo assinado em 1999 com o Governo de Cabo Verde. A partir de um orçamento total de US\$ 18,3 milhões de dólares, sendo do FIDA (50%), do Governo de Cabo Verde (36%) e das contribuições da comunidade (14%), foram reinvestidos um total de 482,9 milhões de CVE no âmbito do PLPR, sendo que 75% dos fundos foram atribuídos a atividades sociais e 25% a atividades relacionadas com atividades geradoras de rendimento.³²

A nível individual, o setor da habitação foi responsável por mais de metade dos fundos, seguido pelo setor da água e saneamento. Os projetos agrícolas representavam a iniciativa geradora de rendimento mais importante, com 14% do orçamento. O número total de pessoas ou agregados familiares que participaram em algum momento da fase I do PLPR foi de 16 520. 81% dos beneficiários estiveram envolvidos em um dos três programas de habitação social, água ou educação.³³

Durante a primeira fase do PNLP, os projetos eram agenciados pela Agência Cabo-verdiana de Promoção do Emprego e Desenvolvimento Local (AGECABO), que tinha a responsabilidade da elaboração de programas de concursos, cadernos de encargos, seleção e adjudicação de obras, executadas em regime de empreitada por empresas, associações comunitárias e ONGs.³⁴

As CRPs – Comissões Regionais de Parceiros

Em 2003, são criadas as Comissões Regionais de Parceiros (CRPs) através da Lei

³² OIT (2012). *A Proteção Social em Cabo Verde: Situação e Desafios*. CIF OIT. Turim, p. 166.

³³ Idem, p. 167.

³⁴ Santos, J. e Cardoso, E. (2016). *PNLP/POSER: Estudo do Quadro Institucional de Parceria para a Promoção do Desenvolvimento Local: A problemática da sustentabilidade das CRP- Programa de Oportunidades Económicas Rurais (POSER)*. Relatório de Consultoria (Versão Zero). Praia, p.6.

nº35/VI/2003, de 15 de setembro, procurando melhores mecanismos de luta contra a pobreza. Esta lei define as CRPs como «*associações de direito privado, sem fins lucrativos, dotadas de personalidade jurídica própria*» e permite que elas adquiram, automaticamente, o estatuto de pessoas coletivas de utilidade pública com o registo da sua constituição.³⁵ A sua diferença de fundo em relação a outras associações de fim não lucrativo reside no fato do **Estado lhes assegurar financiamento direto ao seu funcionamento corrente** através da realização dos Programas de Luta contra a Pobreza no Meio Rural, designadamente o PLPR (2000 a 2012) e o POSER (2013 a 2017).

As CRPs são constituídas por vários parceiros/associados na sua região, mormente as associações de desenvolvimento comunitário, ONGs, Câmaras Municipais e serviços desconcentrados do Estado. São responsáveis pela aprovação dos projetos pelas assembleias comunitárias, pelo controlo social e a disponibilização de um espaço para o debate e a decisão participativa das prioridades de desenvolvimento das comunidades. Os membros das associações devem ser moradores das localidades envolvidas.

No âmbito do programa POSER em vigor, as CRPs deparam-se com uma situação de adaptação e ameaça da sua sustentabilidade, pois o atual Governo já não as considera como parceiros fundamentais no combate à pobreza, apostando em trabalhar diretamente com instituições governamentais e as Câmaras Municipais.³⁶ (mais informação em relação ao Programa POSER pode ser encontrada no Capítulo 8, p.110).

³⁵ Idem, p.4.

³⁶ Santos, J. e Cardoso, E. (2016). *PNLP/POSER: Estudo do Quadro Institucional de Parceria para a Promoção do Desenvolvimento Local: A problemática da sustentabilidade das CRP- Programa de Oportunidades Económicas Rurais (POSER)*. Relatório de Consultoria (Versão Zero). Praia, p.33.

06

AMBIENTE

6. O AMBIENTE INSTITUCIONAL E LEGAL DA SOCIEDADE CIVIL NA ATUALIDADE

6.1. As tipologias das OSC e o Quadro legal

A Constituição da República de Cabo Verde e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) 2017-21 não propõem uma definição específica das OSC. No entanto, o artigo 7.º da Constituição (2010), afirma que uma das subtarefas do Estado é «*incentivar a solidariedade social, a organização autônoma da sociedade civil, o mérito, a iniciativa e a criatividade individual.*»

Em Cabo Verde, o reconhecimento de associações para efeitos de aquisição de personalidade jurídica é da competência do Ministro da Justiça, através do **Sistema Nacional de Registo das Pessoas Coletivas (SNRPC)**.

Atualmente (Data de consulta no Cartório - 5 de março de 2020) estão **registadas 968**

Uma das tarefas do Estado é «incentivar a solidariedade social, a organização autônoma da sociedade civil, o mérito, a iniciativa e a criatividade individual.»

associações de fins não lucrativos através do Sistema Nacional de Registo das Pessoas Coletivas (SNRPC) a nível nacional e 577 destas estão localizadas na cidade da Praia. Esses números indicam um fraco registo de associações formais nas ilhas periféricas e nas zonas rurais, ligado provavelmente à falta de acesso a financiamentos a nível descentralizado e uma alta centralização dos serviços de apoio na capital. Verifica-se igualmente que o Ministério da Justiça não tem conhecimento do número de associações ativas e uma vez registadas, não existem mecanismos para assegurar a conformidade com a lei das atividades das OSC.

A lei que instituiu a liberdade de associação entrou em vigor em dezembro de 1987 (**Lei n.º 28/III/87 de 31 de dezembro**). Para além desta lei, o **Código Civil a partir do artigo 162.º** dá orientações reais pertinentes para o funcionamento das associações de fim não lucrativo. Em 2003, definiu-se um novo regime jurídico geral da constituição de associações de fim não lucrativo (**Lei n.º 25/VI/2003 de 21 de julho**), que veio revogar a Lei n.º 28/III/87 de 31 de dezembro.

Em termos legais, todas as organizações que são de fins não lucrativos estão enquadradas no regime jurídico geral da lei de 2003, sem existir nenhum tipo de distinção entre as organizações. No entanto, numa análise mais aprofundada dos atos legislativos promulgados pela Assembleia Nacional, no âmbito do artigo 2.º da **Lei n.º 69/VII/2010 de 16 de agosto** - que estabelece o regime de parcerias público-privadas de âmbito regional, municipal ou local - surgem categorias de OSC diferenciando entre ONGs e associações comunitárias (artigo 2.º):



- «**Organização da Sociedade Civil (OSC)**» - organização privada sem fins lucrativos;
- «**Organização Não Governamental (ONG)**» - organização da sociedade civil que tem por objetivo específico o apoio à autopromoção social, cultural e económica das populações ou de determinadas categorias sociais ou a realização de fins específicos de natureza sectorial.
- «**Associação Comunitária**» - organização da sociedade civil de base comunitária em que os/as cidadãos/ãs se associam com o objetivo de promoção e desenvolvimento socioeconómico de uma determinada comunidade local ou agrupamento de comunidades locais de um determinado território municipal.

Em 2016 surge uma nova designação - as **OSCD - Organizações da Sociedade Civil de Desenvolvimento - (Lei n.º 114/VIII/2016 de 22 de março)**, definidas (artigo 3.º) como pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos, cujo âmbito de atividades (artigo 5.º) abrange o nível «comunitário, municipal, nacional, regional e internacional (...)». A principal diferença relativamente às associações de fins não lucrativos, deve-se ao fato das OSCD terem que demonstrar e apresentar no pedido de registo um «Plano de atividades para o ano em curso» e «Meios de financiamento» (artigo 3.º). No Cartório onde se realiza o registo, no sistema SNRPC, verificou-se que atualmente (Data de consulta -5 de março de 2020) só 8 organizações

estão inscritas nesta categoria. Considerando as condições de disponibilidade de meios de financiamento no momento de registo, pode-se concluir que este regime é aplicado maioritariamente a ONGs estrangeiras que têm a sua sede fora do país e querem apenas realizar ações ou atividades específicas em Cabo Verde e/ou ONGs que já atraíram fundos externos. Neste caso, este regime pode ser usado pelas OSC europeias requerentes do Programa temático das OSC/AL.

Além da Lei geral das associações de fim não lucrativo (2003) e das Organizações da Sociedade Civil de Desenvolvimento (2016), o Quadro legal define as seguintes subcategorias:

As **associações juvenis** são definidas de forma separada (Lei 26/VI/2003, de 21 de julho) como instituições de jovens com personalidade jurídica, sem fins lucrativos e que prosseguem objetivos de acordo com a Constituição e a lei. A lei (artigo 2.º) define que os menores com idade igual ou superior a 14 anos gozam de capacidade jurídica para o exercício do direito de associação. Uma prática que já existia em muitas associações sem fins lucrativos e que desta forma foi institucionalizada. Adicionalmente, estas associações gozam de várias modalidades e formas de apoio (artigos 11.º a 14.º) na área financeira, jurídica, institucional e material por parte do Estado, assim como de isenções e benefícios (artigo 19.º), denotando a vontade do Estado em apostar no associativismo juvenil.

Verifica-se que as **associações desportivas** estão igualmente enquadradas no regime especial - o Decreto nº 34/88, de 17 de abril. As associações, assim como federações ou escolas de iniciação desportiva de fim não lucrativo podem ter acesso a apoios do Governo, incluindo a comparticipação financeira, cedência e o acesso a espaços desportivos que seja da sua propriedade ou que esteja sob sua gestão. Além disso, a Lei nº 18/IX/2017 de 13 de dezembro que aprova as bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto em Cabo Verde, permite que pessoas coletivas sem fins lucrativos - atletas e movimentos desportivos possam aceder a fundos e assinatura de contratos programa com o Governo. É considerado tarefa do Estado, através das suas instituições públicas, promover o desporto enquanto via importante de integração e promoção socioeconómica, de educação e de fortalecimento das relações humanas. Neste sentido, estas associações e organismos da sociedade civil privados e organizados, recebem apoios formais do Estado.

Além das organizações sem fins lucrativos, a legislação cabo-verdiana contempla outros tipos de organizações que também podem ser consideradas como parte da sociedade civil; como as associações religiosas, as cooperativas, o setor de microfinanças ou as organizações sindicais.

A Lei nº 64/VIII/2014 de 16 de maio estabelece o **regime jurídico da liberdade de religião e de**

culto em Cabo Verde. Esta lei aporta (artigo 2.º) um conjunto de definições, entre as quais figuram: «Coletividades religiosas», «Organizações religiosas», «Instituições religiosas»: organismos autónomos constituídos, instituídos ou fundados pelas igrejas, comunidades ou organizações religiosas, designadamente organismos de enquadramento de fiéis consagrados mediante votos, associação, assim como fundações para a prossecução de qualquer das suas funções ou dos seus fins. As organizações religiosas são livres na sua organização e na das respetivas instituições religiosas (artigo 17.º), e podem ainda, sem qualquer discriminação, exercer atividades com **fins não religiosos** (artigo 20.º), incluindo atividades comerciais e outras lucrativas (que sejam instrumentais), ter escolas privadas e cooperativas, universidades, faculdades e institutos de ensino superior, ações de beneficência, de cultura e prestações de cuidados de saúde. Num Decreto-regulamentar de 2016 (nº 6/2016 de 16 de abril) é criado um **Sistema Nacional de Registo das Coletividades Religiosas (SNRCR)**, cuja função é organizar os registos das igrejas, comunidades, organizações ou instituições religiosas.

A Lei nº 122/VIII/2016 de 24 de março que estabelece o **regime jurídico da economia social**, identifica as entidades da economia social (artigo 5.º), e destaca também as cooperativas. Contrariamente às definições da UE, no Quadro legal cabo-verdiano ficam excluídas, até certo ponto, as cooperativas do panorama das organizações da sociedade civil.

Quanto às **cooperativas** («sociedades com número de sócios e capital variáveis, que exercem a sua atividade com base na cooperação e entajuda dos sócios e na observância dos princípios cooperativos»), poderia considerar-se que em termos legislativos houve um retrocesso ao enquadrá-las como empresas comerciais (Decreto-legislativo nº 2/2019 de 23 de julho). Em muitos países, a cooperativa pode ser classificada como instituição do terceiro setor,

pelo fato de promover o desenvolvimento socioeconómico para milhares de pessoas e de ter a particularidade de, mesmo tendo lucro, não o distribuir entre os dirigentes, mas reinvestindo-o na própria cooperativa e comunidade onde está inserida. Contudo, nota-se que a lei (artigo 358.º do Código das empresas comerciais) permite que as cooperativas solicitem o estatuto de interesse público, ainda que enquadradas como empresas comerciais. Neste sentido e para favorecer o alinhamento com o estatuto de interesse público, alguns intervenientes do setor mencionam a necessidade de alterar o estatuto das cooperativas e repensar o seu Quadro legal:

«Tem que trabalhar-se o quadro do cooperativismo. Quando uma pessoa tem um tipo de negócio que poderia funcionar em comunidade, não é vantajoso formar uma cooperativa para a pessoa, porque não existe um Quadro legal que a proteja. Se for montada uma cooperativa, é o Código comercial das empresas que se aplica. Então é preferível montar uma microempresa. Mas uma microempresa não é comunitária. A nível da organização, quando se entra em questões legais, uma pessoa tem que fazer uma escolha e nunca é vantajoso fazer uma cooperativa.»

Entrevista com um especialista em associativismo, Fevereiro 2020

O regime de exercício da atividade de **microfinanças** por parte de associações privadas está regulado na Lei nº 12/IX/2017 e que veio proceder à alteração do regime jurídico da atividade das microfinanças, aprovado pela Lei nº 83/VIII/2015, de 16 de janeiro, face à existência de práticas de microcrédito no país, e de modo a regular o setor. O diploma considera microfinanças (artigo 3.º), como «a atividade exercida pelas entidades autorizadas e que consiste na prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis a favor das populações de baixo rendimento, normalmente excluídas do sistema financeiro tradicional.» (mais informação em relação ao setor de microfinanças pode ser encontrada no Capítulo 8, p.114)

Em relação aos **sindicatos**, a Constituição de Cabo Verde reconhece a todos/as os/as trabalhadores/as a liberdade de criação de associações sindicais ou de associações profissionais para a defesa dos interesses e direitos coletivos e individuais, gozando os mesmos de plena autonomia organizacional, funcional e de regulamentação interna. Portanto, a democracia permitirá, a partir dos anos 90, a criação de condições jurídicas institucionais para a materialização do pluralismo e liberdade sindical em Cabo Verde, através da publicação do **Decreto-Lei 170/91 de 27 de novembro**, sobre Direito de associação sindical, e das normas incluídas na Constituição de 1992.³⁷ **As duas centrais sindicais, a UNTC-CS** (União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde – Central Sindical), e a **CCSL** (Confederação Cabo-verdiana dos Sindicatos Livres) fazem parte do Conselho de Concertação Social, estando presentes no diálogo social como representantes dos/as trabalhadores/as.

Nesta análise de tipologias que o Quadro legal cabo-verdiano oferece, pode-se fazer ainda a classificação das **Comissões Regionais de Parceiros**, que são associações de direito privado, sem fins lucrativos, dotadas de personalidade jurídica própria, criadas no âmbito da execução dos Programas Nacionais de Luta contra a Pobreza e que se regem pela Lei nº 35/VI/2003, de 15 de setembro.

³⁷ Coelho de Carvalho, J. M. (2012). *Os liames de Solidariedade entre o Estado e as Organizações de Economia Solidária na Luta Contra pobreza nas comunidades rurais em Cabo Verde*. Tese de Doutoramento. Brasília. Consultado o 15 julho de 2020. URL: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922013000100013. p.41.

Neste contexto de grande dispersão legislativa, e de modo a facilitar a compreensão, o presente estudo decidiu empregar as definições correntes usadas pelas próprias OSC e fazer a distinção entre as **associações de desenvolvimento comunitário** (ADC), com âmbito geográfico a nível da comunidade, e associações que atuam a nível nacional. Assim, foram consideradas como **ONGs** todas as OSC que atuam no apoio à autopromoção social, cultural e económica das populações num âmbito geográfico mais vasto, que possa ser nacional, regional ou internacional, e que hoje em dia estão cobertos pelo regime jurídico das OSCD.

Tipologias - Autoridades locais

Enquanto AL são consideradas todas as instâncias de poder local. No caso de Cabo Verde, estas estão localizadas nos 22 municípios do país e representadas pela organização nacional «Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde» (ANMCV).³⁸

No âmbito do artigo 2.º da Lei nº 69/VII/2010 de 16 de agosto, define-se como **Autarquias locais**: «Pessoas colectivas públicas territoriais dotadas de órgãos representativos das respectivas populações, que prosseguem os interesses próprios destas».

³⁸ https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/20150106-roiteiro-da-ue-para-um-compromisso-com-a-sociedade-civil-2014-2017-cabo-verde_pt.pdf

O regime jurídico de utilidade pública

O Decreto-Lei nº 59/2005 de 19 de setembro, que define o regime jurídico geral das **pessoas coletivas de utilidade pública** surge para auxiliar as associações e fundações a beneficiarem de um estatuto legal que lhes permita ter acesso a meios para a valorização e expansão da sua atividade, através da concessão do estatuto de utilidade pública. Consideram-se pessoas coletivas de utilidade pública (artigo 2.º), **as associações ou fundações** que prossigam fins de interesse geral, da comunidade nacional ou de qualquer ilha ou concelho, cooperando com a Administração Pública Central ou Local, e merecerem da parte desta a declaração de utilidade pública. A declaração de utilidade pública é da competência do Primeiro-ministro, podendo este delegá-la a outro membro do Governo. As fundações estão sujeitas a prestar contas ao Governo e a enviar relatórios. As pessoas colectivas de utilidade pública geral gozam das isenções fiscais que foram previstas na lei (artigo 15.º) e beneficiam de algumas regalias como isenção de taxas e emolumentos (artigo 16.º).





Pese a existência de uma legislação específica que regula a utilidade pública, o artigo 9.º da Lei das OSCD (Decreto-Lei 114/VIII/2016) enfatiza que a estas organizações também pode ser reconhecido o estatuto de utilidade pública por um período de dois anos; e ainda se repararmos no Decreto-Lei n.º 2/2019 de 23 de julho, o fato dos ramos do **setor cooperativo** abrangerem o crédito, habitação e construção, artesanato, pescas, cultura, solidariedade social (artigo 356.º); e portanto serem semelhantes e se sobreporem a muitas áreas de intervenção das OSCD (artigo 11.º), percebe-se que a **legislação é confusa** e permite que as cooperativas, embora inseridas no Código das empresas comerciais, possam pedir o estatuto de utilidade pública, e assim receber subsídios públicos e/ou ser consideradas OSCD.

O regime jurídico do voluntariado

O Decreto-Lei n.º 42/2010 de 27 de setembro estabelece o **regime jurídico do voluntariado**, visando promover e facilitar a participação solidária da cidadania, em ações de voluntariado, no seio de organizações públicas ou privadas (artigo 1.º). Aplica-se às pessoas voluntárias e organizações públicas ou privadas, de âmbito nacional ou local. Entende-se por voluntariado: «O conjunto de atividades e ações de interesse social e comunitárias realizadas de forma altruísta e solidária por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de

intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas.»

Existem algumas **atividades excluídas** do voluntariado (artigo 5.º): « a) As desenvolvidas em consequência de uma relação laboral, administrativa, comercial ou profissional de qualquer tipo; b) As atuações voluntárias isoladas, esporádicas, ou prestadas à margem de organizações promotoras, executadas por razões familiares, de benevolência, amizade ou boa vizinhança; e c) **As que geram algum benefício económico para as pessoas, entidades ou organizações que as realizem. Exige-se um programa, atividades e projetos para que um/a voluntário/a possa participar. Deve ainda receber formação, participar no planeamento e receber os meios necessários para o exercício da sua atividade, ser reembolsado/a, pela organização promotora das despesas derivadas da atividade voluntária, desde que devidamente autorizadas; ter cobertura de um seguro por danos e prejuízos, nos casos em que a atividade pressupõe riscos para a pessoa voluntária; ter garantidas condições de higiene e segurança, semelhantes às previstas na lei do trabalho e vigentes para os que prestam uma atividade laboral; etc.» (artigo 8º) Existem também alguns deveres (artigo 10º), como por exemplo, «h) **Não exigir nem receber qualquer tipo de contraprestação material no exercício da sua atividade.»****

O Código de Ética das ONGs

Um documento orientador para o setor de fim não lucrativo é o **Código de Ética das ONGs e das associações cabo-verdianas de fim não lucrativo**, criado na Praia a 15 de dezembro de 2009. Este Código de Ética baseia-se na Constituição da República de Cabo Verde e demais leis do país, mas **não é vinculativo**. Nota-se que nas mesas de diálogo (realizadas no Fogo, Brava, Ribeira Grande de Santo Antão, São Vicente e Porto Novo), só se faz referência uma única vez ao Código de Ética, pelo qual se supõe a falta de divulgação do mesmo e por conseguinte também o desconhecimento deste por parte da maioria das OSC. Este documento orientador visa promover no seio do setor com fim não lucrativo em Cabo Verde princípios éticos que vão no sentido de interesses coletivos. O código está ligado a **princípios em que assentam a credibilidade das organizações da sociedade civil**: « i) O caráter sem fins lucrativos da atividade; ii) A independência e integridade política; iii) A representatividade e prestação de contas perante a população; iv) A transparência na gestão e governação internas.»³⁹

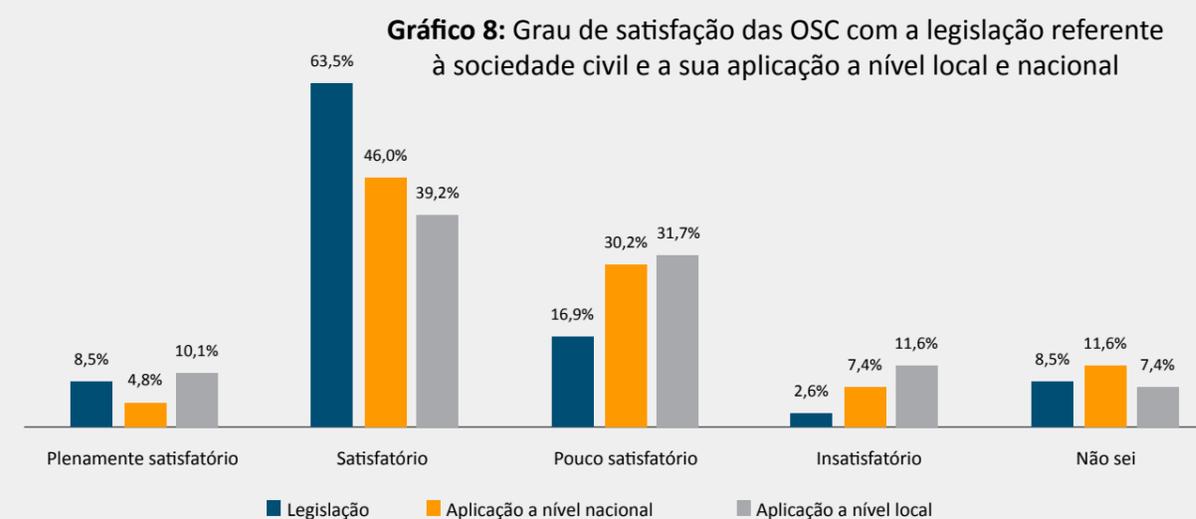
³⁹ Loada, A. e Moderan, O. (2015). *Envolvimento da Sociedade civil na Governação e Reforma do Sector de Segurança*. Em Ornella Moderan (ed.), Caixa de Ferramentas para a Reforma e Governação do Sector de Segurança na África Ocidental. Genebra, p.7.

6.1.1. Avaliação geral do Quadro legal no âmbito do Inquérito

Questionados sobre o nível de satisfação com o Quadro legal, promulgado pela lei e referente à sociedade civil, verifica-se que cerca de **72%** das OSC consideram-se «plenamente satisfeitas» (8,5%) e «satisfeitas» (63,5%).

50,8% considera «plenamente satisfatório» (4,8%) e «satisfatório» (46%) a **Aplicação a nível nacional**; e **49,3%** das OSC considera «plenamente satisfatório» (10,1%) e «satisfatório» (39,2%) a **Aplicação a nível local**.

Nota-se que o país é dotado de instrumentos legais modernos, mas as dúvidas e insatisfações verificam-se na prática, no quotidiano. No seguinte Capítulo 6.2. são analisadas as dificuldades principais que as OSC identificam a nível do ambiente legal e institucional do país.



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

6.2. Perceções da sociedade civil sobre o ambiente legal e institucional

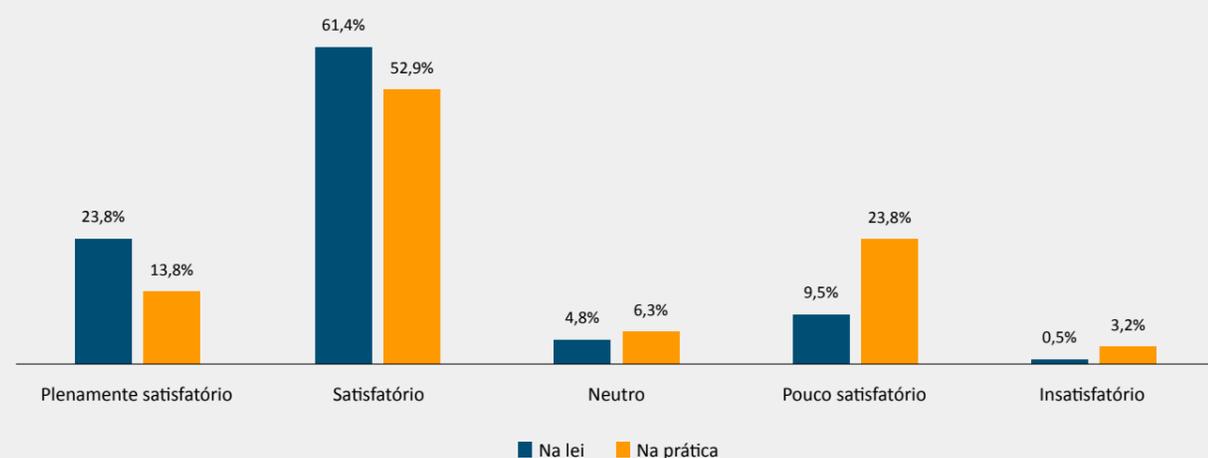
6.2.1. A liberdade de expressão e a prática de autocensura

O artigo 22.º da Constituição de Cabo Verde assegura a liberdade de associação - «Toda e qualquer pessoa tem o direito de se associar livremente com outras, incluindo o direito de constituir sindicatos e de a eles aderir para a proteção dos seus interesses.» Por outro lado, o artigo 48.º da Constituição reconhece igualmente a liberdade de expressão: «Todos têm liberdade de exprimir e de divulgar as suas ideias pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, ninguém podendo ser inquietado pelas suas opiniões políticas, filosóficas, religiosas ou outras.» A Lei nº 81/III/90

de 29 de junho, e revista pela Lei nº 107/V/99, de 2 de agosto, regula a liberdade de reunião e de manifestação.

No Inquérito do presente estudo, cerca de 85,2% das OSC cabo-verdianas, quando questionadas sobre o **nível de satisfação da sua organização com a liberdade de expressão** (artigo 47º), **reunião e associação** (artigos 51.º e 52.º), encontram-se «satisfeitas» (61,4%) e «plenamente satisfeitas» (23,8%) com o Quadro legal, neste caso a Constituição. Entretanto, a nível prático este nível de satisfação cai consideravelmente para 66,7%, sendo 13,8% («plenamente satisfeitos») e 52,9% («satisfeitos»), enquanto quase um terço (27%) está «pouco satisfeito» ou «insatisfeito».

Gráfico 9: Nível de satisfação das OSC com a liberdade de expressão, reunião e associação em Cabo Verde



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Nota-se uma discrepância de 18,5% acerca do nível de satisfação com a liberdade de expressão, reunião e associação a nível da lei e a nível da prática.

Das entrevistas realizadas uma das razões apontadas é o fato dos meios de comunicação

social serem maioritariamente geridos pelos órgãos estatais. Este aspeto acaba por gerar, segundo a AJOC (Associação sindical dos Jornalistas Cabo-verdianos), uma certa insegurança e falta de sustentabilidade. Observa-se que alguns fatores de autocensura dos/as jornalistas no exercício da profissão em



Cabo Verde têm a ver com o receio de represálias profissionais. A AJOC tem afirmado nos últimos anos que a autocensura pões em risco a prática jornalística em Cabo Verde. Numa entrevista a RTC, a Presidente da AJOC afirmou em 2017: «De forma como vemos o espaço mediático a diminuir, os jornais que fecham, uma imprensa que não cresce, a autocensura aumenta, porque os espaços do exercício da profissão vão ficando cada vez mais reduzidos, e as pessoas (jornalistas) muitas vezes pensam no seu emprego antes de pensar em outras coisas.»⁴⁰

Segundo a AJOC, a **prática de autocensura** não se baseia na baixa ou deficiente formação académica e/ou competências técnico-profissionais dos jornalistas cabo-verdianos, mas no fato de o Estado se constituir ainda no maior grupo (e logo, o maior empregador) de comunicação social do país, num sector onde as oportunidades de emprego são escassas.

6.2.2. O (bi)partidarismo como principal obstáculo identificado pelas OSC no ambiente legal e institucional

A percepção de limitações na liberdade de expressão/imprensa sentidas pelas OSC pode estar também ligada às suas percepções sobre as **principais dificuldades das organizações em relação ao ambiente legal e institucional**.

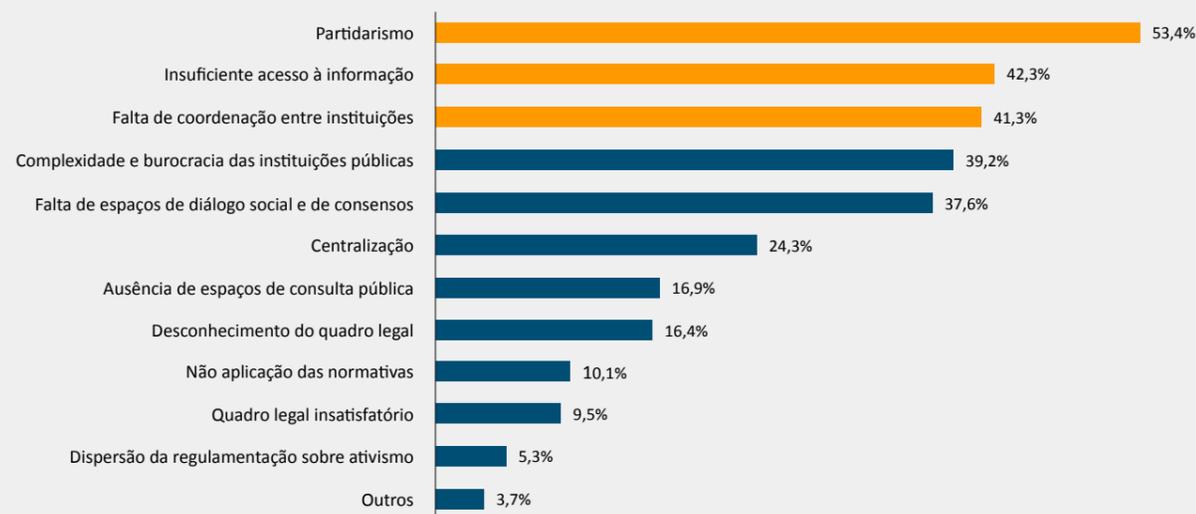
Questionadas sobre estas, a maioria das organizações da sociedade civil (53,4%) indica como obstáculo principal o «**partidarismo**». Em segundo lugar, com 42,3% das OSC, é colocado o «insuficiente acesso à informação». Em terceiro e quarto lugar, são indicadas a «**falta de coordenação entre instituições**» (41,3%) e a «**complexidade e burocracia das instituições públicas**» (39,2%). Em quinto lugar (37,6%) são apontados a «**falta de espaço de diálogo social e estabelecimento de consensos**» (gráfico 10).

53,4%

das OSC inquiridas indicam como obstáculo principal no ambiente legal o «partidarismo», seguido pelo o «insuficiente acesso à informação» e a «falta de coordenação entre instituições».

⁴⁰ RTC, Entrevista com Presidente da AJOC. 3 de maio 2017. Consultado no dia 15 de julho 2020. URL: http://rtc.cv/index.php?paginas=13&id_cod=57736

Gráfico 10: Principais dificuldades identificadas pelas OSC em relação ao ambiente legal e institucional



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

A liberdade de expressão, associação e reunião estão intimamente ligadas com a liberdade e o acesso à informação. A falta de informação e a partidarização dos meios de comunicação e das próprias OSC influenciam as capacidades que as OSC têm para agregar fundos e/ou operar de forma independente e deste modo influenciar as políticas públicas.

Os dados produzidos no âmbito do Mapeamento confirmam os números do estudo do projeto Pro-PALOP TL ISC, que aplicou um Inquérito a 207 organizações, e que demonstra que **90% destas OSC se consideram politizadas**. Constata-se uma forte dependência do Governo para a obtenção de fundos, o que resulta numa politização das OSC e tentativas de controlo por parte dos partidos políticos.⁴¹

Após quinze anos de regime de partido único em Cabo Verde, a introdução de eleições

pluralistas em 1991 deu origem a um sistema de competição polarizada em torno de dois partidos: o Partido Africano para Independência de Cabo Verde (PAICV) e o Movimento para Democracia (MpD), partido formado por um grupo dissidente do PAICV, e que teve um papel determinante no processo de abertura política no país. Esta configuração de alternância política entre dois grupos caracteriza as eleições legislativas até hoje. «Em todas as seis eleições realizadas nesse período, os dois partidos, que se revezaram no poder várias vezes, concentraram juntos mais de 90% dos votos e elegeram acima de 95% dos representantes para a casa do poder legislativo, a Assembleia Nacional, confirmando a consolidação do sistema bipartidário.»⁴²

Neste contexto, é mencionado em vários estudos que a formação de OSC tem sido usada amiúde como instrumento para implementar estratégias partidaristas. Assim, Silveira (2001) identifica o fato de os partidos tentarem



esvaziar as competências dos municípios que não são afetos à sua formação política. Desde a década de 90, segundo este autor, praticaram-se alguns atos que figuraram como exemplo de instrumentalização: «Foi o caso da legalização, por todo o país, de dezenas de associações de caráter económico, social, cultural ou desportivo, a quem, estatutariamente foram confiadas atribuições, em regra da esfera de competências dos municípios, mas cuja representatividade e feição «descentralizada» eram uma máscara usada por simples grupos identificados com o poder para efeitos de propaganda política (...) Outro caso foi o da lei que criou, em 1998, a figura do Governador Civil, entidade representativa do Governo nos concelhos e que veio a merecer consagração constitucional no texto da Constituição revista em 1999.»⁴³

Apesar da situação, atualmente, ser um pouco diferente, os dados do Inquérito e as informações recolhidas nas mesas de diálogo confirmam que o partidarismo continua a ter um impacto direto na fragmentação e na falta de diálogo. Convém frisar que o bipartidarismo representa um **risco na construção de políticas públicas a longo prazo**, visto que elas requerem um tempo superior ao das legislaturas, de modo a alcançar resultados e resolver os desafios do país, em áreas essenciais como a redução da pobreza, do desemprego ou grandes infraestruturas/investimentos na área de água/saneamento, saúde, etc.

6.2.3. O limitado recurso à informação como constrangimento

«(...) Em Cabo Verde não cultivamos o dever de memória, e desde logo o dever da memória institucional.»⁴⁴

Em vários momentos, o Inquérito demonstra que o acesso à informação e à «memória institucional», é um dos maiores obstáculos para o crescimento das OSC no contexto sociopolítico e económico atual.

Como analisado anteriormente, quando as OSC inquiridas foram questionadas sobre as principais dificuldades das organizações em relação ao ambiente legal e institucional, identificaram o **insuficiente acesso à informação** (42,3%), como a segunda maior dificuldade.

Questionadas sobre a sua **satisfação no acesso à informação, facultado pelo Estado**, em diferentes áreas, cerca de 47,1% das OSC avaliam o «acesso à informação sobre financiamento (convites, subvenções, orçamento do Estado)» como «pouco satisfatório» (34,4%) ou «insatisfatório» (12,7%). Enquanto para o «acesso à informação sobre procedimentos jurídicos (registo, litígios e contratações)» o número de insatisfação atinge 49,7% (gráfico 11).

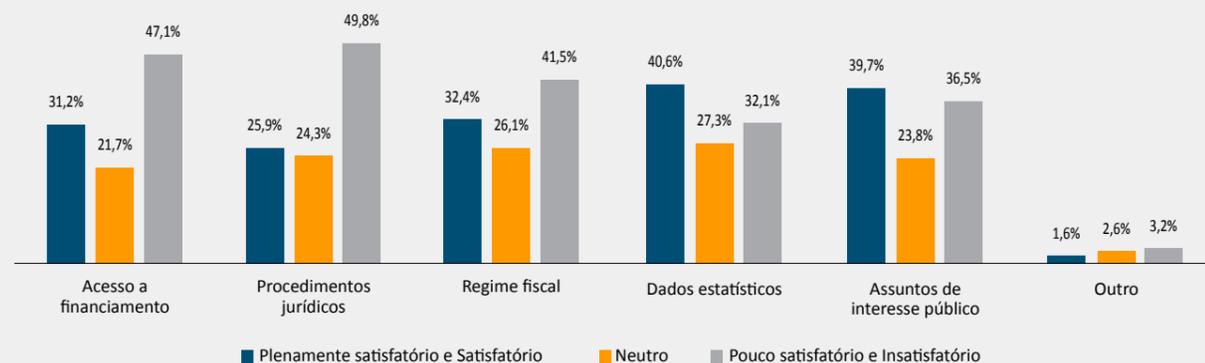
⁴¹ Carvalho, F. e Moniz Varela, C. (2017). Mapeamento das OSC com vocação para participação no processo da definição das políticas e seguimento das contas públicas, tratamento e disseminação de informação. Versão Zero. Plataformas das ONGs. Praia, p.8.

⁴² Speck, B. W. e Correia Gonçalves, A. S. (2019). O bipartidarismo em Cabo Verde: a dinâmica do surgimento dos terceiros partidos e a magnitude dos distritos. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 29. Brasília, maio - agosto de 2019, p. 45-88, p.44.

⁴³ Silveira, Onésimo (2001). Administração Pública e Descentralização em Cabo Verde. Paper apresentado no ISCTE. Lisboa. p.1-22.

⁴⁴ Tolentino, J. (2016). Tempos de Incertezas. Spleen edições. Praia.

Gráfico 11: Nível de satisfação das OSC relativamente ao acesso à informação facultado pelo Estado por áreas



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Um dos principais desafios que a cidadania cabo-verdiana que quer estar informada enfrenta, é o escasso acesso a sistemas de informação, registos e arquivos no seio das universidades e das entidades públicas. Pode-se fazer referência à falta de documentos históricos, ao fraco seguimento de programas/projetos e dos seus resultados, por meio de estudos de impacto/avaliações e à falta de dados estatísticos produzidos em várias áreas socioeconómicas fundamentais para a ação de entidades públicas, privadas ou do terceiro setor, tais como o emprego, a formação, a pobreza rural, a situação das pessoas com deficiência, os direitos das crianças, etc.

Neste quadro, é importante questionarmos sobre as razões por detrás do fraco acesso à informação que se constatou.

A avaliação final do Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza, financiado pela UE e que avalia o impacto do Fundo de Apoio orçamental durante o período 2012-2016, identifica como uma das razões principais e enquanto desafio fundamental a nível do país - a **prestação de contas**⁴⁵:

⁴⁵ Tradução feita pelos autores do documento na base de: UE (2017). Final Evaluation of the Growth and Poverty Strategy Paper 2012-2016, Cape Verde (GPRSP III), implemented by DFC, financed by UE, Executive summary, p. III.

«A implementação deve ser considerada como o grande desafio para Cabo Verde, que já possui uma infinidade de documentos estratégicos e de diagnósticos em praticamente todos os setores. Observa-se que há uma falta de cultura de prestação de contas a nível de instituições do Estado, Autoridades locais, associações, federações e entidades da sociedade civil. Em geral, com exceções honrosas, a **prestação de contas não é incutida na maneira como as instituições funcionam em Cabo Verde.**»

No quadro do Capítulo 7.4. (p. 79) analisam-se com maior rigor as capacidades de prestação de contas das OSC.

Associada ao fraco acesso à informação, pode-se acrescentar ainda a condição de Cabo Verde enquanto **arquipélago** que cria grandes assimetrias regionais. Assim, existem dois centros urbanos (Praia e São Vicente), onde estão sediados o Governo, a Cooperação e as Embaixadas, o que permite que as OSC com sede nestes centros tenham maior acesso à informação do que as OSC que se encontram em outras regiões e ilhas periféricas.

Entretanto, as **tecnologias da informação e comunicação (TIC)**, mormente as redes sociais, vieram facilitar o acesso às informações e neste

caso, o desafio está na disponibilização e na partilha das informações disponíveis por parte do Estado e das instituições e plataformas existentes, respeitando os princípios constitucionais de igualdade e de justiça social.

O **acesso às tecnologias e equipamentos adequados** desempenha um papel importante para que se possa beneficiar das vantagens das TIC, como é partilhado durante uma mesa de diálogo, por uma representante de uma ADC:

«...Nas zonas do interior onde não se tem acesso a novas tecnologias, existe muita necessidade de informações e as associações têm dificuldades de chegar nas instituições e vice-versa.»

(Membro de ADC)

Cabe aqui mencionar que a falta de acesso à informação e prestação de contas entre a sociedade civil e o Estado é recíproca, limitando igualmente o conhecimento dos decisores políticos para poder concretizar políticas públicas com base nas reais necessidades das comunidades.

6.2.4. Falta de coordenação entre as instituições

41,4% das OSC participantes indicam como maior constrangimento no ambiente institucional e legal, «a **falta de coordenação entre as instituições**».

Com efeito, em Cabo Verde, apesar de existirem boas capacidades de planificação e planos estratégicos, verifica-se uma falta de articulação entre as instituições, e inclusive entre estruturas de um mesmo ministério. Esta *práxis* transforma-se num grande desafio no dia a dia e tem consequências diretas na execução dos planos.

Um exemplo da falta de coordenação de instituições pode ser observado no âmbito do Quadro legal relativamente às associações sem fins lucrativos: o registo e/ou reconhecimento do regime jurídico das associações sem fins lucrativos é da responsabilidade do Ministério de Justiça e a fiscalização das suas atividades é da responsabilidade do Ministério de Finanças. Pela débil articulação entre as duas instituições, atualmente não existe nenhum

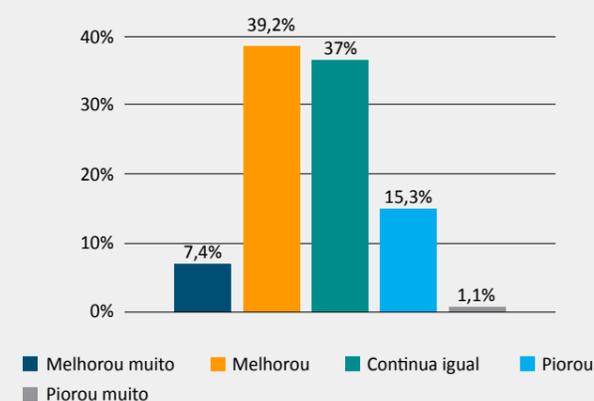


registo atualizado das OSC ativas e das suas atividades. Isto tem como consequência um elevado número de associações fantasma e uma insuficiente transparência da distribuição e gestão dos fundos.

As falhas na articulação entre instituições podem estar ligadas à inexistência de uma cultura de partilha de informação e à limitação das capacidades de trabalho em rede. Assim, Cabo Verde carece de um sistema de governação política que garanta a participação efetiva e permanente de todos os atores envolvidos no processo da tomada de decisão, através do diálogo e concertação permanentes.

6.2.5. Melhorias e retrocessos no ambiente legal atual, segundo o Inquérito

Gráfico 12: Como avalia o ambiente institucional e legal para a sociedade civil em Cabo Verde desde 2016?



Relativamente à pergunta sobre como as OSC avaliam o ambiente institucional e legal para a sociedade civil em Cabo Verde desde 2016 (ano das últimas eleições legislativas), 46,6% das OSC consideram que o ambiente institucional e legal «melhorou»; 37% é da opinião que «continua igual» e uma minoria (17,5%) diz que «piorou». De realçar que, no momento da análise dos principais obstáculos no ambiente institucional (partidarismo, insuficiente acesso

à informação e falta de coordenação entre as instituições), **69,8% das OSC indicam não ter sentido melhorias**. Neste caso, as respostas podem parecer contraditórias ou simplesmente muitas OSC não consideraram o ambiente legal e institucional no seu todo, cingindo-se à interpretação do quadro legal e das leis existentes, por exemplo.

Das OSC que perceberam melhorias no ambiente institucional e legal, 19,3% fazem referência a melhorias no acesso à informação e 15,8% das OSC à criação de espaços de diálogo social e parcerias/sinergias mais fortes entre a sociedade civil e as instituições.

As restantes indicam uma maior coordenação entre instituições (10,5%); melhorias no Quadro legal e/ou na sua socialização e aplicação (10,5%); uma política de proximidade com o cidadão - esforços de descentralização (5,3%); igualmente um maior esforço de descentralização com a criação das casas de cidadão (1%); menos partidarismo (3,5%), infraestruturas de espaços de diálogo para jovens (3,5%); a redução da complexidade e burocracia das instituições públicas (3,5%).

Autoridades locais

Quanto às Câmaras Municipais, 52,9% afirmam que o ambiente institucional e legal «melhorou» em Cabo Verde, 35,3% acreditam que «melhorou muito» e para 11,8% o ambiente «continua igual». Nenhuma das Câmaras inquiridas afirmou que «piorou».

É consensual, segundo as instituições inquiridas - organizações da sociedade civil e autoridades locais - que em matéria legislativa houve avanços, no entanto, ainda existem fragilidades que devem ser trabalhadas e ultrapassadas.

Recomendações do Capítulo 6

- Promover mecanismos TIC por parte do Governo, a Plataforma das ONGs e a Cooperação internacional para a divulgação de informações, do Quadro legal e possíveis fontes de financiamento em tempo útil às OSC.
- Melhorar a coordenação entre o Ministério da Justiça e o Ministério das Finanças para assegurar a fiscalização e o registo atualizado de todas as OSC do país e prevenir associações fantasma.
- Criar um Quadro legal global simplificado para o terceiro sector, capaz de incluir todas as organizações e entidades sem fins lucrativos, que propõem serviços públicos numa base solidária (associações, ONGs, cooperativas, fundações, sindicatos etc). Neste âmbito, recomenda-se que:
 - As tipologias das OSC sejam conforme com os estatutos das OSC;
 - O reforço do sistema nacional de registo e uma maior divulgação do Quadro legal junto das OSC, especialmente nas ilhas periféricas e nos municípios rurais;
 - A compilação e divulgação de uma coletânea legislativa de toda a legislação existente no país sobre o terceiro sector;
- A revisão do enquadramento das cooperativas;
- Um Código ético vinculativo e atualizado que faça parte do Quadro legal.
- Potenciar a transparência em relação aos financiamentos destinados às OSC e outros coletivos sociais, com especial atenção aos de procedência pública. Neste âmbito, recomenda-se:
 - Criar um Portal online de Transparência, que demonstre os recursos destinados pelo Estado e AL às iniciativas da sociedade civil.
- Adotar e avaliar políticas para aumentar a autonomia das OSC e os meios de comunicação, especialmente em relação aos poderes políticos, assim como combater a autocensura. Neste sentido, recomenda-se:
 - Fomentar através de formação e sensibilização, uma cultura de cidadania participativa e crítica, tanto para membros de OSC como profissionais da comunicação social;
 - Promover e reforçar financiamentos para trabalhos independentes e críticos realizados por elementos da sociedade civil.

07

CAPACIDADES

7. AS CAPACIDADES ATUAIS DA SOCIEDADE CIVIL

Neste capítulo, abordamos os recursos e a gestão dos mesmos por parte das OSC, com o objetivo de sintetizar e avaliar as capacidades dessas organizações.

A análise vincula-se ao objetivo 3 do Mapeamento, que visa «aumentar a capacidade das OSC locais para desempenhar as suas funções como atores independentes de desenvolvimento de maneira mais eficaz». Pretende-se realizar uma caracterização das capacidades das OSC no intuito de identificar os âmbitos nos quais é necessário reforço para que possam levar a cabo as suas funções.

7.1. As capacidades materiais - Instalações/equipamentos sociais

O último estudo diagnóstico das ONGs em Cabo Verde (2015) demonstra que as fragilidades em termos de capacidades das OSC começam com a **inexistência de uma sede própria**: Das 724 OSC inquiridas na altura, 67% não tinham sede própria; a este respeito verifica-se uma certa predominância nas associações de desenvolvimento comunitário (71%), usando em muitos casos as próprias casas dos/as presidentes e sócios/as para as atividades e os encontros da associação.⁴⁶

⁴⁶ Plataforma das ONGs de Cabo Verde (2015). *Estudo diagnóstico das ONG em Cabo Verde*. Praia, p. 23.

Durante as mesas de diálogo que acompanharam o presente Mapeamento, foi possível confirmar estes dados: Constatou-se que uma grande parte das OSC participantes movimenta-se de forma informal, por meio de telefones móveis (privados) e no ambiente das suas próprias casas, estando toda a documentação relativamente à gestão e à prestação de contas guardada em casas privadas. Especificamente, as OSC das ilhas do Fogo e da Brava, identificaram a construção de uma sede própria como prioridade absoluta e urgente.

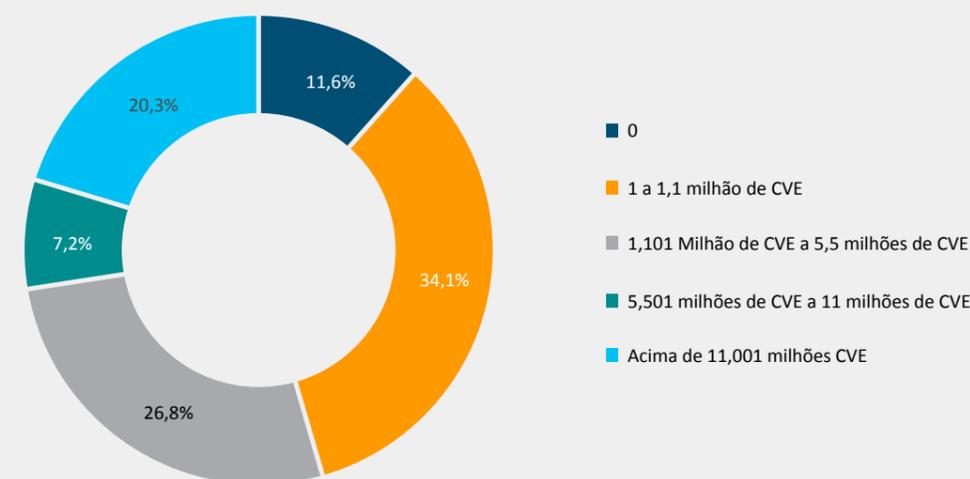
7.2. As capacidades financeiras das OSC

Orçamento das OSC participantes

No âmbito do Inquérito, 73% (138 OSC) das organizações indicaram o seu orçamento anual médio dos últimos três anos (2016-2018). Conforme o gráfico 13, a maior parte dessas OSC (34,1%) tem um orçamento médio entre 1 e 1 100 000 CVE (aprox. 1 - 10 000 EUR).

A segunda classe mais representativa tem um orçamento compreendido entre 1,1 milhão de CVE e 5,5 milhões de CVE (aprox. 10 000 - 50 000 EUR), representando 26,8% das OSC. Entre as OSC com mais recursos, 7,2% (10 OSC) contam com um orçamento médio que vai de 5,5 milhões a 11 milhões (aprox. 50 000 - 100 000 EUR), e 20,3% (28 OSC) possuem um orçamento acima de 11 milhões (mais de 100 000 EUR). Destaca-se, igualmente, o fato que 11,6% (16 OSC) manifestaram não ter tido nenhum fundo para o seu funcionamento em 2018 (0 CVE).

Gráfico 13: Distribuição do orçamento das OSC por classes



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

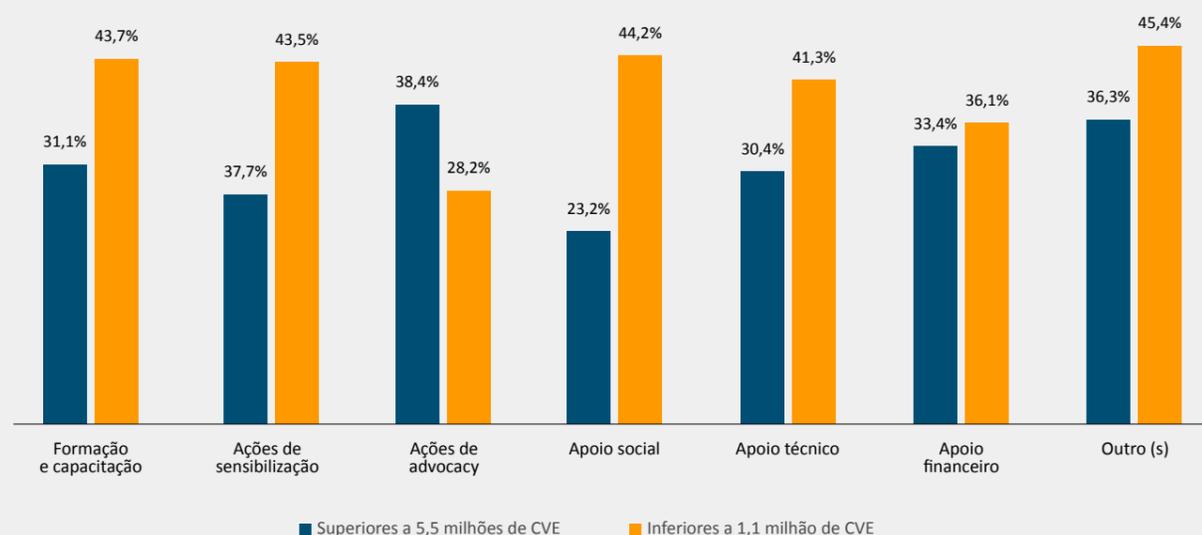
Verifica-se assim, que dessas OSC, **45,7% têm fundos anuais inferiores a 1,1 milhão de CVE (10 000 EUR)**. Aliás, também cabe destacar que 31,2% das OSC que participaram no Inquérito não responderam a esta questão, o que na maior parte dos casos - como ficou patente nas mesas diálogo - se deve à inexistência de fundos, evidenciando a grande fragilidade financeira destas organizações. Em contraste, **27,5% das OSC contaram com um orçamento médio superior a 5,5 milhões de CVE**, revelando a disparidade nos recursos financeiros do associativismo a nível nacional.

Por outro lado, observa-se que os recursos económicos mostram uma relação clara com a área de intervenção das OSC. Previamente, no Capítulo 4 - «Perfil das OSC participantes» verificou-se que as **três principais áreas de intervenção** das OSC inquiridas são: **A inclusão dos grupos vulneráveis; a igualdade de género e a educação**. No entanto, ao analisar as áreas selecionadas pelas OSC com um orçamento médio de mais de 5,5

milhões de CVE verificamos que estas são: **A proteção do meio-ambiente; a inclusão social de grupos vulneráveis e a igualdade de género**. Contrariamente, para as OSC com um orçamento médio inferior a 1,1 milhão de CVE, as áreas de atuação mais relevantes são **a educação, a inclusão social e o desenvolvimento local ou rural**.

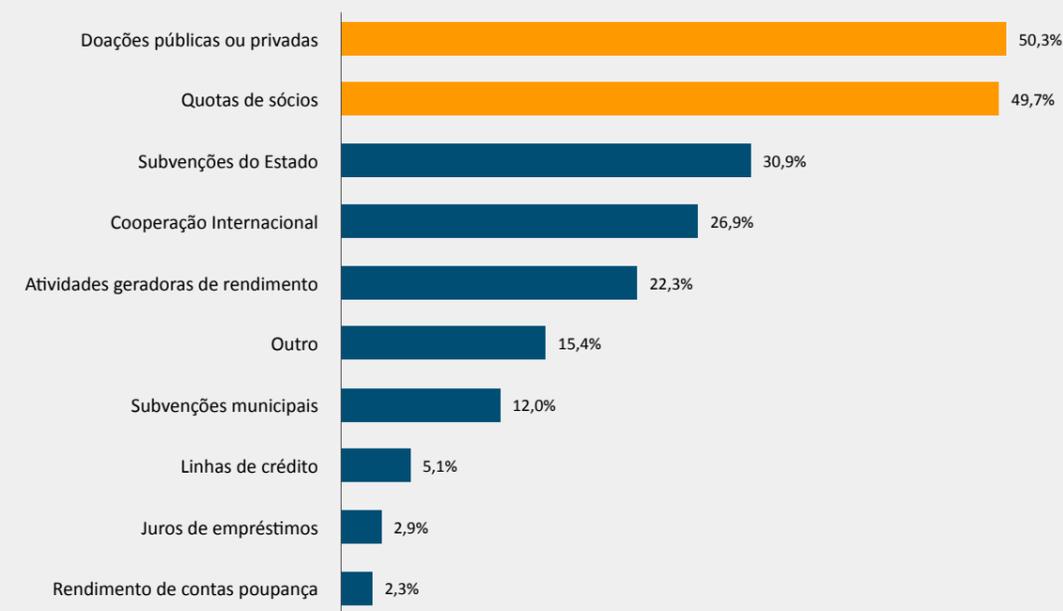
Contudo, como se infere do gráfico 14, as OSC mais robustas financeiramente usam como principais meios de intervenção as ações de *advocacy* (38,4%), o apoio financeiro (33,4%) e a formação e capacitação (31,1%). Enquanto as OSC com menos de 1,1 milhão de CVE elegem o apoio social (44,2%), a formação e capacitação (43,7%) e as ações de sensibilização (43,5%). Pelo que, apesar das diferenças existentes em termos de orçamento, observa-se que há meios utilizados em comum. Evidencia-se desta maneira, algum **protagonismo das ações de formação e sensibilização no trabalho desenvolvido pelas OSC cabo-verdianas**.

Gráfico 14: Meios de intervenção das OSC por classe do orçamento



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Gráfico 15: Principais fontes de financiamento das OSC para a implementação de projetos e ações



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Autoridades locais

Analisando os dados sobre o orçamento anual das 17 Câmaras Municipais inquiridas, este varia entre 170 milhões de CVE e 2 549 milhões de CVE.

Nota-se que os municípios com menos expressão orçamental são os mais pequenos geograficamente, com menor densidade populacional e cuja atividade económica predominante é o setor primário.

No entanto, os municípios do **Sal e da Boavista** apesar de não serem os maiores em termos geográficos e populacionais apresentam os maiores valores orçamentais, seguido do município da **Praia**, o que se justifica pelo **forte investimento no setor do turismo** nestas ilhas e pela dinâmica gerada pelo setor.

Fontes de financiamento das OSC

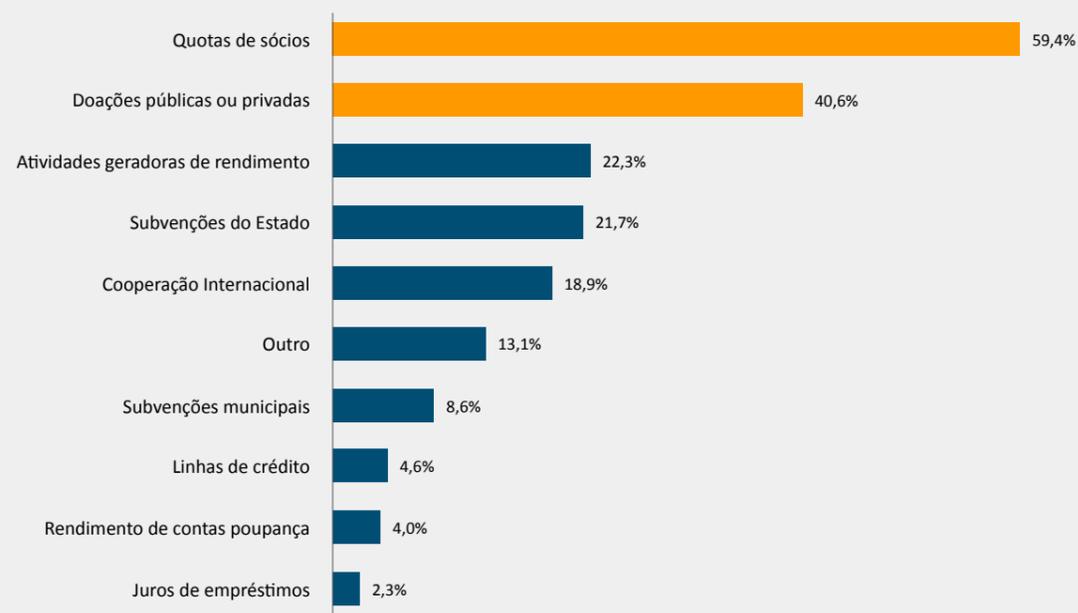
Analisando a **proveniência dos fundos** das OSC para a **implementação de projetos e ações**, constata-se que os mesmos partem principalmente de «doações públicas ou privadas» - (50,3% das OSC marcaram essa opção como uma das suas principais fontes de financiamento) - e das «quotas dos sócios» (49,7% das OSC). As «subvenções do Estado» também são de relevância, sendo das principais fontes de financiamento das ações de 30,9% das OSC. Já a «Cooperação Internacional» foi escolhida por 26,9% das OSC.

Assim, a predominância de doações pontuais ou financiamentos concretos implica mais dificuldade para garantir a sustentabilidade das ações. Pelo contrário, a importância da doação dos sócios, evidencia-se como uma força, ao permitir a autonomia das atividades implementadas pelas OSC.

De modo semelhante, as «doações públicas ou privadas» e as «quotas dos sócios» são também as principais **fontes de financiamento para o funcionamento das OSC**; mesmo que neste caso as quotas tenham um peso mais significativo (59,4%) do que as doações (40,6%). Isto é positivo tendo em conta que aponta para uma maior emancipação das OSC relativamente aos gastos correntes do seu funcionamento, mesmo que continue a ser evidente a dependência de doações esporádicas neste sentido.

As doações públicas/ privadas e as quotas dos sócios são as fontes de financiamento principais das OSC.

Gráfico 16: Principais fontes de financiamento das OSC para o seu funcionamento

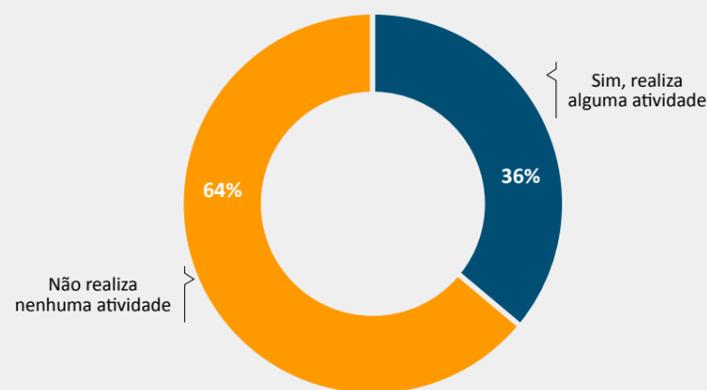


Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Observa-se no gráfico 17 que a maioria das OSC não realiza **atividades geradoras de rendimento** (64%). No entanto, como vimos nos gráficos 15 e 16, as «*atividades geradoras de rendimento*» são umas das principais fontes de recursos para 22,3% das OSC; sendo umas das poucas fontes de recursos que mantém a mesma importância tanto para garantir a intervenção

das OSC no terreno, como os gastos fixos das OSC. Pode-se afirmar que, pese a maior parte das OSC não realizarem atividades geradoras de lucro, para mais de metade daquelas que as desenvolvem, essas atividades têm um grande peso tanto para o funcionamento como para a implementação das suas ações.

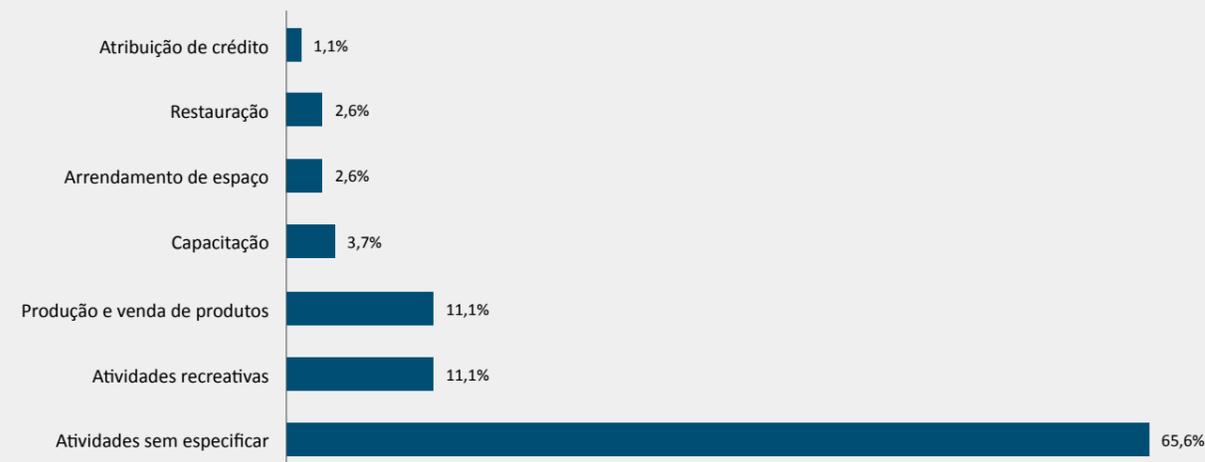
Gráfico 17: OSC que realizam alguma atividade geradora de rendimento



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Das OSC que realizam alguma atividade geradora de rendimento, apenas 34,4% especificaram o tipo de atividade; destas 11,1% dedicam-se à «*produção e venda de produtos*» e «*atividades recreativas*»; 3,7% à «*capacitação*» e respetivamente 2,6% ao «*arrendamento de espaço*» e «*restauração*» (ver gráfico 18).

Gráfico 18: Tipos de atividades geradoras de rendimento apontadas pelas OSC



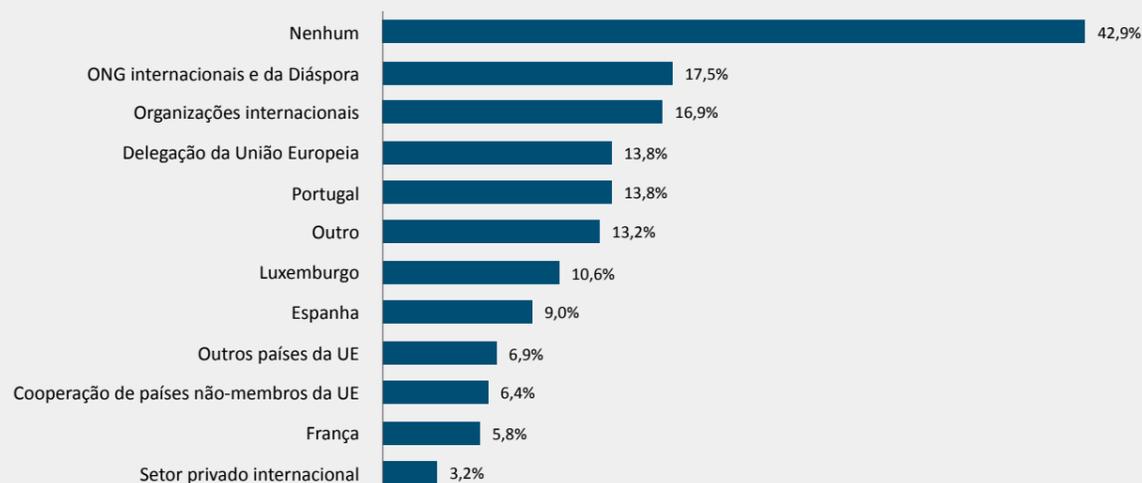
Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Por outro lado, como se pode verificar no gráfico 19, **grande parte das OSC nunca recebeu um financiamento de algum parceiro internacional (42,9%)**. Relativamente às que já tiveram algum financiamento deste tipo, os parceiros mais destacados são as ONGs internacionais (17,5%), seguidos das Organizações Internacionais (16,9%) - tal como o Banco Mundial, BAD, ONU, CEDEAO, etc. Dentro do financiamento da Cooperação Internacional, salientam como principais parceiros a Delegação da UE e Portugal (respetivamente 13,8%), assim como Luxemburgo (10,6%) e Espanha (9%).

36%
das OSC realizam alguma atividade geradora de rendimento.



Gráfico 19: OSC que receberam financiamento de um parceiro internacional

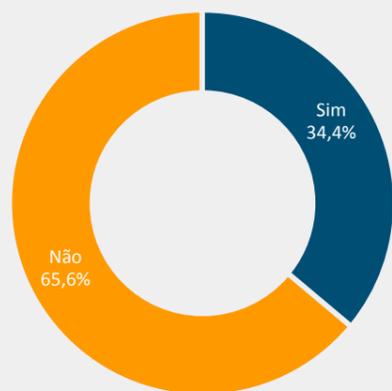


Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Deste modo, apesar da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento não ser a principal fonte de financiamento internacional das OSC inquiridas, destaca-se a relevância da União Europeia e dos Estados Membros como parceiros de cooperação da sociedade civil cabo-verdiana.

Ademais, conforme o gráfico 20, 34,4% das OSC indicam já ter recebido **financiamento por parte de empresas privadas**.

Gráfico 20: OSC que receberam apoio (financeiro/técnico/material) por parte de uma empresa nacional



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Entre estas OSC, 27,7% indicam como patrocinador a CVTelecom, que foi identificada como a empresa com maior responsabilidade social no território, segundo as inquiridas. Outras empresas destacadas por realizar esta boa prática são: UNITEL T+ (identificada por 7,7% das OSC que responderam ter recebido apoio empresarial), Shell, SITA, Caixa Económica, ENAPOR e ASA (6,2%); GARANTIA, IMPAR, Confecções Alves Monteiro e FRESCOMAR (4,6%); e ainda Sol Atlântico, Enacol, TCV, BCA, ADEGA, MOAVE (3%).

Estes financiamentos foram atribuídos em diversos âmbitos conforme as diferentes necessidades das organizações (áreas de inclusão social, meio ambiente, empreendedorismo etc.), e a maioria representaram apoios de caráter pontual e/ou para projetos específicos. É de notar a ausência de empresas e operadores turísticos numa realidade onde o turismo, com quase 23% do PIB, é a principal fonte de riqueza e o setor económico mais dinâmico do país.

Obstáculos para obter financiamentos

Praticamente todas as OSC inquiridas declararam encontrar obstáculos na obtenção de financiamentos (98,4%).

Conforme o gráfico 21, «o desconhecimento sobre as fontes de financiamentos» (18%) e «a falta de financiamentos para o objetivo específico da organização» (18%) são as dificuldades mais mencionadas pelas OSC como obstáculos no acesso a financiamentos.

Gráfico 21: Maior obstáculo identificado pelas OSC para obter financiamentos



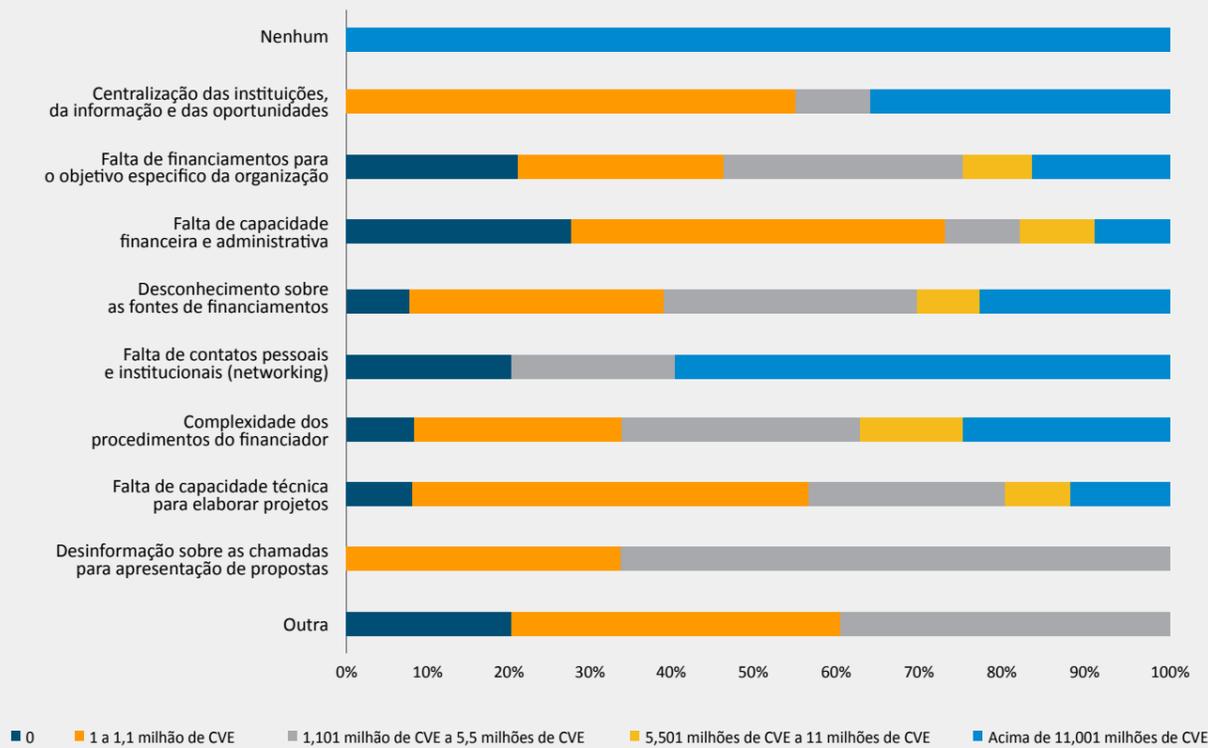
Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

O primeiro obstáculo mencionado interpela a reconhecer a necessidade de se dar maior visibilidade às linhas de financiamento existentes. Neste sentido, a falta de redes e de plataformas de comunicação entre as OSC - que será abordada em detalhe nos Capítulos 8 e 9 do presente estudo - alavanca esta dificuldade. Pelo que, como já vimos anteriormente (Capítulo 6), o **acesso à informação revela-se como um dos principais obstáculos relativamente ao financiamento das OSC**, e em consequência, das relações entre os agentes da Cooperação Internacional e as OSC.

Outro obstáculo colocado é a falta de financiamentos específicos para a área de trabalho das OSC. Isto pode estar vinculado à desinformação, mas conforme as mesas de diálogo, também alude à limitação dos financiamentos aos quais as OSC - principalmente aquelas com menos recursos - têm acesso.

Esta última questão está explicitamente ligada aos seguintes dois obstáculos mais mencionados: «a falta de capacidade técnica para elaborar projetos» (16,9%) e «a complexidade dos procedimentos do financiador» (15,3%), refletindo assim o contexto nacional, em que a maior parte das OSC inquiridas são de pequena dimensão com limitados recursos humanos e técnicos. Convém lembrar que 45,7% das OSC inquiridas têm um orçamento inferior a 1,1 milhões de CVE; o que as limita na hora de serem requerentes principais de uma parte considerável dos financiamentos existentes, principalmente aqueles da Cooperação Internacional - e concretamente da Delegação da UE e dos Estados Membros da UE - que mostram um nível de complexidade burocrática elevado, exigindo em muitos casos um adiantamento e cofinanciamento mínimo de 10% do financiamento total.

Gráfico 22: Maior obstáculo identificado pelas OSC para obter financiamentos por classe de orçamento



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Quando se comparam os obstáculos apontados pelas OSC considerando a sua capacidade financeira - como no gráfico 22 - percebe-se que as únicas OSC que não identificam nenhuma dificuldade na obtenção de financiamento, são aquelas com um orçamento superior a 11 milhões de CVE. Por outro lado, destaca-se que as OSC com menor orçamento mostram mais dificuldades específicas devido à falta de capacidade interna; já aquelas com maior capacidade financeira destacam como problemáticas questões externas - tais como a centralização das instituições. São sublinhadas, em comum, **a falta de contatos, a complexidade dos procedimentos e o desconhecimento sobre as fontes de financiamento**; do que se infere que são problemáticas que não se resolvem somente com um maior acesso a recursos.

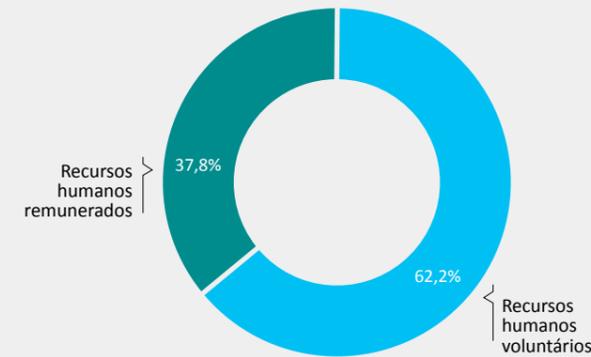
7.3. Os recursos humanos - O voluntariado como principal fonte de sustentabilidade das OSC

A seguir, analisam-se as capacidades das OSC relativamente aos recursos humanos, focando no peso do trabalho em regime de voluntariado, a composição das OSC por tipo de cargo, assim como a paridade de homens e mulheres dentro das organizações.

A maioria das pessoas ativas nas OSC (62,2%) trabalha como voluntária. Somente uma pequena porção das OSC inquiridas (10%) conta exclusivamente com trabalhadores/as remunerados/as; enquanto, praticamente, a metade das OSC (49,2%) depende exclusivamente do trabalho voluntário. No total, no âmbito do Inquérito, foram

identificadas mais de 1800 pessoas voluntárias, uma média de 10 por cada OSC participante.

Gráfico 23: Distribuição do trabalho voluntário e remunerado das OSC



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Nas mesas de diálogo, os números constatados foram ainda mais elevados que aqueles obtidos através do Inquérito; chegando o número de recursos humanos voluntários das organizações presentes a atingir 90%, refletindo que é o **regime de voluntariado que assegura o funcionamento da maioria das OSC em Cabo Verde.**

Aliás, a frágil sustentabilidade conseguida com base no trabalho voluntário, revela-se cada vez menos fiável, uma vez que as OSC afirmam encontrar crescentes dificuldades para mobilizar pessoas. Nesta linha, afirmam que o contexto cabo-verdiano mostra uma longa tradição de voluntariado, assim como uma população jovem e formada, enfrentando altas taxas de desemprego, o que oferece as condições ideais para o florescimento do trabalho sem remuneração; porém, o trabalho voluntário mostra-se ser cada vez mais de alta rotatividade, já que os/as jovens qualificados/as estão numa procura constante de melhores condições e assumem esse compromisso exclusivamente enquanto não encontram uma saída profissional; como podemos ver nos seguintes extratos de mesas de diálogo realizadas com líderes comunitários:

(1)

«... a pessoa é voluntária faz aquilo nas suas horas vagas, mas, também, deveria ter algum estímulo, pelo menos, em termos materiais. Muitas vezes não temos essa vertente, que é o que dá algumas condições às organizações...».

(Representante de ACD)

(2)

«As pessoas muitas vezes pensam, ou as instituições pensam, que tudo tem que ser à base de voluntariado. Mas nós não pensamos assim, pensamos que deve haver um mínimo de profissionalização, até para dar coerência ao voluntariado que desenvolvemos, porque senão não há tanta seriedade no trabalho... é preciso esse mínimo.»

(Representante de ADC)

(3)

«Exigir o voluntariado de um jovem que terminou a sua formação, está a dar voluntariado, não tem um emprego, é exigir demais. Nas associações onde há capacidade técnica, deveria haver quadros, funcionários mesmo, que trabalhassem para ganhar porque são jovens que terminaram as suas formações e que querem naturalmente um emprego. O voluntariado em Cabo Verde é bem visível, mas precisa-se dar uma maior atenção. Os voluntários não têm nada que lhes garantam, não há qualquer incentivo para esses voluntários, o que faz com que de repente tenhamos muitos voluntários e depois não temos nada. Em determinada altura disse-se que iria se criar um certificado... não há nada para que os voluntários se sintam recompensados. É nesse sentido que nós reforçamos que o Governo deve criar uma rubrica para as associações e aqui estou de acordo com o colega J. L. que nas vertentes técnicas de cada associação... falando da OMCV, antigamente quando não havia outras organizações, era só a OMCV, havia do Estado professores, psicólogos, enfermeiros, médicos, que trabalhavam para a organização, mas recebiam do Estado.»

(Representante de ONG)

Existe, assim, a necessidade de uma maior profissionalização das OSC em Cabo Verde, com fundos acessíveis para a contratação de técnicas/os. Desta forma, o fortalecimento financeiro das OSC revela-se como uma condição necessária para refrear a perda de quadros qualificados em favor do setor público e privado.

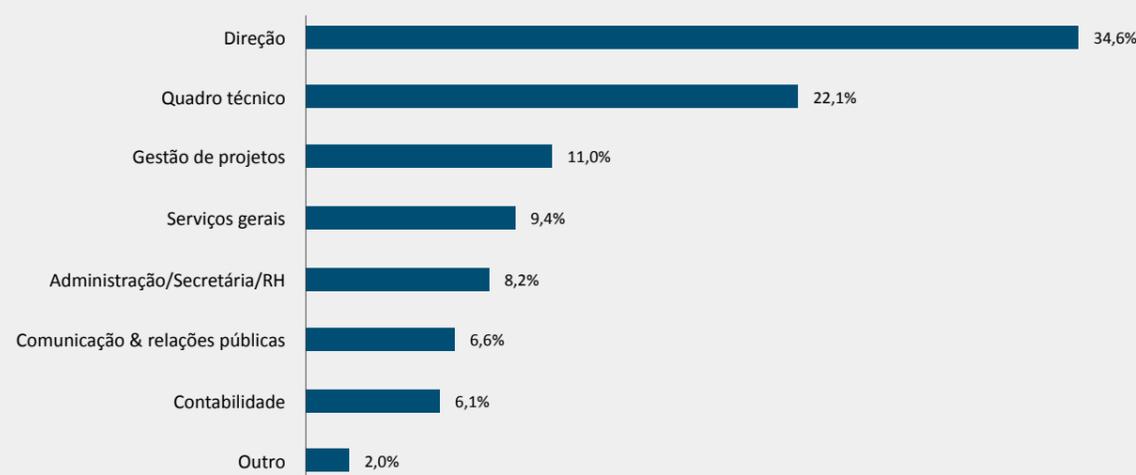
Tendo em conta que a maioria das OSC tem como principais fontes de financiamento as quotas dos sócios e as doações privadas, e que as mesmas operam com um número elevado de recursos humanos voluntários, podemos concluir que a sociedade cabo-verdiana participa voluntária -, ativa - e independentemente das políticas do Estado, no desenvolvimento e na luta contra a pobreza no país. Não obstante, o seu trabalho só poderá ser sustentável, quando as preocupações das comunidades que apoiam, se tornarem preocupações de Agenda pública.

Composição das OSC por tipo de cargo

Para compreender em maior profundidade o peso do trabalho voluntário nas OSC, assim como o funcionamento das mesmas, é necessário analisar a composição das organizações a diferentes níveis.

Nesse sentido, percebe-se pelo gráfico 24 que a maioria dos/as colaboradores/as das OSC inquiridas encontram-se na Direção (34,6%) ou são parte do quadro técnico específico da área de intervenção da OSC (22,1%). Logo depois, constam os/as profissionais vinculados/as com a gestão de projetos com 11%, seguido pelos serviços gerais com 9,4%. Os departamentos de comunicação ou administração, apresentam valores que rondam os 6 e 8%. Convém destacar que o tipo de recursos humanos com menor presença são aqueles vinculados com a contabilidade, uma fragilidade que - como se verá em detalhe mais adiante - coloca em causa a prestação de contas das OSC.

Gráfico 24: Distribuição dos recursos humanos das OSC por cargo



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE



O grande peso da Direção é notório, e corresponde à tipologia da maioria das OSC em Cabo Verde: organizações pequenas, nas quais a maioria dos componentes que trabalham de forma voluntária são considerados como parte da Direção. Este fenómeno supõe uma fragilidade, pois evidencia a grande personalização do associativismo no contexto nacional, devido à falta de recursos económicos para a contratação de quadros qualificados; pelo que muitas vezes o funcionamento e desempenho de uma organização recai de forma quase integral num pequeno círculo de pessoas.

Como relata uma técnica de uma organização que já teve financiamento da UE:

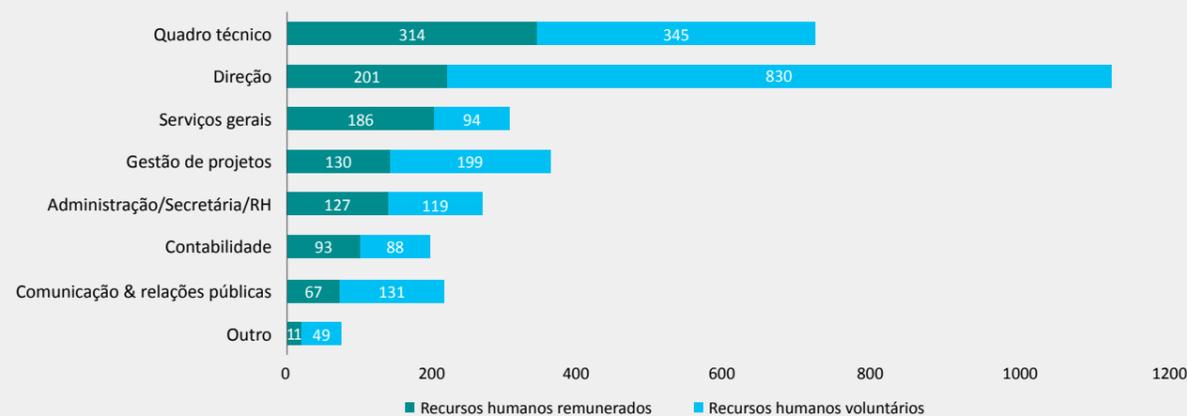
«As associações de produtores, as comunitárias... são associações que são levadas à frente muitas vezes por uma **figura central, geralmente a figura do presidente e que têm poucos técnicos**, porque não têm recursos para terem técnicos a trabalhar na associação. Para mim este é o ponto número um e é a grande lacuna, as associações não estão profissionalizadas, ou seja, **falta uma profissionalização do terceiro sector, uma profissionalização efetiva, ou seja, acho que em Cabo Verde sobretudo, ainda se vê às associações como instrumento pontual, mas que não têm um trabalho efetivo.** (...) A nível das pequenas associações com quais trabalhamos, a maioria delas não tem um corpo técnico, porque não tem recursos para pagar este corpo técnico. Ao nível, por exemplo, do projeto da UE trabalhamos com associações rurais e comunitárias (...) a parte

das capacitações técnicas, as próprias associações enviam-te um jovem, alguém da sua comunidade, mas que não é alguém que está envolvido na associação. Porque **as pessoas que estão envolvidas efetivamente na associação são as pessoas da direção: o presidente ou as pessoas dos órgãos sociais**, que quanto a mim é um erro, ou seja, os órgãos sociais servem para a gestão geral da associação, mas não são corpo técnico. Então o que acontece é que a **maioria destas associações (rurais e comunitárias) não tem um corpo técnico**, da mesma forma que não tem um contabilista, o que tem são os órgãos sociais, que assumem determinadas funções e atividades.»

Nesta linha, destaca-se que, no Inquérito, só 76,2% das organizações indicam fazer eleições com a periodicidade marcada pelo seu próprio estatuto; e ainda que as reeleições são habituais.

Aliás, ao fazer-se o cruzamento de dados da composição por cargos com o voluntariado - conforme representado no gráfico 25 - percebe-se que praticamente todos os postos são ocupados maioritariamente por pessoas não remuneradas, excetuando os serviços gerais (que corresponde a funções como as de guarda, responsável da limpeza, condutor/a, etc.). Do que, novamente, ressalta a necessidade de profissionalizar o trabalho das OSC de forma geral; mais especificamente, em algumas áreas que exigem quadros qualificados para seu correto desenvolvimento, como no caso dos quadros técnicos específicos da área de intervenção da OSC, a gestão de projetos e a contabilidade.

Gráfico 25: Distribuição dos recursos humanos das OSC por cargo e remuneração



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Igualmente, observa-se que a Direção é o cargo que mostra uma tendência mais acentuada a ser realizado sem remuneração. Vincula-se com o quadro legislativo do associativismo em Cabo Verde, que prevê que os/as membros dos órgãos sociais de uma organização não devem ter remuneração. No entanto, há discordâncias na interpretação da lei, assim como na prática das organizações neste sentido.

Para ilustrar o exposto acima, apresenta-se como exemplo, a Mesa de diálogo que decorreu em São Vicente, onde foram colocadas e debatidas estas questões, como se pode verificar nos seguintes extratos:

«Qualquer membro que exerce cargo dentro da Direção, dentro dos órgãos sociais, não pode ser remunerado, não pode acumular ao mesmo tempo duas funções, não pode ser Coordenador e Presidente de uma organização.»

(Representante de ONG)

«Uma pessoa pode ter cargo executivo, ou coordenador conforme a associação achar conveniente, porque a lei não impede essa parte. Agora o Secretário Executivo ou o Coordenador, são remunerados, o Presidente é que não pode

ser remunerado. Para ser Coordenador, terá que renunciar o cargo e assumir a coordenação.»

(Representante de ONG)

«Geralmente o que acontece em associações pequenas é que o Presidente as vezes exerce o cargo de Coordenador das atividades. Eu sou Presidente de uma associação e eu coordeno atividades de uma rede nacional e elaboro e executo projetos da associação. Como é que não serei remunerado? Eu vou trabalhar a base do voluntariado? Se eu tenho responsabilidades acrescidas, sou eu é que tenho que apresentar as contas. Eu é que elaboro e executo alguns projetos. Nos projetos existe uma verba que é para o Coordenador, não tem nada a ver com o Presidente.»

(Representante de ADC)

«É de Justiça também...por exemplo o Presidente faz orientação, elabora o programa, os planos de ação. Mas quando se chega na produção do projeto, na visita aos potenciais parceiros, você tem pouco fundo disponível - 10 mil CVE que são 90 e tal Euros. Se você for buscar um Coordenador fora para fazer tudo aquilo, primeiro não faz como tu e terá de pagar no mínimo 70 mil CVE para um Coordenador. Temos que ser muito realistas.»

(Representante de ADC)

Nota-se que em algumas organizações os membros dos órgãos sociais acumulam cargos, pelo que são parte da Direção de maneira voluntária, mas desempenham outras funções assalariadas; o que em princípio parece entrar em conflito com a normativa nacional. Outrossim, conforme os testemunhos dados nas mesas de diálogo, também há organizações que embora não aceitem a acumulação de cargos, põem em prática um sistema de «gratificações» para os cargos diretivos à margem do regime jurídico das organizações em Cabo Verde.

É importante frisar que o Decreto-Lei n.º 114/VIII/2016 de 21 de março que define o estatuto das Organizações da Sociedade Civil de Desenvolvimento, abreviadamente designadas por OSCD, no artigo 12º (Direitos e regalias dos dirigentes das OSCD) considera que os dirigentes das OSCD que sejam trabalhadores por conta de outrem gozam dos seguintes direitos: «a) Usufruir de um horário de trabalho flexível, em termos a negociar com a entidade empregadora, quando a natureza da respetiva atividade o permita» e «b) Beneficiar de um

crédito de dias em falta consideradas justificadas por ano, para todos os efeitos legais, incluindo o direito a remuneração e outras regalias devidas, para a participação em reuniões em que exerçam funções de representação ou com os órgãos de soberania ou do poder local, nos termos da legislação laboral.»

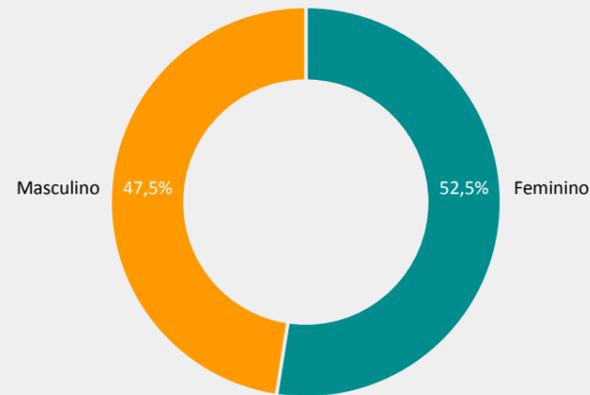
Em definitivo, há variedade de práticas que evidenciam a falta de clareza e a deficiente socialização dos diplomas legislativos sobre esta matéria. Além disso, há uma sensação de abandono por parte do Estado nesse sentido, principalmente dos/as líderes das associações, que muitas vezes interpretam que a legislação é contrária aos seus interesses, impedindo-os de profissionalizar o trabalho que desenvolvem.

Análise de género da composição das OSC

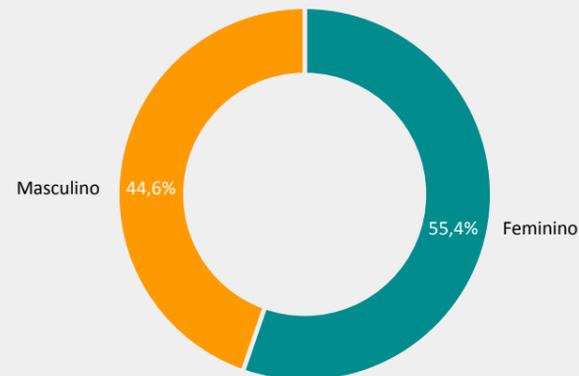
Constata-se, ao analisar o gráfico 26, que a mão de obra das OSC é relativamente feminizada, pelo fato de 47,5% dos/as colaboradores/as das OSC serem do sexo masculino e 52,5% do sexo feminino.



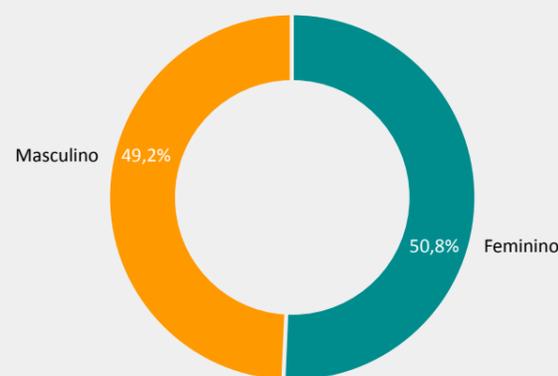
Gráfico 26: Distribuição dos recursos humanos das OSC por sexo



Distribuição dos recursos humanos remunerados por sexo



Distribuição dos recursos humanos voluntários por sexo



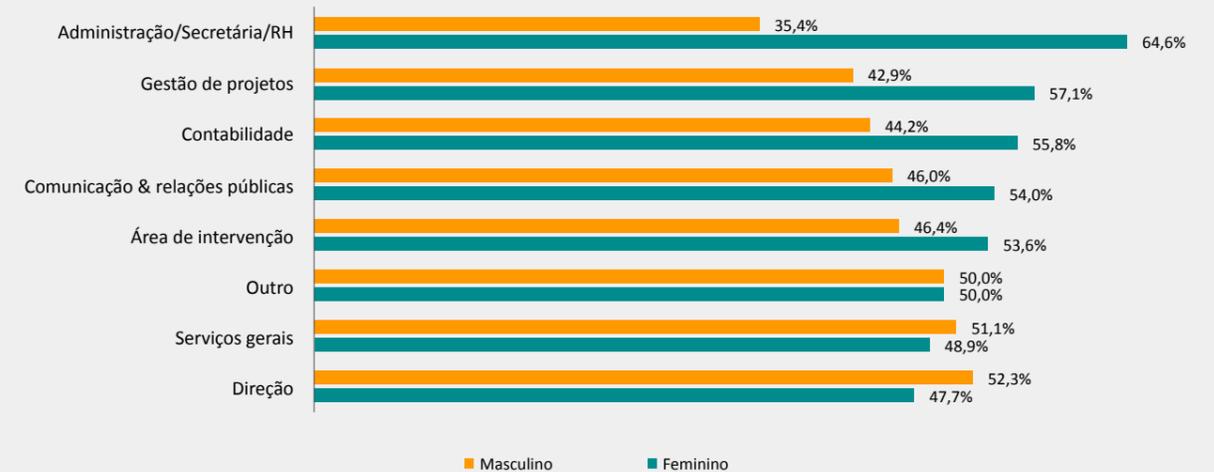
Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

A tendência de feminização é mais expressiva nos cargos remunerados, pelo que podemos concluir que as mulheres compõem a maior parte da mão de obra profissionalizada das OSC.

Por outro lado, ao desagregar a composição das OSC por cargo e sexo – refletido no gráfico 27 - observamos que as mulheres constituem a maioria em todos os cargos das OSC, excetuando «Direção» e «serviços gerais». No último caso, a diferença é pouco representativa, variando apenas 2,2 pontos percentuais; enquanto no caso da Direção a disparidade de sexo é mais relevante, havendo um desequilíbrio de 4,6%.

As mulheres compõem a maior parte da mão de obra profissionalizada das OSC.

Gráfico 27: Distribuição dos recursos humanos das OSC por tipo de cargo e sexo



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Porém, a diferença mais significativa entre homens e mulheres observa-se nos cargos de «administração/secretária/RH» (variação de 29,2 pontos percentuais); «gestão de projetos» (variação de 14,2 pontos); e «contabilidade» (variação de 11,6 pontos). Esta variação está vinculada com a **divisão sexual do trabalho e a caracterização de certas tarefas como masculinas ou femininas**. Assim, vemos que os trabalhos administrativos e de secretaria nas OSC são desempenhados por praticamente o dobro de mulheres que de homens.

Em conclusão, a maior parte do trabalho feito nas organizações é realizado por mulheres. Elas constituem a maior parte dos recursos humanos voluntários das OSC; mas principalmente, são as que mais se profissionalizam nesta área. No entanto, apesar desta clara feminização das OSC, existe um viés de género relativamente à Direção. Assim, a tendência da feminização não se manifesta nos cargos diretivos, evidenciando a necessidade de políticas de promoção interna e de seleção de cargos diretivos em conformidade com os princípios de paridade.

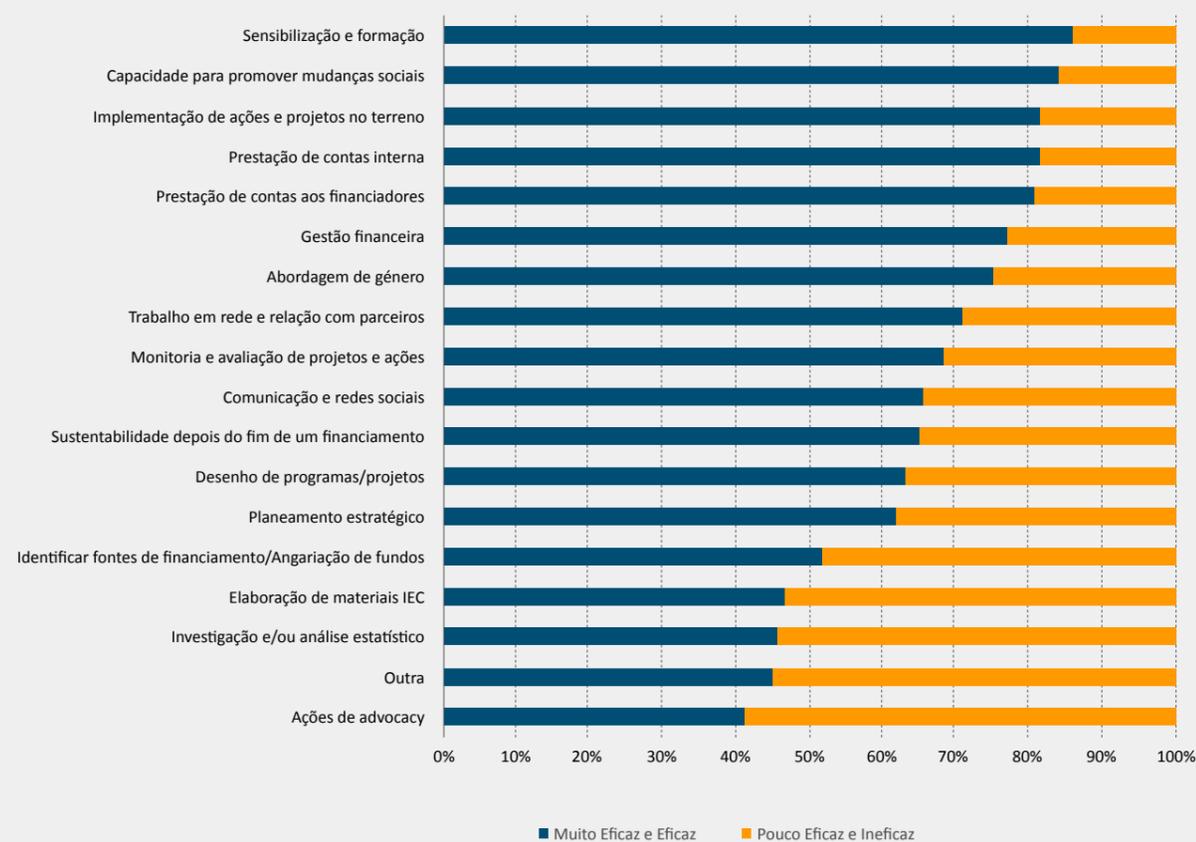
7.4. Capacidades e eficácia na gestão, planeamento e prestação de contas

Este capítulo aborda as forças e dificuldades técnicas das OSC, contemplando os instrumentos usados pelas mesmas para o planeamento e a gestão das suas atividades. Analisa, igualmente, a capacidade de prestação de contas da sociedade civil cabo-verdiana, enquanto elemento determinante para avaliar o seu papel como agente de desenvolvimento, uma vez que se repercute na sua capacidade de alocar recursos e garantir, tanto a sustentabilidade das ações que implementa, como a sustentabilidade da própria organização.

A eficácia é um termo relativo que alude às capacidades das OSC para obter resultados em relação aos recursos existentes. Assim, percebe-se pelo gráfico 28 que as principais forças em termos de eficácia identificadas pelas OSC são: a «sensibilização/formação» (85,7% das OSC consideram-se «eficazes» ou «muito eficazes» nesta área); a «capacidade para promover mudanças

sociais» (84,1% das OSC consideram-se «eficazes» ou «muito eficazes»); a «prestação de contas interna, aos sócios e similares» (81,5% das OSC consideram-se «eficazes» ou «muito eficazes»); a «implementação de ações e projetos no terreno» (81,5% das OSC consideram-se «eficazes» ou «muito eficazes»); e a «prestação de contas aos financiadores, incluindo a elaboração de relatórios» (81% das OSC consideram-se «eficazes» ou «muito eficazes»).

Gráfico 28: Avaliação da eficácia pelas OSC em diferentes áreas



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

De acordo com estes dados, as OSC parecem mostrar uma grande capacidade na parte de gestão - especificamente na prestação de contas - e na implementação, com destaque para as atividades no terreno, especialmente aquelas vinculadas com a sensibilização. Não obstante, mostra-se necessário contrastar essa percepção com a realidade, assim como com os obstáculos que as próprias OSC identificaram no contexto do Mapeamento.

Neste sentido, destaca-se a identificação da prestação de contas - tanto interna como externa - como uma força, o que contrasta com o que foi manifestado pelas OSC noutras partes do Inquérito; assim por exemplo, menos de metade das organizações inquiridas (42,3%) já realizou alguma auditoria.

Similarmente, nas mesas de diálogo, as OSC destacaram que a escassez dos recursos humanos

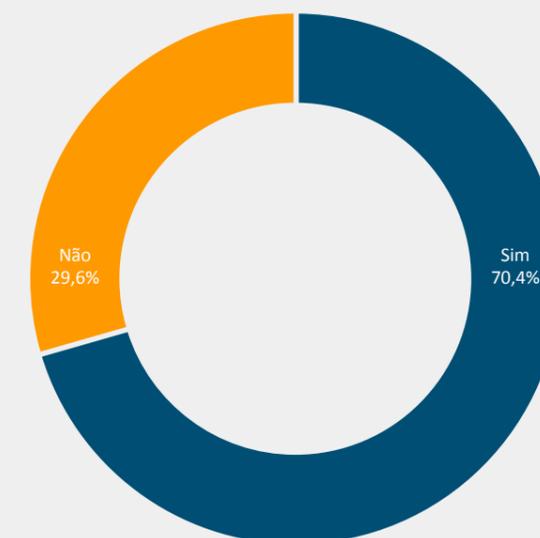
e financeiros tem prejudicado todas as áreas de atuação das associações, mas principalmente, a gestão financeira relativamente à prestação de contas, como testemunha o Presidente de uma associação:

«Já que se fala muito em mudanças de paradigma, acho importante mudar o paradigma do funcionamento das associações, porque de fato estão a morrer. Há uma questão para mim fulcral...que é a questão da gestão financeira da associação. Isto é um dos grandes problemas que temos. Chegando ao fim do mandato, muitas vezes não se apresentam as contas, porque não se contratou um tesoureiro com a função específica de acompanhar as operações de tesouraria, mas fá-lo por voluntarismo. É voluntário, e depois chegando a 2 a 3 meses, chega à conclusão que não dá. Tem que ser subsidiado e temos que ver aonde ir buscar o subsídio, para financiar, para subsidiar a função do tesoureiro. Eu acho que a maioria das associações aqui presentes tem esse grande problema. Há a questão do espaço, a questão do divisionismo; nós temos que combater o divisionismo e unirmos pelas causas. É o fulano e beltrano que não está aqui contente e pela porta de trás sai e vai fundar uma outra associação... uma associação fantasma.»

(Presidente de ADC)

Estas incongruências evidenciam que há uma **divergência no entendimento do conceito de «prestação de contas» por parte das OSC e dos financiadores**. Igualmente, dão prova da tendência das OSC avaliarem o seu desempenho de forma favorável, principalmente quando falamos em termos gerais. Isto pode ser constatado no gráfico 28, onde se verifica que as avaliações positivas da eficácia da OSC - representadas no gráfico em azul - predominam. Também nesta linha compreende-se que segundo o gráfico 29, 70,4% das OSC consideram ter as capacidades técnicas necessárias para o seu funcionamento, pese o contexto de precariedade financeira e económica detalhado anteriormente.

Gráfico 29: A OSC tem as capacidades técnicas necessárias para o seu funcionamento?

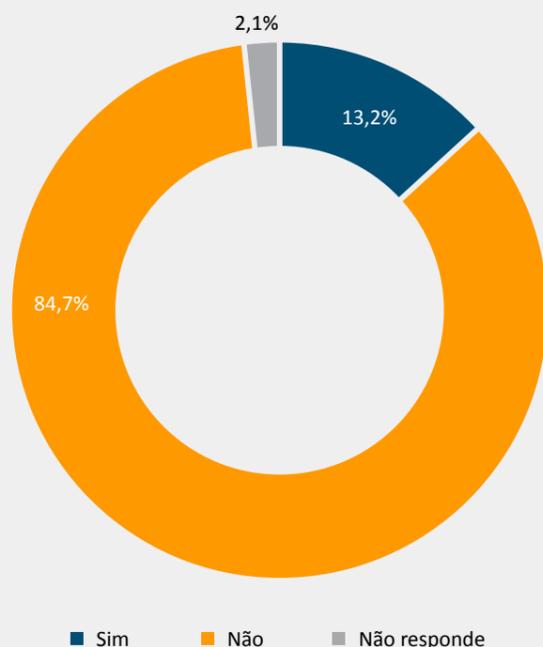


Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Esta leitura otimista denota uma apreciação das OSC pelo trabalho que realizam e uma confiança na sua sustentabilidade, do qual se infere um compromisso e autorreconhecimento valioso para o trabalho que desenvolvem. No entanto, este posicionamento também implica um risco - principalmente desde a ótica dos financiadores - uma vez que parece indicar divergências entre as capacidades expostas e as reais, camuflando lacunas técnicas; o que torna mais complexa a avaliação das capacidades de uma instituição face à consideração de propostas a serem financiadas.

No entanto, quando se foca em aspetos concretos - como tratar dos recursos financeiros ou o quadro técnico das organizações - torna-se evidente o impacto das limitações financeiras na gestão, no planeamento e na prestação de contas das OSC. Tal como se pode constatar no gráfico 30, que aponta que 84,7% das OSC manifestam que não têm recursos suficientes para garantir a sustentabilidade de recursos humanos especializados, revelando assim uma situação crítica.

Gráfico 30: A OSC tem recursos financeiros suficientes para sustentar recursos humanos especializados?



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Deduz-se a importância de caracterizar as limitações e dificuldades técnicas reais das OSC e, neste sentido, as próprias organizações são a melhor fonte de informação; mesmo que se tenham que levar em consideração as distorções que possam existir na autoavaliação das OSC, especialmente ao falar das suas forças.

Se se retomar a análise do gráfico 28 «Avaliação da eficácia pelas OSC em diferentes áreas» - desta vez para abordar as fraquezas (pelo que se pode deduzir que será menor a distorção) - percebe-se que o Inquérito relata marcadas dificuldades na realização de «ações de advocacy» (58,8% das OSC consideraram-se «pouco eficazes» ou «ineficazes»), assim como na área de «investigação e produção de dados» (54,5% das OSC consideraram-se «pouco eficazes» ou «ineficazes»); na «elaboração de materiais de IEC» (53,4% das OSC consideraram-se «pouco eficazes» ou «ineficazes»); na «identificação

de fontes de financiamento» (48,2% das OSC consideraram-se «pouco eficazes» ou «ineficazes»); no «planeamento estratégico» (38% das OSC consideraram-se «pouco eficazes» ou «ineficazes»); no «desenho de programas e projetos» (37% das OSC consideraram-se «pouco eficazes» ou «ineficazes») e na «sustentabilidade das ações após o fim do financiamento» (34,9% das OSC consideraram-se «pouco eficazes» ou «ineficazes»).

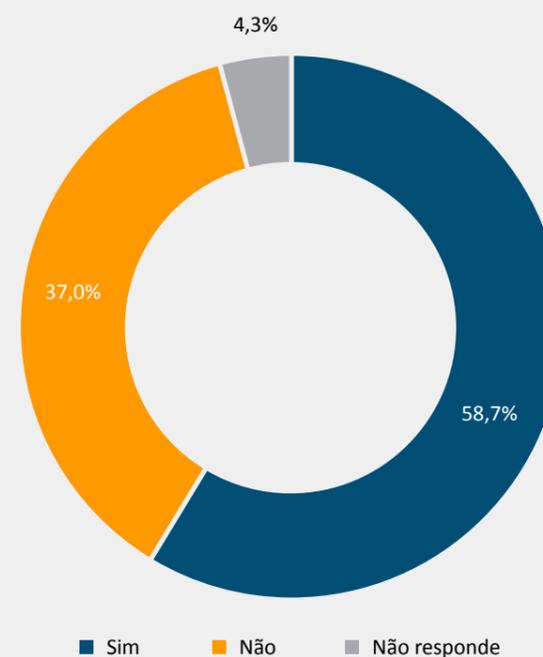
Estes dados ilustram um contexto que se aproxima ao que foi relatado nas mesas de diálogo: as OSC têm dificuldades em realizar diagnósticos dos âmbitos nos quais pretendem atuar, o que é prejudicial tanto para a identificação e desenho de ações, como para a justificação das mesmas frente aos sócios e financiadores, especialmente num contexto com limitações no acesso à informação. Simultaneamente, as dificuldades das OSC no desenho de programas e projetos reflete-se - a nível macro - em dificuldades relativamente ao planeamento estratégico. Desta forma, sem contar com metas concretas a longo prazo, as OSC não exercem incidência política, o que juntamente com as dificuldades para comunicar aos coletivos beneficiários e ao público geral o impacto das suas atividades, mina a sustentabilidade das ações.

Estes elementos demonstram o funcionamento a curto prazo das OSC, apresentando uma falta de planeamento estratégico, assim como a dificuldade para levar a cabo, e manter, ações que não estejam vinculadas a um financiamento concreto. Conforme as informações coletadas pelo Inquérito e as Mesas de diálogo, estas limitações relacionam-se principalmente com a falta de recursos.

O Inquérito evidencia a grande dificuldade que implica a questão financeira para o funcionamento das OSC. Neste sentido, convém ressaltar que, como se verifica no gráfico 31,

apenas 58,8% das organizações consideram que «têm uma administração financeira com recursos adequados»; revelando assim, não só as dificuldades das OSC em termos económicos, mas a grande disparidade que existe entre as OSC de maior e menor dimensão.

Gráfico 31: A OSC tem uma administração financeira com quadros técnicos e sistemas adequados?



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

84,7%
das organizações consideram que não têm recursos financeiros suficientes para sustentar recursos humanos especializados.

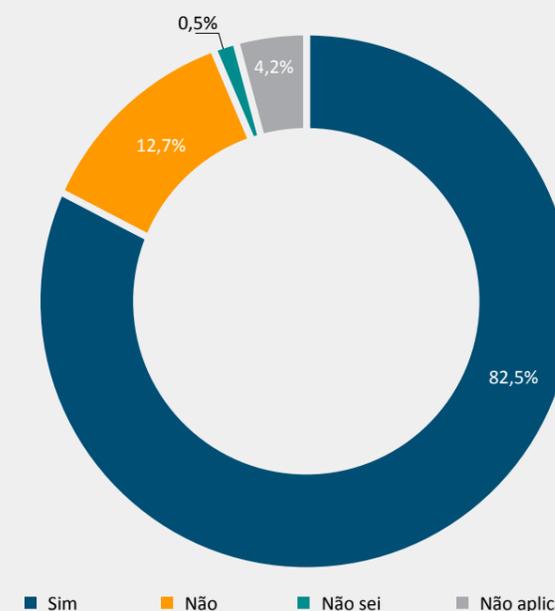
Na mesma linha, 78,8% das organizações consideram que não têm fundos adequados para a comunicação/visibilidade das suas ações. Este fato vincula-se, uma vez mais, com a dificuldade de mobilizar financiamentos, assim como a sustentabilidade dos projetos.

Os instrumentos usados para o planeamento e gestão das OSC

Neste contexto, é pertinente analisar os instrumentos utilizados pelas OSC, para compreender como conseguem desenvolver o seu trabalho, na maioria dos casos, com um marcado défice de recursos.

Como se percebeu acima, uma porção elevada das OSC (38 %) relatou não ser eficaz em termos de *planeamento estratégico*. No entanto, como é possível observar no gráfico 32, 82,5% das organizações inquiridas afirmam que as suas ações se baseiam num plano estratégico, num plano de ação ou num plano de atividades.

Gráfico 32: % das OSC que tem um plano estratégico, de ação ou de atividades atualizado e em vigor



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Gráfico 33: Instrumentos utilizados pelas OSC durante a implementação e monitorização de projetos



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

De fato, em termos de planeamento, os instrumentos mais usados são o «*cronograma de atividades*» (77,3%) e o «*plano de ação*» (73%). Face a estes valores elevados constata-se que as principais dificuldades das OSC não parecem estar tanto na falta de instrumentos de planeamento, mas na aplicação efetiva do planeado devido às fragilidades internas da organização.

Apenas metade das organizações elaboram relatórios semestrais dos projetos que implementam.

Nesta linha, ressalta que apenas metade das organizações elaboram «*relatórios semestrais*» dos projetos que implementam; um número ainda menor trabalha com o modelo de «*quadro lógico*». Igualmente, ressalta que os instrumentos de avaliações internas, tais como a «*análise de riscos*» (27,5%) e a «*análise FOFA*» (28%) são instrumentos pouco utilizados. De igual forma, algumas boas práticas na gestão e implementação – tais como a elaboração de «*Termos de referência*» (24,3%) e «*Mapeamentos das partes interessadas*» (29,1%) – também mostram uma baixa incidência (gráfico 33).

Abordagem inclusiva

Analisar as capacidades técnicas das OSC implica também considerar como as mesmas incorporam no seu trabalho as temáticas transversais. Neste sentido, cabe destacar que 79,4% das OSC inquiridas manifestaram integrar sempre uma abordagem participativa e inclusiva nas diferentes etapas do ciclo dos projetos; como se pode analisar no gráfico 34.

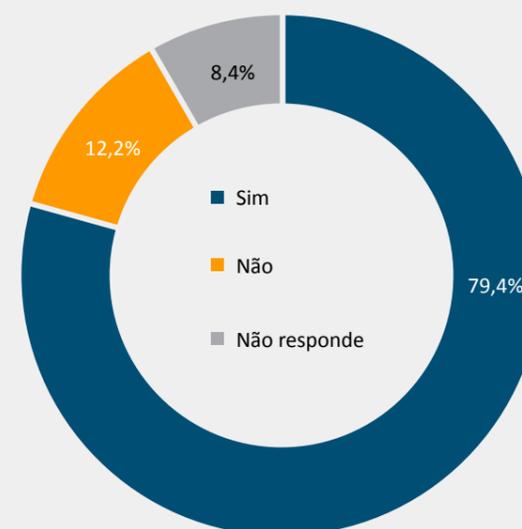
Gráfico 34: % das OSC que integram uma abordagem participativa e inclusiva com os/as beneficiários/as na definição, execução e avaliação das suas ações



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

O mesmo número de OSC (79,4%) afirma que considera o impacto ambiental da sua atividade em cada projeto (gráfico. 35):

Gráfico 35: A OSC considera o impacto ambiental da sua atividade em cada projeto?



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

77,3%

das organizações dizem aplicar uma abordagem de género durante a elaboração e gestão de projetos/ações.

Similarmente, 77,3% das organizações dizem aplicar uma abordagem de género durante a elaboração e gestão de projetos/ações (gráfico 36):

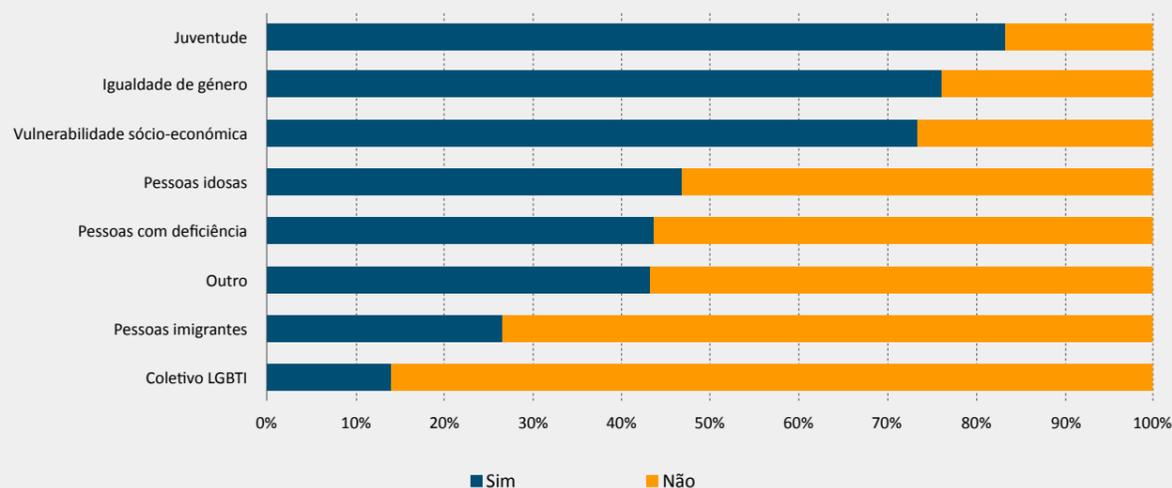
Gráfico 36: A OSC aplica uma abordagem de género durante a elaboração e gestão de projetos/ações?



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Como podemos observar no gráfico 37, as OSC alcançam altos valores em relação à inclusão de determinados âmbitos/coletivos; como no caso da juventude, a igualdade de género e as pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconómica.

Gráfico 37: Seguimento de uma abordagem inclusiva das OSC por âmbitos ou beneficiários/as



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Cabe destacar que a pobreza e a vulnerabilidade social são âmbitos de trabalho inerentes ao próprio surgimento das OSC de Cabo Verde. A igualdade de género tem gradualmente adquirido relevância desde os anos 80, quando aparecem as primeiras OSC do país focadas nessa temática. Prova do crescente protagonismo deste âmbito é a Lei n.º 114/VIII/2016 de 21 de março que define o Estatuto das Organizações da Sociedade civil de Desenvolvimento (OSCD), identificando 17 áreas de intervenção, entre as quais a «Promoção da igualdade e equidade do género» (artigo 11º). De igual forma, o Estatuto das OSCD também contempla a «Proteção e defesa do meio ambiente» (artigo 11º).

Contudo, para além destas áreas que contam com amplo reconhecimento, inclusive por parte do Estado, o gráfico 37 também reflete a emergência de novas áreas de trabalho no contexto nacional, como os direitos do coletivo LGBTI; um âmbito no qual Cabo Verde se destaca como pioneiro no quadro regional.

No entanto, ao falar sobre abordagem participativa e inclusiva, convém contrastar os dados expostos com as dificuldades que as OSC manifestaram previamente. Nesta linha, além das limitações de recursos técnicos especializados, destacam-se os constrangimentos expressados na área de produção de dados e, portanto, na realização de diagnósticos. Estas limitações dificultam, por exemplo, integrar uma abordagem participativa com perspectiva de género, ou avaliar o impacto ambiental de uma ação.

Assim, como se pode observar no gráfico 38, apenas 67,7% das OSC inquiridas manifestam realizar algum tipo de diagnóstico antes de um projeto/ação; um número mais baixo do que as que manifestaram considerar o impacto ambiental ou aplicar uma abordagem participativa e/ou de género.

Gráfico 38: A OSC realiza estudos e diagnósticos antes de começar um projeto ou uma ação

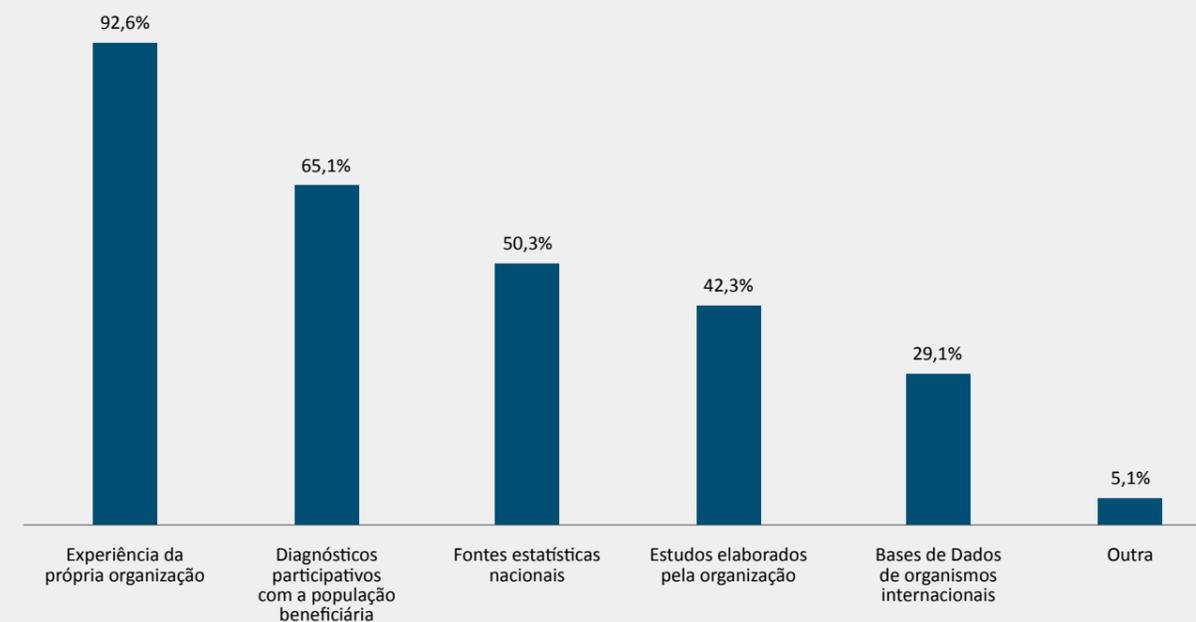


Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

A fragilidade na capacidade de produção de dados é especialmente prejudicial no contexto dos problemas de acesso à informação já referidos no Capítulo 6.2.3. deste estudo.

Através do Inquérito aplicado, 175 organizações descreveram as ferramentas que utilizam para a recolha de dados (gráfico 39) e unicamente a metade destas OCS (50,3%) afirmaram usar fontes estatísticas nacionais - e um número ainda menor (29,1%) indicaram recorrer a fontes de organizações internacionais. Do limitado uso de dados externos para orientar a elaboração das ações das organizações deduz-se que as mesmas dependem principalmente da sua capacidade interna para levantar, sistematizar e analisar informação; desta forma, as fragilidades existentes nesta área têm um grande impacto.

Gráfico 39: Ferramentas utilizadas na recolha de dados pelas OSC para a elaboração de ações e projetos



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Assim, deve-se questionar a conceção que as OSC têm do significado e das implicações práticas da abordagem participativa e inclusiva; uma vez que as fragilidades que demonstram dificilmente se coadunam com o elevado número de organizações que se consideram cumprir sempre com estes princípios. Nesta linha, ressalta-se que a parte nominal do Inquérito - onde as OSC explicaram como colocam em prática a abordagem inclusiva - evidencia uma compreensão limitada desta questão. Por exemplo, no caso da abordagem de género, muitas organizações reconheceram colocá-la em prática ao contratar tanto a homens como a mulheres na OSC, ou ao contemplar as mulheres como beneficiárias de ações mistas. No entanto, foram poucas as organizações com ações específicas para mulheres, e são praticamente inexistentes as referências a indicadores e marcadores de género, assim como a análises de género, diagnósticos participativos estruturados ou objetivos concretos vinculados com a igualdade de género, sendo que a mesma situação se repete para os outros coletivos identificados (juventude, LBGTI, pessoas com deficiência etc.); pelo que podemos concluir que há fortes discrepâncias no que as OSC entendem por abordagem inclusiva.

Neste sentido, é necessário realizar uma leitura crítica das áreas de intervenção das OSC, tal como é referido no início deste diagnóstico. Como se verificou, a igualdade de género é uma das áreas de intervenção mais destacadas; porém isto é questionável num contexto em que muitas organizações resumem a integração da abordagem de género ao fato de ser uma OSC composta principalmente por técnicas mulheres.

Contudo, pese às dificuldades das OSC na operacionalização de certos termos,

a pluralidade das áreas de intervenção identificadas pelas mesmas no Inquérito, assim como a alta incidência de organizações que manifestam colocar em prática uma abordagem inclusiva e participativa, implica o reconhecimento destas questões como prioritárias. Este fator é positivo e deve ser incentivado, no entanto, o reconhecimento da relevância da inclusão e representação amiúde não passa de uma declaração de intenções que não é materializada devido às dificuldades económicas e técnicas existentes. Assim, mostra-se ainda necessário passar de uma abordagem teórica a uma aproximação efetiva e prática.

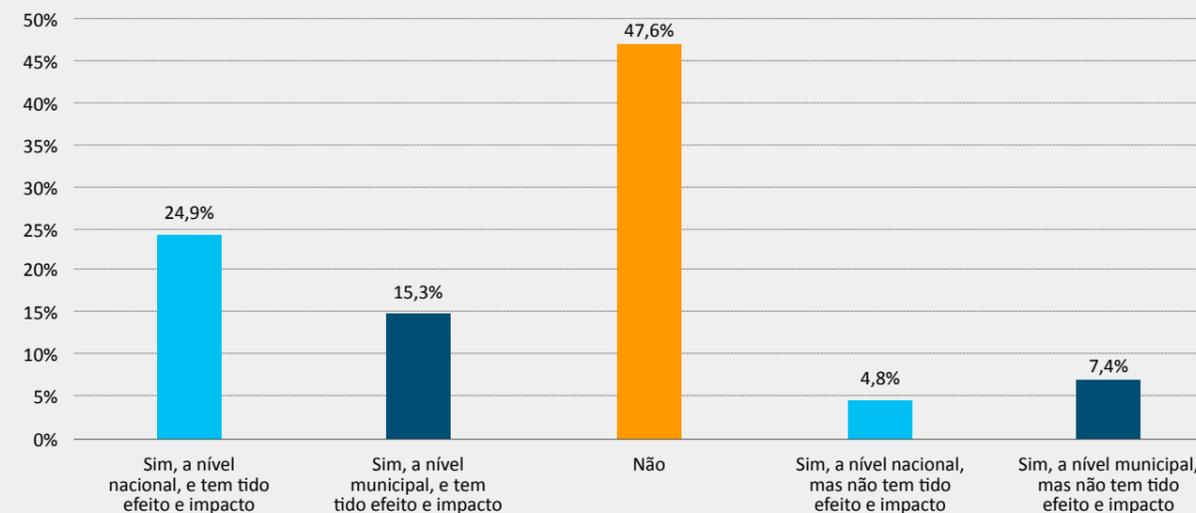
7.5. Capacidades para a intervenção em políticas públicas

As diferentes fragilidades das OSC abordadas neste Mapeamento, são impedimentos para o pleno exercício do seu mandato democrático de influenciar e monitorizar as políticas públicas, a fim de defender os direitos das camadas mais pobres e garantir a sua participação na elaboração e seguimento das mesmas. Para compreender o engajamento das OSC com a elaboração e avaliação de políticas públicas, analisa-se de seguida a incidência da realização de ações de *advocacy* das OSC, assim como a participação das mesmas na elaboração de relatórios sombra.

7.5.1. Capacidades de *advocacy*

Para abordar esta questão, no Inquérito, foi solicitado às OSC que indicassem se estão envolvidas em ações de *advocacy* com o objetivo de influenciar políticas públicas e/ou a alocação de recursos públicos. Como se observa no gráfico 40, pouco mais da metade das OSC (52,4%) responderam afirmativamente.

Gráfico 40: OSC engajadas em ações de *advocacy* em relação ao âmbito e impacto de intervenção



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Do gráfico também se infere que predominam as organizações envolvidas em ações a nível nacional; e que a maioria das OSC que realiza ações de *advocacy* considera que consegue impactar as políticas públicas adotadas, principalmente a nível do Governo central.

A nível nacional, as áreas mais mencionadas nas quais as OSC tiveram impacto com as suas ações de *advocacy* incluem a igualdade de género - com resultados na definição de políticas de género, como a Lei de Paridade e a Lei de VBG - assim como o ambiente, agricultura, pesca e vida marinha - com a Lei de criminalização da captura e consumo de tartarugas marinhas, a revisão do acordo da pesca com a UE, a identificação e proposta das áreas protegidas e a aprovação da estratégia nacional de segurança alimentar e nutricional (2014-2020). Aparece igualmente a área de direitos de pessoas com deficiência, com resultados na área de educação para a promoção da gratuidade do ensino para pessoas com deficiência, as leis referentes aos direitos dos atletas paralímpicos e a disponibilização de mais recursos do orçamento

de Estado para as OSC que trabalham com pessoas com deficiência. Na área da saúde várias OSC mencionam ter conseguido contribuir e ter impactos na elaboração da Lei de VIH/SIDA e a Lei de saúde sexual e reprodutiva.

A nível municipal, as áreas mais relevantes nas quais se realizaram ações de *advocacy* com resultados positivos, incluem o orçamento participativo, o combate ao alcoolismo e drogas e ações em áreas do emprego, turismo, desporto/cultura, habitação social, ordenamento do território, assim como na saúde e educação.

Pelas respostas recebidas, parece que muitas das OSC equiparam as ações de *advocacy* com ações de participação e contribuições realizadas no âmbito de consultas organizadas pelo Governo face à elaboração de leis e/ou planos de ação específicos. Algumas vezes, estas contribuições foram tidas em conta (e tiveram impacto), outras vezes não. Poucas vezes as ações de *advocacy* partem da iniciativa das próprias OSC.

Também é importante ressaltar que a **capacidade interna que foi mais marcada como ineficaz** entre todas as áreas analisadas foi precisamente a de promover «ações de *advocacy* (incidência política)».

A limitada participação e eficiência das organizações da sociedade civil neste âmbito é compreensível se levarmos em consideração que a *advocacy* requer envolvimento a longo prazo, normalmente sem retornos financeiros diretos. Além disto, mesmo que a *advocacy* seja uma atividade inerente ao funcionamento da sociedade civil organizada, a recente adoção deste termo, um anglicismo de caráter técnico, pode implicar certa dificuldade na sua compreensão pelos elementos das organizações.

Neste contexto, durante as mesas de diálogo, o conceito de *advocacy* foi debatido:

«*Advocacy está ligado à questão de influenciar os poderes, de conseguir algo. Ter um bom relacionamento com as instituições. É que dentro das associações haja pessoas com capacidade de influenciar os poderes públicos e privados e chegar às fontes de financiamento (...) Boa parte das organizações não sabem sequer desta questão da advocacy, destes termos que foram criados agora e que não deixam de ser mais que isso: poder chegar às fontes de financiamento, capacidade de diálogo, ter a capacidade de movimentação e no fundo chegar aos recursos. Inicialmente, tinham esta capacidade depois foi-se perdendo.*»

(Representante de ADC, Ribeira Grande)

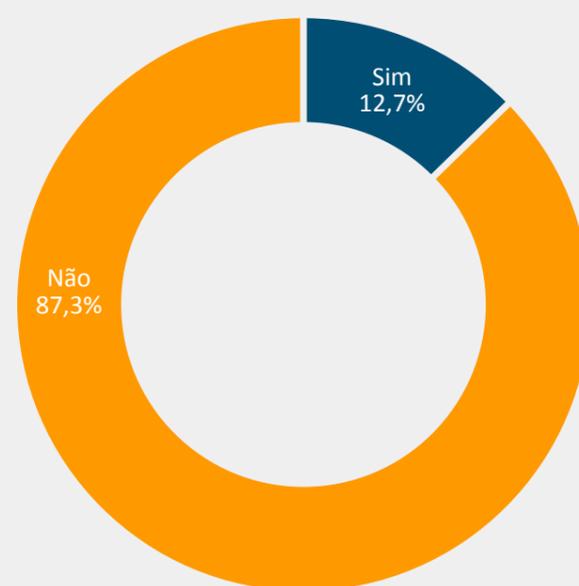
Esta intervenção refere a dificuldade de compreender o próprio termo *advocacy* - uma consideração recorrente nas mesas de diálogo realizadas no contexto do Estudo - que se reflete igualmente sobre as capacidades atuais das organizações da sociedade civil neste sentido. Este discurso crítico demonstra um reconhecimento das limitações das organizações para influir nas políticas públicas, traçando uma

conexão direta entre esses entraves e o acesso às fontes de financiamento. Uma percepção que deve ser levada em consideração, uma vez foi reiterada em diversas ocasiões pelas/os participantes das metodologias qualitativas do estudo. De igual forma, a percepção de uma crescente fragilidade na capacidade de influência das organizações também foi referida em diferentes mesas de diálogo, principalmente por organizações que estão há mais tempo no terreno e, especialmente, aquelas que trabalham no âmbito rural.

7.5.2. Capacidades para a elaboração de relatórios sombra

Na linha de capacidades existentes de participação e seguimento de políticas públicas, foi igualmente avaliada a participação e capacidades das OSC na elaboração de relatórios sombra (*shadow reports*). Assim, se pode observar no gráfico 41 que 87,3% das organizações inquiridas nunca participaram na elaboração de um relatório sombra.

Gráfico 41: Participação da OSC na elaboração de algum relatório sombra



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Poucas vezes as ações de advocacy partem da iniciativa das OSC.

Assim, apenas 24 organizações responderam ter participado da elaboração de um relatório sombra, entretanto só se pode comprovar essa participação para 8,9% das organizações inquiridas, representando um total de 17 organizações.⁴⁷

Pelas respostas dadas na parte narrativa, foi possível identificar a **falta de conhecimento do conceito de relatório sombra**, mesmo em casos de organizações que afirmaram ter participado.

No entanto, e graças a um forte engajamento da Comissão Nacional de Direitos Humanos e da Cidadania (CNDHC), nos últimos anos tem-se verificado um aumento da participação das organizações na elaboração de relatórios sobre a aplicação das Convenções das Nações Unidas. Só em 2018 e 2019 foram apresentados 3 relatórios sombra referentes ao: Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais - PIDESC (setembro de 2018), Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres - CEDAW (junho de 2019) e Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos - PIDCP (setembro de 2019).

Para além disto, os primeiros relatórios a serem apresentados por parte de OSC cabo-verdianas tinham sido referentes à CEDAW em 2013 e ao PIDCP em 2012 (primeiro relatório sombra alguma vez apresentado por uma OSC em Cabo Verde, realizado pela Associação Delta Cultura em parceria com uma organização internacional).

A partir de uma mesa de diálogo específica para ações de *advocacy* realizada pela equipa de consultoras do Mapeamento com as organizações, constatou-se que persiste a **necessidade de ações de capacitação no que se refere a questões de advocacy** em geral, mas também, mais especificamente sobre as questões chave a serem apresentadas nos relatórios sombra, o que lhes permitiria posteriormente elaborar questionários no sentido de orientar outras organizações para o preenchimento das informações relevantes.

Em 2018 realizou-se uma formação promovida pela *Democracy Report International* (DRI) em parceria com a CNDHC, no âmbito de um projeto financiado pela União Europeia⁴⁸ cujos principais objetivos foram a sensibilização do público em geral para os direitos humanos, a capacitação da CNDHC e das OSC e a recolha de dados para efeitos de monitorização.

Entre as questões levantadas durante as discussões na mesa de diálogo surgiram a falta de capacidade de registo das atividades que as OSC realizam e consequentemente a **sistematização de dados** que podem servir na elaboração dos relatórios. Outro desafio relevante inclui a falta de capacidade das organizações fazerem a **socialização das recomendações**, que se vê muito necessário. As OSC precisam conhecer as recomendações e perceber qual a melhor forma de informar a população em geral para que esta também possa apoiar no seguimento da sua implementação.

⁴⁷ Amigos da Natureza, AMJ; APIMUD, Morabi, ACLCVBG, Delta Cultura, ACRIDES, OMCV, AZM, Plataforma das Comunidades Africanas Residentes em CV, ATD-CV, Associação Caboverdiana de Surdos, RA-MAO, Associação Pró-Morro, FECAD, ACARINHAR e ADEVIC).

⁴⁸ Projeto implementado pela organização *Democracy Report International* (DRI) - Melhorar a monitorização e a eficácia da implementação das principais Convenções da ONU e da OIT nos países do SPG +

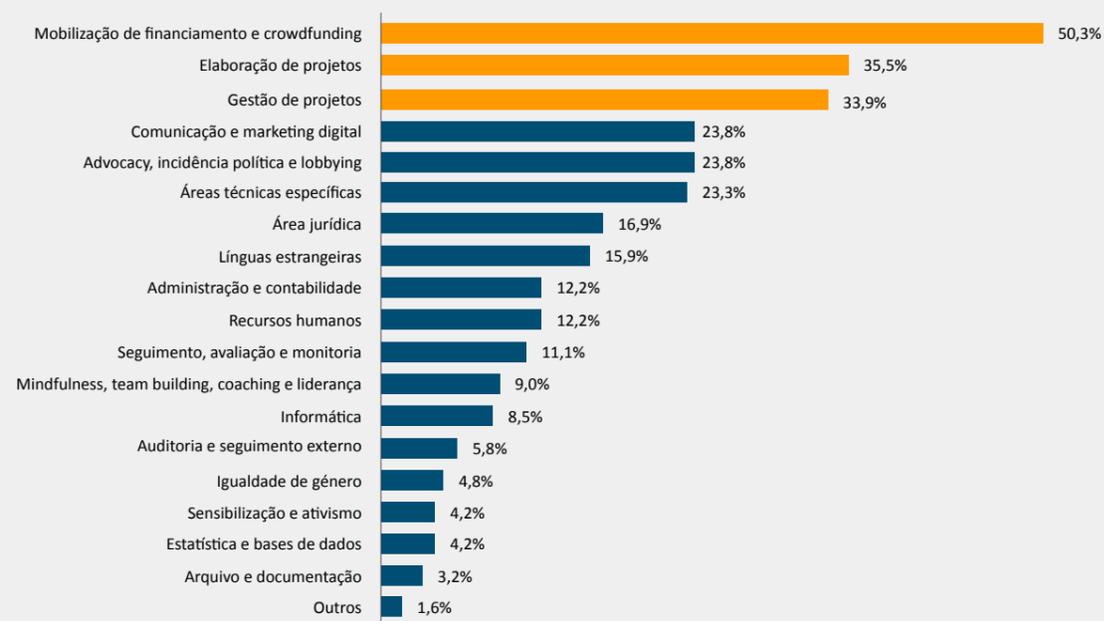
7.6. As necessidades de reforço técnico

Como se verificou ao longo deste capítulo, as fragilidades financeiras têm impacto nos recursos humanos das OSC, apresentando obstáculos no acesso a financiamentos, assim como dificuldades na gestão, referente à prestação de contas, comunicação, planeamento estratégico, elaboração de diagnósticos, realização de ações de *advocacy* ou aplicação de uma abordagem inclusiva.

Estas fragilidades correspondem parcialmente às áreas nas quais as OSC consideram que precisam de reforço (gráfico 42). Assim, as áreas mais destacadas foram as seguintes:

- Mobilização de financiamento (área apontada por 50,3% das OSC);
- Elaboração de projetos (35,5% das OSC);
- Gestão de projetos (33,9%);
- *Advocacy* (23,8%);
- Comunicação e marketing digital (23,8%).

Gráfico 42: As áreas que precisam de reforço técnico (OSC)



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

É de realçar que as três opções mais escolhidas vinculam-se com elementos básicos para o funcionamento das OSC, nomeadamente conseguir fundos, elaborar projetos e implementar os mesmos.

Isto aponta para a necessidade de novas formas de financiamento - especialmente daqueles financiadores que mostram um nível de complexidade burocrática elevado ou que exigem o desembolso de parte dos fundos - que

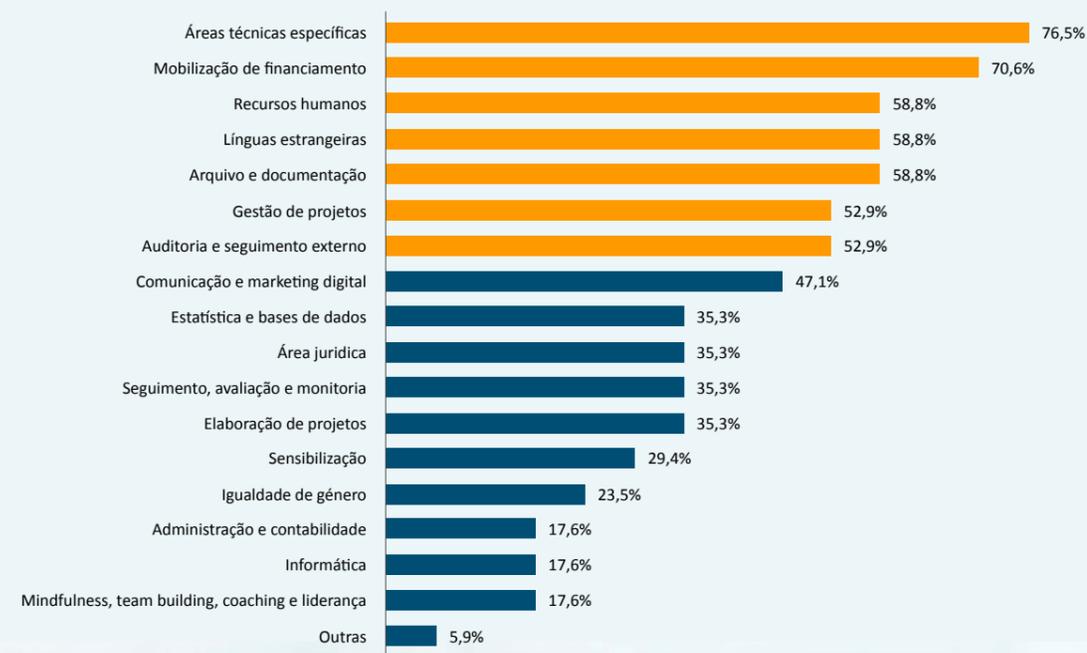
se adaptem às características e capacidades das OSC nacionais, em conformidade com a Comunicação da Comissão «As raízes da democracia e do desenvolvimento sustentável: O compromisso da Europa com a sociedade civil no domínio das relações externas»; promovendo também formações e capacitações que incidam sobre as fragilidades identificadas e potenciem as capacidades necessárias, criando assim um ambiente propício para o desenvolvimento das OSC.

7.7. As capacidades das Autoridades locais

Questionados se as Câmaras Municipais têm as capacidades técnicas suficientes para o seu funcionamento, 8 das 17 CM que participaram no Inquérito, responderam que não têm as capacidades técnicas suficientes. Este número é mais elevado do que no caso das OSC (onde 29,6% indicam não ter capacidades técnicas suficientes).

A maioria das AL - 76,5% - referem como necessidade primária o reforço técnico em «Áreas técnicas específicas (ex: urbanismo, ambiente, etc.)». Este é seguido pela necessidade de reforço nas áreas de «Mobilização de financiamento» (70,6%); «Arquivo/documentação», «Recursos humanos» e «Línguas estrangeiras» (respetivamente 58,8%). Ainda 52,9% indica também necessidades de reforço em «Gestão de projetos» e «Auditoria/seguimento externo».

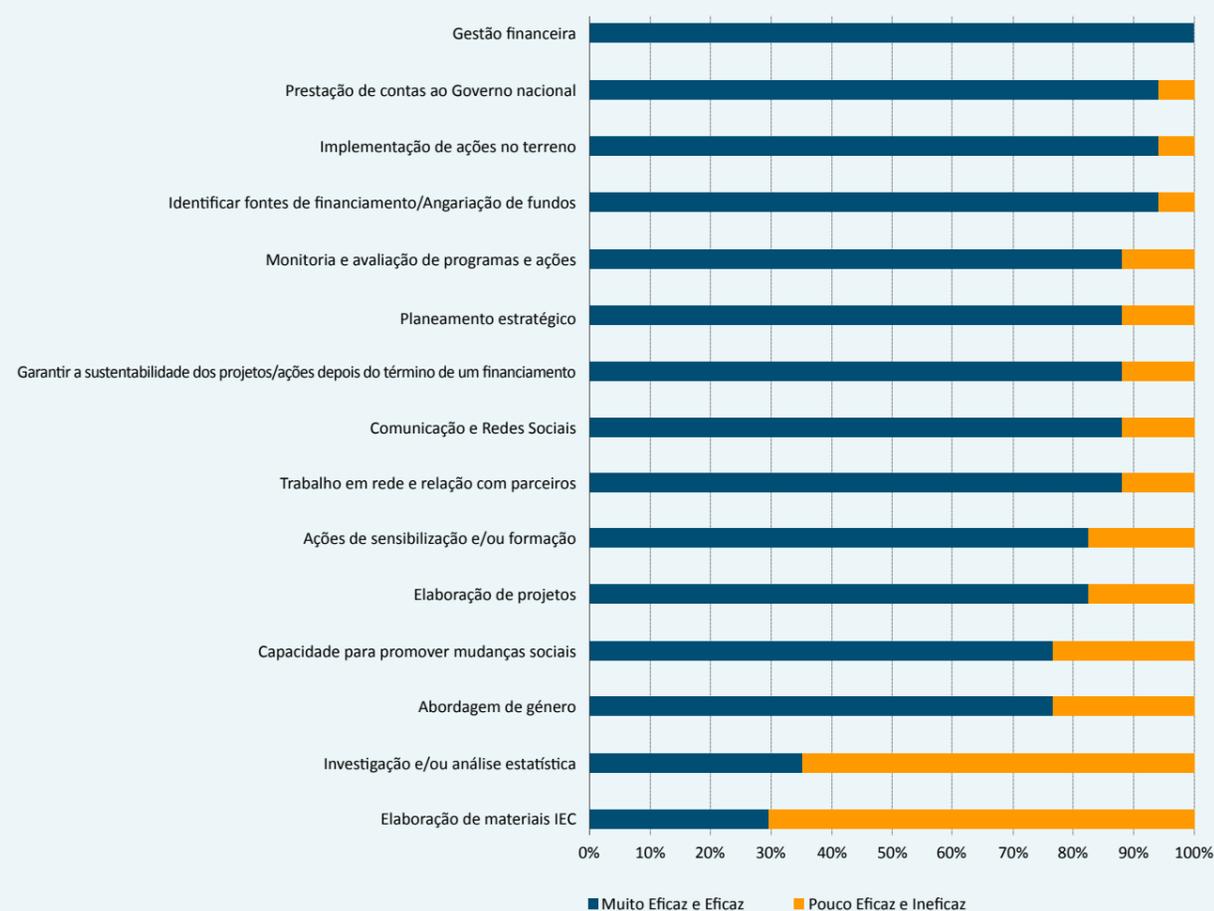
Gráfico 43: As áreas que precisam de reforço técnico (AL)



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Apesar de 8 das 17 Câmaras Municipais terem indicado não possuir capacidades técnicas suficientes para o seu funcionamento, todas se avaliam como «(muito) eficazes» na «gestão financeira», assim como na grande maioria das áreas indicadas no gráfico 44, incluindo a «prestação de contas ao Governo nacional», a «implementação das ações no terreno», a «identificação das fontes de financiamento» e a «monitorização e avaliação de programas e ações». As únicas áreas onde uma maioria das Câmaras se avalia como «pouco eficazes» ou «ineficazes» são as áreas de «investigação e/ou análise estatístico» e da «elaboração de materiais de IEC».

Gráfico 44: Autoavaliação da eficácia da Câmara municipal nas áreas indicadas

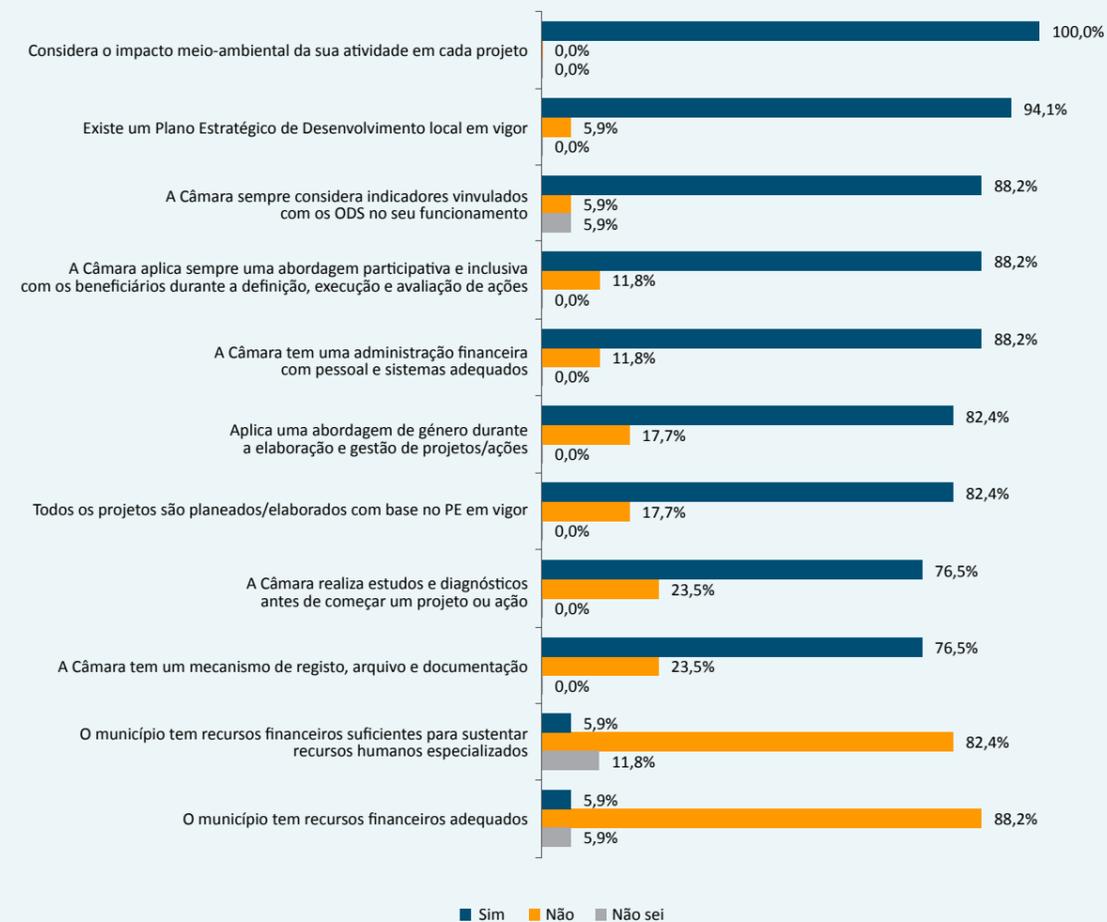


Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Adicionalmente, a grande maioria das Câmaras Municipais (16 de 17 CM) refere ter um plano estratégico de desenvolvimento local; 14 das 17 Câmaras Municipais afirmam que os seus projetos são planeados/elaborados com base no planeamento estratégico; 15 das 17 Câmaras tem uma administração financeira com pessoal e sistemas adequados; 13 das 17 tem um mecanismo de registo, arquivo e documentação e realizam estudos e diagnósticos

antes de começar um projeto ou ação; 15 das 17 aplicam sempre uma abordagem participativa e inclusiva com os beneficiários, durante a definição, execução e avaliação de ações e consideram sempre os indicadores vinculados com os ODS no seu funcionamento. 14 das 17 CM aplicam uma abordagem de género durante a elaboração e gestão de projetos/ações e, todas as 17 Câmaras consideram o impacto ambiental da sua atividade, em cada projeto.

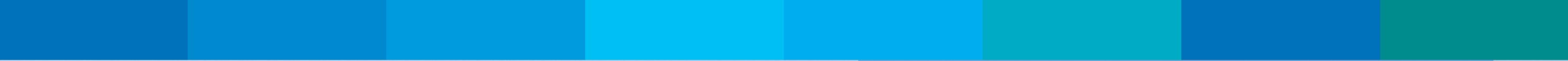
Gráfico 45: Capacidades internas da Câmara Municipal nas áreas indicadas

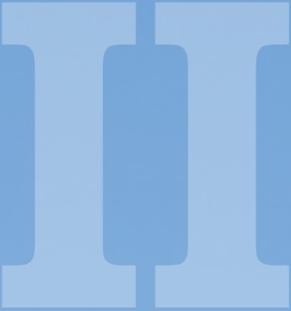


Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Recomendações do Capítulo 7

- Promover um contexto que favoreça o acesso ao financiamento por parte das OSC, visando:
 - Dar maior visibilidade às linhas de financiamento da Cooperação Internacional acessíveis às OSC, promovendo uma maior articulação entre os financiadores e as redes de organizações da sociedade civil; com especial atenção às zonas rurais, onde a comunicação é deficitária.
 - Promover modelos de financiamento que permitam a participação direta das OSC de pequena dimensão em projetos de desenvolvimento, sob a tutela de outra organização chapéu.
 - Complementar o modelo de corequerentes, com pequenos financiamentos diretos para OSC de menor dimensão, considerando as áreas de trabalho destas organizações e adaptando as condições e a complexidade dos procedimentos às capacidades reais, assim como ao potencial de melhora das OSC.
 - Simplificar os procedimentos burocráticos inerentes ao financiamento, procurando dentro do possível estabelecer maior coesão entre os procedimentos de diferentes financiadores, mormente da Cooperação dos Estados membros da UE presentes em Cabo Verde.
- Criar incentivos financeiros para desenvolver a responsabilidade social do setor privado e especificamente do setor do turismo.
- Disponibilizar recursos materiais para instalações e equipamentos sociais, mediante:
 - Facilidades para que as OSC tenham acesso a espaços que possam usados como sede. Recomenda-se a cedência de locais a serem divididos por diferentes organizações de uma mesma localidade. Isto permitiria melhorar o arquivo e documentação, o que indiretamente aumenta a capacidade de prestação de contas das OSC.
 - Criação de condições para garantir os equipamentos e materiais necessários para o correto funcionamento das sedes, especialmente em relação às ferramentas TIC.
- Oferecer benefícios fiscais e outras medidas para aumentar a capacidade económica das OSC, incluindo a criação de uma rubrica específica no Orçamento do Estado para as organizações consideradas de utilidade pública.
- Criar linhas de financiamento acessíveis às OSC para a contratação de quadros técnicos especializados, dando especial prioridade à contratação na área da contabilidade.
- Fomentar políticas de promoção interna nas OSC conforme aos critérios de paridade de género; instaurando incentivos em relação à nomeação paritária de homens e mulheres para cargos diretivos das organizações, especialmente aquelas de grande dimensão, que contam com mais recursos humanos e financeiros.
- Passar a um modelo de associativismo que equilibre melhor o trabalho remunerado e voluntário, outorgando um maior reconhecimento a este último:
 - Rever as limitações legais para a remuneração dos elementos dos órgãos sociais das OSC. Especialmente, a situação da remuneração dos/as presidentes/as, com objetivo de adaptar a legislação para que seja mais harmoniosa com a prática habitual das organizações.
 - Adotar protocolos que reforcem a articulação entre as OSC, as universidades e parceiros estatais para favorecer a instauração de programas de estágio remunerado nas organizações da sociedade civil.
 - Criar formas de mobilizar e motivar o voluntariado além da remuneração económica. Por exemplo: mediante a criação de um certificado padronizado com reconhecimento a nível nacional; e/ou acordos com as universidades para que o trabalho voluntário em organizações da sociedade civil seja contabilizado como créditos académicos em disciplinas de carreiras afins.
- Formar e reciclar os técnicos e as técnicas das OSC em matéria de produção de dados; planificação estratégica; elaboração de relatórios; e diagnósticos participativos do contexto de atuação, assim como das forças e fragilidades da própria organização. Outras áreas concretas que merecem especial destaque são as ações de advocacy, o desenho/elaboração de programas e projetos (segundo o modelo do Quadro lógico), a abordagem de género, a promoção da participação ativa da cidadania e a inclusão de coletivos em situação de vulnerabilidade, especialmente as pessoas com deficiência.
- Oferecer apoio institucional às organizações que abordam temáticas especialmente relevantes em matéria de direitos humanos e pouco trabalhadas - ou recentes - no contexto de Cabo Verde, como os diferentes coletivos e associações que têm surgido nos últimos anos vinculados com a defesa dos direitos das pessoas LGBTI.
- Potenciar a capacidade das OSC para a realização de ações de advocacy e incidência política, especialmente a nível municipal, reforçando os espaços de diálogos existentes, a esse nível.



PARTE 

AS DINÂMICAS E REDES
DA SOCIEDADE CIVIL

8. DINÂMICAS E RELACIONAMENTO ENTRE A SOCIEDADE CIVIL E O ESTADO

8.1. A necessidade de criar novos mecanismos e espaços de articulação

Durante o período do partido único (1975-1991), o Estado procurou através da promoção das cooperativas e organizações de massas (OMCV, JAAC-CV, etc.) orientar a dinâmica da sociedade civil, atribuindo fundos e outras regalias. A transição do regime do partido único para a democracia não significou, imediatamente, a rejeição destas práticas; assim durante a abertura política (1991-2000), o Estado promoveu várias associações locais e ONGs através dos contratos programa, em que os/as líderes de associações eram muitas vezes simpatizantes do partido no poder.

As transformações políticas ocorridas nos anos de 1990, levaram à atualização e ao surgimento de novas relações entre a sociedade civil e o Estado. O processo de democratização trouxe, para as organizações e grupos da sociedade civil cabo-verdiana, o desejo de romper com os mecanismos de poder estabelecidos no regime anterior ao partido único (PAICV). Não obstante, hoje em dia essas organizações confrontam-se com dificuldades de intervenção, quer em termos da sua relação com o Estado, quer no cumprimento de agendas e metas. O desejo de parceria ainda não encontrou espaço ou mecanismos capazes de transformar as organizações em construtores e executores de seus próprios projetos, enquanto atores autónomos e complementares do Estado.

No quadro da relação entre a sociedade civil e o Estado, apela-se à **necessidade de maior articulação**, uma petição que se evidenciou nas mesas de diálogo.

Segundo o Coordenador de uma OSC na ilha de São Vicente:

«Existem alguns conselhos de concertação que incluem a sociedade civil, mas a maioria não funciona com a regularidade com que devia e que se encontra escrita nos regulamentos que os cria. Muitas vezes não têm a representatividade necessária tendo em conta o peso da sociedade civil (...) Ainda podemos citar que a sociedade civil não está representada no Conselho de Concertação Social, onde estão representados o Estado, patronato e os trabalhadores através dos sindicatos. Os agricultores, os pastores, pescadores, etc. que trabalham por conta própria e sem qualquer cobertura social não estão representados.»

Outro interveniente da ilha de Santo Antão (Presidente de ADC) confirma:

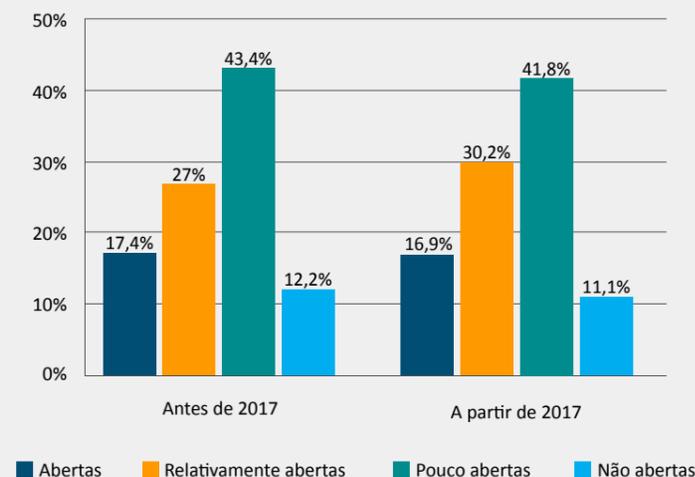
«Nós estamos mais perto das famílias, dos alunos, das pessoas com dificuldades, das crianças especiais, isto quer dizer que se tem um conhecimento mais aprofundado do que o poder local e, há momentos que nem somos ouvidas e nem tidas em conta para dar o nosso contributo que vem da sociedade e que está representada por uma associação, neste caso, o Presidente, os membros da Direção dentro dos estatutos têm a representatividade, estas são questões que muitas vezes dificultam as associações. Eu, pessoalmente posso dizer, neste momento, para nós, não há as mínimas condições para a gente dar o seu contributo.»

Constatamos que ainda não se verificou uma forma de relação, de autonomia, corresponsabilidade, e de valorização das organizações da sociedade civil na prática.

08

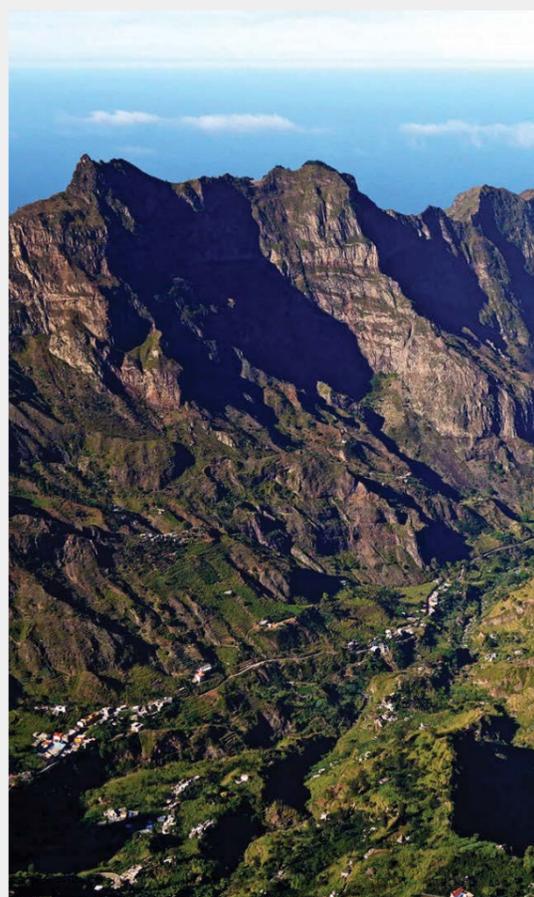
DINÂMICAS E RELACIONAMENTO

Gráfico 46: Na experiência da sua organização, as instituições e autoridades cabo-verdianas estão abertas a envolver a sociedade civil na elaboração de políticas?



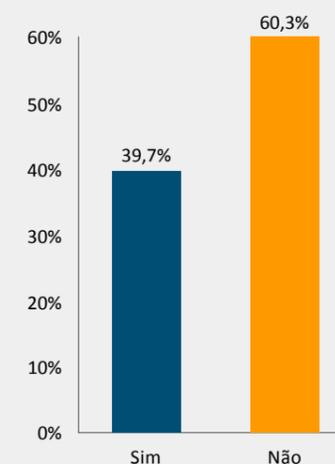
Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Questionados se, com base na experiência da organização, as instituições e autoridades cabo-verdianas estão abertas a envolver a sociedade civil na elaboração de políticas públicas antes e depois de 2017, a maioria das OSC respondeu que as autoridades nacionais estão «pouco abertas» ou «não abertas» a dialogar com a sociedade civil. 55,6% das pessoas respondentes consideraram que antes de 2017 as autoridades nacionais estavam «pouco abertas» (43,4%) e «não abertas» (12,2%), valores que não se distanciam muito dos 52,9% que responderam que a partir de 2017 as autoridades nacionais estavam «pouco abertas» (41,8%) e «não abertas» (11,1%) no envolvimento da sociedade civil na elaboração das políticas (gráfico 46). Nota-se que não houve muita evolução desde 2017 até hoje.



Realmente, a falta de abertura política para o diálogo é confirmada em vários momentos do Inquérito: Cerca de 60,3% das OSC inquiridas indicam que a sua organização nunca foi convidada para participar num diálogo (formal ou informal) com o Governo em relação à identificação, preparação, revisão, monitoria e/ou avaliação de uma política (gráfico. 47).

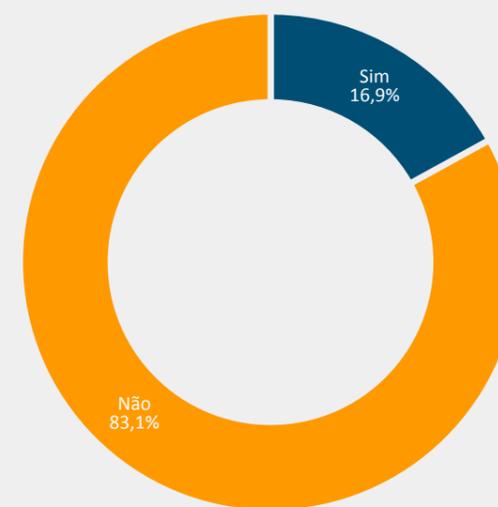
Gráfico 47: Alguma vez a sua organização já foi convidada para participar num diálogo (formal ou informal) com o Governo em relação à identificação, preparação, revisão, monitoria e/ou avaliação de uma política?



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Da mesma forma, cerca de 83,1% afirmam que, na sua experiência, não existe atualmente um fórum ou espaço de diálogo permanente entre o Estado e as OSC que tenha um impacto real nas políticas públicas (gráfico 48).

Gráfico 48: Na sua experiência, existe atualmente algum fórum ou espaço de diálogo permanente entre o Estado e as OSC que tenha um impacto real nas políticas públicas?



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

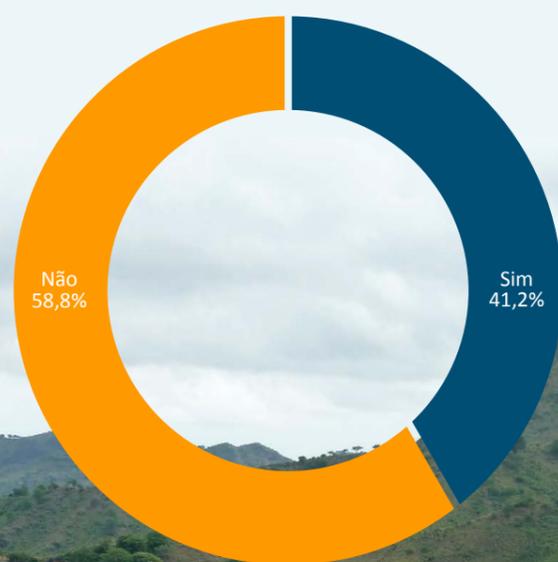
83,1%

afirmam que, na sua experiência, não existe atualmente um fórum ou espaço de diálogo permanente entre o Estado e as OSC que tenha um impacto real nas políticas públicas.

OPINIÃO DAS AUTORIDADES LOCAIS

Relativamente às autoridades locais inquiridas (gráfico 49), **58,8% dos inquiridos dizem não existir nenhum espaço ou fórum de diálogo permanente com as OSC** e que tenha um impacto real nas políticas públicas, e 41,2% dizem existir.

Gráfico 49: Na sua experiência, existe atualmente algum fórum ou espaço de diálogo permanente entre o Estado e as OSC que tenha um impacto real nas políticas públicas?



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

A análise dos dados deixa compreender que Cabo Verde carece de **mecanismos permanentes de diálogo** entre o Governo, seja nacional ou local, e a sociedade civil.

Numa análise mais aprofundada das respostas e dos comentários das OSC que indicam ter recebido convite para avaliar políticas públicas (39,7%) e/ou que indicaram que existe algum fórum de diálogo permanente (16,9%), constata-se que:

- A maioria das OSC é convidada para dar os seus *inputs* sobre temáticas relacionadas aos objetivos da organização.

- 6,7% das OSC participaram num diálogo em 2019; 13,3% em 2018 e 9,3% em 2017. Os restantes, participaram entre 2013 e 2016 ou não deram indicação exata.
- 5,3% das OSC indicam ter sido convidadas para a preparação do Orçamento do Estado de 2018.
- Ainda que poucas organizações especifiquem de que entidade receberam o convite, mais frequentemente são mencionados consultas realizadas por parte do Ministério da Agricultura e Ambiente (9,3% das OSC), para as

temáticas como combate ao mau ano agrícola/seca, o Fundo do Ambiente, assim como a Lei sobre a criminalização de ações contra tartarugas marinhas.

- Cerca 14,5% das OSCs especificam que embora tenham sido convidadas a participar num diálogo, as suas contribuições não foram incorporadas e/ou não tiveram mais conhecimento sobre a questão debatida.
- Todas as associações filiadas na Federação Cabo-Verdiana das Associações de Pessoas com Deficiência (FECAD) estiveram envolvidas na regulamentação da Lei nº40/VIII/2013, e em conjunto apresentaram uma proposta. No que se refere à temática da deficiência, algumas organizações têm colaborado permanente e continuamente com o Governo central e local. Algumas das suas recomendações foram tidas em conta, como por exemplo o aumento do número de sessões de fisioterapia previstas no diploma.

Observa-se uma tendência de centralização da tomada de decisões, que inclui fundos disponibilizados a nível descentralizado, mas principalmente a um nível institucional (Câmaras Municipais), que exclui o acesso às organizações da sociedade civil. O desemprego e a pobreza aumentaram tendencialmente desde a crise financeira em 2007, sem que existam espaços e fundos suficientes para que as OSC possam dar o seu contributo para resolver as questões mais urgentes no âmbito do desenvolvimento do país.

O Conselho de Concertação Social é composto por representantes dos/as trabalhadores/as, das entidades empregadoras e o Estado.

É nesse contexto que se ressalta a importância da articulação de forma participativa e inclusiva com as OSC e especialmente a sociedade civil jovem, composta por uma juventude que constitui a maioria da população e que pressiona para ter acesso a recursos e espaços físicos para as suas organizações juvenis a nível local.

8.2. Plataformas existentes

Num próximo ponto serão analisados os espaços de diálogo existentes entre o Estado e a sociedade civil que estão constituídos por lei.

O Conselho de Concertação Social e o Conselho Económico, Social e Ambiental (CESA)

O artigo 257.º da Constituição cabo-verdiana define o Conselho de Concertação Social enquanto «o órgão consultivo de concertação em matéria de desenvolvimento económico e social podendo desempenhar outras funções que lhe sejam atribuídas por lei. O Conselho Económico e Social integra, na sua composição, representantes de todas as ilhas, das organizações das comunidades cabo-verdianas no exterior, das associações nacionais de municípios, das associações públicas e de organizações representativas da sociedade civil.»

O Conselho de Concertação Social é composto por representantes dos/as trabalhadores/as, das entidades empregadoras e o Estado. Atualmente, a representatividade da sociedade civil não está garantida.

Para além do Conselho de Concertação Social, a Constituição (artigo 257.º) cria o **Conselho Económico, Social e Ambiental (CESA)**, órgão representativo da sociedade civil, cujo propósito é contribuir para o debate das questões ligadas ao desenvolvimento sustentável e para graus superiores de harmonia social.

O CESA enquanto instrumento fundamental para assegurar a representatividade da sociedade civil na concertação e definição de políticas públicas **não está ativo**. Neste sentido, a Lei nº 74/VIII/2014 que regula o funcionamento do Conselho não está sendo cumprida, nomeadamente o artigo 5.º que define que «os meios financeiros necessários ao funcionamento do Conselho Económico, Social e Ambiental são inscritos no Orçamento do Estado.»

A Plataforma das ONGs

Desde a sua fundação em 1996, a Plataforma das ONGs é o interlocutor dos seus membros junto ao Governo, estabelecida como um espaço de comunicação e de concertação permanentes das OSC cabo-verdianas e afirmando-se como um dos atores principais no combate à pobreza e promoção do desenvolvimento.

A Plataforma, apesar de ser uma Plataforma das ONGs, é assumida pelos parceiros como uma entidade que representa todas as organizações da sociedade civil em Cabo Verde, incluindo associações de base comunitária, associações juvenis, associações socioprofissionais, fundações, ligas, cooperativas e mutualidades. É uma organização não governamental, independente e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Passou a ter personalidade jurídica a 17 de fevereiro de 1998. Segundo o último estudo diagnóstico das ONGs em Cabo Verde, publicado pela Plataforma das ONGs (2015), 304 organizações estão filiadas na Plataforma, constituindo cerca de 41,9% das OSC do país.⁴⁹

⁴⁹ Plataforma das ONGs de Cabo Verde (2015). *Estudo diagnóstico das ONG em Cabo Verde*. Praia, p.15.

As fontes de financiamento da Plataforma têm sido diversas e incluem financiamentos através das quotas dos sócios, do Governo central e da Cooperação bilateral e multilateral (tais como o FIDA, BAD, UE, etc.). A UE financiou a Plataforma de ONGs de Cabo Verde em projetos na área de reforço institucional, na organização de fóruns de reflexão, na elaboração do Guia das ONGs, entre outras. Atualmente a Plataforma enfrenta vários desafios que analisaremos no Capítulo 9.3. deste estudo.

O Conselho Nacional de Estatísticas

A Lei nº 35/VII/2009, que legisla o Sistema Estatístico Nacional, define como órgãos do Sistema Estatístico Nacional o Conselho Nacional de Estatística (CNEST), o Banco de Cabo Verde e os Órgãos Delegados do INE.

Esta Lei confere ao Conselho Nacional Estatístico a natureza de órgão do Estado que superiormente orienta e coordena o Sistema Estatístico Nacional. O Conselho Nacional Estatístico é composto por representantes de setores da Administração do Estado, do Banco de Cabo Verde, da Associação Nacional dos Municípios (ANMCV), do setor empresarial privado, de associações sindicais, de ordens e associações profissionais, de associações de ambientalistas, de organizações não governamentais, do meio universitário e de personalidades independentes ao Conselho Nacional de Estatística. O Conselho tem competências de natureza deliberativa e consultiva.

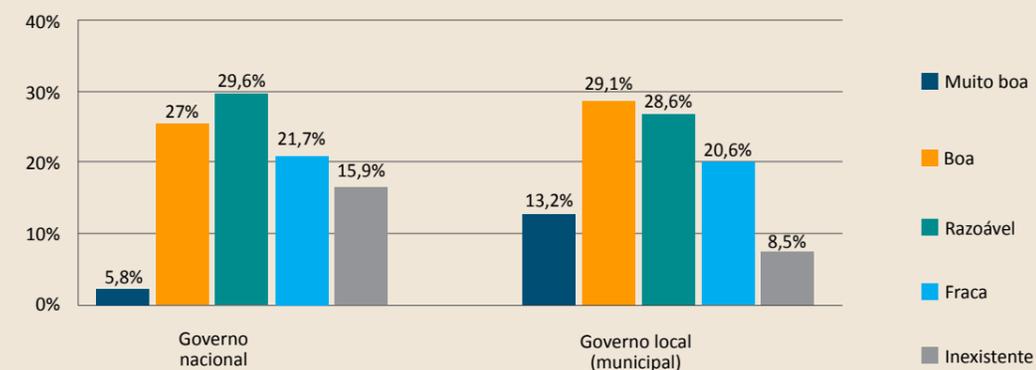
Atualmente, o Conselho Nacional Estatístico está focado na literacia estatística com o objetivo de que toda a população esteja preparada para analisar e interpretar informação estatística, assim como avaliar a qualidade das estatísticas produzidas no país.

A Avaliação das OSC das suas relações com o Estado, segundo o Inquérito

32,8% das OSC participantes avaliou que têm uma « *muito boa* » (5,8%) ou « *boa* » relação (27%) **com o Governo nacional**, 29,6% classificou a sua relação como « *razoável* » e 37,6% como « *fraca* » ou « *muito fraca* ».

No caso das relações com o **Governo local**, **42,3%** das OSC participantes avaliam a sua relação como sendo « *muito boa* » (13,2%) ou « *boa* » (29,1%); 28,6% classificou a sua relação como « *razoável* » e 29,1% como « *fraca* » ou « *muita fraca* » (gráfico 50).

Gráfico 50: De acordo com a experiência da sua organização, como avaliaria a sua relação com o Governo (local e nacional)?



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Na sua maioria são ADCs que indicam ter boas relações com o Governo local, referindo-se a apoios pontuais (material, financeiro e de recursos humanos) para iniciativas e atividades sociais, realização de festividades locais e realização de encontros de sensibilização para áreas específicas.

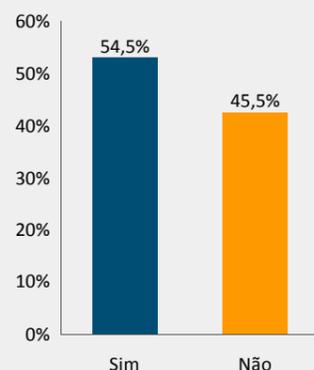
8.3. Os principais programas/fundos do Governo indicados pela OSC no âmbito do Inquérito

Segundo o Inquérito (gráfico 51), **54,5%** (103 OSC) das **organizações receberam apoio financeiro do Estado**. Destas OSC, metade (52,4%) receberam apoio financeiro nos últimos três anos (2017, 2018 e 2019), e para os outros casos, os apoios foram dados entre 2012 e 2016.

54,5%

das OSC receberam apoio financeiro do Estado.

Gráfico 51: A sua organização já recebeu apoio financeiro do Estado?



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Em relação aos mecanismos de acesso, 14,6% (15 OSC) das OSC que receberam financiamento do Estado entre 2012 e 2019 indicam tê-lo ganho em concursos públicos; e 4,9% das OSC indicam ter assinado um contrato programa e/ou protocolo de cooperação com o Governo, que assegura o seu funcionamento corrente e a implementação das suas ações.

4,9%

das OSC indicam ter assinado um contrato programa e/ou protocolo de cooperação com o Governo, que assegura o seu funcionamento corrente e a implementação das suas ações.

Entre as instituições mencionadas em termos de apoio às organizações da sociedade civil no seu funcionamento e na implementação de projetos, o mais destacado é o **Ministério da Família e Inclusão Social**. O ministério subvenciona ONGs na área de **inclusão das pessoas com necessidades especiais**, na promoção da **integração social do imigrante**, assim como no âmbito do **Plano de Cuidados e do acesso ao cuidado pré-escolar**.

Em 2018, um total de 15 OSC que trabalham com pessoas com deficiência receberam apoios do Ministério da Família e Inclusão Social. No âmbito do Plano Nacional de Cuidados e do projeto «Garantia de acesso ao pré-escolar» foram financiados 17 OSC. Assim, em 2017 e 2018, foram executados cerca de 600 000 EUR, representando 7,3% do orçamento de investimento do Ministério.

Outro fundo importante, indicado por várias OSC no âmbito do Inquérito é o **Fundo do Ambiente**, gerido a partir de 2017 pelo **Ministério da Agricultura e Ambiente**. Em 2018, o Fundo de Ambiente teve um orçamento total de 717.800.000 CVE (6,5 milhões de EUR), dos quais 60% foram alocados para os municípios, 30% para a Administração Central e 10% para projetos da sociedade civil e do setor privado (71.780.000 CVE = 650 000 EUR).

No âmbito deste fundo, o financiamento às OSC e empresas é feito através de um concurso público. O *plafond* máximo nestes concursos para OSC é de 5 milhões de CVE por projeto e no caso das empresas privadas, de 10 milhões de CVE. Em 2018, foram financiados, através de concurso, um total de 14 projetos da sociedade civil, 5 projetos de empresas nacionais e uma da Universidade de Santiago. Em 2020, serão financiadas 15 OSC e 3 empresas, vencedoras do concurso de 2019. As áreas atuais de financiamento incluem a restauração do ambiente rural e periurbano, a conservação da natureza, assim como projetos no âmbito de informação, sensibilização e educação ambiental.



Por outro lado, 5,8% das OSC (6) fazem referência a fundos recebidos por parte do **Ministério de Cultura** e da Indústrias criativas (em especial o Banco de Cultura e Bolsa de Cultura).

1 OSC faz menção ao **Ministério de Justiça**.

Apenas 2,9% das OSC (3) referem-se ao programa POSER como fonte de financiamento.

Destaca-se também que 45,5% das OSC participantes nunca receberam nenhum apoio financeiro.

Aliás, verifica-se que **não existe** uma política deliberada e institucional de apoio ao funcionamento das OSC nem **uma linha de financiamento formal e previsível para a sociedade civil contemplada no Orçamento do Estado e que possa ser consultada pelas OSC**. Alguns ministérios com fundos disponíveis lançam concursos públicos, outras entram diretamente em contato com OSC implementadoras para estabelecer protocolos de parceria ou contratos programa para a realização de ações específicas.

Um membro de uma OSC inquirida analisa a situação da forma seguinte:

«Ao contrário da relação com os parceiros internacionais onde a relação se estabelece dentro de um quadro claro de responsabilização que define as responsabilidades das partes e o seu relacionamento nos seus termos gerais e especiais com os organismos do Estado de Cabo Verde e municípios, **não existe um quadro de**

previsibilidade e de accountability claro e transparente, pelo que é difícil de se prever ou classificar.»

8.4. Tendências e paradigmas atuais

Com uma população estimada em 531 239 habitantes, Cabo Verde tem quase um terço da sua população a viver numa situação de pobreza, representando cerca de 35% da população, ou seja 179 909 cabo-verdianos/as.⁵⁰ A avaliação da Estratégia nacional de Crescimento e Redução da pobreza (2012-16) realizada no âmbito do Apoio orçamental da UE destaca:

«Apesar da redução da pobreza para 35% da população, de acordo com os dados preliminares do IDRF 2015 (Pesquisa de Renda de Despesas Familiares), o ritmo da redução da pobreza tem desacelerado e as discrepâncias entre os meios rurais e urbanos tornaram-se mais importantes. Muitas formas de pobreza persistem no país e extensões da sociedade não têm acesso à qualidade dos serviços públicos. As questões relacionadas à pobreza e exclusão social permanecem estruturais em Cabo Verde.»⁵¹

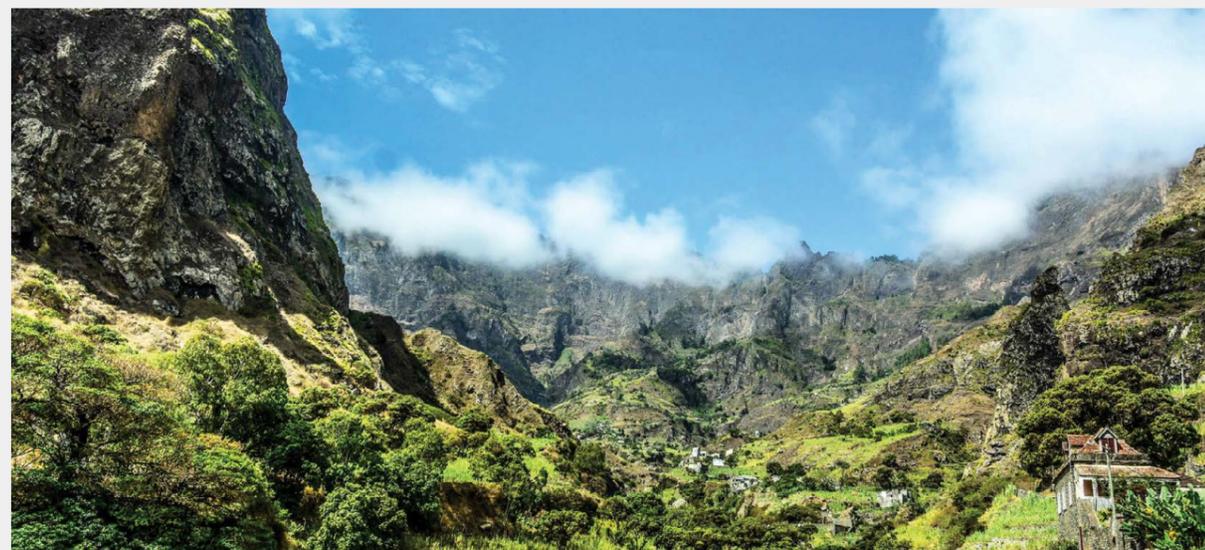
⁵⁰ Segundo o INE, atualmente 179 909 cabo-verdianos vivem em condições de pobreza (menos de 270 CVE por dia), sendo 54 000 em pobreza extrema (menos de 140 CVE por dia). A grande maioria dos pobres, segundo o INE, se encontra no meio urbano, numa situação de desemprego alargado, o que acaba por afetar sobretudo as mulheres e população mais jovem, «53% dos pobres são mulheres, 60% tem menos de 25 anos, sendo que 59% vive na ilha de Santiago, 51% vive no meio rural e 22% dos pobres vive no Concelho da Praia. Cerca de 44% das famílias consideradas pobres são monoparentais e 61% vive em agregados familiares com mais de seis pessoas». (Instituto Nacional de Estatística (2018). *Perfil da Pobreza. Evolução da Pobreza Monetária Absoluta 2001/02, 2007 e 2015. III Inquérito às Despesas e Receitas Familiares do Instituto Nacional de Estatística referente ao período entre 2014-2015*. Praia. Consultado no dia 15 de Agosto 2020. URL: <http://ine.cv/wp-content/uploads/2018/06/idrf-2015-perfil-da-pobreza-versao-final.pdf>, p. 72.).

⁵¹ Tradução feita pelos autores do documento na base de: UE (2017). Final Evaluation of the Growth and Poverty Strategy Paper 2012-2016. Cape Verde (GPRSP III). Implemented by DFC, financed by UE, Executive summary p. IV.

Apesar de que desde 2008, Cabo Verde é considerado um país de rendimento médio, as suas taxas de pobreza e de desemprego crescem. O indicador de governança africana (Mo Ibrahim Index 2019) demonstra igualmente uma ligeira redução do desempenho do país na área de educação (-0.1).

Nota-se que durante a transição para país de rendimento médio, existe o risco de que os ganhos obtidos não sejam fortalecidos e que a sociedade civil seja a primeira a sentir retrocessos, caso não exista uma estratégia específica para o seu empoderamento e o seu reforço institucional.

Assim, os grandes desafios no atual contexto socioeconómico e político cabo-verdiano incluem **a redução das desigualdades, assimetrias sociais e regionais e a descentralização das decisões**. Por isso, os processos de regionalização do PEDS e a elaboração dos PEMDS (Plano estratégicos a nível municipal), assim como a procura de estruturas de diálogo e concertação local são fundamentais - numa perspetiva de visão partilhada e de reforço do diálogo entre o poder central, o poder local e a sociedade civil - de modo a alcançar-se a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2030).



No âmbito do Programa do Governo da IX Legislatura, constatamos uma mudança do paradigma da luta contra a pobreza para uma nova visão de responsabilização do cidadão, da criação de rendimentos e da promoção de uma economia social e solidária. Neste sentido analisaremos de seguida a reestruturação no âmbito dos Programas de Luta contra a Pobreza (PNPL) que existiam até 2013, assim como o início da visão da economia social e solidária em Cabo Verde, enquanto estratégia para as OSC.

O POSER (Programa de Oportunidades Económicas Rurais)

Em 2013 surge o Programa POSER (Programa de Oportunidades económicas rurais) enquanto continuação do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP), um programa que intervém diretamente no meio rural, em áreas principais como a agricultura, pesca, pecuária e transformação agropecuária de pequena dimensão. Financiado pelo FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola das Nações Unidas) e o Fundo Fiduciário Espanhol, o POSER está atualmente sob a tutela do Ministério da Agricultura e Ambiente.

O programa encontra-se estruturado em 4 componentes

COMPONENTE 1 Fundo de financiamento dos programas

Esta componente apoia: o cofinanciamento dos investimentos em programa, as equipas técnicas regionais para assegurar a planificação e execução das atividades do programa e a capacitação dos beneficiários em termos de gestão e sustentabilidade dos investimentos do FIDA.

COMPONENTE 2 Formação, Animação e trabalho em rede

Esta componente visa, essencialmente facilitar a apropriação, pelos beneficiários, dos investimentos em projetos estruturantes; promover a cadeia de valor a partir dos investimentos realizados em matéria de mobilização de água para as atividades agrícolas e de projetos estruturantes no domínio da pesca.

COMPONENTE 3 POSER Clima

Esta componente garante o apoio institucional à adaptação de pequenas propriedades rurais às mudanças climáticas regionais para combater a pobreza; o reforço das informações agrometeorológica; e o diálogo estratégico sobre a gestão de água para o uso agrícola.

COMPONENTE 4 Coordenação, gestão e finanças

Diálogo político, coordenação, seguimento e avaliação de projetos.

Durante uma entrevista realizada com o Coordenador do POSER (2020), foi analisado o novo programa estratégico e constataram-se as seguintes alterações fundamentais ao programa desde 2017:

- A mudança do foco da luta contra a pobreza para áreas de resiliência e rendimento – áreas económicas (alinhado com o PEDS);
- A centralização do Programa (Unidade Coordenadora do POSER) e a supressão da transferência de verbas e responsabilidades para as Comissões Regionais de Parceiros (CRPs) e associações/coletivos;
- O Ministério de Agricultura e Ambiente como novo interlocutor para o programa POSER e as unidades técnicas das CRPs no terreno são diretamente transferidas para o Ministério;
- Introduzida uma componente específica para a luta contra as mudanças climáticas - POSER Clima com um valor total de 4 milhões de dólares;
- Nova abordagem de investimento gerido pelo setor privado no lugar de microprojetos geridos pelas associações;
- Supressão do Fundo de sustentabilidade de 5% para o funcionamento das associações;
- Reforçadas as parcerias com as Câmaras Municipais, instituições (ICIEG, PNUD, CERMI, ANAS, etc.) e unidades técnicas a nível das regiões;
- Envolvimento da sociedade civil está reduzido à sensibilização, formação e mão de obra;
- Novas condições de acesso (com um funcionamento a partir de empréstimos e um cofinanciamento mínimo de 10%).

Contrariamente ao Programa PNLN ao primeiro ciclo do POSER, desde 2017 o POSER

retira o foco de microprojetos rurais (nas áreas de infra-estruturas, agricultura, etc.), realizados pela própria comunidade e/ou associações não lucrativas. Aposta em trabalhar diretamente com as instituições responsáveis e as Câmaras Municipais para implementar projetos estruturantes a partir de empréstimos, na área de abastecimento de água, pesca e áreas que valorizam as potencialidades da região.

Inicialmente adaptado para pequenas associações comunitárias e baseado numa abordagem de participação e financiamento das associações comunitárias, o programa atualmente não está desenhado para responder às necessidades reais de financiamento das OSC. Como analisado anteriormente, 45,7% das OSC não tem um orçamento mínimo para garantir o seu funcionamento, pelo que o requisito de garantir 10% de cofinanciamento com fundos próprios as exclui do acesso a este Programa.

Em 2017, e paradoxalmente durante a época de inundações na ilha de Santo Antão, o Fundo FIDA havia manifestado a sua «preocupação» quanto à «fraca taxa de execução» do Programa POSER em todo o arquipélago, que, nessa altura, rondava os 50%.⁵²

A mudança estratégica do POSER tem um impacto evidente e reestruturante na **sustentabilidade das CRPs e das associações comunitárias e ONGs que o integram**. Até 2016, os programas PNLN e POSER eram executados pelas Comissões Regionais de Parceiros (CRPs) e os projetos de desenvolvimento rural eram selecionados e aprovados pelas assembleias comunitárias. A CRP era a entidade que fazia a gestão a partir de uma unidade técnica, dos recursos do programa PNLN e POSER, contratava as associações e prestava contas aos parceiros.

⁵² Notícias Sapo. Santo Antão, Governo negocia com FIDA prolongamento do Poser até 2022. 18 de outubro 2018. Consultado no dia 20 de julho 2020. URL: <https://noticias.sapo.cv/economia/artigos/santo-antao-governo-negoceia-com-fida-prolongamento-do-poser-ate-2022>.

AS COMISSÕES REGIONAIS DE PARCEIROS (CRPs)

Existem nove Comissões Regionais de Parceiros, nomeadamente, de Santo Antão, São Nicolau, São Vicente, Maio, Fogo, Brava, Santiago Norte, Santiago Centro e Santiago Sul. Cada CRP é composta por três órgãos: a Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e o Conselho de Direção. Os membros são eleitos para um mandato de três anos. Os membros das Comissões Regionais são representantes de instituições locais de luta contra a pobreza, incluindo os serviços desconcentrados do Estado, ONGs, Câmaras Municipais e associações comunitárias de desenvolvimento.

A CRP é uma associação de direito privado com estatuto de utilidade pública. Tem como objetivo desenvolver a capacidade organizacional da ACD, a fim de lutar contra a pobreza. O principal órgão de gestão das CRPs é a Unidade Técnica. Ela é constituída por um gestor, os animadores (um para cada município da região) e um contabilista. A **Unidade Técnica** é responsável pela gestão técnica das atividades das CRPs. As

suas funções incluem : i) Prestar apoio técnico aos beneficiários do programa e ACDs; ii) Mobilizar recursos; iii) Assegurar o seguimento e implementação de microprojetos e atividades; iv) Assinar os contratos de execução com as ACDs; v) Assegurar a avaliação do impacto dos microprojetos junto aos/às Beneficiários/as; vi) Fortalecer a capacidade das ACD; e vii) Assegurar a organização administrativa, financeira e contabilística da CRP.

Em 2011, existiam nove CRPs distribuídas pelo território. As primeiras cinco foram criadas durante a Fase II do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (2004-2007) e foram estabelecidas no Fogo, Brava, Santo Antão, São Nicolau e Santiago. Depois, durante a Fase III, foram criadas quatro CRPs: no Maio, em São Vicente e duas em Santiago. A participação da comunidade é um pilar e princípio orientador dos CRPs: quase 8 em cada 10 membros provêm de associações comunitárias, seguidos das ONGs.



A partir de 2017, com a alternância política e a mudança de estratégia política, as CRPs deixaram de ser consideradas as parceiras principais na redução da pobreza rural e suspenderam-se os financiamentos diretos do Estado, tanto para o seu funcionamento como para a execução do Programa POSER.

Esta informação foi partilhada no âmbito de várias mesas de diálogo; até à presente data não foi apresentada qualquer base legal para esta reestruturação:

«...Neste momento, há um divórcio entre a CRP e o POSER que assina contratos diretamente com a unidade técnica, quase que em uma tentativa de aniquilar a sociedade civil, tentativa de retirar o tapete para as organizações que já são de tal forma frágeis que ao retirar o financiamento acabam por cair, não conseguem pagar contas de telefone, ter recursos humanos e sobretudo quando queremos candidatar a fundos europeus fica extremamente frágil, sobretudo quando se sabe que uma parte é comparticipada...»

(Participante em Mesa de diálogo)

Uma vez que está a desligar-se da abordagem de microprojetos, o Governo atual considera que as CRPs não têm as capacidades suficientes para gerir os fundos, pelo que esta responsabilidade é passada para uma Unidade Coordenadora do POSER (UCP) a nível do Ministério de Agricultura e Ambiente.

No âmbito do Inquérito participaram 8 das 9 CRPs. O Inquérito demonstrou as suas grandes limitações para o autosustento, sobrevivendo à base de voluntariado dos/as associados/as (em 2019, as 8 CRPs indicam ter 94 profissionais remunerados e 151 profissionais em regime de voluntariado). As CRP apontam como áreas «pouco eficazes» a «identificação de fontes de financiamento» (62,4% das CRPs), «investigação e/ou análise estatística» (75%), «ações de advocacy» (62,5%) e a «elaboração de materiais IEC» (62,5%).

No entanto, 75% das CRPs indicam que a sua equipa tem as capacidades técnicas suficientes para o funcionamento e as áreas em que assumem precisar de reforço técnico, indicadas, foram: a «mobilização de financiamento» (87,5%), assim como «advocacy, incidência política e lobbying» (50%).

Um Quadro legal para as microfinanças e a economia social e solidária em Cabo Verde

Desde os anos 90, o **microcrédito** tem sido utilizado em Cabo Verde como forma de combater a pobreza e a exclusão social. Não obstante, verifica-se uma fraca participação das pessoas mais pobres ou em situações de vulnerabilidade e exclusão. Devido às suas condições de vida, elas têm poucas possibilidades de arcar com as despesas de um empréstimo, carecendo de credibilidade para obterem um fiador e/ou uma poupança mínima. As **mulheres** são as clientes principais em todas as atividades de microfinanças; existindo duas instituições vocacionadas especificamente para a assistência às mulheres nesta área (OMCV e MORABI). A maioria das beneficiárias são mães solteiras e chefes de família, de baixa renda e

com baixo grau de escolaridade. Grande parte dos créditos são solicitados para investir em negócios com lucro rápido (diversas formas de comércio), a fim de obter uma fonte de rendimento para o sustento das suas famílias e para suprir as necessidades básicas⁵³.

Em 2016 foi realizado o **Primeiro Congresso de Economia Social e Solidária** (ESS) dos países lusófonos em Cabo Verde na Cidade da Praia, com cofinanciamento da UE. O Governo cabo-verdiano demonstrou desde então uma forte aposta neste setor, sublinhando o importante contributo da economia promovida por cooperativas, associações mutualistas, associações comunitárias, fundações, e outras, no desenvolvimento do país. Como analisado anteriormente, mais de 36% das OSC já implementam atividades geradoras de rendimento no âmbito das suas ações e para assegurar financiamentos.

Por parte do Governo, a ESS é igualmente vista como um instrumento fundamental na **estruturação do setor informal e na promoção do emprego decente**, sendo os/as principais beneficiários/as do microcrédito as mulheres chefes de família, assim como jovens à procura do primeiro emprego.

Com a introdução da Lei quadro (Lei n.º 122/VIII/2016) estabelece-se o **regime jurídico da economia social**, definindo-a (artigo 3.º) como «o conjunto das atividades económicas e empresariais, livremente levadas a cabo, no âmbito privado, por entidades que prosseguem os fins previstos como o primado das pessoas, autonomia política face ao Estado e outras instituições, o princípio de solidariedade, a gestão autónoma e independente das autoridade públicas» etc. As cooperativas, as fundações, as associações com fins altruísticos ligadas a atividades científicas, culturais, educativas, recreativas, do desporto amador, da defesa

⁵³ Orrico, Ivandro de Jesus Garcia (2015). *O Microcrédito em Cabo Verde e Importância do Microcrédito na Criação de Negócios Locais na Ilha de Santiago*. Tese Policiada, ISCAL. Lisboa, p.103-105.

do meio ambiente e desenvolvimento local, integram esta economia social, tendo **meios de produção comunitários geridos e possuídos por comunidades locais** (artigo 6.º).

A aprovação da Lei quadro de economia social e solidária, prevê a revisão do regime jurídico das cooperativas, assim como a reorganização das instituições de microfinanças. Neste contexto, são introduzidos um conjunto de atividades que poderão ser desenvolvidas pelas instituições de microfinanças, além do tradicional **microcrédito**, incluindo **poupança, consumo, microsseguro**, etc.⁵⁴ Adicionalmente é introduzido um **funcionamento bancário** a partir de um quadro normativo supervisionado por um Banco central (**Banco de Cabo Verde - BCV**), no qual todas as instituições ativas do país devem ser registadas para ser **autorizadas** a exercer a prestação de serviço das microfinanças.

O diploma considera microfinança (artigo 3.º), como «a atividade exercida pelas entidades autorizadas e que consiste na prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis a favor das populações de baixo rendimento, normalmente excluídas do sistema financeiro tradicional» e define 3 categorias de instituições de microfinanças⁵⁵. Verifica-se que pelos montantes elevados exigidos no registo, por cada categoria, que a maioria das associações tem dificuldades em iniciar esta oportunidade de trabalho social e gestão de fundos próprios que a legislação proporciona. Assim, para as mutualidades (Categoria B) a caução mínima para o registo é de 15.000.000 CVE e para as cooperativas da mesma Categoria é de 10.000.000 CVE.

Com a alteração da Lei de microfinanças abrem-se várias perspetivas e cenários: i) por

⁵⁴ Regulado pela Lei n.º 12/IX/2017, que veio proceder à Alteração do Regime Jurídico da Atividade das Microfinanças, aprovado pela Lei n.º 83/VIII/2015.

⁵⁵ A categoria A inclui as caixas económicas, as caixas de poupança postal e as caixas de crédito rural. A categoria B inclui cooperativas de poupança e as mutualidades de poupança e crédito. Na categoria C são as entidades registadas nos termos do presente diploma para o exercício de funções de intermediação na captação de depósitos.

um lado, poderá permitir que as instituições de microfinanças ganhem um mercado de microcrédito, aumentando a sua carteira de clientes junto às camadas mais pobres da população (quase 180 mil pessoas, segundo o INE, 2015) e aquelas pessoas que trabalham na economia informal (cerca de 40 mil pessoas); ii) por outro lado, pode surgir um cenário de **monetarização da intervenção social**, i.e., as relações passam a ser sobretudo de crédito, o que pode reduzir a lógica de solidariedade e intervenção pró-social junto dos mais pobres. Neste cenário, as instituições de microfinanças poderão sentir-se tentadas a colocar o foco na parte lucrativa da intervenção social.

Cabe destacar igualmente que o setor é apoiado pelo Grão-Ducado de Luxemburgo. Assim, entre 2011 e 2015 foi implementado, no quadro da parceria entre o Governo de Cabo Verde e o Grão-Ducado de Luxemburgo, o programa de desenvolvimento de finança inclusiva criando as bases jurídicas legais para a modernização e profissionalização do setor. Assim, no quadro do Programa Indicativo de Cooperação 2016-2020, são disponibilizados um total de 1 milhão de EUR para o reforço do setor das microfinanças (ver p. 143).

A Associação Profissional das Instituições de Microfinanças de Cabo Verde (APIMF-CV), enquanto entidade privada, é o órgão representativo do setor de microfinanças em Cabo Verde. A associação foi fundada em julho de 2004 por membros de várias instituições de microfinanças no terreno (Morabi, FAMI-Picos, ASDIS, OMCV e ADIRV).

Atualmente existem 13 instituições de microfinanças em Cabo Verde. Destas, apenas 7 (6 da ilha de Santiago e 1 da ilha de Fogo) estão registadas no Banco de Cabo Verde (BCV) de acordo com o novo regime jurídico. As restantes 6 estão inativas por falta de meios financeiros para cumprir com as novas condições da Lei.

Nome da instituição de microfinanças	Sede	Atividade
OMCredito, gerido pela OMCV	Praia, Santiago	ativa com registo no BCV (Banco de Cabo Verde)
MorabiCoop	Praia, Santiago	ativa com registo no BCV
CitiCoop, gerido pela Citi-habitat	Praia, Santiago	ativa com registo no BCV
ASDIS	Calheta, Santiago	ativa com registo no BCV
SolmiCoop	Praia, Santiago	ativa com registo no BCV
Fami/Picos	Picos, São Salvador do Mundo, Santiago	ativa com registo no BCV
ADIRV	Rui Vaz, São Domingos, Santiago	inativa
SoldiFogo	São Felipe, Fogo	ativa com registo no BCV
UNSOCOR	São Felipe, Fogo	inativa
ORAC	Ribeira Brava, São Nicolau	inativa
Cooperativa Maence	Porto Inglês, Maio	inativa
AMUSA	Ribeira Grande, Santo Antão	inativa
CRESCEBrava	Brava	inativa

A lei define que as «associações e outras instituições que praticam microfinanças devem promover a segregação das funções de cariz social das de microfinanças, para que as suas atividades passam a ser exercidas por entidades jurídicas distintas...» (artigo 81.º Lei n.º 12/IX/2017), pelo qual ONGs como Morabi, Citi-habitat e OMCV abriram uma nova entidade para o exercício das suas atividades de microfinanças.

Ainda em 2015, existiam entidades de microfinanças em todas as ilhas; atualmente, o fenómeno das microfinanças está maioritariamente centralizado na ilha de Santiago, ainda que grande parte das pessoas com necessidades neste âmbito esteja radicada nas ilhas mais periféricas.

Durante as mesas de diálogo e entrevistas no terreno, foi expresso por parte de um

representante de uma instituição na área de microfinanças:

«Tem-se contribuído para a redução das Instituições de microfinanças sobretudo nas ilhas periféricas. Neste momento assiste-se uma queda de Instituições de Microfinanças a nível nacional, causada por uma política de exclusão de uns em benefício de outros, localizadas em Santiago e Fogo. Por exemplo no Barlavento só há 2 instituições de microfinanças e não têm ainda o registo no Banco de Cabo Verde, devido a dificuldades em mobilizar recursos. A APIMF mobilizou do Governo em 2017, 100.000.000 CVE (...) para a mitigação do mau ano agrícola, e distribuiu apenas para as 7 IMFs agora acreditadas pelo BCV. As outras ilhas não tiveram acesso. Não se pode fazer um discurso de «ninguém pode ficar para trás» para depois se concentrar em algumas ilhas ou regiões...»

(Representante, IMF)

A Agenda 2030 e o processo de localização dos Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)

Outra tendência a nível mundial que é refletida em Cabo Verde é a implementação da Agenda 2030 e a localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável fazem parte do compromisso de todos os países das Nações Unidas para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e garantir melhor qualidade de vida às populações no mundo. Cabo Verde tem investido recursos, fortalecendo parcerias para a implementação dos ODS. Os objetivos estão alinhados com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde (PEDS).

Os ODS estão alinhados com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde.



O Programa - Plataforma para o Desenvolvimento Local

O Programa Plataforma para o Desenvolvimento Local e dos Objetivos 20/30 em Cabo Verde parte da iniciativa do Governo cabo-verdiano e é atualmente implementado

pelo PNUD e financiado pelo Luxemburgo com um total de 3,2 milhões de EUR. Com o fim de apoiar o processo de desenvolvimento local e sustentável em Cabo Verde, o programa visa a localização dos ODS em quase todos os municípios de Cabo Verde.

A partir da promoção de um processo participativo, o programa pretende ser uma ferramenta inovadora e democrática que apoia os municípios na tomada de decisões e boa governança no âmbito do desenvolvimento integrado dos seus territórios. Em Plataformas locais, constituídas ao nível das Câmaras Municipais, são elaborados juntamente com os serviços descentralizados e diversos atores (setor privado e sociedade civil) Planos Estratégicos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (PEMDS) para responder às necessidades dos municípios. Com base nos PEMDS, os municípios escolhem projetos de impacto que implementam durante o programa e em parceria com outros atores nacionais. Durante o processo são realizadas capacitações na área de boa governação, género, ODS, transparência e participação cidadã.

No âmbito do programa está igualmente prevista a criação de um sistema de monitorização e avaliação dos ODS a nível das ilhas e local, em concertação com o Ministério das Finanças e o INE.

Ganhos

O programa conseguiu aumentar o número de municípios que participam de 8 para 20. Espera-se poder cobrir, com o financiamento do Governo, os 2 municípios restantes (Tarfal de Santiago e Sal).

Os projetos de impacto em resposta aos ODS conseguiram mobilizar vários parceiros tais como o Fundo de Turismo, de Ambiente, o POSER, assim como parceiros da cooperação descentralizada, e desta forma conseguiram-se multiplicar os montantes de financiamento iniciais.

Desafios

A participação das OSC nas Plataformas é fraca, dado o débil relacionamento entre as AL e as OSC. Assim a maioria dos projetos de impacto refletem, primariamente, a visão das Autoridades locais (CM e serviços descentralizados). Com exceção de alguns casos - entre os quais um projeto na área de gestão de lixo plástico, desenvolvido por atores da sociedade civil em conjunto com a Câmara municipal de Boavista - as OSC não participam na implementação dos projetos de impacto.

Os ODS prioritários, segundo o Inquérito

Questionados sobre quais objetivos deveriam ser prioritários para o desenvolvimento de Cabo Verde nos próximos 5 anos, constata-se que para 46% das OSC a «Erradicação da pobreza» é o objetivo prioritário para o desenvolvimento de Cabo Verde nos próximos 5 anos, seguido pelo objetivo 3 «Saúde e bem estar» (41,8%) e o objetivo 4, a «Educação de qualidade» (41,1%) (gráfico 52).

Gráfico 52: Os ODS prioritários segundo as OSC



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Para 46% das OSC a «Erradicação da pobreza» é o objetivo prioritário para o desenvolvimento de Cabo Verde nos próximos 5 anos.

Cabo Verde atingiu em 2008 o estatuto de país de rendimento médio, fundamentado nos progressos feitos na redução da pobreza e na melhoria de indicadores na área de educação e de saúde. Não obstante, o Inquérito demonstra que a sociedade civil percebe que a pobreza, saúde e educação continuam a ser as áreas que o Governo deve priorizar na sua política pública.

Em relação à adequação dos projetos à agenda internacional, destaca-se que, no

Inquérito, 59,8% das OSC afirmam considerar sempre **indicadores vinculados com os ODS nas suas ações**. No entanto, é de realçar que diversas OSC manifestaram que o uso de indicadores vinculados aos ODS não era aplicável à sua organização (4,8%), ou que não tinham conhecimento sobre se a OSC os utiliza (10,6%). O país não dispõe de base estatística assente nos indicadores de ODS a fim de medir a contribuição das OSC. Neste sentido, os dados não podem ser confirmados.

OPINIÃO DAS AUTORIDADES LOCAIS

Gráfico 53: Os ODS prioritários segundo as autoridades locais



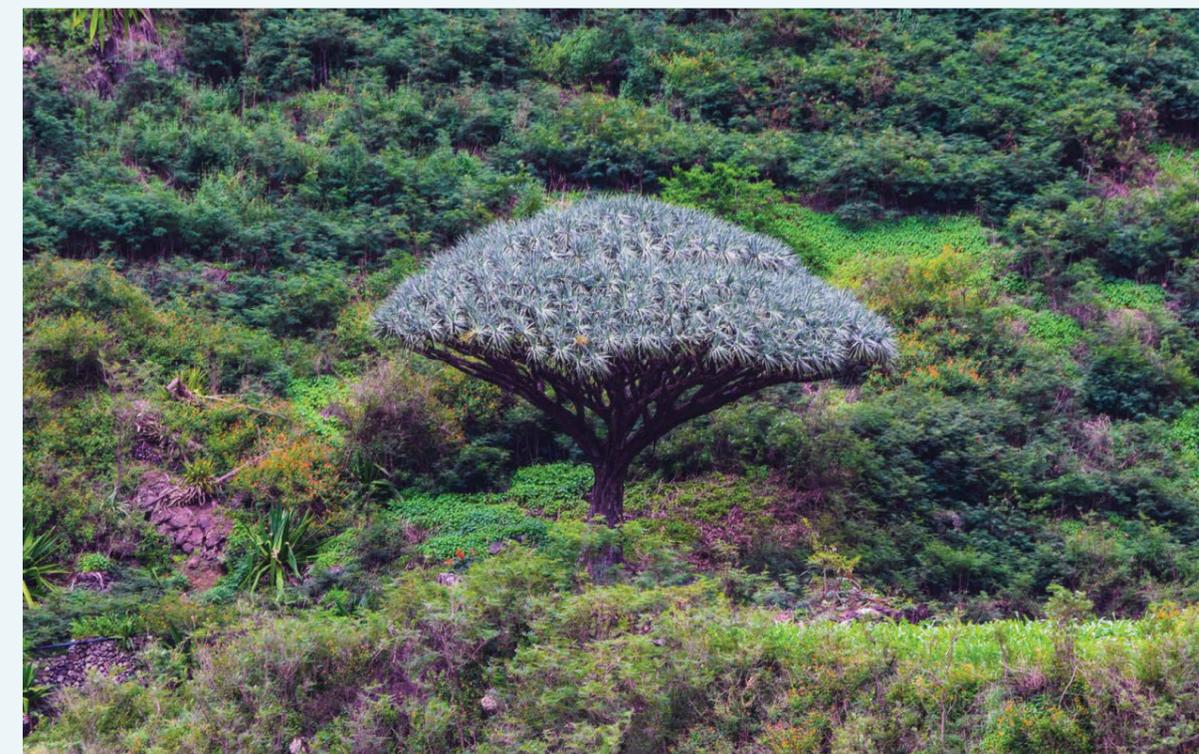
Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Em alinhamento com a sociedade civil, as Câmaras Municipais (CM) afirmam como objetivos prioritários a «Erradicação da pobreza» (14 CM) e a «Saúde e bem estar» (6 CM).

A «Igualdade de género» e «Água limpa e saneamento» constituem, igualmente, objetivos prioritários com muita relevância para as CM (gráfico 53).

10 das 17 CM afirmam ter a capacidade para contribuir para o alcance dos ODS em Cabo Verde, enquanto 7 indicam não ter esta capacidade.

O alcance dos ODS é uma tarefa coletiva, no entanto, quase 40% das CM manifestam não ter capacidade para contribuir para os ODS. É ainda de destacar que um número elevado considera que não tem capacidades para contribuir para desenvolvimento da localidade, o que pode ser explicado pela ainda fraca localização dos objetivos de desenvolvimento e o conhecimento limitado dos mesmos.



8.5. Políticas e relações a nível descentralizado - AL e OSC

No âmbito do artigo 4.º da Lei nº 69/VII/2010 de 16 de agosto é estabelecido o **quadro da descentralização administrativa** bem como o regime de parcerias público privadas de âmbito regional, municipal ou local que define que:

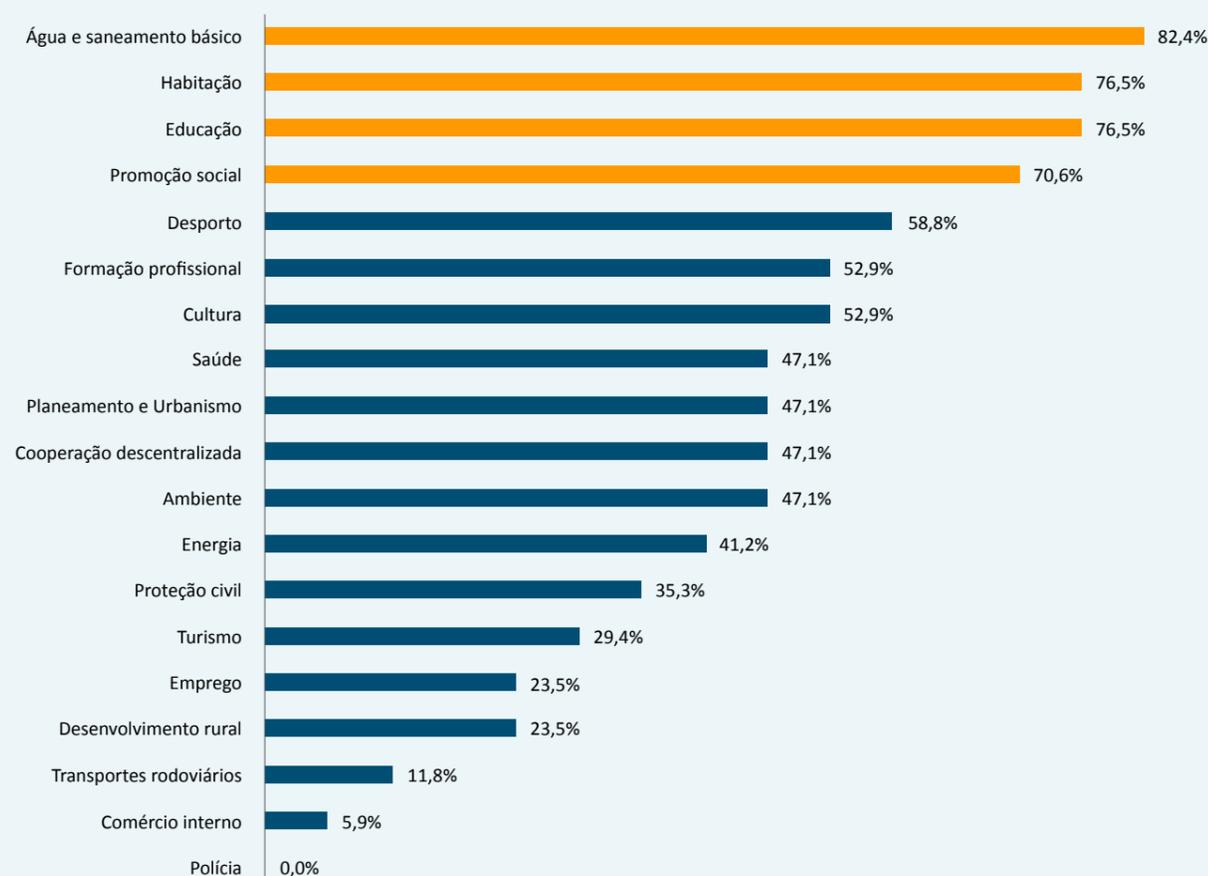
«É dever da administração central **promover a descentralização para as autarquias locais** de atribuições e competências que lhe são próprias sempre que se mostrar necessária para melhoria e a eficiência dos serviços públicos prestados aos cidadãos, salvo disposição em contrário. **As autarquias locais de grau superior devem igualmente descentralizar** atribuições e competências que lhe são próprias para as autarquias locais de grau inferior e **para as organizações da sociedade civil**, sempre que se mostrar necessária para melhorar a eficiência e a eficácia de serviços públicos prestados aos cidadãos, salvo disposição legal em contrário.»

Entre as atribuições e competências das autarquias locais encontram-se as áreas de:

«Cartografia, cadastro, ordenamento do território e urbanismo; equipamento social, ambiente, água e saneamento básico, saúde pública e defesa do consumidor; habitação, ação social, energia/transportes e vias de comunicação, educação e formação profissional, cultura, e desporto, proteção social, Polícia administrativa municipal, Promoção de atividades económicas e do empreendedorismo, assim como a **Cooperação internacional descentralizada**» (artigo 18.º).

Neste quadro e atendendo às competências conferidas às autarquias locais, no âmbito do Inquérito, as Câmaras Municipais foram questionadas sobre quais as áreas que têm obtido **resultados significativos e com impacto real na vida dos munícipes**:

Gráfico 54: Áreas onde as Câmaras municipais consideram ter obtido resultados com impacto real na vida dos munícipes



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

82,4% afirmaram ter obtido maiores resultados no setor de «água e saneamento básico», seguidos pela «habitação» (76,5%), «educação» (76,5%), e «promoção social» (70,6%). Nota-se uma preocupação, por parte das Autoridades locais, com a satisfação das necessidades básicas da população. É interessante ressaltar que nas áreas como o «comércio interno» (5,9%), «transporte rodoviário» (11,8%), o «emprego» (23,5%) e o «desenvolvimento rural» (23,5%) que são, também, estruturantes para a melhoria das condições de vida dos munícipes, o nível do impacto apresenta-se muito baixo. Existe ainda um esforço na intervenção e com impactos

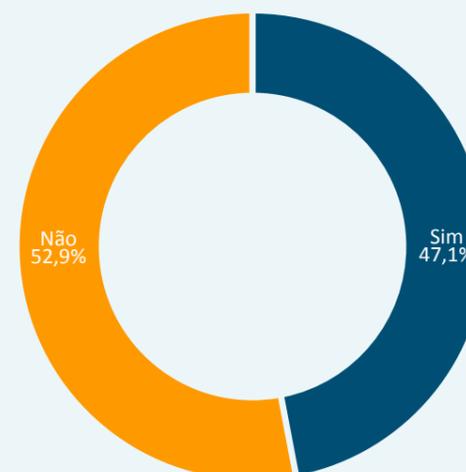
positivos nas áreas da «cultura», do «desporto», «formação profissional», «ambiente» e «saúde» (gráfico 54).

Cabo Verde foi reconhecido como um país de rendimento médio, devido a avanços significativos em várias áreas. A contribuição dos municípios foi fundamental para alcançar este patamar. Os dados mostram-nos que têm havido resultados com impacto, principalmente no setor social, mas é necessário imprimir uma maior dinâmica nos setores vitais da economia (turismo e emprego) para assegurar um desenvolvimento sustentável.

Existem Fundos a nível descentralizado?

Questionados sobre programas de financiamento existentes para organizações da sociedade civil, 52,9% das AL afirmam não ter nenhum programa específico para as OSC (gráfico 55). De fato, conclui-se que na maioria dos municípios não existem programas formais e bem definidos direcionados às OSC, com períodos concretos para concursos e pedidos de financiamentos. Cada município planeia os financiamentos à sociedade civil, sem um quadro previsível.

Gráfico 55: Existe um programa de financiamento para organizações da sociedade civil no município? (segundo as AL)



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

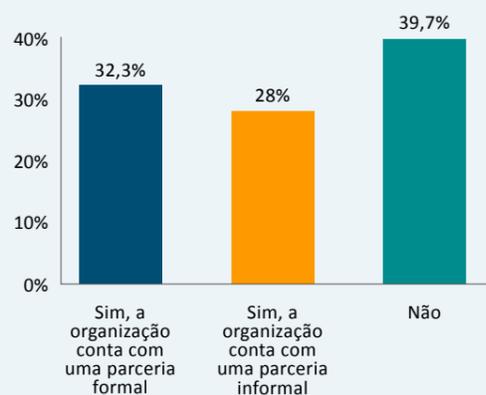
47,1% (8) das Câmaras Municipais inquiridas indicam ter programas de financiamento dirigidos às OSC, nomeadamente nas áreas da cultura, desporto, social, formação/ empregabilidade e ambiente - com orçamentos que variam de 200 mil CVE a 50 milhões de CVE. Ao especificar os programas disponíveis, as CM fazem referências a **fundos de apoio ao associativismo juvenil, desenvolvimento desportivo, promoção cultural e religioso e programas de melhoria de acessibilidade e valorização ambiental**.

Nota-se que mais que programas, são apoios financeiros pontuais e direcionados em primeiro lugar às Câmaras Municipais, no âmbito de parcerias técnicas e financeiras de instituições nacionais e internacionais, como o Ministério da Agricultura e Ambiente (Fundo de Ambiente e POSER), o Ministério da Cultura, a empresa pública Sociedade de Desenvolvimento Turístico das ilhas de Boavista e Maio, a Cooperação luxemburguesa, Islandap - Canárias, a União Europeia e ONGs europeias tais como a ADPM, ONGs PSF e CVED-LUX e instituições bancárias nacionais (recurso ao crédito bancário).

De forma análoga, 39,7% das OSC inquiridas não contam com o apoio das Câmaras Municipais e 28% das OSC recebem só um apoio informal por parte das autoridades locais, o que indica a lógica de apoios pontuais (gráfico 56).



Gráfico 56: Os projetos e ações da OSC contam com o apoio (não só financeiro) das autoridades locais?



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Nas mesas de diálogo realizadas as organizações fizeram referência a alguns **programas/fundos e apoios recebidos** por parte das Câmaras Municipais, nomeadamente:

- O Programa de Requalificação, Reabilitação e acessibilidade (PRRA), um Programa do Ministério de Infraestruturas que coloca à disposição dos municípios fundos para a execução de obras no qual as Câmaras Municipais, por sua vez, contactam as associações para trabalhos específicos, como a reabilitação de habitações;
- A doação de terrenos e disponibilização de espaços físicos para o funcionamento das organizações;
- Apoio em termos de materiais; e
- Apoios pontuais de acordo com projetos apresentados pelas OSC (várias vezes faz-se referência a manutenção e trabalho nos trilhos vicinais).

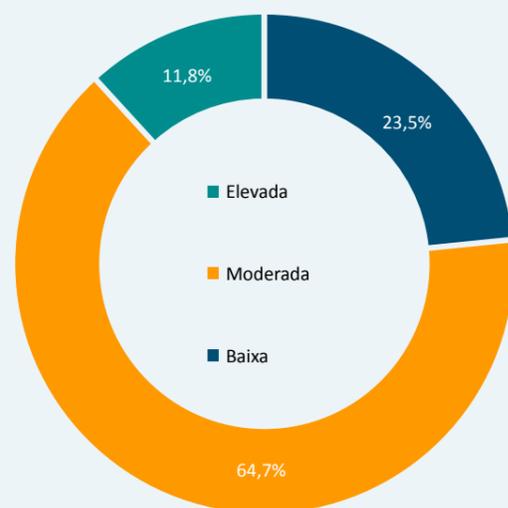
Fez-se também referência a algumas Câmaras Municipais que trabalham através de acordos programas para a execução de projetos específicos com as OSC.

Importa salientar a **falta de programas específicos para organizações da sociedade civil** que sejam implementados na totalidade dos 22 municípios. Existe, assim, a necessidade de estruturar e divulgar programas municipais direcionados para as OSC.

As OSC participam na definição de programas e atividades da CM?

64,7% das Câmaras Municipais inquiridas avaliaram como «moderada» a participação das OSC na definição das prioridades dos programas e planos de atividades, 23,5% como «baixa» e apenas 11,8% avaliam a sua participação como «elevada» (gráfico 57).

Gráfico 57: Avaliação da participação das organizações da sociedade civil na definição das prioridades dos programas do município (segundo as AL)



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Os mecanismos utilizados com maior frequência para garantir a participação das OSC são as sessões de informação (88,2%), seguidos de encontros individuais (76,5%), partilha de informações por e-mails e mesas de diálogo/grupos focais (70,6%), e por fim consultas (58,8%).

Das informações recolhidas junto aos ministérios, a participação das OSC é elevada para o Ministério da Agricultura e Ambiente e esta concretiza-se através de troca de e-mails/mensagens e consultas. Por sua vez, o Ministério da Família e Inclusão Social afirma ser baixa a participação e que **a prática é a participação na implementação de ações e não na definição de prioridades.**

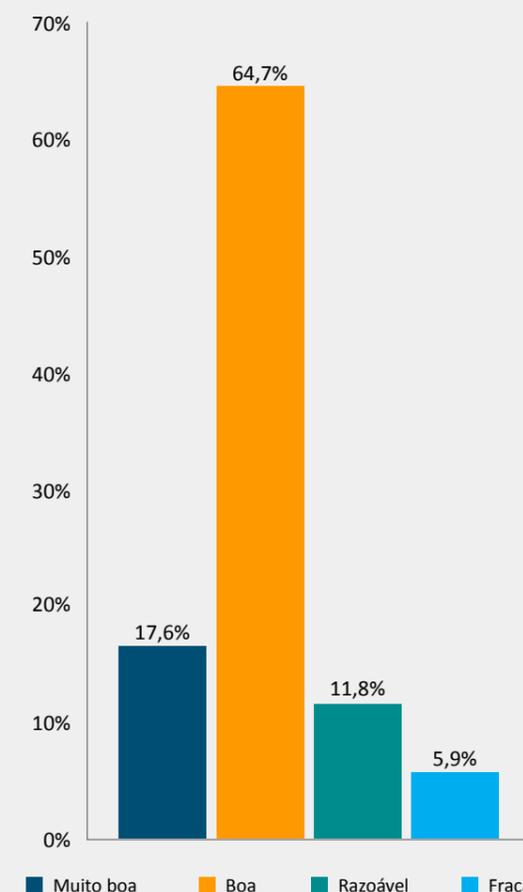
Como vimos no Capítulo 8.1. (gráficos 47 e 48) a maioria das OSC (83,1%) afirma que não existem espaços de diálogo permanente com o Estado, o que vem reforçar a afirmação das CM, onde **58,8% indicam que não existem espaços de diálogo permanente.** Isto significa que grande parte das políticas públicas elaboradas em Cabo Verde parte do topo para a base, o que dificulta a implementação e o sucesso das mesmas.

Na opinião das autarquias locais, as **fragilidades encontradas no âmbito do relacionamento com as OSC** incluem: a) reduzida participação da sociedade civil nos encontros promovidos; b) falta de organização das OSC; c) distância entre a sede dos municípios e as localidades; d) comunicação ineficiente; e) falta de recursos financeiros; f) baixa proatividade e espírito de iniciativa; g) desigualdade de género; h) indisponibilidade dos membros (fraco poder de participação de todos os membros); i) fraco conhecimento do Quadro legal e funcionamento das leis; j) fraco espírito de voluntariado; k) desvalorização do grupo em benefício do individual; l) dificuldades em resolver as preocupações em tempo útil; m) fraca capacidade, nível de habilidade e competências de liderança; n) pouca prática de registos e prestação de contas; o) dificuldades na elaboração e gestão de projetos baseados em resultados.

Que tipo de relações existem entre as OSC e as AL?

Questionadas sobre a relação com os diversos atores da sociedade civil (gráfico 58), a maioria das Câmaras Municipais avaliam-na como «boa» (64,7%).

Gráfico 58 De acordo com a experiência da Câmara, como avaliaria a sua relação com as OSC?



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

No entanto, nas mesas de diálogo realizadas nas diferentes ilhas do país, as OSC afirmaram a pouca abertura e colaboração por parte das Câmaras Municipais, apesar de terem a noção da importância e do envolvimento das Câmaras em todos os projetos e atividades que desenvolvem.

Diversas opiniões sobre o relacionamento atual com as Câmaras Municipais, as limitações das ADC e as relações de parceria possíveis, foram recolhidas durante duas mesas de diálogo nas diferentes ilhas:

«...Em termos de influência onde se conseguiu a execução de projetos, mesmo de forma direta ou indireta, **precisamos da Câmara Municipal para executar o projeto** porque estamos num território, onde a autoridade máxima é a Câmara, **temos de ter este bom relacionamento** porque tudo o que se faz mesmo que não é de uma forma direta, temos que coordenar com a Câmara. Uma constatação é que teve um período de um certo afastamento, falta de interação e diálogo com a própria instituição porque as associações tinham financiamento e para executar, muitas vezes punham de lado a própria CM. Isso não pode ser feito. Há que ter um bom relacionamento.»

(Representante ADC)

«...Tem-se um financiamento e há praticamente um **bloqueio nas instituições**. Não se pode dizer que uma organização do Estado não vá para o campo por motivos de combustível; não consigo introduzir isso na minha cabeça. É preciso uma nova abordagem e temos de ter a força de relacionar com essas pessoas e instituições. Nós temos um financiamento e eles tem o dever de assistir tecnicamente. Sentamos numa mesa e analisamos para ver se de fato é combustível ou falta de vontade, é preciso ter tudo isso em linha de conta...»

(Representante ADC)

«Há uma coisa, também, que não deixa as associações avançar muito, e que é **o espaço físico, que não temos**. Não temos meios para pagar uma renda, uma pessoa para estar lá 8h por dia de trabalho. Então é aí que vai entrar a **Câmara, que tem espaços**, com a qual podemos fazer uma parceria, chegar ao Presidente e dialogar, ter um espaço físico...»

(Membro ADC)

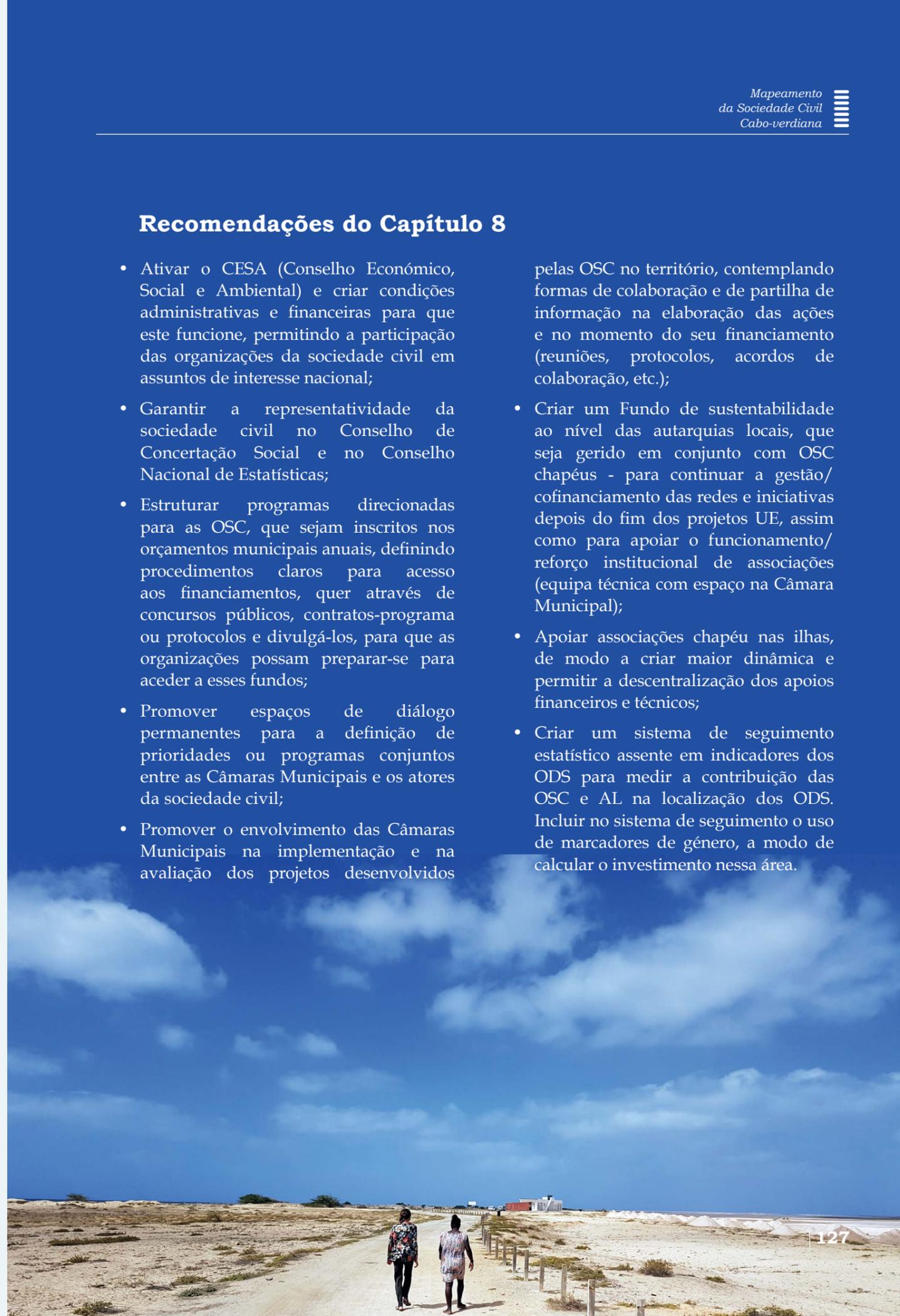
«A Câmara tem toda a **equipa com competências em diversas áreas** que podem orientar as associações, não só na elaboração dos seus projetos como também a Câmara **pode fiscalizar** a aplicação das verbas, pode avaliar o impacto desses projetos no desenvolvimento que tem (...) É a Câmara que deve ser a mãe e as associações devem prestar contas, através de relatórios. A CRP foi apontada aqui como um exemplo de uma associação que tem feito estes diálogos, mas não como um elemento fiscalizador. Foi apontado como o único exemplo... pelo menos, estou aqui há 18 anos e os encontros nos quais eu tenho participado são da CRP. A Câmara às vezes participa. Como munícipe temos 30 minutos, antes da ordem do dia, que é para dar a nossa opinião e são três minutos por pessoa, e às vezes nem chega, então **não temos espaço para dialogar com a Câmara** e se tiver uma associação mãe/chapéu, então, vai obrigar os representantes a dar a sua opinião, a dizer o que está errado e a fazer advocacy.»

(Representante ADC)

Podemos constatar que não existe um espaço de diálogo nem uma política deliberada e institucional de apoio ao funcionamento e à formação técnica das OSC a nível dos municípios. De forma pontual, algumas Câmaras Municipais trabalham com as OSC através de acordos programas para a execução de projetos específicos, ou ainda apoios pontuais de acordo com projetos apresentados pelas OSC. Na sua maioria, estes acordos são feitos sem concursos prévios e são pouco divulgados.

Recomendações do Capítulo 8

- Ativar o CESA (Conselho Económico, Social e Ambiental) e criar condições administrativas e financeiras para que este funcione, permitindo a participação das organizações da sociedade civil em assuntos de interesse nacional;
- Garantir a representatividade da sociedade civil no Conselho de Concertação Social e no Conselho Nacional de Estatísticas;
- Estruturar programas direcionadas para as OSC, que sejam inscritos nos orçamentos municipais anuais, definindo procedimentos claros para acesso aos financiamentos, quer através de concursos públicos, contratos-programa ou protocolos e divulgá-los, para que as organizações possam preparar-se para aceder a esses fundos;
- Promover espaços de diálogo permanentes para a definição de prioridades ou programas conjuntos entre as Câmaras Municipais e os atores da sociedade civil;
- Promover o envolvimento das Câmaras Municipais na implementação e na avaliação dos projetos desenvolvidos pelas OSC no território, contemplando formas de colaboração e de partilha de informação na elaboração das ações e no momento do seu financiamento (reuniões, protocolos, acordos de colaboração, etc.);
- Criar um Fundo de sustentabilidade ao nível das autarquias locais, que seja gerido em conjunto com OSC chapéus - para continuar a gestão/cofinanciamento das redes e iniciativas depois do fim dos projetos UE, assim como para apoiar o funcionamento/reforço institucional de associações (equipa técnica com espaço na Câmara Municipal);
- Apoiar associações chapéu nas ilhas, de modo a criar maior dinâmica e permitir a descentralização dos apoios financeiros e técnicos;
- Criar um sistema de seguimento estatístico assente em indicadores dos ODS para medir a contribuição das OSC e AL na localização dos ODS. Incluir no sistema de seguimento o uso de marcadores de género, a modo de calcular o investimento nessa área.

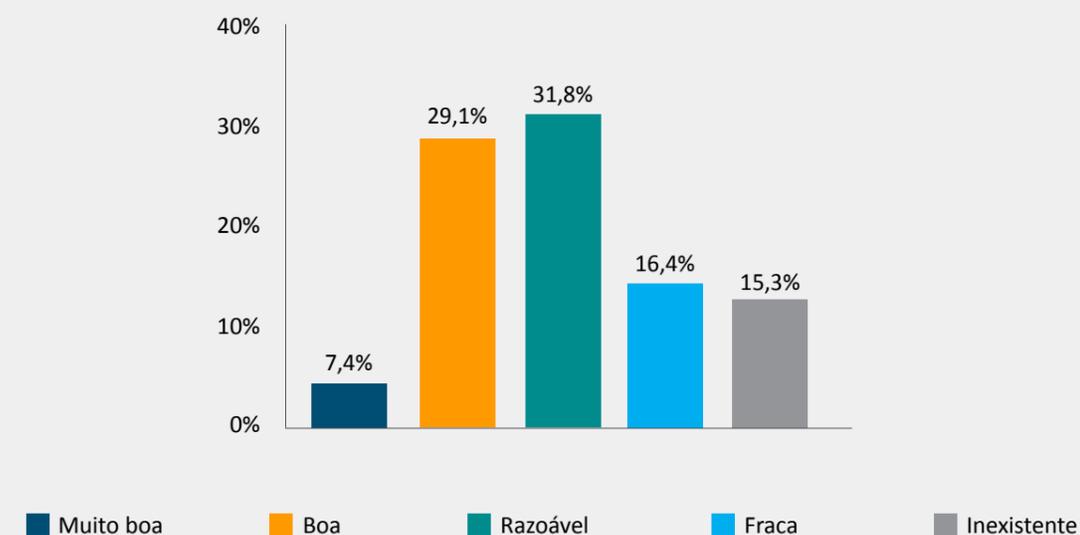


9. DINÂMICAS E REDES DA SOCIEDADE CIVIL

9.1. Relações entre OSC

Questionadas sobre as suas relações com outras OSC nacionais, 36,5% das OSC participantes avaliaram-nas como «*muito boas*» (7,4%) ou «*boas*» (29,1%); 31,8% das OSC classificou esta relação como «*razoável*»; 16,4% como «*fraca*»; e 15,3% como «*inexistente*» (gráfico 59).

Gráfico 59: Enquanto OSC, como avaliaria a sua relação com outras OSC?



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

O gráfico demonstra que a maioria das OSC (63,5%) parece não ter (boas) relações com outras OSC nacionais.

Fraca cultura de diálogo e partilha de informações entre as OSC

Uma das razões para a inexistência de um relacionamento mais próximo, avançada por várias organizações durante as mesas de diálogo em todas as ilhas de Cabo Verde, é a falta de diálogo e de partilha de informação entre as OSC. Tendo em conta a condição

arquipelágica de Cabo Verde, a dificuldade de dialogar e de partilhar informação é compreensível relativamente às OSC de ilhas diferentes. Não obstante, esta fragilidade é também uma realidade para as OSC com sede na mesma ilha, com exceção da ilha de Santo Antão, onde se observaram durante as mesas de diálogo dinâmicas diferentes, espelhadas no diálogo mais frequente.

Um membro de uma OSC avalia o diálogo entre as OSC, atualmente, como mais fraco do que durante a época do partido único (1975-1991):

09

AS DINÂMICAS E REDES

«Foi em 1988, portanto já nessa altura o que eu notava e que permanece até hoje, é um **secretismo da própria ONG/Associação...** em 1988, portanto, era um tempo de partido único em que havia de fato algum medo de partilhar alguma coisa, mas quer dizer, naquela altura até eu acho que havia mais diálogo...parece incoerente, mas é verdade, havia uma vontade de dialogar e encontrar espaço de diálogo. (...) Muito recentemente, participei na elaboração de um documento projeto, para a União Europeia, participei com umas instituições. Quando foi ganho esse projeto (...) não houve partilha de informação. Há uma cultura de não apresentação, talvez, da informação (...) Por isso, é que eu fiquei muito contente com este Inquérito porque eu pensei que talvez o objetivo final fosse melhorar esse diálogo e esse acesso à informação com as redes.»

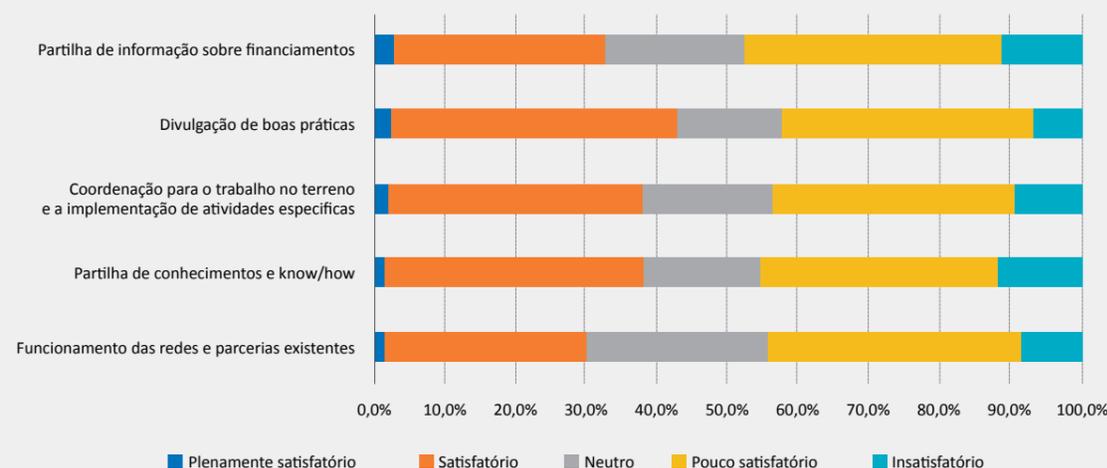
(Membro de OSC)

Juntando esta percepção com dados concretos e com a análise feita no âmbito do insuficiente acesso à informação facultado pelo Estado,

podemos constatar que o maior desafio em Cabo Verde é sistematizar e disseminar informações.

Como se infere do gráfico 60 - que diz respeito à articulação existente entre as organizações - as áreas que apresentaram valores mais satisfatórios no Inquérito foram a «divulgação de boas práticas», a «partilha de conhecimentos e know how» e a «coordenação para o trabalho no terreno»; enquanto que as que foram colocadas como menos satisfatórias foram as áreas da «partilha de informação sobre financiamentos» e o «funcionamento das redes e parcerias existentes». Destaca-se que nas áreas com melhores resultados os valores alcançados em relação a satisfação não refletem sequer a metade das OSC inquiridas. Este alto nível de insatisfação corresponde com o que foi manifestado nas mesas de diálogo e entrevistas, sendo também coerente o descontentamento relativo ao secretismo em torno aos financiamentos e a precariedade das redes e parcerias existentes entre as organizações da sociedade civil.

Gráfico 60: Grau de satisfação das OSC com a articulação existente entre elas nas áreas indicadas



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

Assim, na ilha da Brava, onde existem menos de 20 associações ativas, constatou-se que as OSC não tinham muito conhecimento das atividades das OSC parceiras. Entretanto, notou-se que quase todas tinham desafios semelhantes, que poderiam ter sido abordados de forma unida: uma geração crescente de pessoas idosas com necessidades especiais de cuidado que os hospitais não conseguem atender; um alto índice de jovens desempregados/as, sem outra perspectiva que não seja a migração e a inexistência de uma sede para o trabalho das OSC presentes na ilha. Não obstante, todas as OSC tinham preferido como estratégia contactar uma por uma, de forma isolada, à Câmara Municipal para pedir apoios. Como já se analisou no Capítulo 7.5. a capacidade de *advocacy* das OSC continua a ser fraca, pelo que é necessária maior atenção à questão.

Não obstante, existem e têm existido boas práticas e dinâmicas de redes/parcerias de organizações de sociedade civil em Cabo Verde, que se apresentam no seguinte Capítulo 9.2.

9.2. Registo de boas práticas e dinâmicas a nível da sociedade civil em Cabo Verde

A rede TAOLA - Rede Nacional de Proteção das Tartarugas marinhas

Cerca de 2% das OSC que participaram no Inquérito, fazem parte da rede TAOLA - **Rede Nacional de Proteção das Tartarugas marinhas**. A rede foi criada há 10 anos na sequência da iniciativa legislativa do Ministério do Ambiente no âmbito da lei (Resolução n.º 72/2010) que deu origem ao «**Plano Nacional de Proteção das Tartarugas Marinhas em Cabo Verde**». A rede tem como objetivo promover a socialização da lei e o reforço da sensibilização da sociedade civil na área da proteção das tartarugas. É uma rede que é constituída por ONGs de conservação da natureza de Cabo Verde, que trabalha com tartarugas, em todas as ilhas. É sustentada por financiamentos da NOAA - Instituto Governamental de meteorologia e Oceanografia dos Estados Unidos. Cada ano, uma OSC assume voluntariamente a liderança da rede a fim de organizar o encontro anual.

Ganhos

A Rede TAOLA tem tido sucesso na área de *advocacy*, tendo conseguido alterar a legislação sobre tartarugas em Cabo Verde, para que as atividades ilegais relacionadas com a captura e consumo fossem considerados um crime, o que culminou com a promulgação em 2018 da **lei de criminalização de atividades como a captura e apanha de ovos de tartaruga**.

A rede teve também um papel importante na homogeneização dos dados e metodologias de trabalho e de formação. Um conselho científico foi criado e trabalha na criação de uma **base única de dados** sobre as tartarugas.

Desafios

O maior desafio é a falta de fundos para o funcionamento constante da rede com sede e técnicos permanentes - sem a necessidade de contratação externa (ex. juristas). Os fundos existentes são exclusivamente para a organização dos eventos anuais.

A mesa de diálogo FATA

Uma iniciativa e rede que foi criada em 2016 na ilha de Fogo durante a implementação do projeto de ecoturismo «FATA» («Fogo, Água, Terra, Ar»), projeto implementado pela ONG italiana COSPE e financiado pela UE. No âmbito do projeto «FATA» a ONG italiana introduziu a mesa de diálogo que sustentava a «Rede Natour Fogo» para juntar parceiros de diferentes áreas a participarem numa Plataforma de partilha e de coordenação a fim de desenvolver ações de turismo solidário e sustentável na ilha de Fogo.

Ganhos

Atualmente, esta rede continua ativa (depois do término do projeto FATA, no quadro do projeto Rotas de Fogo), tendo **reforçado o trabalho em rede** entre os 3 municípios do Fogo e juntado parceiros da sociedade civil (ONGs, associações comunitárias) e do sector privado (operadores turísticos) com parceiros institucionais tais como as Câmaras Municipais, o ICIEG, o ICCA, a Direção do Ministério de Agricultura e Ambiente e o Fundo de Turismo,

à volta de uma mesa. Através das mesas foram **criadas sinergias e colaborações** entre diferentes atores, incluindo o Fundo de Turismo, a Associação dos Guias em Chã das Caldeiras e a Câmara Municipal de Santa Catarina. No âmbito da rede foi igualmente constituída a «FG Turismo» - Associação de Turismo da ilha do Fogo, que tem como objetivo criar sinergias entre os atores privados para ter uma visão comum do desenvolvimento do turismo da ilha do Fogo.

Outro ganho importante inclui o desenvolvimento do primeiro **código de conduta sobre o turismo sexual de Cabo Verde**, a fim de prevenir a exploração sexual de crianças e jovens.

Desafios

O desafio é garantir a sustentabilidade da rede a partir da capacitação e transmissão de competências para a Associação de Turismo da ilha do Fogo (FG Turismo), entidade que dará continuidade à organização das mesas e outras atividades, tal como a dinamização de novos trilhos turísticos.

Outras boas práticas de redes existentes no passado, incluem:

A OADISA

Durante as mesas de diálogo em Santo Antão, o Programa PL 480, já referido no Capítulo 5 p. 32, e a criação de redes de associações comunitárias com o suporte abaixo de organizações chapéu, tais como a OADISA e outras, foram indicados enquanto boas práticas a serem reativadas:

«A OADISA pode-se perfeitamente reanimar. As associações existem, portanto, só que não se consegue, neste momento ter o salto que tinha. Para reanimar tinha que haver alguma fonte de financiamento a fundo perdido para poder reanimar a organização e pôr a funcionar.»

(Membro de ADC,
Ribeira Grande, Santo Antão)

A OADISA (Organização das Associações de Desenvolvimento Comunitário da Ilha de Santo Antão) foi inicialmente fundada como uma organização chapéu para as associações de Santo Antão, com o financiamento da ONG ACDI/VOCA através do programa PL 480 (implantado durante 17 anos, tendo terminado em finais de 2007). Contudo, para a região de Porto Novo foi constituída uma nova rede, a FADEP, ficando a OADISA com as associações dos municípios da Ribeira Grande e do Paul.

Embora as áreas de atuação do programa PL 480 fossem projetos de conservação de solos e água, implementação de sistemas de irrigação gota a gota, organização e sustentabilidade das associações, microcrédito e criação de pequenas empresas, existia flexibilidade na utilização das verbas noutras atividades relacionadas com as necessidades da comunidade:

«O PL 480 foi um programa que não só ajudou a emergir várias associações comunitárias como também criou uma dinâmica enorme,

nas ilhas onde interveio (...) Apresentávamos projetos, normalmente na conservação de solo e água, as obras eram seguidas, e o remanescente dos projetos financiados podia ser usado para atividades desportivas dos jovens, das mulheres, contribuições para pequenas evacuações, portanto, ao fim e ao cabo estávamos a desempenhar um papel de desenvolvimento comunitário, bolsas de estudo, material escolar, um conjunto de atividades, intercâmbios que hoje não podemos fazer porque faltam meios, houve uma certa vitalidade a nível do associativismo pelo menos em Santo Antão. Surgiu também o CRP, no tempo do PLPR que também havia uma boa dinâmica, mas essa dinâmica caiu com o POSER, por terem de fazer os reembolsos.»

(Representante de ADC,
Ribeira Grande, Santo Antão)

No âmbito do mesmo programa foi criada em 1999 a Organização das Associações do Fogo (OAF), sendo apenas 12 as associações fundadoras, mas, no entanto, em 2010 a rede contava com 42 membros entre associações comunitárias e de agricultores.

As OSC membros da rede reconhecem que enquanto houve financiamento tiveram vários ganhos tais como: formações em vários domínios, sobretudo aqueles ligados à conservação de solos e água, transformação de fruta, capacitação em liderança, contabilidade e gestão, entre outros.

Com a diminuição do financiamento, os/as associados/as reconhecem que os propósitos da rede estão a ser desvirtuados uma vez que a grande maioria das associações se transformou numa espécie de agências de emprego a nível local, resultando num grande défice de participação dos membros na vida das organizações comunitárias:

«A organização chapéu foi sempre uma boa prática. A OADISA trabalhou com fundos do PL 480; o Ministério das infraestruturas



assinava contratos para desencravamento das comunidades, pequenos acessos e troços de estrada mas aquilo deixou de existir e a percentagem que a OADISA recebia deixou de existir, também as associações não tinham como autofinanciar a OADISA e acabaram por cair. As associações ficaram, mas de forma isolada já não tem aquele entrosamento com pessoas, intercâmbios e assembleias para troca de experiências. Hoje vemos sinais de enfraquecimento, cada um age por si só, não há esse chapéu.»

(Membro de ADC, Ribeira Grande, Santo Antão)

Essas duas redes beneficiavam das quotas das associações filiadas e de 3% do financiamento de cada projeto para garantir o seu funcionamento e assistência técnica às associações membro. No que concerne à metodologia de trabalho, as duas redes, além do apoio técnico e de seguimento, apoiavam ainda as associações na área de contabilidade e na elaboração de projetos que depois eram submetidos aos financiadores:

«A OADISA, creio que ficou algum remanescente para ser sanado. O seu funcionamento e a sua filosofia era outra, havia um poder de captar financiamento e uma espécie de pelouro que era distribuído. As associações enviaram projetos que eram avaliados e depois financiados. Quer dizer que todas as organizações tinham um financiamento sempre e era seguido pela própria OADISA que prestava contas à entidade que financiou o projeto. Quase todas as organizações trabalhavam com esta filosofia e também havia organizações que tinham dificuldade em elaborar projetos e entregavam a OADISA e faziam ...com o tempo o financiamento foi diminuindo e a carga manteve-se do grosso das pessoas houve a especialização da organização.»

(Presidente de IMF, Ribeira Grande, Santo Antão)

Para além das redes mencionadas acima, no âmbito do programa PL480, foram também criadas, com a mesma filosofia, a OASIS (associação chapéu no interior de Santiago) e a ORAC-SN (São Nicolau).



O Programa FADOC

No âmbito do programa FADOC - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento das Organizações Comunitárias⁵⁶ - financiado pela Cooperação belga através da ONG Solidarité Socialiste, foram dinamizadas **duas redes** de Organizações Comunitárias de Base (OCB) em Cabo Verde, a **RASSOL** - Rede de Animação Social Solidária e a **Red' ANIMAR** - Rede das Organizações Promotoras do Desenvolvimento Participativo (que já existia desde 2003).

Durante a sua execução, o programa FADOC trabalhou em estreita parceria com duas organizações principais, o Atelier Mar, a coordenar a Rede RASSOL, a nível das ilhas do Barlavento e o Citi-Habitat, a coordenar a Red' ANIMAR a nível das ilhas do Sotavento.

O FADOC apostou fortemente no desenvolvimento de parcerias e **trabalho em rede**, numa comunicação constante e eficaz entre os parceiros e entre as associações comunitárias e numa **gestão participativa e transparente**. Para isso, foi necessário estabelecer uma uniformização de linguagem e procedimentos entre todos os intervenientes locais, ou seja, entre as ONGs parceiras bem como as associações. Na disponibilização dos fundos havia sempre a garantia de participação das associações comunitárias e dos beneficiários em todas as etapas do projeto. O critério de distribuição dos recursos por comunidade ou por OCB baseava-se no diagnóstico das necessidades identificadas e validadas pelas próprias comunidades, portanto um processo participativo e coletivo.

Adicionalmente, uma boa prática identificada no programa foi o **Fundo Rotativo**, um empréstimo, e, portanto, um fundo reembolsável ou um crédito solidário, feito às organizações para investirem em atividades geradoras de

⁵⁶ A FADOC é um programa criado pela ONG Belga Solidarité Socialiste - Fond de Cooperation au Développement, que opera em 12 países, cujo objetivo é apoiar as populações mais desfavorecidas, através das suas organizações, para que estas tenham mais representatividade, maior capacidade de mobilização e de ação, no sentido de gerar dinâmicas positivas e mudanças sociais. (<https://desenvolvimentocomunitario.blogs.sapo.cv/tag/fadoc/red%27+animar>).

rendimentos dos seus membros ou famílias carenciadas e que posteriormente era devolvido num prazo e em condições previamente acordadas. Este foi um instrumento bastante importante para o desenvolvimento local comunitário bem como um meio de capacitação dos dirigentes das organizações comunitárias de base (OCB).

RASSOL - Rede de Animação Social Solidária

Foi uma rede constituída por 24 OCB das ilhas de Santo Antão (15), São Vicente (6) e São Nicolau (3). A criação da rede deu-se a partir do objetivo de se promover a livre circulação de informação entre todos/as os/as intervenientes, promovendo a criação de laços de solidariedade, a realização de ações em conjunto mas também o apoio mútuo na concretização de projetos individuais.

Durante o funcionamento da rede, as associações comunitárias tinham o poder de decisão sobre quais das suas ações deveriam ser priorizadas, sem interferir nas ações das outras. Ao mesmo tempo todas as associações comunitárias que eram membros tinham o mesmo nível de responsabilidade, proporcionando assim a coresponsabilidade na concretização dos objetivos da rede.

Red' ANIMAR - Rede das Organizações Promotoras do Desenvolvimento Participativo

Fundada em 2003, a rede reunia 39 organizações da região Santiago Sul, com o objetivo comum de melhorar as condições de vida das suas populações e contribuir para uma democracia participativa quotidiana e uma transformação sustentável e harmoniosa das suas comunidades. A rede atuou de forma a fortalecer técnica- e financeiramente as associações comunitárias, intervindo nas áreas de desenvolvimento comunitário, economia social e solidária, educação/formação formal e não formal, cooperativismo, saúde e promoção da cidadania activa e democracia participativa. Às associações comunitárias membro, foram disponibilizados diversos serviços, entre os quais: cofinanciamento de ações de formação e capacitação; produção de manuais de orientação; assistência técnica e financeira, etc.

9.3. A inexistência de uma agenda não governamental comum

A atual Plataforma das ONGs de Cabo Verde foi constituída em 1996, «após um processo dinâmico de organização da Sociedade civil cabo-verdiana (...), que tem como referências principais a independência do país, em 1975, a publicação da lei sobre as associações, em 1987 (Lei nº 78/III/87), e a abertura política, em 1991»⁵⁷

46% das OSC inquiridas indicaram fazer atualmente parte de alguma plataforma, rede ou aliança temática/geral de organizações da Sociedade civil; destas a maioria (62%) assinala ser filiada à Plataforma das ONGs.

O papel da Plataforma é de contribuir para o reforço das OSC e da ação não governamental para promover a sua participação no processo de desenvolvimento sustentável do país. Neste sentido, a Plataforma é responsável pelo desenvolvimento e seguimento de uma Agenda não governamental que possa servir como base para a efetivação de um diálogo político e institucional entre as OSC e o Governo.

No âmbito da IX Legislatura, tal Agenda não existe e tem impedido o trabalho em rede entre as OSC que não dispõem de uma estratégia com valores e ações comuns nem de uma plataforma para influenciar as políticas públicas do país.

Segundo as linhas-forças de ação 2017/2020 aprovadas em novembro 2017 pelo Conselho de direção, a Plataforma enfrenta três crises «1) de representatividade e abrangência 2) de reconhecimento da sua utilidade institucional pelos seus associados (apenas 3% são satisfeitos com a sua prestação) 3) de apropriação e pertença: apenas 5% dos associados se reveem na Plataforma como uma organização sua.»⁵⁸

Neste quadro, o documento destaca:

«A Plataforma perdeu, nos últimos anos, dinâmica enquanto Porta-voz e líder da sociedade civil organizada, elemento catalisador e empoderador do processo associativo, elo de ligação de defensor de políticas públicas mais favoráveis à atuação das OSC, no espaço público e junto do Governo. O modelo de governança atual revela-se ultrapassado face às exigências dos associados aos problemas sociais emergentes e antigos e aos desafios que se colocam à sociedade civil organizada no processo de desenvolvimento socioeconómico do país, da expansão da democracia e da cidadania e da construção de novos paradigmas de ação pública.»⁵⁹

Durante as mesas de diálogo, uma das maiores fragilidades constatadas, especialmente nas ilhas periféricas, é «a falta de espaços de diálogo social». Em muitos casos, as OSC não realizaram encontros nos últimos três ou mais anos por falta de espaços de diálogo a nível das ilhas.

Durante as mesas de diálogo, as OSC participantes e afiliadas da Plataforma expressaram descontentamento do funcionamento atual da Plataforma. A maioria das OSC inquiridas não tem sido convidada para reuniões nem têm usufruído de serviços prestados por parte da Plataforma, mesmo que várias continuem a pagar as suas quotas anualmente.

Um estudo diagnóstico publicado em 2015 pela Plataforma das ONGs já confirmava uma insatisfação crescente por parte das OSC afiliadas e apontava para uma mudança de paradigma necessária dentro da Plataforma. No estudo mencionado, 24% das OSC demonstram-se «insatisfeitas» (22% entre os membros); 72% «nem satisfeitas nem insatisfeitas» (73% entre os membros) e só 3% (5% entre os membros) geralmente «satisfeitos» com as atividades



desenvolvidas e serviços prestados pela Plataforma. Em relação ao nível de apreciação quanto ao relacionamento entre as OSC e a Plataforma das ONGs, estes números são ainda mais elevados: 31% das OSC demonstram-se «insatisfeitos» (35% entre os membros); 64% «nem satisfeitos nem insatisfeitos» (58% entre os membros) e só 4% (7% entre os membros) geralmente «satisfeitos» com o relacionamento que a Plataforma tem com eles. A maioria das OSC (69%) indicava que a Plataforma deveria concentrar os seus esforços na mobilização de recursos e na facilitação de relacionamentos das OSC com os parceiros. O próprio estudo destaca que «...não existe uma relação direta. Contudo deve-se destacar o papel da Plataforma na divulgação permanente das linhas de financiamento disponíveis no seu portal».⁶⁰ No entanto, convém realçar que no momento da elaboração do presente Mapeamento, o portal (página web) da Plataforma não estava operacional.

Além destas considerações, o descontentamento das OSC está ligado ao fato da Plataforma ser por vezes concorrente dos

próprios associados na mobilização dos recursos e na submissão de candidaturas a fundos, ainda que a sua função principal seja a de capacitação e aconselhamento na formulação de projetos e mobilização de recursos para os mesmos.

«A própria Plataforma surge como concorrência às ONGs na Praia...»
(Membro de uma ADC durante uma mesa de diálogo)

69%

das OSC indica que a Plataforma deveria concentrar os seus esforços na mobilização de recursos e na facilitação de relacionamentos das OSC com os parceiros.

⁵⁷ Plataforma das ONG's (2015). *Guia das ONG*. Cabo Verde, p. 6.

⁵⁸ Plataforma das ONG's (2017). *Linhas-forças da ação para o Triénio 2017-2020*. Aprovadas pelo Conselho de Direção, na sua primeira reunião ordinária do dia 17 de novembro de 2017. Praia, p. 1.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Plataforma das ONGs de Cabo Verde (2015). *Estudo diagnóstico das ONG em Cabo Verde*. Praia, p.32-33.

«A Plataforma das ONGs está mal estruturada de raiz, no sentido em (...) que encontras uma plataforma que funciona quase como uma ONG candidatando-se para os mesmos financiamentos que as OSC, ela não é uma ligação das ONGs»

(Entrevista com técnica na área de associativismo)

Neste sentido, as linhas-forças identificadas pela própria Plataforma das ONGs também incluem como modelo de governança e como objetivo principal o de «Recolocar a Plataforma ao serviço dos seus associados» e aplicar o «princípio da subsidiariedade, impondo que em nenhuma circunstância, a Plataforma será concorrente dos seus associados.»⁶¹

Neste quadro é importante clarificar o estatuto e papel da Plataforma das ONGs e avaliar quais têm sido os desafios estruturais da Plataforma durante os últimos anos afim de responder a estes com ações concretas, envolvendo todos os associados e o Governo.

Recomendações do Capítulo 9

- Apostar na descentralização dos apoios financeiros por parte dos atores da Cooperação e do Estado;
- Criar e/ou reforçar antenas de plataformas/redes, assim como organizações chapéu nas ilhas, que possam implementar ações para o reforço institucional e de funcionamento das OSC;
- Apoiar as OSC no processo da criação de uma agenda não governamental, alinhado com os ODS;
- Apoiar o reforço e a reestruturação do funcionamento interno da Plataforma das ONGs

Neste quadro recomenda-se:

- A realização de um estudo de avaliação externa, e financiada pela Cooperação internacional, a fim de definir ações concretas para abordar os desafios estruturantes da Plataforma das ONGs;
- Desenvolver e partilhar o Plano estratégico da Plataforma das ONGs;
- Definir uma agenda não governamental – com a participação de todos os parceiros e o envolvimento direto dos associados (a última data do período de 2012-2015);
- Atualizar o código ético elaborado pela Plataforma das ONGs e os seus associados (o último data de 2009);
- Analisar uma estratégia de descentralização para a implementação de coletivos regionais/assembleias regionais com o envolvimento participativo e inclusivo das OSC associadas em todas as ilhas periféricas;
- Ativar o convénio de cooperação com o Governo e assegurar uma verba no Orçamento do Estado para o funcionamento corrente da Plataforma das ONGs.

⁶¹ Plataforma das ONG's (2017). *Linhas-forças da ação para o Triénio 2017-2020*. Aprobadas pelo Conselho de Direção, na sua primeira reunião ordinária do dia 17 de novembro de 2017. Praia, p. 3.



10. RELAÇÕES ENTRE A UNIÃO EUROPEIA, ATORES DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E A SOCIEDADE CIVIL CABO-VERDIANA

Este capítulo analisará as relações entre a União Europeia e as organizações da sociedade civil em Cabo Verde - considerando tanto a relação com a Delegação da UE como com os demais países membros da UE presentes no arquipélago. Assim, este capítulo debruça-se sobre a opinião da sociedade civil organizada, a sua percepção sobre o trabalho que é realizado pelas representações e instituições europeias e outros organismos internacionais, as principais áreas de cooperação abordadas e as linhas de financiamento existentes.

10.1. O compromisso da UE com a sociedade civil e as linhas de financiamento que existem em Cabo Verde

O Programa temático para as Organizações da Sociedade civil e Autoridades locais

A UE tem uma relação de cooperação de longa data com a sociedade civil em Cabo Verde, sendo o seu principal instrumento de financiamento o «Programa temático para as Organizações da Sociedade Civil e Autoridades

Locais». O objetivo geral do Programa temático é fortalecer as OSC/AL nos processos de desenvolvimento local e da boa governação. O programa apoia ações que permitem atender às necessidades das populações vulneráveis e potenciar a sua participação no processo de elaboração de políticas a diferentes níveis.

No quadro do Programa temático às Organizações da Sociedade civil a UE já trabalhou com a Plataforma de ONGs de Cabo Verde, cofinanciando projetos na área de reforço institucional, na organização de fóruns de reflexão e na elaboração do Guia das ONGs, entre outros. A Plataforma das ONGs é reconhecida pela Cooperação internacional como o parceiro de referência do setor não governamental cabo-verdiano.

Entre 2013 e 2019, a UE atribuiu subvenções a vários projetos da sociedade civil por meio de **convites à apresentação de propostas**, no âmbito do mesmo programa. A seguir, vemos um quadro resumo das temáticas subvencionadas neste contexto:



Ano do Convite à apresentação de propostas	Temática/Objetivo do convite	OSC financiadas (Entidade requerente)	Montante disponibilizado pela UE
2013	Promoção dos Direitos do Consumidor	ADEVIC Federação Handicap International Movimento África70 Associação para a Defesa do Consumidor - ADECO	1 033 349,05 EUR para 4 projetos selecionados
2013	Promover a Cultura como instrumento de criação de emprego para o desenvolvimento socioeconómico e a redução da pobreza em Cabo Verde	Persone como noi/ OMCV Fundação Amílcar Cabral ONG Atelier Mar Citi-Habitat Associação cultural Sete Sóis Sete Luas CRP São Nicolau	1 464 440,00 EUR para 6 projetos selecionados
2015	Preservação e melhoria do património social, cultural e ambiental como fator de diversificação e desenvolvimento do turismo sustentável e solidário em Cabo Verde	ESDIME Associação Amigos da Natureza Associação cultural Sete Sóis Sete Luas COSPE Instituto Marquês de Valle Flôr Fundação Amílcar Cabral	2 380 740,46 EUR para 6 projetos selecionados
2016	Promover o turismo sustentável como fator de geração de rendimentos e melhoria das condições socioeconómicas	COSPE Associação de Defesa do Património de Mértola Instituto Marquês de Valle Flôr FECAD Movimento Africa 70	2 284 209,18 EUR para 5 projetos selecionados
2019	Promover a participação e inclusão socioeconómica e o respeito pelos direitos dos jovens e das mulheres em Cabo Verde	COSPE Instituto Marquês de Valle Flôr Associação Amigos da Natureza Movimento Africa 70 European Partnership for Democracy	2 427 749,81 EUR financiado pelo Programa temático OSC/AL para 5 projetos selecionados

O valor atribuído a Cabo Verde tem sido sempre crescente nos últimos anos devido ao pedido excepcional feito pela Delegação da União Europeia em Cabo Verde para uso de verbas adicionais. Para além do montante atribuído ao país, existem ainda inúmeras possibilidades de convites à apresentação de propostas lançadas ao nível central para todo o mundo e em que Cabo Verde é muitas vezes elegível.

Outros instrumentos de financiamento para a promoção dos direitos humanos, da democracia e do reforço da sociedade civil, incluem:

O Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos humanos (IEDDH)

Os objetivos gerais do Instrumento consistem em *a) aumentar o respeito pelos direitos*

*humanos e pelas liberdades fundamentais nos países parceiros a partir de apoios dirigidos a organizações da sociedade civil relevantes, defensores dos direitos humanos e vítimas de repressão e abuso, assim como b) apoiar e consolidar a democracia nos países terceiros, nomeadamente reforçando o papel ativo da sociedade civil e do Estado de direito e melhorando a confiabilidade dos processos eleitorais.*⁶²

O montante atribuído diretamente a Cabo Verde nos últimos anos é de cerca de 300 000 EUR para três anos. Além disso, existem muitas possibilidades lançadas ao nível central acessíveis a todos os países. O último projeto financiado neste âmbito, com uma importância aproximada de 290 000 EUR, foi um projeto de reforço institucional à Comissão Nacional das Eleições de Cabo Verde.

Projetos no âmbito do SPG+

SPG + (o sistema de preferências generalizado) é um **instrumento da política comercial** da UE que visa incentivar países terceiros, como Cabo Verde, a cumprirem os principais padrões internacionais nas áreas de direitos humanos e boa governança. O sistema permite um acesso preferencial (em termos de reduções ou suspensões tarifárias) a produtos cabo-verdianos exportados para o mercado da UE, livre de quotas e serviços. Em troca, Cabo Verde deve comprometer-se a ratificar e implementar efetivamente as **convenções internacionais** essenciais sobre **direitos humanos e laborais, proteção ambiental e boa governança**. O país compromete-se igualmente a cooperar com os procedimentos de monitorização impostos por essas convenções e com o procedimento de monitorização da UE no âmbito do SPG +. Para apoiar Cabo Verde neste processo, a UE financiou e financia atualmente projetos na área de formação:

⁶² UE (2018). *European Instrument for Democracy and Human Rights – Multiannual Indicative Programme 2018-2020*. Bruxelas, p. 8.

SPG + é um instrumento da política comercial da UE que visa incentivar países terceiros, como Cabo Verde, a cumprirem os principais padrões internacionais nas áreas de direitos humanos e boa governança.

Ano	Organização requerente	Atividades principais	Montante (EUR)
2016-2020	Democracy Reporting International Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (CNDHC)	i) Promover a nível nacional uma melhor compreensão e uma maior consciência dos direitos humanos entre os cidadãos; ii) Reforçar as competências das OSC na preparação de relatórios sombra sobre as convenções relevantes; iii) Sistematizar a capacidade da CNDHC na recolha de dados para monitorizar e informar sobre as convenções de direitos humanos.	1 500 000,00 (Valor global para os 9 países beneficiários do instrumento SPG +)
2016-2019	European Partnership for Democracy Associação Cabo-verdiana de Luta Contra Violência Baseada no Género (ACLCVBG)	Projeto INSPIRED+ : Diálogo político e criação de um Plano de ação sobre os direitos socioeconómicos das trabalhadoras domésticas.	1 421 693,39 (Valor global para os 9 países beneficiários do instrumento SPG +)
2016-2020	Equal Rights Trust OMCV Laço Branco Associação Caboverdiana de Luta contra a VBG Associação Bafatá Comissão de Mulheres Sindicalistas do Mindelo – UNTCCS	Construir um consenso entre a Sociedade civil para desenvolver uma lei abrangente de igualdade i) Construir a base de evidências sobre a necessidade de uma lei abrangente sobre igualdade ii) Aumentar a capacidade dos atores da Sociedade civil de monitorar casos de discriminação iii) Fortalecer a colaboração dos atores da Sociedade civil para monitorar a discriminação e advogar por reformas legislativas e políticas.	1 486 063,02 (Valor global para os 9 países beneficiários do instrumento SPG +)

Linhas de financiamento dos Estados Membros da UE

Luxemburgo

No âmbito do **Programa Indicativo de Cooperação 2016-2020 (PIC IV)**, dotado de um envelope de 45 milhões de EUR, o Luxemburgo financia várias ações desenvolvidas na área do emprego/empregabilidade, do desenvolvimento local e das microfinanças/finança inclusiva.

O Programa das Plataformas de desenvolvimento local (ver também p. 117)

Visando promover o desenvolvimento local inclusivo e sustentável, o Luxemburgo

financia atualmente com 3,2 milhões de EUR o apoio à criação de plataformas de articulação multiníveis, multiatores, multisetoriais e multidoadores em Cabo Verde para melhorar o impacto, a coordenação e a gestão dos processos de desenvolvimento local em 17 dos 22 municípios de Cabo Verde. Esse apoio feito através do Programa Plataformas para o Desenvolvimento Local e Objetivos 20/30, implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), conta com uma estreita colaboração entre todos os membros das Plataformas de cada município, em especial com o envolvimento da sociedade civil. A sociedade civil beneficiou ao longo da implementação do Programa de diversas atividades de reforço de capacidades. Ademais,

o Programa Plataformas estende a sua relação com a sociedade civil realizando eventos de localização de ODS em estreita colaboração com algumas associações locais, entre elas as associações de São Pedro, Eskadinha, Espaço Jovem, Safendi di Nos, Tira Chapéu.

Fundo de Descentralização

O Luxemburgo financia igualmente um Fundo de Descentralização, implementado pelo PNUD, com um total de 4,1 milhões de EUR, dos quais 2,8 milhões de EUR financiarão projetos candidatos de atores locais, inclusive das OSC, que contribuam para o desenvolvimento local em cada um dos 22 municípios de Cabo Verde. O Fundo apoiará ainda a implementação desses projetos, recorrendo para o efeito ao apoio e *expertise* de duas OSC cabo-verdianas.

Desenvolvimento da Finança Inclusiva

O projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Finança Inclusiva – PADFI-CV, é uma iniciativa conjunta de parceria estratégica entre o Governo da República de Cabo Verde e do Grão-Ducado de Luxemburgo, financiado no âmbito do PIC IV e executada pela ONG luxemburguesa ADA, em estreita parceria com os atores das microfinanças, sua organização representativa,

a Associação Profissional das Instituições de Microfinanças, assim como com o Governo e o Banco Central de Cabo Verde.

Com um orçamento que ronda 1 milhão de EUR, o Projeto PADFI-CV tem como objetivo central apoiar a promoção da inclusão financeira, através da profissionalização dos atores da oferta de serviços e produtos microfinanceiros, para assegurar uma oferta privada, diversificada, descentralizada e orientada essencialmente para a promoção socioeconómica dos grupos e sectores mais vulneráveis da sociedade que não conseguem aceder aos serviços do banco tradicional. Num primeiro momento, o projeto focou as suas atividades junto às associações e organizações da sociedade civil, pois, na altura as atividades das microfinanças eram exercidas no quadro destas organizações. No entanto, com o suporte técnico do PADFI-CV, em dezembro de 2018, 7 instituições de microfinanças foram registadas oficialmente e licenciadas pelo Banco Central, para exercerem de forma autónoma as atividades de oferta de serviços e produtos financeiros, sob a forma de empresa financeira, ao abrigo do novo Quadro legal e regulamentar. Assim sendo, as atividades de suporte do PADFI-CV passaram a centrar-se exclusivamente no reforço das capacidades humanas e institucionais tanto, dos serviços

de regulação, supervisão, controlo e promoção como, principalmente, das novas instituições de microfinanças, agora privadas.

Apoio ao Turismo rural e comunitário no quadro do Programa Emprego e Empregabilidade

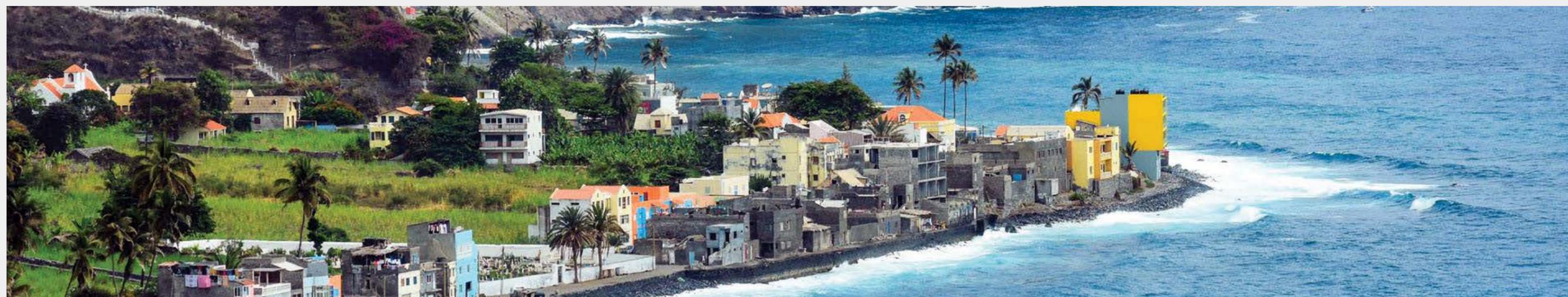
A partir de 2017, foi iniciado um processo junto de um conjunto de OSC da ilha de **Santo Antão** com o objetivo de promover iniciativas locais de emprego no âmbito do **turismo rural e comunitário**. Procurando promover o turismo rural e comunitário como fator de geração de rendimento e promoção do emprego e autoemprego junto das comunidades, particularmente os jovens e as mulheres, foi disponibilizado um apoio técnico e financeiro para a implementação de projetos neste domínio, na ilha de Santo Antão. Nesse sentido, foi realizado um programa de reforço de capacidades envolvendo agentes locais e líderes associativos que culminou com a identificação de oportunidades de negócio e de iniciativas de geração de rendimento neste setor para as associações comunitárias.

Em 2019, lançou-se um instrumento de apoio e financiamento a projetos no âmbito do turismo rural e comunitário promovidos

pelos OSC da ilha de Santo Antão através da modalidade de convocatória à apresentação de propostas. A convocatória pretendeu favorecer a participação das comunidades rurais em atividades de «serviços turísticos», assumindo as OSC como pivô fundamental para o desenvolvimento desses projetos e a gestão dos recursos, garantindo maiores níveis de participação e apropriação por parte das próprias comunidades. Para a sua operacionalização trabalhou-se com o Fundo de Emprego e Formação Profissional (FPEF) entidade pública do setor com competências e experiência necessárias para gerir os processos de financiamento de projetos. O Programa de Apoio ao turismo rural e comunitário enquadrado no Programa Emprego e Empregabilidade teve um orçamento de 374 704 EUR.

Apoios pontuais às OSC luxemburguesas e cabo-verdianas

Adicionalmente, o Luxemburgo também promove a associação entre as OSC do Luxemburgo e atores locais de Cabo Verde, inclusive as OSC do país, para a conceção e implementação de projetos de desenvolvimento. Infra um quadro que resume os apoios nesse sentido nos últimos anos:



Duração	Nome do Projeto	ONG	Montante (EUR)
2015-2017	Melhoria das condições de vida	Pharmaciens sans frontières	2 625,00
2017-2018	Apoio escolar e energia solar	Athénée-action humanitaire	42 767,00
2016-2020	Melhoria das condições de ensino	Beetebuerg hëlleft asbl	831 560,00
2016-2020	Programa de segurança alimentar para as ilhas de Santiago e Santo Antão Fase 2014-2016	Fondation Caritas Luxembourg	132 800,00
2016-2020	Reforço dos direitos das pessoas em Santo Antão e Santiago	Fondation Caritas Luxembourg	480 000,00
2017-2019	Ação em Cabo Verde: Criar uma rede de luta contra o abuso e a exploração sexual	ECPAT Luxembourg	200 000,00
2016-2019	Proteção e respeito dos direitos da criança em Cabo Verde	SOS Villages d'Enfants Monde	576 640,00
2018-2022	Centro de Formação Sindical e Profissional	OGBL Solidarité Syndicale	792 777,00
2019-2022	Melhoria das condições de ensino e renovação de escolas primárias em Santa Catarina do Fogo	Beetebuerg hëlleft asbl	661 677,00
2020-2022	Projeto relativo ao reforço de capacidades de redes locais	ECPAT Luxembourg	80 000,00

Por fim, o Luxemburgo financia também microprojetos de associações locais sem fins lucrativos e apoios institucionais. Nos últimos anos, beneficiaram desse financiamento as seguintes associações:

Ano	Projeto	ONG
2017	Fórum nacional sobre assédio sexual no local de trabalho	Associação Cabo-Verdiana de Luta Contra. Violência Baseada no Género
2017	Jantar de Gala beneficente	Fundação Infância Feliz
2017	We Believe – Tolerância Zero	We Believe
2018	Festival Sete Sóis Sete Luas 2018	Sete Sóis Sete Luas
2018	Animação socio-cultural para e com a juventude da periferia da Cidade do Mindelo	Espaço Jovem
2019	Festival Sete Sóis Sete Luas 2019	Sete Sóis Sete Luas
2019	Semana de reflexão sobre VBG	Associação Cabo-Verdiana de Luta Contra Violência Baseada no Género
2020	Ku mascara reutilizável nu protegi COVID-19	OMCV - Organização das Mulheres de Cabo Verde
2020	Djunto nu ta venci és pandemia de COVID 19	MORABI - Associação Cabo-verdiana de Auto Promoção da Mulher

Portugal

No âmbito do seu **Programa Estratégico de Cooperação (2017-2021)**, a Cooperação portuguesa apoia ONGs portuguesas e cabo-verdianas em áreas essenciais, como o **desenvolvimento local e a inclusão social**.

1. No quadro de uma **linha de apoio a ONGDs portuguesas**, são atribuídos cofinanciamentos da parte do Instituto Camões. Atualmente, existem 7 projetos financiados e implementados por 3 ONGD portuguesas - em conjunto com

associações comunitárias - nas ilhas de Santo Antão, Maio e São Vicente.

2. Paralelamente, são disponibilizados **cofinanciamentos para OSC cabo-verdianas** por parte do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério de Trabalho português, que trabalha em estreita cooperação com o Ministério da Família e Inclusão social em Cabo Verde para a seleção dos projetos. Para o período de programação 2017-2021, o Ministério da Família e Inclusão social propôs desenvolver projetos na área da

proteção social - crianças e adolescência, deficiência e terceira idade e ainda desenvolvimento comunitário. Neste quadro, foram financiadas entre 2016 e 2019, 8 OSC cabo-verdianas, abrangendo projetos em 5 diferentes ilhas (Santiago, Fogo, Sal, Santo Antão e São Vicente).

- A terceira linha de apoio é chamada «Fundo de Pequenos projetos». É gerida pelo serviço de cooperação portuguesa da Embaixada de Portugal em Cabo Verde e destina-se a cofinanciar atividades na área de educação e saúde, bem como nas áreas transversais, tais como os direitos humanos, igualdade de género e atividades geradoras de rendimento. Os apoios concedidos são fundos de pequena dimensão (máx. 4 000 EUR), destinadas a organizações da sociedade civil, autoridades locais, entidades públicas e/ou instituições académicas. Entre 2017 e 2019 foram cofinanciados no âmbito deste fundo 66 ações/projetos abrangendo as ilhas de Santiago, Fogo, Sal, Santo Antão e São Vicente e São Nicolau. (ver anexo V para mais detalhe).

Espanha

Em 2019, foi lançado o primeiro convite à apresentação de propostas da cooperação espanhola específico para organizações da sociedade civil em Cabo Verde. Neste contexto, foram selecionadas como linhas de ação prioritárias a saúde, o combate à fome, a educação, a igualdade de género e a proteção dos ecossistemas terrestres. Nessa convocatória, dois projetos de duas organizações foram subvencionados (ONGD África Avança e ONGD CERAI): o primeiro para a formação de profissionais da saúde a nível nacional e o segundo para fortalecer a capacidade produtiva e comercializadora de comunidades rurais na ilha de Santo Antão.

Para 2020 está previsto o lançamento de um novo convite de «Cooperação com a Sociedade Civil» em Cabo Verde, ainda que no momento da elaboração do presente estudo estejam para ser definidos e anunciados os fundos disponíveis e as áreas prioritárias.

Por outro lado, a «Estratégia de Resposta Conjunta da Cooperação Espanhola à crise COVID-19» considera o envolvimento da sociedade civil, contemplando fundos globais para o financiamento de ONGD, universidades, empresas e sindicatos. Esta estratégia global parte de uma compreensão transnacional da crise, destacando a importância de uma resposta articulada à mesma. Nesta linha, contempla-se uma «Convocatória de Projetos Especiais Coronavirus», aberta para a sociedade civil de terceiros países, como Cabo Verde.

Está igualmente pendente a assinatura de um novo «Acordo de Cooperação Avançada entre Espanha e Cabo Verde». O processo sofreu alguns atrasos derivados da situação causada pela pandemia, razão pela qual no momento da elaboração do Estudo, ainda não tinham sido anunciadas linhas de ação prioritárias, nem o papel da sociedade civil no mesmo.

27%

das OSC participantes avaliou ter uma «muito boa» (10,6%) ou «boa» relação (16,4%) com a Delegação da UE; 11,7% classificou a sua relação como «razoável» e 17,5% como «fraca».

10.2. A avaliação das relações da Sociedade civil cabo-verdiana com a UE, Estados Membros e ONGs europeias

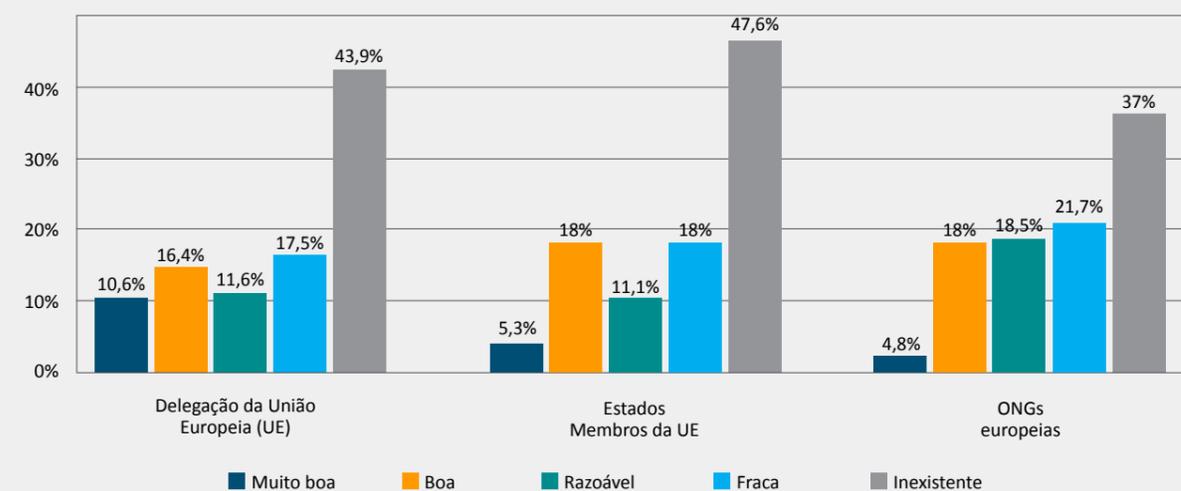
Segundo o gráfico 61, a maioria das OSC inquiridas indica ter relações com a Delegação da UE (56,1%) e os Estados membros (52,4%), representados em Cabo Verde (Portugal, Espanha, Luxemburgo e França), enquanto 43,9% das OSC inquiridas indicam não ter nenhuma relação com a Delegação da UE e 47,6% nenhuma relação com os Estados membros.

27% das OSC participantes avaliou ter uma «muito boa» (10,6%) ou «boa» relação (16,4%) com a Delegação da UE; 11,7% classificou a sua relação como «razoável» e 17,5% como «fraca». Entre as OSC que indicam «boa» ou «muito boa» relação com a Delegação, 39,2% comentaram a natureza destas relações: 25,5% têm recebido financiamento, 7,8% fazem referência a uma «boa» relação em termos de comunicação/articulação com a DUE; 3,9% à formações recebidas por parte da DUE, e uma OSC indica ter recebido estagiários por meio de programas europeus (Associação Bons Amigos).

No caso dos Estados Membros, 23,3% das OSC inquiridas indicaram ter uma «muito boa» (5,3%) ou «boa» relação (18%); e de forma semelhante à relação com a Delegação, 11,1% classificaram a sua relação com os EM como «razoável» e 18% como «fraca». No âmbito do relacionamento com os EM, só 6,8% das OSC que apontam ter «muito boas» e «boas» relações, comentam a natureza dessas relações, tendo recebido formações (Luxemburgo) e/ou financiamento (Luxemburgo e Portugal). 4,5% das OSC fazem referência a financiamentos recebidos de EM sem representação em Cabo Verde (Reino Unido e Alemanha).

Também as relações das OSC inquiridas com ONGs europeias podem ser destacadas, sendo que 63% das OSCs indicam ter relações com estas - 22,8% avaliam a sua relação «muito boa» (4,8%) ou «boa» (18%); 18,5% categorizam a sua relação com ONGs europeias como «razoável» e 21,7% como «fraca». Entre as OSC que avaliam as suas relações como «muito boas» ou «boas», 23,3% comentaram a natureza destas relações, indicando ter recebido financiamentos e/ou reforço técnico em áreas específicas por parte das ONGs.

Gráfico 61: A avaliação das relações da Sociedade civil cabo-verdiana com a UE, Estados Membros e ONGs europeias



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

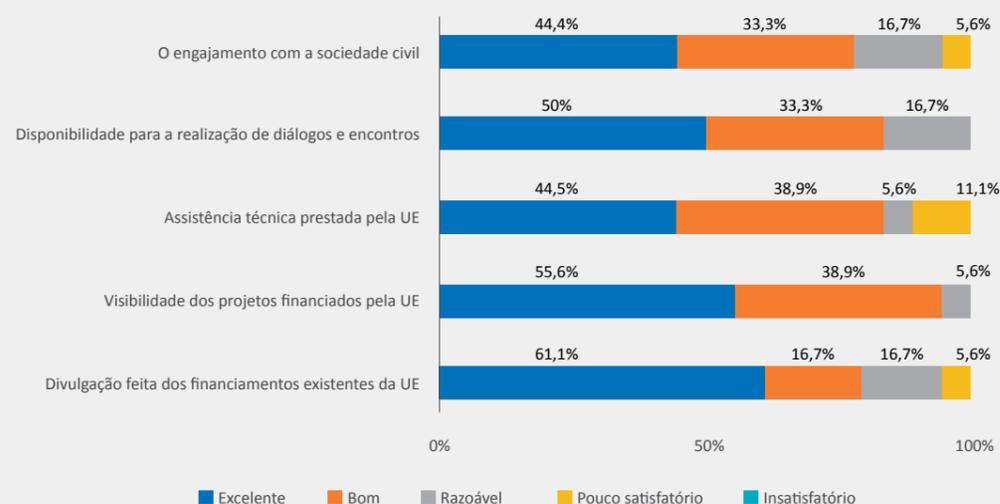
10.3. As OSC com financiamento da UE em curso - Os seus desafios e opinião sobre o desempenho da UE

9,5% das OSC inquiridas neste estudo implementaram em 2019 um projeto financiado pela UE em Cabo Verde. Estas demonstram na sua maioria uma grande satisfação com o desempenho da UE. Questionadas no quadro do Inquérito sobre o seu nível de satisfação, avaliaram maioritariamente de forma positiva o desempenho global da UE, sendo a «visibilidade dos projetos financiados pela UE» e a «divulgação feita dos financiamentos existentes da UE» as áreas mais apreciadas (avaliadas como «excelente» por 55,6% e 61,1% destas OSC) (gráfico 62).

9,5%

das OSC inquiridas neste estudo implementaram em 2019 um projeto financiado pela UE em Cabo Verde.

Gráfico 62: Avaliação do desempenho da UE por parte de OSC que implementaram em 2019 projetos financiados pela UE



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE



A amostra de 18 OSC não é suficientemente grande para se tirar conclusões gerais, mas permite analisar a tendência. Assim, pode-se inferir que em geral, as OSC avaliam o desempenho da UE como «excelente». A visibilidade dos projetos financiados é garantida, em grande parte mediante a página web da DUE: https://eeas.europa.eu/delegations/cabo-verde_pt, assim como as redes sociais Facebook: <https://www.facebook.com/ueemcv> e Twitter: <https://twitter.com/euincv>, nas quais a Delegação da UE têm apostado, com sucesso, nos últimos anos.

Poderia ser reforçada a assistência técnica por parte da UE, tendo em conta que 2 OSC demonstraram-se pouco satisfeitas nesta área. Neste âmbito, por parte da equipa da Assistência técnica UE, foi criada em 2019 uma página Facebook, especificamente para apoiar e informar às OSC e dar apoio direto em relação a questões técnicas: <https://www.facebook.com/rede.sociedade.civil.cv>.

Os resultados podem ser interpretados no quadro dos financiamentos disponíveis a nível nacional. Assim, atualmente a UE é a única organização internacional com sede em Cabo Verde que tem uma linha de financiamento especificamente para organizações da sociedade civil e autoridades locais; pela qual lança convites à apresentação de propostas, definindo as prioridades e áreas de intervenção.

Pese a avaliação positiva em geral, quando as OSC que são atualmente requerentes do Programa temático OSC/AL foram questionadas sobre os seus maiores constrangimentos no âmbito da implementação dos projetos da União Europeia identificaram dificuldades concretas, nomeadamente:

- **Cofinanciamento**

Sem dúvida, a questão da obtenção e gestão do cofinanciamento é um dos maiores desafios para as OSC que trabalham em Cabo Verde. A negociação de um cofinanciamento pode ser um processo moroso e trazer grandes atrasos ao nível do projeto ou pôr em risco a implementação do mesmo.

Os financiamentos a fundo perdido da UE abrangem entre 75% a 90%. A falta de recursos financeiros para suportar os financiamentos é uma realidade para as OSC nacionais e europeias. Várias OSC europeias indicaram que os montantes de cofinanciamento são muito elevados.

- **Uma forte carga burocrática**

A maioria das OSC indicam que as questões administrativas e a aplicação de todos os procedimentos representam o seu maior constrangimento. Aplicar todos os procedimentos obriga a uma carga burocrática que consome muito tempo na execução dos projetos. Vários procedimentos (adendas, etc.) trazem atrasos e entraves do ponto de vista técnico na execução das ações. Por vezes e apesar da informação estar disponível, persistem dúvidas sobre a aplicação das regras de aquisição.

- **A realização de auditoria**

Poucas empresas de auditoria em Cabo Verde conseguem realizar as verificações de despesas conforme as normas da União Europeia, o que leva a muitos atrasos e problemas no momento de elaborar os relatórios.

- **Falta de compromisso institucional**

A falta de sensibilidade e de compromisso dos dirigentes políticos nos setores em que se está a intervir (inclusão social, deficiência, etc.) pode ser um obstáculo na implementação dos projetos. Aqui a importância da UE enquanto facilitador de diálogo político é fundamental para exigir a colaboração por parte do Governo nacional.

- **Falta de recursos humanos locais qualificados**

A falta de recursos humanos locais qualificados e especializados pode ser um dos maiores constrangimentos para se trabalhar conjuntamente com associações comunitárias no terreno.

10.4. Os programas de financiamento para AL e os desafios na implementação

Entre 2016 e 2020, no âmbito do «Programa Temático para Organizações da Sociedade Civil e Autoridades locais 2014-2020» a Delegação da UE em Cabo Verde atribuiu duas subvenções enquanto atribuição direta à Associação Nacional dos Municípios em Cabo Verde.

O primeiro projeto na área de urbanismo - «Construindo cidades seguras e sustentáveis: Um desafio às Autoridades locais com o envolvimento de todos e de cada um» visou a capacitação e sensibilização das Autoridades locais e cidadãos cabo-verdianos a fim de melhorar a planificação, a gestão e o ordenamento de território nos 22 municípios, reforçando o Gabinete de Estudo e Planeamento (GEP) para promover boas práticas urbanísticas a fim de reduzir as construções informais.

O segundo projeto «Valorizando o nosso espaço público» que começou em 2019 tem como objetivo dar continuidade ao projeto anterior capitalizando os conhecimentos e as capacidades de planeamento e ordenamento urbano, adquiridas pelos autarcas e técnicos municipais dos 22 municípios durante os 35 meses de implementação do projeto.

Apesar de várias formações realizadas e do reforço do Gabinete de Estudos e Planeamento por parte do projeto «Cidades seguras e sustentáveis», a **falta de capacidade e necessidade do reforço do Gabinete técnico de Estudo e Planeamento da ANMCV** continua a ser uma prioridade. Atualmente, o Gabinete de Estudos e Planeamento da ANMCV responsável por assegurar o estudo, o planeamento, a coordenação e a execução de medidas tendentes ao apoio técnico, institucional, financeiro e material aos municípios (Organigrama da associação, artigo 12.º), não tem nenhum técnico na área de Gestão de projetos, Urbanismo e Planeamento territorial.

Outros desafios são representados pela **escassa colaboração/comunicação com os Gabinetes técnicos municipais e a carência de uma base de dados sistematizada** que informe sobre as capacidades e os projetos atuais a nível municipal. Existe a necessidade de encontrar formas de garantir o compromisso e a aplicação das formações recebidas ao longo dos anos, para alcançar resultados sustentáveis. Há necessidade de reforçar a coordenação entre a ANMCV e os municípios, assim como o sistema de informação municipal.

Constata-se que, os Gabinetes técnicos a nível dos municípios, responsáveis segundo o artigo 18.º da Lei n. 69/VII/2010 de 16 de agosto pelo planeamento e a produção de estudos em áreas tais como a «cartografia, cadastro, ordenamento do território e urbanismo; equipamento social, ambiente, água e saneamento básico, saúde pública e defesa do consumidor; habitação, ação social, energia/transportes e vias de comunicação, educação e formação profissional, cultura, e desporto, proteção

Ano da atribuição direta	Designação da ação	Montante (EUR)
2016	«Construindo cidades seguras e sustentáveis: Um desafio às autoridades locais com o envolvimento de todos e de cada um»	499 940,00 (100% do montante total)
2018	«Valorizando o nosso espaço público»	500 000,00 (94,3% do montante total)



social, Polícia administrativa municipal, promoção de atividades económicas e do empreendedorismo e Cooperação internacional descentralizada», carecem de capacidades técnicas e ferramentas práticas em áreas essenciais para este efeito.

No âmbito do Inquérito, referente à pergunta se a Câmara tem as capacidades técnicas suficientes para o seu funcionamento, **8 das 17 CM inquiridas responderam que não têm capacidades técnicas suficientes.**

O maior constrangimento dos municípios reside na sua insuficiente capacidade financeira, que advém, essencialmente, do fraco grau de desenvolvimento das atividades económicas locais, que resulta numa reduzida base tributária local. A debilidade em termos financeiros, condiciona a capacidade técnica e a qualidade dos recursos humanos. Na maioria dos municípios, as capacidades técnicas em áreas de urbanismo e conceção de projetos são escassas, faltam técnicos com formação na área de meio ambiente, energias renováveis ou sociologia/áreas sociais. Igualmente faltam planos de seguimento que garantem a sustentabilidade e a avaliação de projetos realizados. Observa-se também a carência de mecanismos de democratização, por meio de espaços abertos à participação das populações e de associações representativas de diferentes segmentos da comunidade na formulação, execução, e acompanhamento de planos e

projetos. Neste contexto, constata-se uma centralização de decisões no planeamento de projetos, com escassa delegação de tarefas e fraca comunicação entre as Câmaras, as Assembleias, Gabinetes e outros atores municipais fundamentais. São necessárias medidas para atenuar a falta de mecanismos de participação, de delegação e de prestação de contas das despesas públicas.

No quadro do Inquérito, a maioria das AL - 76,5% - indicam como necessidade primária o reforço técnico em «áreas técnicas específicas (ex: urbanismo, ambiente, etc.)». Este é seguido pela necessidade de reforço nas áreas de «mobilização de financiamento» (70,6%); «arquivo/documentação», «recursos humanos» e «línguas estrangeiras» (respetivamente 58,8%). Adicionalmente, 52,9% indicam também necessidades de reforço em «gestão de projetos» e «auditoria/seguimento externo».

Prioridades para fundos futuros às AL

No âmbito dos seus futuros programas de financiamento às AL, a UE visa a promoção de uma abordagem territorial do desenvolvimento, baseado em processos de múltiplos atores e multisetores, nos quais as diferentes instituições e atores locais trabalharão em conjunto para definir prioridades e implementar estratégias de desenvolvimento. A **abordagem territorial ao desenvolvimento** visa fomentar uma mudança

na qualidade de vida da cidadania e no seu bem estar, garantindo um equilíbrio entre o crescimento socioeconómico e a equidade social e aumentando a resiliência das pessoas mais vulneráveis. Além disso, esta abordagem deve igualmente reforçar os processos políticos locais, a transparência e aumentar a propriedade democrática de desenvolvimento, através de uma monitorização contínua do progresso em direção à sustentabilidade. Para atingir os objetivos, a UE promoverá a aprendizagem e/ou o intercâmbio entre pares por meio da **geminação e da cooperação descentralizada**.

Das 17 Câmaras Municipais que participaram no âmbito do Inquérito, a grande maioria (14) tem **relação de geminação** com uma ou mais cidades internacionais. No caso da ilha do Sal, registam-se até 14 diferentes geminações, incluindo cidades em Portugal, Espanha, Brasil, China, Angola, entre outras.

Uma importante vertente dos programas de financiamento às AL consiste no **fortalecimento da governança urbana** criando **Cidades inteligentes**⁶³, com vista à crescente urbanização no mundo: Em 2025, dois terços da população mundial viverão em cidades. Investimentos serão feitos na inclusão social das cidades, na tecnologia/ inovação e na ecologização (greening) das cidades.

⁶³ **Cidades inteligentes**, refere-se ao uso das tecnologias da informação e comunicação para aumentar a eficiência operacional das cidades, compartilhar informações com o público e melhorar a qualidade dos serviços governamentais e o bem estar dos cidadãos.

Neste contexto, a UE visa desenvolver progressivamente uma cultura de prestação de contas e melhorar a capacidade administrativa e fiscal das autoridades locais para uma gestão mais eficiente e sustentável dos territórios urbanos (planeamento urbano, gestão da terra, resiliência climática, transição de baixo carbono, etc.).

O foco nos últimos anos tem sido a promoção do desenvolvimento urbano integrado através de parcerias construídas entre as Autoridades locais dos Estados membros da UE e dos países parceiros, de acordo com a Agenda 2030 sobre o desenvolvimento sustentável.

As parcerias pretendem apoiar as autoridades locais dos países parceiros a abordar o desenvolvimento urbano sustentável através do reforço das capacidades e da prestação de serviços. O intercâmbio entre pares de autoridades locais está no centro desta abordagem.

As novas prioridades políticas da UE, e nomeadamente o «New Green Deal», formam o núcleo desta cooperação que passa pelo lançamento de convites à apresentação de propostas.

Cabo Verde beneficia desde 2019 de um projeto municipal vinculado com intercâmbio entre pares.

Ano	Parceiro	Objetivo	Montante (EUR)
2019	Câmara Municipal de Madrid e Câmara Municipal da Praia	Capacitação, através de intercâmbios de pares, para promover iniciativas de governação local eficazes e alinhar as estratégias locais com a Agenda 2030 ; fornecer acesso direto a água e saneamento a áreas vulneráveis da cidade de Praia e fornecer apoio técnico para conceber acordos financeiros inovadores para investimentos sustentáveis de grande escala em infraestruturas e manutenção.	2 751 488,00



Aliás, Cabo Verde participa na ação «Pacto de Autarcas na África Subsariana» (CoM SSA), uma iniciativa da UE inspirada no «Pacto de Autarcas da Europa», lançado em 2008 pela Comissão Europeia para apoiar as autoridades locais e regionais na luta contra as alterações climáticas (CC). Como resultado, as autoridades locais europeias, e as regiões vizinhas do Leste e do Sul e da Ásia Central, comprometeram-se a reduzir as suas emissões e a adotar Planos de ação climática e de energia sustentável.

O objetivo geral da ação CoM SSA, alinhado com os objetivos da iniciativa SE4ALL (Energia Sustentável para Todos) é aumentar as capacidades das cidades para fornecer às populações urbanas e periurbanas serviços de acesso à energia de forma suficiente, sustentável e segura, prestando especial atenção às fontes de energia eficientes e renováveis que resultam em baixas emissões de CO₂, resistência climática e desenvolvimento sustentável.

Numa primeira fase em Cabo Verde pretende-se desenvolver um plano de ação para o acesso a energia e o clima sustentáveis (SEACAP) e implementar dois projetos piloto nas cidades da Praia e Ribeira Grande de Santiago.

Ano	Parceiro	Objetivo	Montante (EUR)
2019	AECID	Apoio ao Pacto de Autarcas para o Clima e a Energia para a África Subsariana: Aumentar o acesso à energia sustentável para as populações urbanas e periurbanas e implementar ações locais para combater as mudanças climáticas e os seus impactos.	800 000,00 (ainda indicativo)

10.5. Relação com outros parceiros internacionais

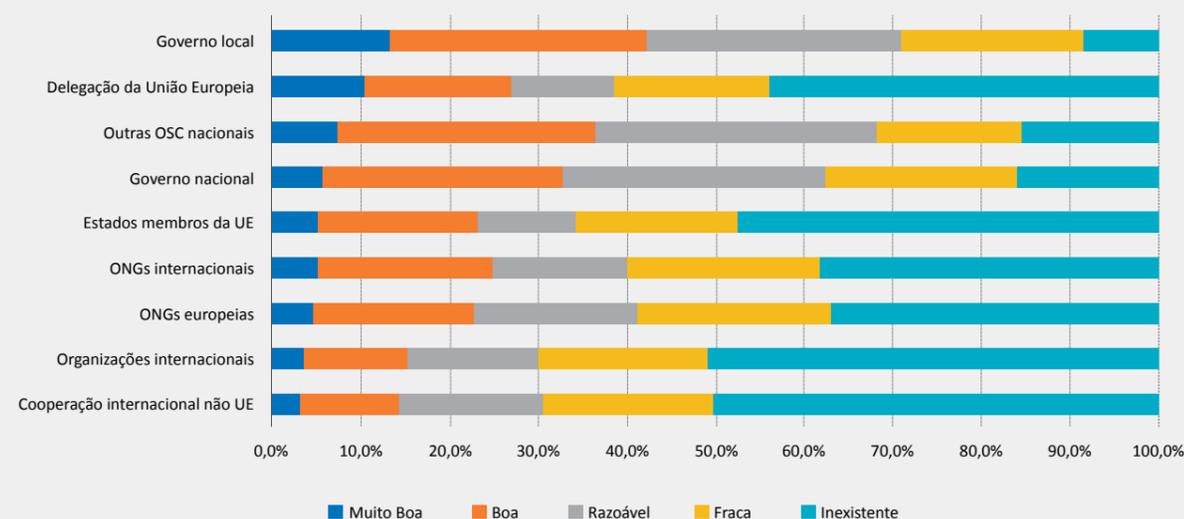
Metade das OSC inquiridas no presente estudo especificam não ter relações com outros parceiros da Cooperação internacional não-membros da UE (50,3%), assim como com organizações internacionais tais como o Banco de Desenvolvimento Africano, o Banco Mundial, os Organismos das Nações Unidas, a OCDE, a CEDEAO ou a União Africana (50,8%) (gráfico 63).

Das OSC inquiridas, 14,3% (para a Cooperação de Estados não-membros da UE) e 15,3% (para organizações internacionais) classificam a sua relação como «*muito boa*» e «*boa*»; 16,4% e 14,8% (respetivamente) consideram a sua relação como «*razoável*»; e em ambos casos, 19,1% das OSC consideram a relação como «*fraca*».

No caso das OSC que avaliam as suas relações com as organizações internacionais como «*muito boas*» e «*boas*», fazem referência às relações com organismos do Sistema das Nações Unidas: ONU Mulheres, ONU Habitat e o PNUD.



Gráfico 63: Avaliação da sua relação com os parceiros indicados (segundo as OSC)



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

No caso das **17 Câmaras Municipais** que participaram no Inquérito (gráfico 64), 88,2% indicam ter «*muito boa*» relação com o Governo Nacional e 58,8% afirmam ter «*muito boa*» relação com a Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde (ANMCV).

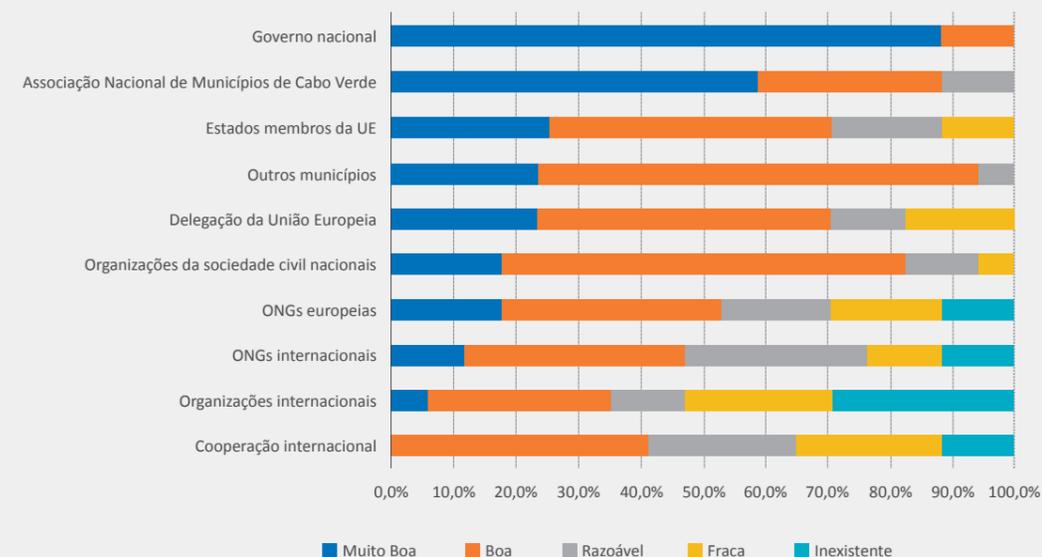
64,7% avaliam como «*boa*» a relação com as organizações da sociedade civil. 47,1% dizem ter uma «*boa*» relação com os Estados membros e com a Delegação da União Europeia, assim

como com a Cooperação internacional (Países não membros da UE).

29,4% afirmam que é «*inexistente*» a sua relação com organizações internacionais (BAD, BM, ONU, OCDE, CEDEAO, UA).

Entre os parceiros internacionais que atualmente estão a promover financiamentos para OSC e que partilharam informação, incluem-se:

Gráfico 64: Avaliação da sua relação com os parceiros indicados (segundo as AL)



Fonte: Dados recolhidos a partir do Inquérito OSC/AL (2020), UE

A Embaixada dos Estados Unidos

A Embaixada dos Estados Unidos em Cabo Verde promove um Fundo de Autoajuda para apoiar as comunidades mais carenciadas com financiamento de pequenos projetos, com duração não superior a um ano, e que criem atividades produtivas e com impacto social. Dependendo da disponibilidade orçamental, os fundos para a globalidade do programa, são disponibilizados anualmente em agosto/setembro. Em média os financiamentos por projeto são de \$8,000 dólares e o total de projetos financiados depende do montante global recebido anualmente. Assim, em 2018 foram financiados 6 projetos, e em 2019, 8 projetos.

As organizações beneficiárias devem ser associações sem fins lucrativos (ONGs ou de base comunitária) e devem demonstrar sistemas de controlo interno e financeiro estabelecidos.

As organizações podem submeter propostas de projeto para avaliação em qualquer altura do ano até ao mês de agosto, seguindo as instruções no formulário em anexo e no *site* da Embaixada: <https://cv.usembassy.gov/embassy/praiia/small-grants-program> (ver anexo V).

A Embaixada da Austrália (em Portugal)

A Embaixada da Austrália com representação diplomática em Portugal financia projetos em Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe. Tem um programa de ajuda direta (PAD) para esses países visando a redução da pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável dos mesmos.

Os destinatários podem ser indivíduos, grupos comunitários, ONGs nacionais e internacionais, entidades governamentais, instituições académicas, museus ou outras organizações sem fins lucrativos que trabalhem em prol do desenvolvimento ao nível das comunidades e que incluam os beneficiários na identificação e implementação do projeto. Este é um programa anual que permite, também, a seleção de atividades que podem ser implementadas num curto período de tempo (seis a sete meses). No ano 2017-2018 foram financiados 5 projetos em Cabo Verde no domínio da educação. Em 2019 foi aberto um período para submissão de candidaturas ao PAD e aguardam a aprovação dos fundos para a implementação das atividades em 2020 (ver anexo V para mais informação).

Recomendações do Capítulo 10

- A UE deve assumir um **papel de facilitador de diálogos** promovendo diálogos de cooperação a nível do Governo nacional e a nível descentralizado (com AL)
Neste quadro recomenda-se:
 - Organizar consultas públicas à sociedade civil no âmbito das negociações de acordos de cooperação internacional, assim como no Grupo de Apoio orçamental (GAO);
 - Criar indicadores no âmbito do Apoio orçamental que garantam a participação da sociedade civil mediante mecanismos de democratização (espaços de consulta a diferentes segmentos da comunidade durante a formulação, execução, e acompanhamento de planos e projetos);
 - Reforçar a coordenação entre a ANMCV e os municípios, assim como a colaboração entre os Gabinetes técnicos municipais, criando espaços formais de comunicação entre os mesmos;
 - Fomentar a comunicação entre as Câmaras, as Assembleias, Gabinetes e outros atores municipais fundamentais;
 - Promover a prestação de contas das despesas públicas;
- Reforçar a transparência institucional mediante a criação de uma base de dados sistematizada que informe sobre as capacidades e os projetos atuais a nível municipal.
- Desenvolver **estratégias para assegurar o reforço institucional** das associações comunitárias, ONGs e autoridades locais
Neste quadro recomenda-se:
 - Incentivar parcerias de longo prazo, transferência de *know-how* em formações no local de trabalho e cooperação/geminação entre pares;
 - Proporcionar ações especializadas de formação para as empresas de auditoria, no intuito que cumpram com os requisitos impostos pela UE;
 - Realizar ações de formação para os quadros técnicos das OSC e AL, considerando os âmbitos prioritários identificados, assim como priorizando determinados parceiros estratégicos (como a ANMCV ou a Plataforma de ONGs);
 - Fortalecer as capacidades técnicas dos Gabinetes técnicos a nível dos municípios, assim como as ferramentas práticas em áreas essenciais para este efeito;
- Elaborar e implementar planos de sustentabilidade;
- Assegurar o seguimento e a avaliação de projetos realizados.
- **Facilitar o acesso ao financiamento e reforçar a sustentabilidade das ações.**
Recomenda-se:
 - Flexibilidade e celeridade de resposta da equipa da Delegação da UE;
 - Simplificar alguns dos procedimentos que não sejam financeiros;
 - Reforçar a modalidade de Apoio a terceiros nos Convites à apresentação de propostas da UE para apoiar de forma continuada às associações comunitárias;
 - Aumentar o cofinanciamento até 90% para todas as OSC com financiamento da UE;
 - Usar modalidades financeiras que apoiem a valorização do voluntariado como fonte de cofinanciamento (até 50%);
- Criar um fundo de sustentabilidade visando projetos e ações das OSC previamente financiados;
- Apoiar e capacitar as AL na criação/ utilização de um sistema de informação municipal que permita o seguimento dos seus projetos de desenvolvimento territorial.
- **Reforçar a articulação entre a UE, os Estados membros e os organismos internacionais** em todas as fases da gestão de projetos destinados à sociedade civil e às autoridades locais. Nesta linha, recomenda-se:
 - Reforçar o diálogo com as autoridades públicas como medida para atenuar o risco imposto pela falta de compromisso institucional;
 - Estabelecer a prática por parte da Delegação da UE de marcar antes do início de cada projeto um encontro com todas as partes interessadas.

CONCLUSÕES GERAIS

Este Mapeamento representa o primeiro estudo a ser elaborado para avaliar as capacidades atuais de mais de 250 OSC ativas no território de Cabo Verde. Os dados demonstram a necessidade urgente de reforçar institucionalmente as OSC e elaborar estratégias que garantam que o Governo inclua a sociedade civil cabo-verdiana no diálogo sobre a alocação de recursos e definição de políticas públicas.

A graduação de Cabo Verde como país de rendimento médio em 2008 e consequentemente a **redução da Ajuda pública ao desenvolvimento** tem tido como consequência a redução de financiamentos nas zonas rurais e nomeadamente de fundos para organizações da sociedade civil. Neste quadro, o Governo cabo-verdiano ainda não conseguiu reestruturar a sua política a fim de encontrar formas de apoio/linhas de financiamento e garantir a participação ativa das OSC. Consequentemente, existem muitos desafios em todos os níveis da sociedade civil.

Constatamos que não foram criadas as bases necessárias para um desenvolvimento do mundo rural: Embora o desenvolvimento rural tenha sido, desde a independência, assumido como um dos setores prioritários da estratégia de desenvolvimento nacional, nota-se que as associações rurais permanecem fragilizadas e/ou existem na base de voluntariado. Observa-se que desde a independência até hoje, os programas implementados tornaram as associações dependentes do assistencialismo e da redistribuição dos recursos promovidos pelo Estado e pela comunidade internacional (países, ONGs, etc), mas não reforçaram necessariamente as suas capacidades internas.

Aliás, as OSC enfrentam desafios comuns independentemente da sua localização ou área

de intervenção - mesmo que nas zonas periféricas a situação ganhe contornos específicos. Estes desafios incluem a dispersão do Quadro legal a nível nacional ou a dificuldade de acesso à informação, tanto em relação aos procedimentos burocráticos, como às linhas de financiamento e aos dados estatísticos. Igualmente no estudo foram identificadas fragilidades similares nas diferentes organizações, como a masculinização dos quadros diretivos das OSC - pese a feminização da sua mão de obra - ou a falta de profissionalização do terceiro setor que conduz à carência de quadros técnicos especializados e a uma forte dependência do trabalho voluntário. Neste contexto, as OSC veem-se **limitadas na sua capacidade de acesso a financiamentos** e, no geral, para desenvolver o seu papel como promotoras dos princípios de participação democrática.

Neste sentido, a criação de fundos específicos para o financiamento e funcionamento das OSC

no âmbito do Orçamento do Estado, assim como o desenvolvimento de uma estratégia de Economia social e solidária, na qual todas as OSC podem desenvolver ações geradoras de rendimento para a sua sustentabilidade, são fundamentais.

Por outro lado, a **inexistência de uma agenda não governamental** é uma grande fraqueza da sociedade civil no momento de influenciar a intervenção política. A fim de reforçar a participação da sociedade civil no diálogo político, é fulcral que exista uma base de princípios, prioridades e diretrizes comuns para a sua ação. O reforço das capacidades e espaços de diálogo, do trabalho em rede, de *advocacy* e a formação de consensos devem ser parte do processo. É fundamental alinhar a agenda nacional não governamental com as prioridades da Agenda 2030. Este Mapeamento fornece informações essenciais e poderá formar a base para uma futura agenda que defina as

prioridades estratégicas da sociedade civil cabo-verdiana.

Em definitivo, o Mapeamento põe em evidência o **protagonismo da UE e dos Estados membros** da UE na Cooperação internacional em Cabo Verde, evidenciando o impacto das ações realizadas de forma continuada e o grande volume de boas práticas acumuladas durante esse período. Porém, o estudo enfatiza também os aspetos que podem ser melhorados, oferecendo recomendações concretas que tomam em consideração a grande importância que esta colaboração tem para o desenvolvimento de Cabo Verde. Assim, as recomendações aqui presentes pretendem servir de orientação para o «Roteiro da UE para um maior compromisso com a sociedade civil 2020-2025», com vista a facilitar a tomada de decisões mediante um conhecimento mais extenso do contexto e da perceção das organizações da sociedade civil que estão no terreno.



ANEXO I – BIBLIOGRAFIA

Anjos, D. (2019). *II Relatório Nacional de Direitos Humanos 2010-2019*. Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania - CNDHC. Praia.

Biaye, Mady (1995). *Analyse Sommaire de la Situation Démographique du Cap-Vert*. Unidade de Recursos Humanos, Direção Geral do Planeamento. Ministério Cabo-verdiano da Coordenação Económica. Praia.

Cardoso, Humberto (2016). *O partido único em Cabo Verde, um Assalto à Esperança*, Pedro Cardoso Livraria. Praia.

Carvalho, F. e Moniz Varela, C (2017). *Mapeamento das OSC com vocação para participação no processo da definição das políticas e seguimento das contas públicas, tratamento e disseminação de informação*. Versão Zero. Plataformas das ONGs. Praia.

Coelho de Carvalho, J. M. (2012). *Os liames de Solidariedade entre o Estado e as Organizações de Economia Solidária na Luta Contra pobreza nas comunidades rurais em Cabo Verde*. TesedeDoutorado. Brasília. Consultado o 16 julho de 2020. URL: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922013000100013

Comissão Europeia. EuropeAid e DEVCO (2012). *Mappings and civil society assessments- A study of past, present and future trends*. Concept Paper. N. 3. Bruxelas-Luxemburgo.

Comissão Europeia (2018). *Multiannual Action Programme for the Thematic Programme « Civil society Organisations » 2018-2020*. [C (2018) 5446 final]. Bruxelas.

Comunicação da Comissão (2007) ao Conselho e ao Parlamento Europeu. *Sobre o futuro das relações entre a União Europeia e a República de Cabo Verde*. [SEC(2007) 1415]. Bruxelas.

Comunicação da Comissão (2012) ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. *As raízes da democracia e do desenvolvimento sustentável: o compromisso da Europa com a Sociedade civil no domínio das relações externas*. [COM/2012/0492 final]. Bruxelas. Consultado o 10 agosto 2020. URL: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52012DC0492>.

Comunicação da Comissão (2012) ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. *COM(2012) 492 final*. Bruxelas.

Cotonu, Acordo (2010). *Acordo entre os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) e a Comunidade europeia e os seus Estados membros*. Ouagadougou.

De Jesus, António (2016). *Desenvolvimento local, As dinâmicas dos atores sociais no contexto Cabo-verdiano*, Pedro Cardoso Livraria. 1. Edição Praia.

Delegação da União Europeia em Cabo Verde (2017). *Roteiro da UE para um compromisso com a Sociedade civil 2014-2017*. Cabo Verde. Consultado no dia 20 de julho 2020. URL: https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/20150106-roiteiro-da-ue-para-um-compromisso-com-a-sociedade-civil-2014-2017-cabo-verde_pt.pdf

Delegação da União Europeia em Cabo Verde (2016). *Human Rights and Democracy Country Strategy*. Revision 2016. Praia.

Ferreira Couto, C. (2002). *Antropologia do Desenvolvimento: Santiago de Cabo Verde, um estudo de caso*. Cadernos de Estudos Africanos [Online], 3. Posto online no dia 16 outubro 2013, consultado o 17 agosto 2020. URL: <http://journals.openedition.org/cea/1092>.

Fórum Cooperativo (2001). *Diagnóstico Estratégico da Animação Rural e Promoção Cooperativa*. Praia. p. 1-7.

Governo de Cabo Verde (2018). *PEDS - Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017/2021 - Cabo Verde*. Ministério das Finanças - Direção Nacional do Planeamento. Praia.

Instituto Nacional de Estatística (2018). *Perfil da Pobreza. Evolução da Pobreza Monetária Absoluta 2001/02, 2007 e 2015. III Inquérito às Despesas e Receitas Familiares do Instituto Nacional de Estatística referente ao período entre 2014-2015*. Praia. Consultado no dia 15 de Agosto 2020. URL: <http://ine.cv/wp-content/uploads/2018/06/idrf-2015-perfil-da-pobreza-versao-final.pdf>.

Kandem, Emmanuel (1991). *L' O.I.T et les Cooperatives en Afrique*, in *Encontro de Reflexão Sobre o Movimento Cooperativo cabo-verdiano*. Praia. 1 a 3 de Julho de 1991, p. 31-39.

Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade, Direção Geral da Solidariedade Social (2008). *Estratégia para o Desenvolvimento da proteção social de Cabo Verde*. Consultado o 15 julho 2020. URL: <https://www.mindbank.info/item/3612>

Mo Ibrahim Foundation (2019). *African Governance Report. Agendas 2063 & 2030. Is Africa on Track?* Consultado o 17 julho 2020. URL: <https://mo.ibrahim.foundation/iiag/gr-2019-key-findings>

Loada, A. e Moderan, O. (2015). *Envolvimento da Sociedade civil na Governação e Reforma do Sector de Segurança*. Em Ornella Moderan (ed.), Caixa de Ferramentas para a Reforma e Governação do Sector de Segurança na África Ocidental. Genebra.

OIT (1981). *Relatório de Missão ao Governo da República de Cabo Verde Sobre a Apoio ao Instituto Nacional das Cooperativas e Formação e Educação Cooperativa*. Genebra.

OIT (2012). *A Proteção Social em Cabo Verde: Situação e Desafios*. CIF OIT, Turim.

Orrico, Ivandro de Jesus Garcia (2015). *O Microcrédito em Cabo Verde e Importância do Microcrédito na Criação de Negócios Locais na Ilha de Santiago*. Tese Policopiada, ISCAL. Lisboa.

Pires, Ana Rita (2007). *Associativismo e Desenvolvimento Local em Cabo Verde: Notas sobre alguns percursos de revitalização rural*. Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER). Faro. Universidade do Algarve. Consultado o dia 15 de julho 2020. URL: <http://hdl.handle.net/10961/3812>

Plataforma das ONGD's (1999). *Enquadramento Jurídico das ONG's em Cabo Verde*, Fevereiro de 1999. Praia. URL: https://issuu.com/plataformadasongspong/docs/enquadramento_juridica_das_ong

Plataforma das ONG's (2017). *Linhas-forças da ação para o Triénio 2017-2020*. Aprovadas pelo Conselho de Direção, na sua primeira reunião ordinária do dia 17 de novembro de 2017. Praia.

Plataforma das ONGs de Cabo Verde (2015). *Estudo diagnóstico das ONG em Cabo Verde*. Praia.

Plataforma das ONG's (2015). *Guia das ONGs*. Cabo Verde.

Plataforma das ONGs (2009). *Código de Ética das ONGs e das associações cabo-verdianas de fim não lucrativo*. Praia.

Santos, J. A. (2017). *Economia Social e Solidária em Cabo Verde: Génesis, Entidades e Perspetivas*. Livraria Pedro Cardoso. Praia.

Santos, J. e Cardoso, E. (2016). *PNLP/ POSER: Estudo do Quadro Institucional de Parceria para a Promoção do Desenvolvimento Local: A problemática da sustentabilidade das CRP- Programa de Oportunidades Económicas Ruais (POSER)*. Relatório de Consultoria (Versão Zero). Praia.

Santos, J. A. (2015). *Estudo sobre o papel das Organizações da Sociedade civil de Desenvolvimento OSCD nas dinâmicas do desenvolvimento local em Cabo Verde*. Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território. Direção Geral da Descentralização e Administração local. Praia.

Silveira, O. (2001). *Administração Pública e Descentralização em Cabo Verde*. Paper apresentado no ISCTE. Lisboa. p.1-22.

Sousa, N. (2003). *Cidadania Local e Terceiro setor: Experiências de Welfare Mix em Cabo Verde*. Tese Policopiado. ISCTE. Lisboa.

Speck, B. W. e Correia Gonçalves, A. S. (2019). *O bipartidarismo em Cabo Verde: a dinâmica do surgimento dos terceiros partidos e a magnitude dos distritos*. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 29. Brasília, maio - agosto de 2019, p. 45-88.

Teixeira, Ricardino J. D. (2016). *Estado e Sociedade civil em Cabo Verde e Guiné-Bissau: Djuntamon para novas relações*. Cadernos de Estudos Africanos [Online] 31. Posto online no dia 29 setembro 2016. Consultado o 15 julho 2020. URL: <http://journals.openedition.org/cea/2043>.

Tolentino, J. (2016). *Tempos de Incertezas*. Spleen edições. Praia.

Varela da Silva, T. (1991). *Djuda y Djunta Mo, Formas Informal (Marjinal?) di Koperativismu*. Encontro de Reflexão Sobre o Movimento Cooperativo cabo-verdiano. 1 a 3 de julho de 1991, Praia. p. 52-59.

UE (2014). *Programa Nacional Indicativo 2014-2020 - 11. Fundo Europeu de Desenvolvimento, União Europeia - Cabo Verde*.

UE (2017). *Final Evaluation of the Growth and Poverty Strategy Paper 2012-2016*, Cape Verde (GPRSP III). Implemented by DFC, financed by UE.

UE (2017). Secretariado Geral do Conselho da UE. 9459/17. *European Consensus on Development*. Bruxelas.

UE (2018). *Regulamento (UE, Euratom) 2018/1046 do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de julho de 2018*. Jornal Oficial da UE. Bruxelas.

UE (2018). *European Instrument for Democracy and Human Rights - Multiannual Indicative Programme 2018-2020*. Bruxelas.

Fontes em linha

ACDI/VOCA Youtube. *ACDI/VOCA's work in Cape Verde: 1992-2007*. Consultado no dia 10 de julho 2020. URL: https://www.youtube.com/watch?v=UUw7kXn7_vg

Comissão Europeia, EU Aid Explorer. Consultado no dia 21 de agosto 2020. URL: https://euaidexplorer.ec.europa.eu/content/explore/recipients_en

Noticias SAPO. *Santo Antão, Governo negocia com FIDA prolongamento do Poser até 2022*. 18 de outubro 2018. Consultado no dia 20 de julho 2020. URL: <https://noticias.sapo.cv/economia/artigos/santo-antao-governo-negoceia-com-fida-prolongamento-do-poser-ate-2022>.

RTC. Entrevista com Presidente da AJOC. 3 de maio 2017. Consultado no dia 15 de julho 2020. URL: http://rtc.cv/index.php?paginas=13&id_cod=57736

Leis consultadas

Constituição da República de Cabo Verde, segundo a Lei Constitucional n.º 1/IV/92, de 25 de setembro e revista pela Lei Constitucional n.º 1/VII/2010. Assembleia Nacional Popular. Praia.

Lei n.º 28/III/87 de 31 de Dezembro 1987. Suplemento do Boletim Oficial n.º 52. *Estabelece as bases do regime jurídico comum das associações de fim não lucrativo*. Revogada pela Lei n.º 25/VI/2003. Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA. Praia.

Portaria n.º 68-A/97 de 30 de Setembro 1997. Boletim Oficial da República. *Código Civil de Cabo Verde*. Ministério de Justiça e da Administração interna. Cabo Verde.

Decreto-Legislativo n.º 3/99 de 29 de Março de 1999. *Código das Empresas Comerciais*. Praia. Cabo Verde.

Lei n.º 107/V/99 de 2 de Agosto 1999. Boletim Oficial da República. *Regime jurídico do exercício dos direitos de reunião e manifestação*. Revogado pela Lei n.º 81/III/90, de 29 de Junho. Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA. Praia.

Lei n.º 25/VI/2003 de 21 de Julho de 2003. Boletim Oficial da República n.º 22 - I Série. *Define o regime jurídico geral da constituição das associações de fim não lucrativo*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA. Praia.

Lei n.º 26/VI/2003 de 21 de Julho de 2003. Boletim Oficial da República n.º 22 - I Série. *Define o Estatuto das Associações Juvenis*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA. Praia.

Lei n.º 35/VI/2003 de 15 de Setembro de 2003. Boletim Oficial da República n.º 30 - I Série. *Define o enquadramento legal das Comissões Regionais de Parceiros (CRP), enquanto associações de direito privado, sem fins lucrativos, dotadas de personalidade jurídica própria*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA. Praia.

Decreto-Lei n.º 59/2005 de 19 de Setembro de 2005. Boletim Oficial da República n.º 38 - I Série. *Define o regime jurídico geral das pessoas coletivas de utilidade pública*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA. Praia.

Decreto n.º 9/2008 de 18 de Agosto de 2008. Boletim Oficial da República n.º 31 - I Série. *Aprova o Acordo de Empréstimo assinado entre o Governo de Cabo Verde e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) para o financiamento do Programa de Luta contra a Pobreza Rural (PLPR), em 26 de Junho de 2008*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA. Praia.

Lei n.º 69/VII/2010 de 16 de Agosto de 2010. Boletim Oficial da República n.º 31 - I Série. *Estabelece o quadro de descentralização administrativa bem como o regime de parcerias público-privadas de âmbito regional, municipal ou local*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA. Praia.

Decreto-Lei n.º 42/2010 de 27 de Setembro de 2010. Boletim Oficial da República n.º 37- I Série. *Aprova o regime jurídico do voluntariado*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA. Praia.

Decreto-Regulamentar n.º 7/2011 de 7 de Março de 2011. Boletim Oficial da República n.º 10 - I Série. *Regulamenta o regime jurídico do voluntariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 42/2010, de 27 de Setembro*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA. Praia.

Portaria n.º 26/2013 de 17 de Abril de 2013. Boletim Oficial da República n.º 21 - I Série. *Desenvolve o regime de certificação da acreditação do trabalho voluntário e procede à criação e regulação do «Passaporte do Voluntariado»*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA. Praia.

Lei n.º 64/VIII/2014 de 16 de Maio de 2014. Boletim Oficial da República n.º 33 - I Série. *Estabelece o regime jurídico da liberdade e de culto*. Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA. Praia.

Lei nº 74/VIII/2014 de 26 de Setembro de 2014. Boletim Oficial da República de Cabo Verde nº 57 - I Série. *Regula a organização, a composição e o funcionamento do Conselho Económico, Social e Ambiental.* Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA. Praia.

Lei nº 83/VIII/2015 de 16 de Janeiro de 2015. Boletim Oficial da República nº 6 - I Série. *Estabelece o regime jurídico da atividade de microfinanças e respetivas instituições.* Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA. Praia.

Portaria nº 13/2016 de 18 de Março de 2016. Boletim Oficial da República nº 18 - I Série. *Procede à criação da conservatória de registo das pessoas coletivas.* Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA. Praia.

Lei nº 114/VIII/2016 de 22 de Março de 2016. Boletim Oficial da República nº 19 - I Série. *Define o estatuto das organizações da sociedade civil de desenvolvimento (OSCD).* Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA. Praia.

Lei nº 122/VIII/2016 de 24 de Março de 2016. Boletim Oficial da República nº 21 - I Série. *Estabelece o regime jurídico da economia social.* Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA. Praia.

Decreto- regulamentar nº 6/2016 de 16 de Abril de 2016. Boletim Oficial da República nº 28 - I Série. *Cria e regula o sistema nacional do registo das coletividades religiosas.* Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA. Praia.

Decreto-Lei nº 62/2016 de 29 de Novembro de 2016. Boletim Oficial da República nº 67- I Série. *Regula o regime de financiamento dos projetos relativos a atividade de preservação do ambiente, bem como a organização e o modo de funcionamento do Fundo de Ambiente.* Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA. Praia.

Lei nº 12/IX/2017 de 4 de Julho de 2017. Boletim Oficial da República nº 38 - I Série. *Altera a*

Lei nº 57/VII/2010, 19 de abril, que estabelece o regime jurídico geral de cooperação descentralizada. Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA. Praia.

Lei nº 12/IX/2017 de 2 de Agosto de 2017. Boletim Oficial da República nº 45 - I Série. *Procede à primeira alteração da Lei nº 83/VII/2015, de 16 de janeiro, que estabelece o regime jurídico da atividade de microfinanças e respetivas instituições.* Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA. Praia.

Decreto-Lei nº 52/2017 de 15 de Novembro de 2017. Boletim Oficial da República nº 66- I Série. *Regula o modo de constituição e o funcionamento das mutualidades de poupança e crédito.* Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA. Praia.

Lei nº 18/IX/2017 de 13 de Dezembro de 2017. Boletim Oficial da República nº 75 - I Série. *Aprova as bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto em Cabo Verde.* Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA. Praia.

Decreto nº 2/2019 de 23 de Julho de 2019. Boletim Oficial da República nº 80 - I Série. *Procede a aprovação do Código das Sociedades Comerciais.* Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA. Praia.

ANEXO II - ENTREVISTAS REALIZADAS

Plataforma das ONGs (Cabo Verde e Portugal)	10/10/2019
CNDHC	25/11/2019
ONG Biosfera	29/01/2020
Microfinanças/Mutualidade AMUSA	29/01/2020
CRP - Santiago Centro	31/01/2020
Associação Comunitária Praia Branca	31/01/2020
COSPE - Projeto FATA	04/02/2020
ADC Montado Nacional	04/02/2020
Amigos da Natureza - Rede Turismo sustentável	06/02/2020
MAA - Fundo de Ambiente	10/02/2020
MAA - Coordenador do POSER	20/02/2020
PNUD - Plataformas ODS	21/02/2020
Cooperação Portuguesa	12/03/2020
Pro PALOP ISC TL	13/03/2020
SOLMI	17/03/2020
AJOC	6/07/2020

ANEXO III – QUESTIONÁRIOS APLICADOS

Inquérito para atores da Sociedade civil em Cabo Verde - 2019

Este questionário foi elaborado com o fim de contribuir para o Mapeamento e a atualização do Roteiro para um compromisso da União Europeia (UE) com a Sociedade Civil Cabo-verdiana 2014-2017. O novo Roteiro identificará áreas e ações de intervenção precisas da UE no seu relacionamento com a sociedade civil Cabo-verdiana para o período 2020-2025. O seu objetivo é perceber as necessidades e a relação de parceria entre as Organizações da Sociedade Civil (OSC), o Governo e outros parceiros de desenvolvimento, assim como a sua participação na elaboração e seguimento de políticas públicas e no cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Este questionário visa igualmente obter subsídios para contribuir para um melhor alinhamento do apoio da União Europeia no âmbito do Programa temático para a Sociedade Civil e Autoridades locais e do Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos humanos.

O mapeamento será partilhado com financiadores internacionais visando garantir futuros financiamentos para os atores da Sociedade civil em Cabo verde. *Neste sentido é fundamental responderem ao questionário de forma completa e mais detalhada possível.*

As respostas do questionário servem para uso interno e os resultados serão publicados unicamente de forma agregada. Os questionários individuais não serão publicados nem partilhados para outros fins. *Responda com total sinceridade, os seus dados serão tratados de forma confidencial por parte da Delegação da UE e da equipa da Assistência técnica.*

Em caso de dúvidas e perguntas relativamente ao questionário, não hesite em contactar diretamente a Assistência técnica por meio de email ou a página Facebook.

assistenciatecnicaoscal@gmail.com <https://www.facebook.com/assistencia.tecnica.526>

A equipa da Assistência técnica agradece desde já a sua colaboração!

* Conhece o “Roteiro da UE para um Compromisso com a Sociedade Civil 2014-2017”?

- Sim, contribuí para a sua elaboração
- Sim, mas não contribuí para a sua elaboração
- Não

Inquérito para atores da Sociedade civil em Cabo Verde - 2019

I. IDENTIFICAÇÃO

* Nome da organização

Acrónimo da organização, nome curto ou abreviado

* Tipo da Organização conforme o seu estatuto

- | | |
|---|---|
| <input type="radio"/> Associação de Desenvolvimento Comunitário | <input type="radio"/> Cooperativa |
| <input type="radio"/> Associação Desportiva e/ou Recreativa | <input type="radio"/> Universidade/Instituição académica/pesquisa |
| <input type="radio"/> Organização Não Governamental | <input type="radio"/> Instituição de Microcrédito |
| <input type="radio"/> Fundação | <input type="radio"/> Organização religiosa |
| <input type="radio"/> Sindicato | <input type="radio"/> A organização não tem estatuto |
| <input type="radio"/> Outro (por favor especifique) | |

Contacto (telefone, email, nome e cargo da pessoa responsável)

Endereço

* Ano de registo oficial da organização

N. de Boletim Oficial

*** Áreas de atuação (escolher todas as que se aplicam)**

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Assistência técnica e Consultoria | <input type="checkbox"/> Igualdade de Género e/ou empoderamento de mulheres |
| <input type="checkbox"/> Água e saneamento | <input type="checkbox"/> Inclusão social de grupos vulneráveis |
| <input type="checkbox"/> Advocacy e incidência política | <input type="checkbox"/> Inovação |
| <input type="checkbox"/> Apoio jurídico e acesso a justiça | <input type="checkbox"/> Governança e Democracia |
| <input type="checkbox"/> Agricultura | <input type="checkbox"/> Habitação |
| <input type="checkbox"/> Comunicação e Tecnologia | <input type="checkbox"/> Migração |
| <input type="checkbox"/> Cooperação e Relações internacionais | <input type="checkbox"/> Saúde |
| <input type="checkbox"/> Crédito e Finanças | <input type="checkbox"/> Sensibilização |
| <input type="checkbox"/> Cultura e recreação | <input type="checkbox"/> Transporte |
| <input type="checkbox"/> Desporto | <input type="checkbox"/> Turismo |
| <input type="checkbox"/> Desenvolvimento local e/ou rural | <input type="checkbox"/> Proteção animal |
| <input type="checkbox"/> Direitos humanos e Defesa de direitos | <input type="checkbox"/> Proteção do Meio ambiente/Recursos naturais |
| <input type="checkbox"/> Educação | <input type="checkbox"/> Proteção social |
| <input type="checkbox"/> Energia | <input type="checkbox"/> Pesquisa/Investigação |
| <input type="checkbox"/> Formação profissional | <input type="checkbox"/> Religião |
| <input type="checkbox"/> Emprego e Acesso ao trabalho | <input type="checkbox"/> Urbanismo e Infraestruturas |
| <input type="checkbox"/> Fortalecimento institucional e Relações institucionais | |
| <input type="checkbox"/> Outra área (especifique) | |

*** Que meios de intervenção a sua organização utiliza nas áreas definidas anteriormente?**

- | | |
|--|--|
| <input type="radio"/> Formação e capacitação | <input type="radio"/> Apoio técnico |
| <input type="radio"/> Ações de sensibilização | <input type="radio"/> Apoio financeiro |
| <input type="radio"/> Ações de advocacy | <input type="radio"/> Outro(s) |
| <input type="radio"/> Apoio social | |
| <input type="radio"/> * Por favor especifique necessidades e desafios que enfrenta no(s) meio(s) escolhidos(s) | |

*** Grupo-alvos a Beneficiários:**

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Animais | <input type="checkbox"/> Migrantes |
| <input type="checkbox"/> Crianças | <input type="checkbox"/> Coletivo LGBTI |
| <input type="checkbox"/> Jovens | <input type="checkbox"/> Pessoas com necessidades especiais |
| <input type="checkbox"/> Mulheres | <input type="checkbox"/> Pessoas em situação de vulnerabilidade |
| <input type="checkbox"/> Homens | <input type="checkbox"/> População urbana |
| <input type="checkbox"/> Idosos | <input type="checkbox"/> População rural |
| <input type="checkbox"/> Outro (especificar) / assim como vulnerabilidade e necessidades especiais dos grupo-alvos seleccionados | |

*** Qual é o âmbito de intervenção da sua organização?**

- | | |
|-------------------------------------|--------------------------------|
| <input type="radio"/> Internacional | <input type="radio"/> Nacional |
| <input type="radio"/> Regional | <input type="radio"/> Local |

*** Especifique a área geográfica de atuação da sua organização em Cabo Verde:**

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Paul | <input type="checkbox"/> São Miguel |
| <input type="checkbox"/> Ribeira Grande (Santo Antão) | <input type="checkbox"/> Santa Cruz |
| <input type="checkbox"/> Porto Novo | <input type="checkbox"/> Picos |
| <input type="checkbox"/> São Vicente | <input type="checkbox"/> São Lourenço dos Órgãos |
| <input type="checkbox"/> Tarrafal de São Nicolau | <input type="checkbox"/> São Domingos |
| <input type="checkbox"/> Ribeira Brava | <input type="checkbox"/> Ribeira Grande de Santiago |
| <input type="checkbox"/> Sal | <input type="checkbox"/> Praia |
| <input type="checkbox"/> Boavista | <input type="checkbox"/> São Filipe |
| <input type="checkbox"/> Maio | <input type="checkbox"/> Santa Catarina do Fogo |
| <input type="checkbox"/> Tarrafal (Santiago) | <input type="checkbox"/> Mosteiros |
| <input type="checkbox"/> Santa Catarina (Santiago) | <input type="checkbox"/> Brava |

*** Por favor especifique as localidades**

Orçamento anual médio dos últimos três anos em CVE (aproximadamente)

Inquérito para atores da Sociedade civil em Cabo Verde - 2019

II. CONTEXTO DA SOCIEDADE CIVIL EM CABO VERDE

* 1. Qual é o nível de satisfação da sua organização com a liberdade de expressão, reunião e associação em Cabo Verde?

	Plenamente satisfatório	Satisfatório	Neutro	Pouco satisfatório	Insatisfatório
Na lei	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Na prática	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

* 2. Qual é o nível de satisfação da sua organização com o quadro legal referente à Sociedade civil? E o nível de satisfação com a aplicação deste quadro legal (a nível nacional e local)?

	Plenamente satisfatório	Satisfatório	Pouco satisfatório	Insatisfatório	Não sei
Quadro legal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aplicação a nível nacional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aplicação a nível local	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

* 3. Como avalia o ambiente institucional e legal para a Sociedade Civil em Cabo Verde desde 2016?

Melhorou muito	Melhorou	Continua igual	Piorou	Piorou muito
<input type="radio"/>				

* 4. Na sua opinião quais são as principais dificuldades das organizações em relação ao ambiente legal e institucional? (selecione 3 opções)

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Partidarismo | <input type="checkbox"/> Centralização |
| <input type="checkbox"/> Quadro legal insatisfatório | <input type="checkbox"/> Complexidade e burocracia das instituições públicas |
| <input type="checkbox"/> Desconhecimento do quadro legal | <input type="checkbox"/> Ausência de espaços de consulta e acompanhamento de políticas |
| <input type="checkbox"/> Insuficiente acesso à informação | <input type="checkbox"/> Dispersão da regulamentação sobre ativismo |
| <input type="checkbox"/> Não aplicação das normativas | <input type="checkbox"/> Falta de espaços de diálogo social e de estabelecimento de consensos |
| <input type="checkbox"/> Falta de coordenação entre instituições | |
| <input type="checkbox"/> Outros (especifique quais) | |

* 5. Dos desafios identificados (na pergunta 4), tem visto ultimamente alguma melhoria?

- Sim
 Não

Caso sim, quais melhorias? (por favor dar exemplos concretos)

* 6. Quais objetivos deveriam ser prioritários para o desenvolvimento de Cabo Verde nos próximos 5 anos? (escolher 3 opções)

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1. Erradicação da pobreza - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. | <input type="checkbox"/> 10. Redução das desigualdades - Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles. |
| <input type="checkbox"/> 2. Fome zero e agricultura sustentável - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. | <input type="checkbox"/> 11. Cidades e comunidades sustentáveis - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. |
| <input type="checkbox"/> 3. Saúde e bem-estar - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. | <input type="checkbox"/> 12. Consumo e produção responsáveis - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. |
| <input type="checkbox"/> 4. Educação de qualidade - Assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. | <input type="checkbox"/> 13. Ação contra a mudança global do clima - Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos (*). |
| <input type="checkbox"/> 5. Igualdade de gênero - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. | <input type="checkbox"/> 14. Vida na água - Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares, e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. |
| <input type="checkbox"/> 6. Água limpa e saneamento - Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos. | <input type="checkbox"/> 15. Vida terrestre - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da Terra e deter a perda da biodiversidade. |
| <input type="checkbox"/> 7. Energia limpa e acessível - Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos. | <input type="checkbox"/> 16. Paz, justiça e instituições eficazes - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. |
| <input type="checkbox"/> 8. Trabalho decente e crescimento econômico - Promover crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos. | <input type="checkbox"/> 17. Parcerias e meios de implementação - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. |
| <input type="checkbox"/> 9. Inovação infraestrutura - Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação. | |

* 7. A sua organização tem capacidade para contribuir efetivamente para alcançar os objetivos escolhidos na pergunta 6?

- Sim
 Não

* Caso tenha escolhido "Sim", por favor especifique como, para cada prioridade escolhida

Inquérito para atores da Sociedade civil em Cabo Verde - 2019

III. CAPACIDADES EXISTENTES

* 8. Como avalia a eficácia da sua organização nas áreas indicadas?

	Muito eficaz	Eficaz	Pouco eficaz	Ineficaz
Identificar fontes de financiamento / Angariação de Fundos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Planeamento estratégico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desenho de programas/projetos (quadro lógico)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Investigação e/ou análise estatístico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Implementação de ações e projetos no terreno	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Monitoria e avaliação de projetos e ações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ações de advocacy (incidência política)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ações de sensibilização e/ou formação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Elaboração de materiais IEC (informativo/audiovisual)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comunicação e Redes Sociais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Abordagem de género	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gestão financeira	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Trabalho em rede e relação com parceiros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Prestação de contas aos financiadores (incluindo elaboração de relatórios)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Prestação de contas interna (à sócios e similares)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Capacidade para promover mudança sociais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Muito eficaz Eficaz Pouco eficaz Ineficaz

Garantir a sustentabilidade dos projetos/ações depois do término de um financiamento

Outra

Por favor especifique caso tenha escolhido Outra

* 9. Das áreas anteriores (pergunta 8) indique as duas (2) nas quais a sua organização é mais forte e as duas (2) nas quais é mais fraca. Para as mais fracas, aponte quais são os principais obstáculos.

* 10. Reflita sobre a sua organização e responda às declarações seguintes:

	Sim	Não	Não sei	Não aplicável
A organização tem um Plano Estratégico/de Ação/de Atividades atualizado em vigor	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As ações da organização são feitas baseadas num Plano Estratégico/de Ação/de Atividades	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A eleição dos órgãos sociais têm sido feita com regularidade (conforme o estatuto)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A organização tem uma administração financeira com pessoal e sistemas adequados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A organização tem recursos financeiros adequados, com relações estabelecidas com dois ou mais doadores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A organização tem recursos financeiros suficientes para sustentar recursos humanos especializados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	Sim	Não	Não sei	Não aplicável
A organização tem um mecanismo de registo e sistematização das experiências/boas práticas (arquivo e documentação)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A organização realiza estudos e diagnósticos antes de começar um projeto ou ação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A organização aplica sempre uma abordagem participativa e inclusiva, com os beneficiários, durante a definição, execução e avaliação de ações (levantamento de necessidades, mapeamentos, diagnósticos participativos, etc)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A organização sempre considera indicadores vinculados com os ODS no seu funcionamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A organização já realizou uma auditoria das contas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A organização tem fundos adequados para a comunicação/visibilidade das suas ações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A organização aplica uma abordagem de género durante a elaboração e gestão de projetos/ações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A organização considera o impacto meio-ambiental da sua atividade em cada projeto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

*** 11. A organização segue uma abordagem inclusiva no seu trabalho?**

	Sim	Não	N/A (caso a organização não trabalhe com o grupo-alvo)
Igualdade de género	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se sim, como se materializa?	<input type="text"/>		
Pessoas com deficiência	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se sim, como se materializa?	<input type="text"/>		
Pessoas imigrantes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se sim, como se materializa?	<input type="text"/>		
Pessoas idosas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se sim, como se materializa?	<input type="text"/>		
Juventude	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se sim, como se materializa?	<input type="text"/>		
Coletivo LGBTI	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se sim, como se materializa?	<input type="text"/>		
Pessoas em situação de vulnerabilidade sócio-económica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se sim, como se materializa?	<input type="text"/>		
Outro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se sim, como se materializa?	<input type="text"/>		

Elaboração e Implementação de Ações

* **12. Quais são os instrumentos que a sua organização utiliza durante a implementação e monitorização de projetos? (escolher todos os que se aplicam)**

- | | | |
|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Nenhum | <input type="checkbox"/> Plano de monitorização interno | <input type="checkbox"/> Análise de riscos |
| <input type="checkbox"/> Quadro lógico | <input type="checkbox"/> Orçamento em Excel | <input type="checkbox"/> Relatórios semestrais de implementação/monitorização |
| <input type="checkbox"/> Plano de ação | <input type="checkbox"/> Análise SWOT/ FOFA | <input type="checkbox"/> Termos de referência para contratação externa |
| <input type="checkbox"/> Cronograma de atividades | <input type="checkbox"/> Mapeamento das partes interessadas | <input type="checkbox"/> Relatórios de auditoria |
| <input type="checkbox"/> Outro (por favor especifique): | | |
| <input type="text"/> | | |

* **13. Que tipo de ferramentas de recolha de dados que é usado pela sua organização para a elaboração de ações e projetos? (escolher todas as que se aplicam)**

- A experiência prática da própria organização
 - Estudos elaborados pela organização
 - Diagnósticos participativos com a população beneficiária (grupos focais, etc.)
 - Fontes estatísticas nacionais (INE, Câmaras Municipais, etc.)
 - Bases de Dados de organismos internacionais (ONU, BM, OCDE, etc.)
 - Outra (por favor especificar)
-

* **14. A organização está engajada em advocacy com o objetivo de influenciar políticas públicas e/ou a alocação de recursos públicos?**

- | | |
|--|---|
| <input type="radio"/> Sim, a nível nacional, e tem tido efeito e impacto (*em que área e qual foi o resultado) | <input type="radio"/> Sim, a nível municipal, e tem tido efeito e impacto (*em que área e qual foi o resultado) |
| <input type="radio"/> Sim, a nível nacional, mas não tem tido efeito e impacto (*em que área) | <input type="radio"/> Sim, a nível municipal, mas não tem tido efeito e impacto (*em que área) |
| <input type="radio"/> Não | |

* Por favor especifique caso tenha respondido "Sim"

* **15. Sua organização já participou na elaboração de algum relatório sombra (shadow report)?**

- Sim
- Não

*Se "Sim", por favor especifique em que áreas e em parceria com quais outras organizações

Recursos Humanos

* **16. Que postos ocupam as/os profissionais na organização com contrato remunerado? Número e distribuição por sexo: (Caso não haja, por favor seleccionar Nenhum=0 para as duas colunas)**

	Mulheres	Homens
Direção	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Gestão de projeto	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Administração/Secretária/RH	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Profissionais/técnicos da área de intervenção	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Contabilidade	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Comunicação e relações públicas	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Serviços gerais (Guarda, Limpeza, Conductor/a)	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Outro	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Nenhum	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Por favor especifique caso tenha escolhido "Outro"

* **17. Que postos ocupam as/os voluntários na organização? Número e distribuição por sexo: (Caso não haja, por favor seleccionar Nenhum=0 para as duas colunas)**

	Mulheres	Homens
Direção	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Gestão de projeto	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Administração/Secretária/RH	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Profissionais/técnicos da área de intervenção	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Contabilidade	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Comunicação e relações públicas	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Serviços gerais (Guarda, Limpeza, Conductor/a)	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Outro	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Nenhum	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Por favor especifique caso tenha escolhido "Outro"

* 18. A sua equipa tem as capacidades técnicas suficientes para o funcionamento da sua organização?

- Sim
 Não

* 19. Que áreas precisam de reforço técnico? (escolha 3 opções)

- | | | |
|---|--|---|
| <input type="checkbox"/> Advocacy, incidência política e lobbying | <input type="checkbox"/> Arquivo e documentação | <input type="checkbox"/> Recursos humanos |
| <input type="checkbox"/> Áreas técnicas específicas (ex: agricultura, psicologia, etc.) | <input type="checkbox"/> Seguimento, avaliação e monitoria | <input type="checkbox"/> Sensibilização e ativismo |
| <input type="checkbox"/> Área jurídica | <input type="checkbox"/> Comunicação e marketing digital | <input type="checkbox"/> Igualdade de género |
| <input type="checkbox"/> Auditoria e seguimento externo | <input type="checkbox"/> Informática | <input type="checkbox"/> Mindfulness, team building, coaching e liderança |
| <input type="checkbox"/> Gestão de projetos | <input type="checkbox"/> Línguas estrangeiras | <input type="checkbox"/> Estatística e bases de dados |
| <input type="checkbox"/> Mobilização de financiamento e crowdfunding | <input type="checkbox"/> Administração e contabilidade | <input type="checkbox"/> Elaboração de projetos |

Outra(s) (por favor especifique):

Recursos Humanos

* 20. De onde provém a maioria dos fundos da organização para implementação dos projetos /ações? (enumerar todas as opções válidas)

- | | | |
|--|--|--|
| <input type="radio"/> Quotas de sócios | <input type="radio"/> Subvenções do Estado | <input type="radio"/> Linhas de Crédito |
| <input type="radio"/> Doações públicas ou privadas (nacionais ou internacionais) | <input type="radio"/> Subvenções municipais | <input type="radio"/> Juros de empréstimos |
| <input type="radio"/> Atividades geradoras de rendimento | <input type="radio"/> Cooperação Internacional | <input type="radio"/> Rendimento de contas de poupança |
| <input type="radio"/> Outro (especificar) | | |

* 21. De onde provém a maioria dos fundos da organização para funcionamento (enumerar todas as opções válidas)

- | | | |
|--|--|--|
| <input type="radio"/> Quotas de sócios | <input type="radio"/> Subvenções do Estado | <input type="radio"/> Linhas de Crédito |
| <input type="radio"/> Doações públicas ou privadas (nacionais ou internacionais) | <input type="radio"/> Subvenções municipais | <input type="radio"/> Juros de empréstimos |
| <input type="radio"/> Atividades geradoras de rendimento | <input type="radio"/> Cooperação Internacional | <input type="radio"/> Rendimento de contas de poupança |
| <input type="radio"/> Outro (especificar) | | |

* 22. A sua organização realiza alguma atividade geradora de rendimento?

- Sim
 Não

* Caso tenha escolhido "Sim" por favor especifique com maior detalhe possível as áreas e/ou atividades:

* 23. Seleccione a opção que considera ser o maior obstáculo da organização para obter financiamentos:

- | | |
|--|---|
| <input type="radio"/> Desinformação sobre as chamadas para apresentação de propostas | <input type="radio"/> Falta de capacidade financeira e administrativa |
| <input type="radio"/> Falta de capacidade técnica para elaborar projetos | <input type="radio"/> Falta de financiamentos para o objetivo específico da organização |
| <input type="radio"/> Complexidade dos procedimentos do financiador | <input type="radio"/> Centralização das instituições, da informação e das oportunidades |
| <input type="radio"/> Falta de contactos pessoais e institucionais (networking) | <input type="radio"/> Nenhum |
| <input type="radio"/> Desconhecimento sobre as fontes de financiamentos | |
| <input type="radio"/> Outra (por favor especifique) | |

Inquérito para atores da Sociedade civil em Cabo Verde - 2019

IV. PARCERIAS, COLABORAÇÃO E ARTICULAÇÃO

* 24. De acordo com a experiência da sua organização, como avaliaria a sua relação com:

	Muito Boa	Boa	Razoável	Fraca	Inexistente
Delegação da União Europeia (UE)	<input type="radio"/>				
Estados Membros da UE	<input type="radio"/>				
ONGs europeias	<input type="radio"/>				
ONGs internacionais	<input type="radio"/>				
Cooperação Internacional (de países não-membros da UE)	<input type="radio"/>				
Organizações Internacionais (BAD, BM, ONU, OCDE, CEDEAO, UA, etc.)	<input type="radio"/>				
Governo local (Municipal)	<input type="radio"/>				
Governo nacional	<input type="radio"/>				
Outras OSC nacionais	<input type="radio"/>				

No caso das sinalizadas como "muito boa" e "boa", por favor, especifique o tipo de relação existente; e principais lições aprendidas e boas práticas nessa relação

Definição de medidas políticas e orçamentais

* 25. A organização já recebeu apoio financeiro do Estado?

- Sim
 Não

*Se "Sim", por favor especifique: Quando? Para que iniciativa? Como foi o processo de seleção?

* 26. Como avalia o acesso à informação facultado pelo Estado nas seguintes áreas?

	Plenamente satisfatório	Satisfatório	Neutro	Pouco satisfatório	Insatisfatório
Acesso à financiamento (concursos, subvenções, orçamento do Estado, etc.)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Procedimentos jurídicos (registo, litígios, contratações, etc.)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Regime fiscal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dados estatísticos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Assuntos de interesse público	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Por favor especifique caso tenha escolhido "Outro"

* 27. Na experiência da sua organização, as instituições e autoridades Cabo-verdianas estão abertas a envolver a sociedade civil na elaboração de políticas?

	Abertas	Relativamente abertas	Pouco abertas	Não abertas
Antes de 2017	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A partir de 2017	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

* 28. Alguma vez a sua organização já foi convidada para participar num diálogo (formal ou informal) com o Governo em relação à identificação, preparação, revisão, monitoria e/ou avaliação de uma política?

- Sim
 Não

*Se "Sim", por favor dê mais detalhes sobre a consulta: Qual área e em que data? Foi a nível nacional ou municipal? As recomendações realizadas foram incorporadas ou tiveram seguimento? Qual foi o resultado? Havia alguma barreira para a sua participação?

* 29. Na sua experiência, existe atualmente algum forum ou espaço de diálogo permanente entre o Estado e as OSC que tenha um impacto real nas políticas públicas?

- Sim
 Não

*Se "Sim", qual? Especifique a configuração e o funcionamento. Que boa prática tem potenciado esse impacto real?

*** 30. Os projetos e ações da sua organização contam com o apoio (não só financeiro) das autoridades locais (Câmara Municipal)?**

- Sim, a organização conta com uma parceria formal com a Câmara (*em que sentido?)
- Sim, a organização conta com uma parceria informal com a Câmara (*em que sentido?)
- Não (*na vossa opinião, qual é o motivo?)

*Por favor especifique conforme a opção escolhida:

Interação com parceiros de desenvolvimento

*** 31. Por favor indique se a sua organização já recebeu financiamento de um parceiro internacional. Se sim, indique qual(ais) parceiro(s):**

- | | | |
|--|---|---|
| <input type="checkbox"/> Nenhum | <input type="checkbox"/> Portugal | <input type="checkbox"/> ONG internacionais e da Diáspora |
| <input type="checkbox"/> Delegação da União Europeia | <input type="checkbox"/> França | <input type="checkbox"/> Cooperação de países não-membros da UE |
| <input type="checkbox"/> Espanha | <input type="checkbox"/> Luxemburgo | <input type="checkbox"/> Organizações Internacionais (BAD, BM, ONU, OCDE, CEDEAO, UA, etc.) |
| <input type="checkbox"/> Outro | <input type="checkbox"/> Outro país da UE | <input type="checkbox"/> Sector privado internacional |

*Indique o ano do apoio e a área temática para cada parceiro:

*** 32. Como avalia o desempenho da UE nas seguintes áreas?**

	Excelente	Bom	Razoável	Pouco satisfatório	Insatisfatório
Divulgação feita dos financiamentos existentes da UE	<input type="radio"/>				
Visibilidade dos projetos financiados pela UE	<input type="radio"/>				
Assistência técnica prestada pela UE	<input type="radio"/>				
Disponibilidade para a realização de diálogos e encontros	<input type="radio"/>				
O engajamento com a sociedade civil	<input type="radio"/>				

Articulação entre as OSC

*** 33. Qual é seu grau de satisfação com a articulação existente entre as OSC nas seguintes áreas?**

	Plenamente satisfatório	Satisfatório	Neutro	Pouco satisfatório	Insatisfatório
Partilha de informação sobre financiamentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Partilha de conhecimentos e know-how (apoio técnico, formações, etc.)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Divulgação de boas práticas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Coordenação para o trabalho no terreno e a implementação de atividades específicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Funcionamento das redes e parcerias existentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

*** 34. A sua organização faz ou já fez parte de uma plataforma, rede ou aliança temática/geral de organizações da sociedade civil?**

- Sim, atualmente faz parte
- Sim, no passado já fez parte
- Não

*Caso tenha respondido "Sim", por favor dê mais detalhes: 1. nome, 2. alcance geográfico, 3. área de trabalho, 4. fonte de financiamento da rede

*** 35. Entre os principais objetivos dessa plataforma, rede ou aliança está a incidência política e advocacy?**

- Sim
- Não

*Caso tenha respondido "Sim", por favor indique que tipo de ações tem desenvolvido? qual tem sido o impacto das mesmas?

* 36. Avalie a sua relação com os seguintes atores da Sociedade civil em Cabo Verde:

	Muito Boa	Boa	Razoável	Fraca	Inexistente
Associações Comunitárias de Base/Desenvolvimento	<input type="radio"/>				
ONGs	<input type="radio"/>				
Cooperativas e/ou Sindicatos	<input type="radio"/>				
Instituições de Pesquisa e/ou Universidades	<input type="radio"/>				
Fundações	<input type="radio"/>				
Movimentos sociais	<input type="radio"/>				
Organizações profissionais	<input type="radio"/>				
Empresas / setor privado	<input type="radio"/>				
Media (Rádio Nacional/Comunitária, Televisão, Jornais, etc.)	<input type="radio"/>				

* 37. A sua organização já recebeu apoio (financeiro/técnico/material, etc.) para a realização das suas atividades por parte de uma empresa nacional?

- Sim
 Não

*Caso sim, em que âmbito? Por que empresa?

* 38. Estaria interessado/a em participar na criação de uma rede/plataforma digital específica para a coordenação entre OSC Cabo-verdianas?

- Sim
 Não

* 39. Quais seriam as funcionalidades necessárias desta plataforma para melhorar o impacto das ações/projetos desenvolvidos pela sua organização?

- Filtro de pesquisa de OSC em Cabo Verde - por área geográfica e temática
 Ferramentas digitais de formação (E-learning)
 Lista de contatos atualizada de OSC
 Informação sobre oportunidades de financiamentos
 Divulgação de vídeos, reportagens, entrevistas no terreno
 Seguimento de indicadores ODS
 Informações sobre o contexto legal e institucional nacional
 Ferramentas de comunicação direta entre membros da plataforma (Chat e outros)
 Outra (por favor especificar):

* 40. Sua organização poderia disponibilizar recursos (humanos, materiais e/ou financeiros) para a manutenção desta plataforma?

- Sim, sempre que não implique nenhum custo adicional para a organização
 Sim, mesmo que implique custos adicionais para a organização
 Não

Inquérito para Autoridades locais em Cabo Verde - 2019

Este questionário foi elaborado com o fim de contribuir para o Mapeamento e a atualização do Roteiro para um compromisso da União Europeia (UE) com a Sociedade Civil Cabo-verdiana 2014-2017. O novo Roteiro identificará áreas e ações de intervenção precisas da UE no seu relacionamento com a sociedade civil Cabo-verdiana para o período 2020-2025.

Este questionário é direcionado às Autoridades locais com o objetivo de perceber a sua relação com a Sociedade civil e avaliar as suas capacidades na implementação das prioridades do Governo nacional e no cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

O mapeamento será partilhado com financiadores internacionais visando garantir futuros financiamentos para os atores da Sociedade civil e Autoridades locais em Cabo Verde. Neste sentido é fundamental responderem ao questionário de forma completa e mais detalhada possível.

As respostas do questionário servem para uso interno e os resultados serão publicados unicamente de forma agregada. Os questionários individuais não serão publicados nem partilhados para outros fins. *Responda com total sinceridade, os seus dados serão tratados de forma confidencial por parte da Delegação da UE e da equipa da Assistência técnica.*

Em caso de dúvidas e perguntas relativamente ao questionário, não hesite em contactar diretamente a Assistência técnica por meio de email ou a página Facebook

assistenciatecnicaoscal@gmail.com

<https://www.facebook.com/assistencia.tecnica.526>

A equipa da Assistência técnica agradece desde já a sua colaboração!

* Conhece o “Roteiro da UE para um Compromisso com a Sociedade Civil 2014-2017”?

- Sim, contribuí para a sua elaboração
- Sim, mas não contribuí para a sua elaboração
- Não

Inquérito para Autoridades locais em Cabo Verde - 2019

I. IDENTIFICAÇÃO

* 1. Contato (telefone, email, nome e cargo da pessoa de contato)

2. Endereço

* 3. Área geográfica - Municipio

- | | | |
|--|---|--|
| <input type="radio"/> Paul | <input type="radio"/> Maio | <input type="radio"/> Ribeira Grande de Santiago |
| <input type="radio"/> Ribeira Grande (Santo Antão) | <input type="radio"/> Tarrafal (Santiago) | <input type="radio"/> Praia |
| <input type="radio"/> Porto Novo | <input type="radio"/> Santa Catarina (Santiago) | <input type="radio"/> São Filipe |
| <input type="radio"/> São Vicente | <input type="radio"/> São Miguel | <input type="radio"/> Santa Catarina do Fogo |
| <input type="radio"/> Tarrafal de São Nicolau | <input type="radio"/> Santa Cruz | <input type="radio"/> Mosteiros |
| <input type="radio"/> Ribeira Brava | <input type="radio"/> Picos | <input type="radio"/> Brava |
| <input type="radio"/> Sal | <input type="radio"/> São Lourenço dos Órgãos | |
| <input type="radio"/> Boavista | <input type="radio"/> São Domingos | |

* 4. Orçamento anual médio dos últimos três anos (aproximadamente) em CVE

Inquérito para Autoridades locais em Cabo Verde - 2019

II. CONTEXTO

* 5. Como avalia o ambiente institucional e legal para a Sociedade Civil em Cabo Verde desde 2016?

Melhorou muito	Melhorou	Continua igual	Piorou	Piorou muito
<input type="radio"/>				

* 6. Considerando a planificação estratégica do município, quais destes objetivos são considerados prioritários? (escolher 3 opções)

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1. Erradicação da pobreza - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. | <input type="checkbox"/> 10. Redução das desigualdades - Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles. |
| <input type="checkbox"/> 2. Fome zero e agricultura sustentável - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. | <input type="checkbox"/> 11. Cidades e comunidades sustentáveis - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. |
| <input type="checkbox"/> 3. Saúde e bem-estar - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. | <input type="checkbox"/> 12. Consumo e produção responsáveis - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. |
| <input type="checkbox"/> 4. Educação de qualidade - Assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. | <input type="checkbox"/> 13. Ação contra a mudança global do clima - Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos (*). |
| <input type="checkbox"/> 5. Igualdade de gênero - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. | <input type="checkbox"/> 14. Vida na água - Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares, e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. |
| <input type="checkbox"/> 6. Água limpa e saneamento - Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos. | <input type="checkbox"/> 15. Vida terrestre - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da Terra e deter a perda da biodiversidade. |
| <input type="checkbox"/> 7. Energia limpa e acessível - Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos. | <input type="checkbox"/> 16. Paz, justiça e instituições eficazes - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. |
| <input type="checkbox"/> 8. Trabalho decente e crescimento econômico - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos. | <input type="checkbox"/> 17. Parcerias e meios de implementação - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. |
| <input type="checkbox"/> 9. Inovação infraestrutura - Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação. | |

* 7. O município tem capacidade para contribuir efetivamente para alcançar os objetivos escolhidos na pergunta 6?

- Sim
 Não

*Caso tenha escolhido "Sim", por favor especifique como contribui, para cada objetivo escolhido *Caso tenha escolhido "Não", especifique as limitações existentes

* 8. A Câmara implementa ou participa atualmente enquanto co-requerente em algum projeto financiado pela UE?

- Sim
 Não

9. Caso tenha respondido "Sim" na pergunta anterior, indique o nome do projeto e a percentagem de contribuição da Câmara.

10. Caso tenha respondido "Sim" na pergunta 8, indique se existe uma parceria formal com a organização requerente/implementadora.

- Sim
 Não

* 11. Existe algum programa de financiamento para Organizações da Sociedade Civil no seu município?

- Sim
 Não

12. Caso tenha respondido "Sim" na pergunta anterior, especifique o(s) programa(s) e os recursos alocados anualmente para cada programa

13. Caso tenha respondido "Sim" na pergunta 11, indique quais são as fontes de financiamento para esses programas. Algum parceiro nacional/internacional contribui com fundos? Qual/quais parceiros?

Inquérito para Autoridades locais em Cabo Verde - 2019

III. CAPACIDADES EXISTENTES

* 14. Em quais das seguintes áreas a Câmara tem obtido resultados significativos e com impacto real na vida dos munícipes?

- | | | |
|---|--|--|
| <input type="checkbox"/> Água e saneamento básico | <input type="checkbox"/> Educação | <input type="checkbox"/> Promoção social |
| <input type="checkbox"/> Ambiente | <input type="checkbox"/> Emprego | <input type="checkbox"/> Protecção civil |
| <input type="checkbox"/> Comércio interno | <input type="checkbox"/> Energia | <input type="checkbox"/> Saúde |
| <input type="checkbox"/> Cooperação descentralizada | <input type="checkbox"/> Formação profissional | <input type="checkbox"/> Transportes rodoviários |
| <input type="checkbox"/> Cultura | <input type="checkbox"/> Habitação | <input type="checkbox"/> Turismo |
| <input type="checkbox"/> Desenvolvimento rural | <input type="checkbox"/> Planeamento e Urbanismo | |
| <input type="checkbox"/> Desporto | <input type="checkbox"/> Polícia | |

* Das áreas escolhidas por favor dê exemplos concretos:

* 15. Como avalia a eficácia da Câmara nas áreas indicadas?

	Muito eficaz	Eficaz	Pouco eficaz	Ineficaz
Identificar fontes de financiamento / Angariação de Fundos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Planeamento estratégico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Elaboração de projetos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Investigação e/ou análise estatístico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Implementação de ações no terreno	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Monitoria e avaliação de programas e ações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ações de sensibilização e/ou formação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Elaboração de materiais IEC (informativo/audiovisual)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comunicação e Redes Sociais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Abordagem de género	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gestão financeira	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Trabalho em rede e relação com parceiros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Prestação de contas ao Governo nacional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Capacidade para promover mudanças sociais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Garantir a sustentabilidade dos projetos/ações depois do término de um financiamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outra	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Por favor especifique caso tenha escolhido "Outra":

* 16. Das áreas anteriores (pergunta 15) indique as duas (2) nas quais é mais forte e as duas (2) nas quais é mais fraca. Para as mais fracas, aponte quais são os principais obstáculos.

*** 17. Reflita sobre o seu município e responda às declarações seguintes:**

	Sim	Não	Não sei
Existe um Plano Estratégico de Desenvolvimento local em vigor	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Todos os projetos são planeados/elaborados com base no Plano Estratégico em vigor	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A Câmara tem uma administração financeira com pessoal e sistemas adequados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O município tem recursos financeiros adequados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O município tem recursos financeiros suficientes para sustentar recursos humanos especializados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A Câmara tem um mecanismo de registo, arquivo e documentação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A Câmara realiza estudos e diagnósticos antes de começar um projeto ou ação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A Câmara aplica sempre uma abordagem participativa e inclusiva, com os beneficiários, durante a definição, execução e avaliação de ações (levantamento de necessidades, mapeamentos, diagnósticos participativos, etc)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A Câmara sempre considera indicadores vinculados com os ODS no seu funcionamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aplica uma abordagem de género durante a elaboração e gestão de projetos/ações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Considera o impacto meio- ambiental da sua atividade em cada projeto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

*** 18. A Câmara tem as capacidades técnicas suficientes para o seu funcionamento?**

- Sim
 Não

*** 19. Que áreas precisam de reforço técnico?**

- | | | |
|--|--|---|
| <input type="checkbox"/> Áreas técnicas específicas (ex: urbanismo, ambiente etc.) | <input type="checkbox"/> Seguimento, avaliação e monitoria | <input type="checkbox"/> Sensibilização |
| <input type="checkbox"/> Área jurídica | <input type="checkbox"/> Comunicação e marketing digital | <input type="checkbox"/> Igualdade de género |
| <input type="checkbox"/> Auditoria e seguimento externo | <input type="checkbox"/> Informática | <input type="checkbox"/> Mindfulness, team building, coaching e liderança |
| <input type="checkbox"/> Gestão de projetos | <input type="checkbox"/> Línguas estrangeiras | <input type="checkbox"/> Estatística e bases de dados |
| <input type="checkbox"/> Mobilização de financiamento | <input type="checkbox"/> Administração e contabilidade | <input type="checkbox"/> Elaboração de projetos |
| <input type="checkbox"/> Arquivo e documentação | <input type="checkbox"/> Recursos humanos | |

- Outra(s) (por favor especifique para "Outra(s)" e/ou qualquer das áreas que precisam de reforço técnico):

Inquérito para Autoridades locais em Cabo Verde - 2019

IV. PARCERIAS, COLABORAÇÃO E ARTICULAÇÃO

* 20. De acordo com a sua experiência da Câmara, como avaliaria a sua relação com:

	Muito Boa	Boa	Razoável	Fraca	Inexistente
Delegação da União Europeia (UE)	<input type="radio"/>				
Estados Membros da UE	<input type="radio"/>				
ONGs europeias	<input type="radio"/>				
ONGs internacionais	<input type="radio"/>				
Organizações da Sociedade civil nacionais	<input type="radio"/>				
Cooperação Internacionala (de países não-membros da UE)	<input type="radio"/>				
Organizações Internacionais (BAD, BM, ONU, OCDE, CEDEAO, UA, etc.)	<input type="radio"/>				
Associação Nacional de Municípios de Cabo Verde	<input type="radio"/>				
Outros municípios	<input type="radio"/>				
Governo nacional	<input type="radio"/>				

No caso das sinalizadas como “muito boa” e “boa”, por favor, especifique o tipo de relação existente; e principais lições aprendidas e boas práticas nessa relação

* 21. Avalie a sua relação com os seguintes atores da Sociedade civil em Cabo Verde:

	Muito Boa	Boa	Razoável	Fraca	Inexistente
Associações Comunitárias de Base/Desenvolvimento	<input type="radio"/>				
ONGs	<input type="radio"/>				
Cooperativas e/ou Sindicatos	<input type="radio"/>				
Instituições de Pesquisa e/ou Universidades	<input type="radio"/>				
Fundações	<input type="radio"/>				
Movimentos sociais	<input type="radio"/>				
Organizações profissionais	<input type="radio"/>				
Empresas / setor privado	<input type="radio"/>				
Media (Rádio Nacional/Comunitária, Televisão, Jornais, etc.)	<input type="radio"/>				

* 22. Quais são boas práticas institucionais da Câmara que considera relevantes no âmbito da cooperação com atores da Sociedade civil, desde 2016? (por favor dar exemplos concretos)

* 23. Como avalia a participação das Organizações da Sociedade civil na definição das prioridades dos programas e planos de atividades da Câmara municipal? (selecione a opção que mais se adequa)

Elevada	Moderada	Baixa	Nenhuma
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

* 24. Quais são os mecanismos utilizados para garantir a participação das Organizações da Sociedade civil no planeamento estratégico das atividades do Município?

	Sim	Não
Partilha de informação por emails / msgs	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se "Sim", por favor indique a ultima vez que foi realizada:	<input type="text"/>	
Encontros individuais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se "Sim", por favor indique a ultima vez que foi realizada:	<input type="text"/>	
Consultas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se "Sim", por favor indique a ultima vez que foi realizada:	<input type="text"/>	
Sessões de informação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se "Sim", por favor indique a ultima vez que foi realizada:	<input type="text"/>	
Mesas de Diálogo / Grupos focais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se "Sim", por favor indique a ultima vez que foi realizada:	<input type="text"/>	

* 25. No âmbito do relacionamento institucional com as Organizações da Sociedade civil, quais são as fragilidades encontradas?

* 26. Na sua experiência, existe atualmente algum forum ou espaço de diálogo permanente entre o Estado e as Organizações da Sociedade civil que tenha um impacto real nas políticas públicas?

- Sim
 Não

* Se "Sim", qual? Especifique a configuração e o funcionamento. Que boa prática tem potenciado esse impacto real?

Interação com parceiros de desenvolvimento

* 27. Por favor indique se a Câmara já recebeu apoio (financeiro/técnico/material) de um dos seguintes parceiros:

- | | | |
|--|---|---|
| <input type="checkbox"/> Nenhum | <input type="checkbox"/> Luxemburgo | <input type="checkbox"/> Organizações Internacionais (BAD, BM, ONU, OCDE, CEDEAO, UA, etc.) |
| <input type="checkbox"/> Delegação da União Europeia | <input type="checkbox"/> Outro país da UE | <input type="checkbox"/> Sector privado internacional |
| <input type="checkbox"/> Espanha | <input type="checkbox"/> ONG internacionais e da Diáspora | <input type="checkbox"/> Sector privado nacional |
| <input type="checkbox"/> Portugal | <input type="checkbox"/> ONG nacionais | <input type="checkbox"/> Outro |
| <input type="checkbox"/> França | <input type="checkbox"/> Cooperação de países não-membros da UE | |

*Indique o ano do apoio e a área temática para cada parceiro:

* 28. O seu município tem estabelecido alguma relação de gemação com outra cidade internacional?

- Sim
 Não

Caso tenha escolhido "Sim", por favor especifique a(s) cidade(s) e a(s) área(s) de parceria:

* 29. Como avalia o desempenho da UE nas seguintes áreas?

	Excelente	Bom	Razoável	Pouco satisfatório	Insatisfatório
Divulgação feita dos financiamentos existentes da UE	<input type="radio"/>				
Visibilidade dos projetos financiados pela UE	<input type="radio"/>				
Assistência técnica prestada pela UE	<input type="radio"/>				
Disponibilidade para a realização de diálogos e encontros	<input type="radio"/>				
O engajamento com as autoridades locais	<input type="radio"/>				

ANEXO III - QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS INSTITUIÇÕES

No âmbito da elaboração de um mapeamento das Organizações da Sociedade Civil (OSC) em Cabo Verde e a atualização do Roteiro para um compromisso da União Europeia com as OSC, foi elaborado este questionário direcionado às instituições públicas com o objetivo de perceber a sua relação de parceria com as OSC e visão relativamente à colaboração das mesmas no processo de elaboração de políticas, apoio no cumprimento dos objetivos da instituição bem como objetivos de desenvolvimento sustentável do país.

Este questionário também visa obter subsídios para contribuir para um melhor alinhamento do apoio orçamental da União Europeia. com os programas temáticos para a Sociedade Civil e Autoridades locais em Cabo Verde.

Assim, nos agradecemos a colaboração da vossa instituição, pelo preenchimento do mesmo, respondendo de forma detalhada, as questões abaixo:

1. Existe algum programa de financiamento para as Organizações da Sociedade Civil? Qual (ais)? Qual é a % de recursos alocado anualmente no orçamento da instituição, para cada programa?
2. Quais as fontes de financiamento para esses programas (existem parceiros nacionais/ internacionais que contribuem com fundos)?
3. Quais as boas práticas institucionais que considera relevantes no âmbito da cooperação com as OSC, desde 2016?
4. Como avalia a participação das OSC na definição das prioridades dos programas e planos de atividades da instituição? (selecione a opção que mais se adequa)

Elevada	Moderada	Baixa	Nenhuma

Como se efetiva esta participação? (selecione os meios mais utilizados)

Troca de emails / msgs	Encontros individuais	Consultas	Sessões de informação	Outra

Outra: _____

5. No âmbito do relacionamento institucional com as OSC, quais são as fragilidades encontradas?

6. Lista de contatos das OSC que beneficiam/beneficiaram de fundos da instituição nos últimos três anos. _____

ANEXO IV - PROJETOS DA SOCIEDADE CIVIL EM CURSO FINANCIADOS PELA UNIÃO EUROPEIA

EuropeAid/152680/DD/ACT/CV – Convite 2016				
ONG Requerente	Local	Título da ação	Objetivo	Valor
MOVIMENTO AFRICA 70	Cidade da Praia, Ilha de Santiago	«Comunidades no Centro – a identidade local como fator de desenvolvimento do turismo sustentável»	Contribuir para uma maior integração das comunidades no desenvolvimento do turismo sustentável através da ampliação e diversificação da oferta turística em Cabo Verde.	494 885,70 EUR (90% do custo total elegível da ação)
Associação de Defesa do Património de Mértola - (ADPM)	Santo Antão	«Projeto Raízes – Redes locais para o turismo sustentável e inclusivo em Santo Antão»	Promover o turismo sustentável como fator de geração de rendimentos e melhoria das condições socioeconómicas na Ilha de Santo Antão, tendo como objetivo específico diversificar e qualificar a oferta turística com base no património e na capacitação das OSCs na Ilha de Santo Antão	499 939,10 EUR (75% do custo total elegível da ação)
COOPERAZIONE PER LO SVILUPPO DEI PAESI EMERGENTI ONLUS – (COSPE)	Ilha do Fogo	«ROTAS DO FOGO: modelo do agro turismo como reforço das organizações locais do turismo rural e sustentável na Ilha do Fogo»	Melhorar as condições socioeconómicas e de proteção ambiental nas zonas rurais da Ilha do Fogo	497 976,31 EUR (90% do custo total elegível da ação)
Federação Cabo-verdiana de Associações de Pessoas com Deficiência - (FECAD)	Ilha de Santiago, Ilha do Fogo	«ACCEDERE – Acesso à cultura em Cabo Verde e desenvolvimento turístico e de representação das pessoas com deficiência»	Tornar o património cultural de Cabo Verde acessível a pessoas com deficiência, mediante a promoção do Turismo Acessível e Inclusivo, aumentando as oportunidades no mercado de trabalho e a inclusão social	354 380,87 EUR (90% do custo total elegível da ação)
Instituto Marquês de Valle Flôr – (IMVF)	Ilha do Maio	«Projeto de Turismo Solidário e Comunitário na Ilha do Maio»	Melhoria das condições de vida da população da ilha do Maio, através do Turismo Solidário e Sustentável	437 027,20 Euros (80% do custo total elegível da ação)

EuropeAid/163250/DH/ACT – Convite 2018				
ONG Requerente	Local	Título da ação	Objetivo	Valor
Movimento África 70	Ilha do Sal	«Rede social para igualdade das mulheres e dos jovens no desenvolvimento sócio económico»	Apoiar e reforçar a sociedade civil, como ator de desenvolvimento sustentável, na promoção de direitos, na participação ativa das Mulheres e jovens e na proteção das crianças em situação vulnerável.	427 757,40 EUR (90% do custo total elegível da ação)
COOPERAZIONE PER LO SVILUPPO DEI PAESI EMERGENTI ONLUS – (COSPE)	Ilha do Fogo	«PESSOAS. Participação E Serviços Sociais Operacionais, Acessíveis, Sustentáveis»	Reforçar a sociedade civil de Fogo e Brava na promoção da participação dos jovens, mulheres e menores e no respeito dos direitos.	500 000,00 EUR (82,8% do custo total elegível da ação)
Instituto Marques De Valle Flor – (IMVF)	Cabo Verde	«Projeto de Promoção da Inclusão de crianças e jovens portadores de deficiências neurológicas»	Promover a integração e inclusão de jovens e crianças com deficiências neurológicas.	500 000,00 EUR (80% do custo total elegível da ação)
European Partnership for Democracy – (EPD)	Cabo Verde	«Djuntu pa igualdad! Uma resposta participativa á violência baseada no género em Cabo Verde»	Contribuir para um ambiente legal, institucional e social favorável em Cabo Verde, em que as autoridades públicas respeitem e promovam os direitos das mulheres, em particular das vítimas de VBG, a fim de aumentar a sua participação na vida pública e assegurar a sua inclusão socioeconómica.	500 000,00 EUR (89,9% do custo total elegível da ação)
Associação Amigos da Natureza	Ilhas de São Vicente, Santo Antão e São Nicolau	«Aliança para o Direito Humano a Alimentação Adequada e Iniciativas de Empoderamento de Jovens e Mulheres Rurais»	Favorecer a disseminação do conhecimento agroecológico e a prática de uma agropecuária integrada, sustentável e inteligente como meio de conservação da paisagem terrestre e para o fortalecimento da resiliência nas comunidades rurais inseridas nas áreas naturais protegidas e de amortecimento dos Parques Naturais das Ilhas de Santiago, Santo Antão e São Nicolau.	499 992,41 EUR (90% do custo total elegível da ação)

ANEXO V - PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO À SOCIEDADE CIVIL EM CABO VERDE

Países/Cooperação	Programas existentes	Áreas de elegibilidade	Condições d e elegibilidade	Link de acesso
Delegação da União Europeia	Programa temático para as Organizações da Sociedade Civil e Autoridades Locais	Varia de acordo com os objetivos do convite	- Ser uma organização da sociedade civil - Estar estabelecida em Cabo Verde ou em um Estado-Membro da União Europeia	https://webgate.ec.europa.eu/europeaid/online-services/index.cfm?do=publi.welcome
	Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos	Direitos Humanos	- Ser diretamente responsável, juntamente com o(s) seu(s) correquente(s) e entidade(s) afiliada(s), pela preparação e gestão da ação e não agir como intermediário	
	Projetos SPG+ (Sistema de Preferências Generalizado)	Direitos Humanos Governação	- Não ter fins lucrativos	
Luxemburgo	Programa indicativo de cooperação 2016-2020	Descentralização Microfinanças Localização dos ODS	ONGs e municípios que visam o desenvolvimento sustentável	https://caboverde.luxdev.lu/en/home
Portugal	Programa Estratégico de Cooperação 2017 – 2021	Desenvolvimento local Inclusão Social	São elegíveis a concurso, na qualidade de requerentes principais, organizações da sociedade civil (ONGs, associações comunitárias, etc.), autoridades locais, entidades públicas e instituições académicas cabo-verdianas, que, pelo seu cariz e menor dimensão em termos orçamentais, não sejam elegíveis para outro tipo de apoios institucionalizados no quadro da Cooperação portuguesa	https://www.praia.embaixadaportugal.mne.pt/pt/a-embaixada/noticias/programa-local-fundo-de-pequenos-projetos
Embaixada dos EUA	Fundo de Autoajuda	Áreas produtivas e com impacto social	ONGs e Associações de desenvolvimento comunitário que visam melhorar as condições económicas ou sociais básicas ao nível da comunidade local e ter valor a longo prazo. O valor solicitado para a implementação das atividades não pode exceder US \$ 8.000. O financiamento é limitado a um projeto, que deve ser concluído dentro de 12 (doze) meses ou menos.	https://cv.usembassy.gov/embassy/prairie/small-grants-program/
Embaixada de Austrália	Programa de Ajuda Direta	Redução da pobreza (saúde, educação, saneamento, ambiente) Geração de rendimento Direitos humanos	Centra-se no apoio a atividades de ajuda de pequena escala que proporcionam resultados práticos e tangíveis. Apoia os esforços da comunidade local para a redução da pobreza e envolve uma ampla gama de parceiros, incluindo organizações não-governamentais, grupos comunitários, instituições educacionais, instituições de saúde e governos locais.	https://portugal.embassy.gov.au/lbonportuguese/DAP2014.html

ANEXO VI - PRINCIPAIS REDES E PLATAFORMAS DA SOCIEDADE CIVIL EM CABO VERDE

Nome	Objetivo / Missão	Organizações membro*	Contato (tel, nome, email)
Associação Comercial Agrícola Industrial e de Serviços de Santiago (ACAISA)	<p>Assegurar a representação, defesa e promoção dos interesses comuns dos seus associados, seu prestígio, dignificação e crescimento.</p> <p>Promover, em espírito de solidariedade, o apoio recíproco entre os seus associados e desta forma contribuir para um harmonioso desenvolvimento do comércio e serviços e da economia de Santiago, tendo em vista a manutenção de um clima de progresso e de justa paz social.</p>	<p>Associação dos Agricultores e Criadores de Gado de Chã de Tanque Selada</p> <p>Associação dos agricultores da Ribeira Barca - Charco</p> <p>Associação dos Agricultores da Ribeira de Flamengos</p> <p>Associação dos Agricultores da Ribeira de Calheta de São Miguel</p> <p>Associação dos Agricultores da Ribeira de Selada/Porto Rincão</p> <p>Associação dos Agricultores da Ribeira Engenhos</p> <p>Associação dos Agricultores da Ribeira dos Picos e Boa Entrada</p> <p>Associação dos Agricultores de Lourenço dos Órgãos/João Teves</p> <p>Associação dos Agricultores do Concelho de Tarrafal/Chão Bom</p>	<p>Av. Amílcar Cabral, 2º Andar Cosmos Shopping, Cidade de Assomada, Santiago, C.P. #3 2655353 acaixa_caboverde@hotmail.com www.acaixa.org.cv FB: @acaixapage</p>
Associação Profissional das Instituições de Microfinanças de Cabo Verde (APIM - CV)	<p>Criar um ambiente favorável ao desenvolvimento das instituições de Microfinanças (IMF's) de forma a oferecerem serviços financeiros ajustados à população excluída do sistema bancário formal.</p>	<p>MORABI</p> <p>FAMI-Picos (Associação de Apoio às Iniciativas de Autopromoção Familiar)</p> <p>ASDIS (Associação para a Solidariedade Desenvolvimento Comunitário da Ilha de Santiago)</p> <p>OMCV</p> <p>ADIRV (Associação para o Desenvolvimento Integral de Rui Vaz)</p>	<p>Rua 5 de Julho, nº 68, 2º Andar - Praia 2621586 secretario.executivo@famf.org.cv www.apimfcv.org.cv FB: @apimfcv</p>
Coalizão Caboverdiana dos Direitos da Criança (CCDC)	<p>Articular as intervenções das organizações da sociedade civil e demais parceiros na proteção e defesa dos direitos e na promoção do desenvolvimento da criança e servir de elo de ligação com as entidades públicas e privadas.</p>	<p>Associação das Atividades Campestres dos Amigos Promotores de Atitudes Responáveis (ACAMPAR)</p> <p>Associação dos Agricultores e Criadores de Travessa Baixo - Engenho</p> <p>ACRIDES - Associação de Crianças Desfavorecidas</p>	<p>Rua de Capela Av. Palácio das Comunidades, Achada Santo António - Praia 9192427 / 9936154 / 9162427 coalizaoccdc2017@sapo.cv moreirafelisberto@gmail.com www.ccdc.cv FB: @Coalizão-Caboverdiana-dos-Direitos-da-Criança</p>
Coalizão Caboverdiana dos Direitos Humanos (CCDH)	<p>Promover a igualdade e a não discriminação. Entretanto este objetivo global divide-se em (3) resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> · O desenvolvimento e adoção de uma lei abrangente de igualdade e não-discriminação; · O combate às condutas e atitudes discriminatórias na sociedade; · A promoção do estatuto dos voluntários e ativistas dos direitos humanos. 	<p>OMCV</p> <p>MORABI</p> <p>Laço Branco</p> <p>DELTA Cultura</p> <p>ACARINHAR - Associação das Famílias e Amigos de Crianças com Paralisia Cerebral</p> <p>ACRIDES - Associação de Crianças Desfavorecidas</p> <p>ACLCVBG – Associação Caboverdiana de Luta Contra Violência Baseada no Género</p> <p>APIMUD - Associação Cabo-verdiana de Promoção e Inclusão das Mulheres com Deficiência</p> <p>ATD-CV – Associação da(o)s Trabalhadora(e)s Doméstica(o)s de Cabo Verde</p> <p>SNTDS - Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Comércio, Domésticos e Serviços</p> <p>Associação Pró Morro</p> <p>SINTSEL - Sindicato Nacional de Agentes de Segurança Pública e Privada, Serviços, Agricultura, Comércio, Pesca e Afins</p> <p>SLTSA - Sindicato Livre dos Trabalhadores de Santo Antão</p> <p>Associação LGBTI - Praia</p> <p>Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Ribeirão Chiqueiro</p>	<p>Rua Andrade Corvo # 21, C.P. # 213 - Praia 2611851 / 2612455 / 2612539 9975568 omcv@cvtelecom.cv eloisa.cardoso17@gmail.com</p>
Coalizão Prevenção na Luta contra Álcool e Droga	<p>Prevenção do uso do álcool e outras drogas nas comunidades</p>	<p>AMCPC - Associação Mulheres Caminho e Progresso de Calabaceira</p> <p>CCAD - Comissão de Coordenação do Álcool e outras Drogas</p>	<p>**</p>
Conselhos Regionais de Parceiros (CRPs)	<p>Organismos de Coordenação Socioeconómica</p>	<p>Várias organizações em todas as ilhas</p>	<p>CRP Santiago Norte - José Júlio Correia- crpstn@gmail.com – 9130219</p> <p>CRP Santiago Centro - Fernando Monteiro de Carvalho - fermoncar72@gmail.com - 9914865</p> <p>CRP Brava - Ana Baptista - baptista.cv@sapo.cv -9572231/ 2852004</p> <p>CRP Fogo - Elias Montrond Fernandes - eliascv9@gmail.com - 9999918 oliveirajose87@hotmail.com - 5163179</p> <p>CRP Maio - Solange Conceição - solange_correia86@hotmail.com 92.18631</p> <p>CRP Santo Antão - Luiz Baptista Gomes Andrade luiz-baptista72@hotmail.com - 9944659</p> <p>CRP São Nicolau - José Romário Francez Silva - crpsn_plpr@cvtelecom.cv - francezromario@gmail.com - 5170005; 9727862; 2351611</p> <p>CRP São Vicente - Andreia Reis - andreiareis410@gmail.com 9865675</p>

Federação Caboverdiana das Associações de Pessoas com Deficiência (FECAD)	Representar, promover e assumir a defesa dos interesses comuns das associações de pessoas com deficiência.	ADEVIC ACARINHAR COLMEIA ACD ACS APIMUD DOWN DO AMOR ADEF-CV ANAPEE-CV	Cidadela – Praia 2629480 9571313 fecad-cv@hotmail.com
Plataforma das ONGs de Cabo Verde	Apoio institucional às ONG e Associações membros; Mobilização de parcerias e recursos para o reforço institucional das ONG e a participação das mesmas no processo de desenvolvimento; Promoção e desenvolvimento das ONGs; Desenvolvimento Social; Áreas diversas.	Várias organizações	Achada S. Filipe - Praia, C.P. #76 2617843 / 2617845 9732537 informa.platong@sapo.cv http://www.platongs.org.cv FB: @PlataformaDasOngs
Plataforma para o Desenvolvimento Local e Objetivos 2030	Visa o reforço das capacidades dos atores locais em matéria de articulação a vários níveis, a planificação estratégica e desenvolvimento económico local, contribuindo ainda para a parceria global para a inovação em matéria de desenvolvimento territorial e de governação local.	Várias organizações	Coordenador do Programa Plataformas - PNUD Cristino Pedraza Lopez cristino.pedraza@cv.ilo.un.org Facebook https://www.facebook.com/PDLO2030

Plataforma VIH/SIDA e Deficiência	Promover os direitos das pessoas com deficiência com destaque para a área da saúde sexual e reprodutiva através de ações de advocacy junto dos decisores nacionais, regionais e internacionais para inclusão das pessoas com deficiência nas políticas e estratégias nacionais de luta contra o VIH.	FECAD (e todos os seus membros) CNDHC VERDEFAM CCSSIDA PLATAFORMA DAS ONGs OMCV ACLVCVBG Morabi A Ponte ACARINHAR Cruz Vermelha CCSSIDA ICIEG Ministério da Saúde MFIS	Av. Cidade Lisboa – Praia antoniopedromelo1969@gmail.com CCSSIDA - 2604303 / 2603787 9571313
Plataforma das Comunidades Africanas residentes em Cabo Verde	Promover a integração socioeconómica das comunidades africanas residentes em Cabo Verde, zelar pela integração plena do imigrante e cidadão africano residente em Cabo Verde, bem como pela dinamização e fomento de atividades de natureza cívica, social e cultural. Zelar pela legalização do imigrante e cidadãos estrangeiros africanos residentes; Zelar pelo escrupuloso respeito das leis, regulamentos, costumes de Cabo Verde pelos imigrantes e cidadãos estrangeiros africanos residentes;	Vários representantes de Comunidades de países africanos residentes em Cabo Verde, nomeadamente: Angola, Camarões, Côte D'Ivoire, Gambia, Gana, Guiné –Bissau, Guiné-Conacri, Mauritânia, Moçambique, Mali Nigéria, Senegal, Serra-Leoa, São Tomé e Príncipe, Togo e Mulheres Muçulmanas.	josecavianas@hotmail.com 9372245 / 5839648 / 9948391
Rede das Associações Comunitárias e Juvenis	Todas as associações de caris juvenil com fim comunitário	ACIS - Associação Comunitária Jovens Santiaguenses	Daniilo Furtado daniilolumba@gmail.com 9218711; 9226645

<p>Rede Nacional de Campanha de Educação para Todos (RNCEPT)</p>	<p>Realizar ações de <i>advocacy</i> junto do Governo, sociedade civil, dos setores públicos e privados para que a educação básica de qualidade seja acessível e usufruída por todos os cidadãos.</p>	<p>ACAT-SN- Associação comunitária Amigos de São Nicolau ADVIC- Associação dos Deficientes Visuais de Cabo Verde FECAP - Federação Cabo-verdiana de Professores ACIDES BARROS Associação Escola de Futebol ABC- Tarrafal SIPROFIS – Sindicato de Professores de Santiago Mais Abraços - Santo Antão ACS- Associação Cabo-verdiana dos Surdos APEBIP - Associação dos Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Associação Delta Cultura Associação Mira Mar – Maio Associação Sol Luz – São Vicente FIF – Fundação Infância Feliz Acarilhar - Associação das famílias e crianças com paralisia cerebral Aldeia SOS ADEF – Associação Deficiente – São Vicente</p>	<p>Av. Santo Antão Porta #43, C.P. # 629 5309632 www.rnceptcv.org FB: @m.me/rnceptcv</p>
<p>Rede TAOLA - Rede Nacional de Proteção das Tartarugas Marinhas de Cabo Verde</p>	<p>Tornar o arquipélago numa referência na conservação e proteção das tartarugas marinhas e seus habitats, legando às gerações futuras um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado e promover a implementação do Plano Nacional para a Conservação e das Tartarugas Marinhas em Cabo Verde (PNCTM) numa lógica transversal e sistémica. A Taola quer também promover a socialização e a coordenação das diferentes iniciativas para a conservação, proteção e troca de experiências, como forma de unificar os esforços locais, na implementação do PNCTM.</p>	<p>Biosfera 1 - Associação para a defesa do meio ambiente Associação Ambiental Caretta Caretta Associação Projecto Vít do ilha do Fogo Fundação Maio Biodiversidade da ilha do Maio Natura 2000 da ilha Boavista Lantuna da Ilha de Santiago</p>	<p>FB: @taolacv</p>
<p>Rede Natour Fogo</p>	<p>No âmbito da implementação do projeto de ecoturismo « FATA » introduziu-se a mesa de diálogo que sustentava a “Rede Natour Fogo” para juntar parceiros de diferentes áreas a participarem numa Plataforma de partilha e de coordenação a fim de desenvolver ações de turismo solidário e sustentável na ilha de Fogo.</p>	<p>COSPE - Cooperação para o Desenvolvimento dos Países Emergentes AGTC - Associação dos Guias Turísticos de Chã das Caldeiras Associação de Turismo da Ilha do Fogo</p>	<p>São Filipe – Fogo 9933646 www.natourfogo.org</p>

<p>Rede Paz e Segurança das Mulheres do Espaço da CEDEAO, Antena de Cabo Verde (REPSMECO-CV)</p>	<p>Promover uma parceria estratégica para autonomização das mulheres, equidade e igualdade entre os sexos e a sua implicação na prevenção, mediação e gestão de conflitos, bem como a sua implicação nas instâncias de tomadas de decisões na África Ocidental, segundo a resolução 1325 CSNU.</p>	<p>ACLCVVBG VERDEFAM MORABI Eco-Feminismo Cabo Verde</p>	<p>Achada santo António - Praia 3561609 rempesecao.cv@gmail.com</p>
<p>Rede Sol - Rede de instituições de apoio às vítimas de VBG</p>	<p>Prestar um apoio de qualidade às vítimas de violência VBG com máxima celeridade, segurança e eficácia possível, através da facilitação nos encaminhamentos, atendimento personalizado e adequado, caso a caso (assistência jurídica e psicológica, apoio policial e social, complementando os serviços que devem ser prestados pelos Centros de Apoio às vítimas).</p>	<p>Diversas entidades Estaduais/Governamentais e da Sociedade Civil, entre as quais: ICIEG ACLCVVBG AMJ MORABI OMCV Laço Branco VERDEFAM A Ponte Procuradoria GAV HAN</p>	<p>Rua Serpa Pinto nº 63 - Praia 2616271 iciieg@sapo.cv</p>
<p>Rede Nacional de Prevenção e Combate Contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças</p>	<p>Prevenção e sensibilização contra o abuso e exploração sexual de menores</p>	<p>ACRIDES Várias Redes Locais formadas por diversas organizações da sociedade civil assim como serviços de estado como PN, PJ, ICCA.</p>	<p>2611454 / 9967094 ongacrides@gmail.com lourenca.tavares@gmail.com</p>

<p>Raízes - Redes Locais para o Turismo Sustentável e Inclusivo em Santo Antão</p>	<p>Promover o turismo sustentável como fator de geração de rendimentos e melhoria das condições socioeconómicas na Ilha de Santo Antão. Diversificar e qualificar a oferta turística com base no património e na capacitação das OSCs na Ilha de Santo Antão.</p>	<p>Associação 14 MAIS, ADIRP – Associação de Desenvolvimento Integrado da Ribeira das Patas Associação Dragoeiro Câmara Municipal de Porto Novo Câmara Municipal de Paúl ISCEE – Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais Ministério da Economia e Emprego IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional Áreas Protegidas de Santo Antão Ministério da Agricultura – Delegação de Santo Antão CNAD – Centro Nacional de Artesanato e Design Universidade do Algarve</p>	<p>raizes.adpm@gmail.com 3522059 https://www.raizes.adpm.pt/ FB: @RAIZESdeSantoAntao</p>
<p>Rede de Turismo Solidário e Sustentável São Vicente</p>	<p>Melhorar a capacidade das OSC de São Vicente e a participação no processo de desenvolvimento local e gestão do património territorial, social e ambiental. Promover o turismo sustentável e diversificado, ecologicamente correto, socialmente inclusivo e gerador de empregos em áreas remotas de São Vicente. Valorizar e reforçar as práticas de turismo solidário e comunitário de zonas remotas da Ilha de São Vicente, bem como melhorar e reforçar as competências e a participação de pequenas associações locais na gestão turística local e no desenvolvimento sustentável do território como instrumento para melhorar as condições de vida, incentivar a economia local e manter o património social, cultural e ambiental da Ilha de São Vicente.</p>	<p>Pró-Empresa – Instituto de Apoio e Promoção Empresarial Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE) Ministério da Agricultura e Ambiente - Programa de Áreas Protegidas de São Vicente e Santa Luzia Associações Rurais e Comunitárias da Ilha de São Vicente</p>	<p>3536444 / 2323693 turismosustentavel.sv@gmail.com turismosustentavel.sv.wordpress.com FB: @redeturismosustentavel.sv</p>
<p>Rede Nacional de luta contra o uso abusivo do álcool</p>	<p>Prevenir o uso abusivo do álcool</p>	<p>Diversas entidades Estatais/Governamentais, ONGs, Associações, Sindicatos, Instituições de Ensino, Entidades Desportivas, Congregações Religiosas, Entidades empresariais e Comunicação Social.</p>	<p>Palácio da Presidência da República de Cabo Verde, Plateau – Praia, 2612445 / 2612829</p>

* As organizações membro, são as que foram obtidas através de dados do inquérito bem como pesquisas adicionais, apresentando assim uma lista não exaustiva de todas as organizações membro.
- Sem contato



Assistência Técnica
à Sociedade Civil



Financiado pela União Europeia